BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XX JULHO-DEZEMBRO DE 1966 N.os 45-46 (57-58)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XX — FASCÍCULOS 45-46 (57-58)

JULHO-DEZEMBRO DE 1966

Directores { DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES, Vereador do Pelouro da Cultura
DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO, Prof.-E. de Curso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo Municipal

Redactores principais: DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOSO

Serviços de Secretaria a cargo de

FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Conservador do Arquivo Municipal

Serviços de Administração a cargo de JOSÉ HENRIQUE SOARES PEREIRA

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

A Restauração de Angola e a Unidade Nacional, Alberto Iria. — *O Castelo de Penafiel de Bastuço. A freguesia de Vilaça,* Manuel Braga da Cruz. — *João Penha — Anti-«Metrificador do Ai!»,* Cruz Malpique. — *Frei Francisco de S. Luís no Minho,* Luís A. de Oliveira Ramos. — *Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo,* Domingos de Araújo Affonso. — *La Batalla de Aguioncha: Una guerra civil galaico-portuguesa del siglo X,* M. Rubén Garcia Álvarez. — *Vocabulário Minhoto,* Manuel de Boaventura. — *Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditos existentes no Arquivo Distrital de Braga,* Fr. José Mattoso. — *Um «Estrangeirado»,* António Álvaro Dória. — *A posse solene de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas,* A Redacção. — *Arquivo Municipal,* A Redacção. — *Livro das Vereações,* A Redacção. — *Efemérides Bracarenses,* A Redacção. — *Ciclos de Conferências Culturais,* A Redacção.

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES

DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES
Vereador do Pelouro da Cultura

DR. SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA PINTO
Prof.-E. de Curso da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO
Antigo Conservador do Arquivo

VOLUME XX

BRAGA—1967

A Restauração de Angola e a Unidade Nacional

Por Alberto Iria

Alguém afirmou já, não sem visos de verdade, que fazer simplesmente «um resumo da vida complexa de um português como Salvador Correia de Sá e Benevides, o bravo restaurador de Angola, é tarefa difícil que requer copioso trabalho e longas vigílias». E se é de facto assim, apenas em relação à gigantesca figura daquele inconfundível cabo de guerra, com mais forte razão se poderá dizer isso, em referência ao aliciante labor de quem pretenda descrever, ainda que em imperfeita e mal alinhavada síntese, a sua decisiva acção na Reconquista de Angola e toda a gesta heróica da gente lusa nessa extraordinária e difícil empresa militar, de que Salvador Correia de Sá e Benevides foi, como já se reconheceu, «a figura central».

Até agora, os biógrafos, portugueses e brasileiros, de Salvador — filho de Martim de Sá e de D. Maria de Mendoza y Benavides — consideravam-no nascido no Rio de Janeiro, em 1594, onde aliás os seus antepassados — a ilustre dinastia dos Sás — tanto se haviam já notabilizado. Mas há pouco tempo ainda, com base em novos documentos, o seu mais recente biógrafo, o Major inglês Charles Ralph Boxer, afirma poder concluir-se, sem sombra de dúvida, que o seu biografado, cuja mãe foi uma castiça andaluza de ascendência britânica, nasceu em Cádis, em 1602.

Mas o facto não invalida, a nosso ver, a genuína ascendência portuguesa de Salvador, pelo lado paterno.

Portugal vivia então sob a intrusa dinastia dos Filipes de Castela e sofria, assim, as duras consequências da sua política.

Portugal, além de suportar a inimizade de outros povos em guerra com Castela, especialmente a da Holanda, com a qual outrora os Portugueses haviam mantido as melhores relações marítimas e comerciais, tinha agora esta como sua inimiga declarada.

E Salvador Correia de Sá e Benevides, a cuja formação espiritual, educação e ensino não foram alheios os doutos padres da Companhia de Jesus (de quem seria, aliás, sempre grande amigo e devotado protector), fazia a sua primeira viagem ao Brasil, em 1614, ainda uma criança e com o avô paterno, quando já os corsários holandeses infestavam os mares e flagelavam o comércio e a navegação entre Portugal e as suas mais longínquas províncias do Ultramar.

Os holandeses apareciam já então nas costas do Congo e de Angola, onde encarniçadamente disputavam o tráfego dos escravos indígenas, de que o Brasil se abastecia, como indispensável mão de obra ao seu grande surto económico nesse alvorecer do século XVII, sobretudo nas capitanias açucareiras do Nordeste. O Brasil foi, como se sabe, atacado a sério pelos holandeses, já depois de estes, em 1621, terem fundado a célebre Companhia das Índias Ocidentais.

E foi assim que o jovem Salvador Correia de Sá, em 1625, quando regressava da capitania de São Vicente, por ordem de seu pai, com socorros para a Baía, teve de defrontar-se, vitoriosamente, com os navios holandeses de Piet Heyn. E este, embora não o tivesse então podido fazer, recebera ordens para ir apoderar-se de São Paulo de Luanda, empório do comércio de Angola e o melhor porto de mar em toda a costa de África Ocidental portuguesa. É que, embora os navios portugueses aprisionados pelos holandeses na costa pernambucana, para aqui trouxessem escravos, de Cabo Verde, Guiné, Serra Leoa, São Jorge da Mina, etc., a maioria provinha de Angola e Congo.

E a Companhia das Índias Ocidentais, segundo Barleus, estava altamente interessada neste tráfico. Os holandeses, agora senhores do Nordeste Brasileiro, tinham também necessidade deste importante factor humano, que muito pesava na balança económica do seu novo domínio.

Esqueciam os holandeses, porém, que enquanto eles, heréticos, faziam dos negros africanos apenas simples valores económicos, sem lhes interessar elevar a alma e as condições de vida desses forçados emigrantes, os Portugueses de há muito que, fiéis à sua tradicional política governativa de Cruzada, faziam pelos indígenas das suas províncias ultramarinas, alguma coisa de mais sublime e espiritual. Embora não fugissem, também por necessidade, a essa desenfreada fatalidade da época — o comércio do escravo — os Portugueses não eram então, como os Holandeses, simples comerciantes e negreiros, porque, por intermédio dos seus humanitários missionários, homens desinteressados e altruistas (e em Angola e Congo essa árdua e nobre tarefa remontava aos tempos áureos do descobrimento

destas terras), preparavam fundamentalmente seres cristãos para a vida, visto a Religião de Cristo estar na base de todo o seu sistema.

A própria instrução dos nativos estava englobada nesse sistema, porquanto já nessa centúria vamos encontrar em Angola, no Colégio da Companhia de Jesus, em Luanda, a aprender a ler e a escrever — com a aprendizagem do ensino profissional ministrado na Sanzala, anexo à cerca — tanto brancos como pretos e mulatos, numa das muitas eloquentes provas do tradicional anti-racismo da acção civilizadora dos Portugueses no Mundo, como, há pouco, bem documentadamente o demonstrou o Dr. António Alberto de Andrade. Ainda se pode ver, em Luanda, «o que resta da Cadeira de Pedra donde o Bispo de Angola e Congo, no cais, abençoava os escravos que embarcavam para o Brasil».

E na época de Salvador Correia de Sá e Benevides, a famosa Jinga — de que foi seu primeiro biógrafo, que saibamos, o Rev.º Cónego Matias Delgado — embaixatriz e irmã do rei indígena de Angola, que depois lhe sucederia, havia sido recebida em Luanda pelo governador e capitão-general João Correia de Sousa e por sua esposa, D. Ana de Meneses, que serviram de padrinhos à referida nativa, no solene baptizado desta, em 1622, a cujo acto assistiu, decerto, o mesmo virtuoso sacerdote preto, que foi enviado ao Reino de Matamba para baptizar também o rei irmão da Jinga. E esta, que adoptou, ela própria, o nome cristão de Ana de Sousa, em significativa homenagem aos seus ilustres padrinhos, já depois de Rainha e Senhora do Reino de Angola, por morte do irmão, pedia, em 1625, aos Portugueses, para os quais nem sempre foi fiel (pois atraiçoou-os com os invasores holandeses), alguns padres da Companhia de Jesus para a conversão deste Reino, «onde se espera que se abra uma grande porta para a promulgação do Evangelho...», segundo se lê no importante documento publicado há pouco pelo Rev.º Padre António Brásio.

Angola, com os holandeses já estabelecidos no Brasil estava em perigo e, por isso, tanto quanto lhe era possível, defendia-se pelos seus próprios meios dos frequentes ataques dos corsários flamengos.

Mas não é justo dizer-se, como já se tem afirmado, que em Lisboa se esqueciam completamente dela, porquanto, em 28 de Fevereiro de 1636 merecia as atenções do Conselho da Fazenda, numa sua consulta dessa data. E não foi esta a última vez que tal Conselho se ocupou da questão do dinheiro que se fazia necessário para o socorro de Angola, de S. Jorge da Mina, do Brasil, em especial para o Maranhão, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Mas Portugal estava à beira da ruína, com o desastroso governo intruso dos Filipes, o os ânimos andavam exaltados com os motins popu-

lares de Évora, em ligação íntima com as importantes e significativas alterações do Algarve, em 1637.

Era precisamente o ano em que, a 21 de Fevereiro, com a respectiva posse em 19 de Setembro seguinte, Salvador Correia de Sá e Benevides assumia as funções de governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, em cujo cargo sucedia a seu pai, falecido havia cinco anos.

Salvador casara-se, não havia muito, com D. Catalina de Ugarte y Velasco, depois de sufocar a revolta dos índios nas províncias espanholas de Tucuman e Paraguai, onde fora, possìvelmente, ferido numa perna. Este casamento transformava-o num dos mais ricos proprietários da América Espanhola. Aumentava assim a sua fortuna, visto que, na América Portuguesa, no Rio de Janeiro, herdara também muitas propriedades e plantações de açúcar.

Entretanto, em Portugal, a Revolução do 1.º de Dezembro de 1640 colocava no trono o oitavo Duque de Bragança. E Salvador, cuja rapidez de acção era uma das mais notáveis características do seu espírito, como bem observa o Major Boxer, não hesitou, logo que teve as boas novas de Lisboa, em aclamar entusiàsticamente o legítimo Rei de Portugal. Por isso D. João IV, quando de tal foi sabedor, confirmou-o no governo daquela Capitania, por ele haver dado então inequívocas provas de *vassallo de animo leal e bom portuguez...* E nós acrescentaremos ainda que, a essa inegável faceta do seu espírito, como homem enérgico e de decisões rápidas, de forma alguma destituído de prudente e clarividente reflexão, esta tão rápida como as suas decisões, ficou Salvador a dever, talvez, o segredo do êxito de quase toda a sua acção no duro tablado da vida.

Mas os holandeses ameaçavam agora provocar, no justo dizer do Major Boxer, o colapso completo do Império Ultrmarino Português. As naus do flamengo, no Atlântico, entre o Brasil e Angola, estrangulavam cada vez mais a navegação portuguesa.

«Sendo grandíssima a importância do resgate dos negros do reino de Angola, — informa o insuspeito Barleus — por imprescindíveis aos trabalhos das minerações reais e dos engenhos brasileiros, prouve a Maurício (*de Nassau*) levar a guerra também lá...».

E assim, com uma armada de 20 navios com 2 000 infantes, comandada pelo corsário Jol, por alcunha o *Pé de Pau*, e pelo almirante Houtbeen, aproveitando a partida da Baía do Marquês de Montalvão e do consequente enfraquecimento da luta que este lhe movia, o Conde Maurício de Nassau fez sair esta poderosa força naval do Brasil, com o aparente objectivo de ir esperar a frota das Índias de Castela. A armada holandesa, a 24 de Agosto

de 1642, surgia à vista de São Paulo de Luanda, com o firme propósito de tomar esta cidade, apesar das capitulações de Paz já celebradas entre o Rei de Portugal e os Estados Gerais da Holanda, no verão do ano anterior. Barleus diria agora, contradizendo-se, que tal expedição resultava de um pedido de ajuda contra os Portugueses, formulado pelo Rei do Congo, D. Garcia «Quicapo»...

Os moradores desampararam a cidade e puseram a salvo as pratas, alfaias religiosas e tudo o que de mais precioso lhes foi possível esconder ou levar consigo.

O governador e capitão-general de Angola, Pedro César de Meneses, que tinha aclamado D. João IV, e como ele «todos os governadores das Ilhas, e lugares de terra firme, de que he senhor Portugal na costa de África», deixou o capitão Matias Teles Veloso na Fortaleza da Cruz, com 60 homens, a curta distância de Luanda, «e seguio a gente que sahia della».

No dia 25 os holandeses fizeram o desembarque, no lugar do Penedo, sem se incomodarem muito com a Fortaleza da Cruz, e entraram na cidade, quase sem oposição alguma.

Pedro César de Meneses, depois de ocupar alguns pontos menos afastados de Luanda, sempre na esperança de poder mais fàcilmente receber oportunos socorros da Metrópole ou do Brasil, compreendeu, a breve trecho, que tinha de retirar para o interior se quisesse resistir, e estabelecer-se «no ponto estratégico de confluência dos rios Cuanza e Lucala», isto é, na Fortaleza de Massangano, de que o forte de Muxima era bem a sentinela avançada, contra o possível avanço do invasor. E para Portugal expediu o infortunado governador aviso ao Rei, destes sucessos, por intermédio do esforçado António da Fonseca Dornelas.

A tomada de Luanda arrastou consigo a queda de S. Filipe de Benguela, a natural «guarda avançada da conquista do Sul», e a estratégica ilha de S. Tomé.

Entretanto, em 30 de Maio de 1642, Salvador Correia de Sá e Benevides, em carta escrita do Rio para Lisboa, informava D. João IV de haver recebido ali, em 13 de Novembro de 1641, a notícia da conquista de Angola pelos holandeses.

A situação também era crítica no Brasil, pois da Baía, em 23 de Setembro de 1642, o governador-geral, António Teles da Silva — que já tinha sido socorrido do Rio de Janeiro, por Salvador Correia de Sá, «com muytos mantymentos e jente do Sertão Marynheyros» e algum dinheiro, sem ser da Metrópole — expunha a D. João IV a impossibilidade de defender a capital daquele Estado, se o flamengo de novo atacasse.

O soberano, e com ele toda a grei lusitana, estava então em grandes dificuldades e apuros. Mas D. João IV, que conseguira reacender, à sua volta, a chama sagrada da unidade nacional, iria abrir aos Portugueses espalhados pelos cinco continentes, mais largas perspectivas económicas. Com a promulgação, em Lisboa, do Alvará de 12 de Dezembro de 1642, D. João IV consagrou e completou a unidade económica do espaço ultramarino português, já ligado à Mãe-Pátria por indestrutíveis laços materiais e espirituais, ao franquear agora, a todos os seus vassalos, de aquém e de além mar, sem qualquer discriminação racial, o próprio comércio e navegação da Índia.

Diz D. João IV, entre outras coisas, nesse notável diploma, que já em outro estudo revelei em primeira mão:

> — «Ev El Rey faço saber aos que este aluara uirem que por justas considerações de Meu Seruiço, e por atender ao bem comum de Meus vassalos asy destes Meus Reynos, como dos de todas Minhas conquistas e partes da India Hey por bem e me pras de lhes franquear e deixar liure a todos em geral o comercio e Nauegação das ditas partes da India, que ate agora estaua prohibido para que elles possão liuremente Nauegar e mandar a ellas seus Nauios e das ditas partes uir para este Reyno por sua conta e risco com as mais que sahirem do porto desta cidade (de Lisboa) com todas as mercadorias que quizerem e lhes bem pareçer...»

Este Alvará, note-se bem, antecede, assim, de mais de três séculos, e também em hora difícil, a actual unidade económica do espaço português, metropolitano e ultramarino, tradicional linha de rumo de uma política de coesão nacional, que perturba e desorienta todos quantos não a compreendem, a desconhecem, fingem desconhecê-la ou simplesmente dela duvidam.

Surgia o ano de 1643, e Portugal, como faz notar Charles Boxer, estava empenhado, como hoje chamaríamos, numa *guerra quente* com a Espanha e numa *guerra fria* com a Holanda.

Salvador Correia de Sá e Benevides viera a Portugal desfazer certas intrigas e, em 21 de Outubro de 1643, recuperado o seu prestígio, aconselhava a D. João IV a necessidade de enviar com a maior urgência socorros a Angola, sob competente e hábil comando, e lembrava-lhe os prejuízos que tal demora poderia acarretar, não só para o crédito português entre os naturais daquele Reino, mas também para o comércio do Brasil, onde

a mão de obra indígena, proveniente de Angola, era agora, mais do que nunca, de importância vital, para a economia luso-brasileira.

A efectivação daquele socorro vai, porém, arrastar-se demoradamente no Conselho Ultramarino, apesar de ser unânime a convicção de que, «sem Angola não se pode sustentar o Brasil e menos Portugal sem aquelle Estado...», (e não sem *aquela Colónia*, repare-se bem); razão por que Salvador Correia de Sá e Benevides aconselhava a maior rapidez, pois já se havia perdido a ilusão de recuperar as terras tomadas pelos holandeses no Ultramar Português por via diplomática, que D. João IV conduzia, aliás, com mão de Mestre.

São do embaixador português na Haia, Francisco de Sousa Coutinho, estas expressivas palavras dirigidas a D. João IV: «Sobre Angola estou certo que teremos grandes dúvidas, e que, se as armas de V. Majestade as não vencerem, não sei somo nós cá o poderemos fazer, porque a Companhia (*das Indias Ocidentais*) está bem desenganada de que, logo que largar aquela praça lhe será forçado largar as do Brasil».

Entretanto, em Angola, a difícil situação dos que se tinham recolhido na fortaleza de Massangano, aumentava ainda mais com a insubmissão da maioria dos sobas, de há muito instigados à rebeldia pelos próprios holandeses, com os quais a poderosa Rainha Jinga, Ana de Sousa, havia igualmente pactuado.

Fazia-se, porém, valorosamente frente à traição desses potentados, e nessa luta, em 1643, distinguiam-se, nas encarniçadas sortidas, o próprio governador e capitão-general, Pedro César de Meneses, os capitães António de Abreu de Miranda e António Bruto, o Alferes João Vieira — morto em combate — e os nativos fiéis a Portugal.

Traiçoeiramente, e também em 1643, moveram os holandeses guerra ao confiado Pedro César de Meneses, fora dos muros de Massangano. Muitos dos nossos tombaram então para sempre, entre eles o sargento-mor Manuel de Medela, os capitães António Bruto, João Pegado da Ponte e Pedro de Gouveia Leite.

Alguns conseguiram fugir para o sertão e refugiaram-se em Massangano, mas o governador César de Meneses ficou em poder dos holandeses, que fizeram então muitos prisioneiros e importante saque: mais de 600 mil cruzados em ouro e prata, além de muitas fazendas e escravos. Era o primeiro grande revés que sofríamos em terras angolanas, depois da perda de Luanda.

Exemplos típicos desta *guerra fria* em que se vivia com a Holanda, em paz com Portugal: em primeiro lugar, o procedimento de Maurício de

Nassau, ao receber *humanamente*, diz o cronista, os prisioneiros portugueses, «mostrando que sentia o excesso cometido em Angola, e brevemente os remeteo à Bahia, e a Lisboa...»; e, em segundo lugar, o que se passou então em Massangano. Ali, para o governo não ficar acéfalo, elegeram os nossos, como seus governadores, Bartolomeu de Vasconcelos, António Teixeira e João Zuzarte. E a estes mandaram os holandeses «hum Embaixador desculpando se do sucesso passado». Tão contraditórias atitudes não passavam, porém, de meros estratagemas, em que os holandeses eram mestres. E, por isso, não deixaram esses actos de reforçar ainda mais o cauteloso ânimo dos portugueses de Angola.

Apesar desta aparente amizade , foi a ocultas que o governador Pedro César de Meneses conseguiu fugir novamente para Massangano, onde reassumiu as suas funções.

Já em 1644, a 25 de Março, Salvador Correia de Sá era nomeado general da frota que devia escoltar os navios do Brasil para Portugal, cujo regimento foi dado pelo Soberano em 26 seguinte.

Nesse ano ainda, em 19 de Novembro, entra para o Conselho Ultramarino, o que lhe dá ensejo de intervir mais directamente nos graves negócios ultramarinos de Portugal nessa agitada época. Mas parece que, já a esse tempo, estaria de abalada para o Brasil, pois em 7 de Junho desse ano recebera também o Regimento que devia guardar na administração das minas de São Paulo e São Vicente.

Regressa, porém, já em fins de 1645, ano em que chegavam a Angola, vindos de Portugal, os primeiros quatro navios com 300 homens de socorro. Mas do Brasil partia, em Maio, o próprio capitão-mor do Rio de Janeiro, Francisco de Soutomaior, com cinco navios e 260 homens, cuja expedição, que tinha já o propósito de reconquistar Luanda, lançou ferro em Quicombo, em Junho seguinte. A expedição, guiada por António Gomes de Gouveia dirigiu-se para Massangano, e daqui seguiu para o Brasil Pedro César de Meneses, agora substituído por Soutomaior.

Mas o prematuro falecimento deste, em 1646, veio tornar novamente crítica a situação em Angola, porquanto, embora de Lisboa tivesse partido nesse ano uma pequena expedição de quatro barcos, do francês Pierre Baudran, Soutomaior havia denunciado já as capitulações do seu antecessor com os holandeses.

Medidas eficazes iam, porém, ser tomadas. E, assim, ao mesmo tempo que se organizava nova expedição a Angola, escolhido já o homem decidido que devia comandá-la, Salvador Correia de Sá e Benevides, aprontava-se outra para ir de socorro à Baía, comandada pelo Conde de Vila

Pouca. Mas tudo se fazia, sem grandes alardes, não obstante a impaciência de Salvador Correia de Sá e Benevides que, por Carta Patente de 20 de Setembro de 1647, fora segunda vez nomeado governador e capitão-general do Rio de Janeiro, de cuja cidade este almirante das costas do sul era também alcaide-mor vitalício.

Salvador, depois de ter conseguido convencer D. João IV, na sua célebre carta de 12 daquele mês, a separar a sua armada da do Conde de Vila Pouca, à qual não queria ficar subordinado, partiu finalmente para o Rio de Janeiro a 24 de Outubro ou mais provàvelmente a 7 de Novembro desse ano de 1647, segundo confirmam fontes holandesas.

Seguiam com Salvador, navios e gente recrutada em Portugal, na Madeira e nos Açores, com o decidido objectivo de reconquistar Luanda e expulsar definitivamente os holandeses de Angola, tanto mais que estes, ao que constava, se preparavam igualmente para enviar da Holanda poderosos reforços. Mas esta clara intenção dos Portugueses responsáveis desse tempo, salta à vista de quem estudar a preciosa e numerosa documentação existente, sobre a matéria, no Arquivo Histórico Ultramarino, como muito bem fez notar o Major Charles Ralph Boxer.

Salvador, depois de haver chegado ao Rio de Janeiro, já em fins de Janeiro de 1648, desfalcado de muitos soldados, que tinham adoecido e morrido durante a viagem, tomou com a maior rapidez possível todas as medidas necessárias para, finalmente, se poder dirigir à costa angolana com as suas forças, agora acrescidas de mais gente, em especial da Baía, S. Paulo e Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro, num compreensivo e bem significativo gesto de solidariedade, concedeu, para financiamento da empresa, o valioso empréstimo de 60 mil cruzados, facto de capital e decisiva importância, que nunca será demais encarecer, como fez, na ocasião, o próprio chefe da expedição, também generoso e voluntário contribuinte.

Já com plenos poderes de D. João IV, Salvador Correia de Sá e Benevides, nesse começo do ano de 1648, tão decisivo para os destinos de Angola, fazia também agora, no Rio de Janeiro, as nomeações que julgava mais convenientes, mas só em pessoas de muita satisfação e reconhecido valor, como era mister, para fazerem parte da expedição, nomeações registadas depois no chamado *Livro de patentes do tempo do Sr. Salvador Correia de Sá e Benevides*, precioso códice existente no Arquivo Histórico Ultramarino, ainda não devidamente estudado e aproveitado pelos historiadores.

Assim, entre outras nomeações, apontaremos as seguintes: em 4 de

Fevereiro , para almirante da Armada, Baltasar da Costa de Abreu; em 5 seguinte, para vedor e contador-geral da Armada, o capitão Tomás Filgueira Bultão; em 6 seguinte, para capitão de mar e guerra, Francisco Rocha; logo em 7, para tenente-general e capitão-mor da Conquista de Angola, Francisco Ribeiro de Aguiar; na mesma data, para sargento-mor de Angola, Diogo Coelho de Albuquerque; em 10, para ajudante de almirante da Armada, Diogo Monteiro da Fonseca; em 3 de Março, para capitão de uma companhia de Infantaria, Gaspar Lopes Figueiredo, que se oferecera, como outros fizeram, para levantar à sua custa a dita companhia; em 11 seguinte, para Boticário da Armada, Manuel Pereira; em 29, para capitão da sua guarda pessoal, Francisco de Vasconcelos; em 15 de Abril, para cirurgião-mor da Armada, João Pinto de Barros, dada a grande necessidade de cirurgiões; em 10 de Maio, para Secretário de Estado do Reino de Angola, João António Correia; em 11 seguinte, para ajudante de tenente-general da Armada, o capitão Diogo Monteiro da Fonseca; em 25 de Abril, para Secretário de Estado do Reino de Angola, Manuel de Lucena de Arede, etc., etc.

Depois da chegada de reforços holandeses ao Recife, facto que não deixou de influir no ânimo de Salvador e de sua gente, a Armada portuguesa partiu, enfim, a 12 de Maio, para Angola, com grande fé na vitória, segundo vaticinara o jesuíta Padre João de Almeida, a conselho do qual a expedição levou como seu patrono S. Miguel Arcanjo, cuja imagem, segundo a tradição, acompanhou, com a patente de alferes-mor, Salvador Correia de Sá e Benevides, que trouxe também consigo, nessa ocasião, um braço de prata de S. Francisco Xavier, relíquias ainda hoje existentes em Luanda.

Se não é possível conhecer, exactamente, a constituição das forças navais e terrestres com que Salvador havia saído de Lisboa, menos se pode avaliar, com precisão, o número de navios e de gente com que saiu finalmente, do Rio de Janeiro, pois até são discordantes as fontes coevas.

Cinco navios tinham vindo de Lisboa com Salvador, e outros cinco encontrara ele no Rio de Janeiro, enviados da Baía, com Manuel Pacheco de Melo, em fins de Dezembro de 1647, conforme ordem de D. João IV, cumprida pelo Conde de Vila Pouca. Eram seus capitães: Luís Correia de Súnica, Lourenço Barbosa da França, Álvaro de Navais, Alonso Castelhano e seu Almirante, Baltasar da Costa Bribroro.

Salvador comprou ainda, à sua custa, quatro navios (patachos) no Rio de Janeiro, aos quais se juntaram alguns navios ingleses, cujo número se desconhece, além de outros de origem incerta. De seis navios que Sal-

vador fretou no Rio de Janeiro, eram capitães: João Sermenho, Manuel Lopes Anjinho, Gaspar Rolin, António Vaz de Oliveira, Francisco Fernandes Furna e Clemente Martins.

Seriam ao todo, as forças de bordo, entre 1 400 a 2 000 homens, abastecidos para seis meses de campanha. Segundo o Conde da Ericeira, Salvador alistou 900 Infantes, divididos em vinte e duas companhias, e repartiu pelos seus 15 navios, 600 homens do mar.

A armada, conforme no Rio de Janeiro se tinha resolvido no importante conselho efectuado na casa de Salvador Correia de Sá e Benevides, comboiou, até às alturas da ilha da Ascensão, a frota do açúcar, constituída por 25 navios, com rumo a Portugal. E tão necessário era este produto exótico à economia portuguesa da época, que sem ele, depois de transformado em metal sonante nos mercados consumidores da Europa, não teria sido possível a D. João IV fazer inteiramente face à dispendiosa causa que sustentava na Península contra os castelhanos. A economia do açúcar ajudou muito a independência nacional.

A travessia do Atlântico, altamente agitado, tornou-se difícil e morosa, mas o tempo a bordo foi bem aproveitado, com exercícios e preparativos bélicos, e todos sempre a postos para qualquer eventualidade. Salvador, o chefe, estava perfeitamente à altura das circunstâncias, como homem «dotado de ânimo intrépido, e espírito vigoroso...», no dizer do Conde da Ericeira.

Em 27 de Julho a armada, depois de passar à vista de Benguela, de noite, para não ser pressentida pelos holandeses, ancorou na enseada de Quicombo, onde o Rei ordenara que se fizesse fortificação, pois era o ponto prèviamente escolhido, em Lisboa, para servir, embora só na aparência, de pacífica *testa de ponte*, como hoje se diria.

O navio almirante, o «*São Luis*», e mais dois patachos desgarrados chegaram depois. E o navio «Almirante», em consequência da grande tempestade que sobreveio ali, ou por outro motivo intrigante e desconhecido — pois a noite era de Lua clara, não havia vento e algumas chalupas pescavam lá fora — foi repentinamente a pique. Salvaram-se apenas dois homens e pereceram mais de trezentos.

Salvador não desanimou e julgou oportuno reunir conselho, para ouvir os seus oficiais acerca do seu parecer, de seguir viagem para Luanda, em poder do inimigo: «Ou ganhar Angola, ou ao Ceo desarreigando a herezia que ha sete annos semeão os Holandezes nestes lugares de verdadeira Christandade», foi o grito de todos.

As fortalezas de Muxima, Cambambe e Ambaca, quase não davam

sinal de vida, tanto haviam lutado e porfiadamente resistido. E Massangano, mais do que nenhuma outra, apesar de quase no último minuto e fatal extremo da sua heróica resistência, não podia agora, ao contrário do que Salvador havia pensado, fazer convergir as suas diminutas e enfraquecidas forças para S. Paulo de Luanda, como os emissários saídos da armada e interceptados pelos Holandeses do Forte Mols, na foz do Quanza, haviam tido por missão comunicar aos seus denodados defensores. Mas estes, resistindo ainda, prestavam, sem o saber, mais um grande serviço à Pátria, pois que, quando o Libertador de Angola chegou à vista de Luanda, no dia 12 de Agosto, foi informado por dois pescadores pretos de que parte das tropas inimigas que guarneciam a cidade, as de Pieterszoon, estavam no sertão e moviam decisiva guerra àquele punhado de bravos de Massangano, com as forças auxiliares autóctones da Rainha Jinga e do Rei do Congo.

Os dois únicos navios inimigos surtos em Luanda, desapareceram, após terem reconhecido a armada portuguesa. E esta, por ordem e estratagema de Salvador, entrou sem arvorar a bandeira do navio almirante, para fazer crer que ainda viriam mais navios.

Salvador, em 13 seguinte, e já dentro da enseada, e depois de saber confirmadas as primeiras notícias àcerca da situação da cidade, mandou emissários a terra para exigirem aos invasores a rendição da fortaleza do morro de S. Miguel. Estes, para ganhar tempo, pediram oito dias para pensar. Mas os emissários, que decerto já levavam instruções de Salvador, concederam apenas o prazo de quarenta e oito horas, mais do que suficiente «para se entregarem ou padecerem o rigor das armas», o que foi aceite. E neste meio tempo fortificaram-se os holandeses como puderam, camuflando os trabalhos de defesa apressada.

Entretanto Salvador, sem esperar pela resposta do *ultimatum* desembarcou no dia de Nossa Senhora da Assunção, 15 de Agosto, — memorável data que desde logo sempre se tem festejado — sem encontrar oposição na cidade. Tinha dado às suas forças, além de fardamentos novos, a melhor disposição possível para o ataque, e de forma a fazer crer que possuía numerosa gente de mar e guerra.

Depois de ouvida missa, as tropas portuguesas, com Salvador à frente e a cavalo, marcharam em direcção à parte alta da cidade, em cujo caminho tomou, numa eminência, o Mosteiro de São Francisco da Ordem Terceira, e o sítio de Mayanga, onde havia água potável. Depois, ante o recuo dos holandeses, tomou o Colégio da Companhia de Jesus, o Corpo da Guarda, o Palácio dos Governadores e mandou ocupar o forte de Santo António,

abandonado pelo inimigo com oito das suas peças de artilharia, duas das quais encravadas, e quatro pequenos canhões. Naquela mesma ocasião foram instaladas duas baterias no sítio da Igreja Matriz, paralelo à Fortaleza do morro de S. Miguel que, com linhas de comunicação, se unia ao Forte de Nossa Senhora da Guia, no sopé do morro.

Era grande a expectativa do inimigo, que declarara não se render, e não menor a impaciência dos atacantes. Estes, depois do Conselho reunido por Salvador, ao qual haviam chegado notícias alarmantes da situação dos sitiados de Massangano, lançaram-se finalmente ao ataque, divididos em três colunas, com simulado apoio pelo lado do mar.

No gráfico com que ilustra o seu excelente estudo, o Major Charles Ralph Boxer dá nítida ideia deste ataque, no qual Salvador Correia de Sá e Benevides mostrou, mais uma vez, as suas extraordinárias qualidades de Chefe, arrojando-se, no dizer do Conde da Ericeira «a huma acção prudente, e valerosa com apparencias de temeraria», por estar já «reduzido à última extremidade todo o Domínio de Angola...» É que, por detrás das fortificações inimigas havia ainda 1 200 holandeses, franceses e alemães, auxiliados por outros tantos pretos da vizinha ilha de Luanda.

No grande assalto à Fortaleza, Salvador, sem nada haver conseguido de positivo, perdeu cerca de duzenos homens e teve quase outros tantos feridos, entre os quais Manuel Pacheco de Melo e outros oficiais. O inimigo teve apenas reduzidíssimas baixas e pouquíssimos feridos.

A situação neste momento, parecia aos Portugueses bastante difícil, porquanto as tropas inimigas do sertão avisadas do aperto dos seus, em Luanda, caminhavam já a marchas forçadas sobre a cidade. Mas deu-se o milagre. Enquanto Salvador «de ânimo intrépido, e resoluto», diz o Conde da Ericeira, mandava tocar a reunir, para ordenar novo assalto, com os escassos 500 homens de que dispunha agora, depois da renhida e desigual luta, os holandeses, sem esperar pela nova investida, e ante o pasmo geral dos nossos, pediram sùbitamente a paz e ajustaram honrosa capitulação, logo aceite por Salvador.

Todas as forças da Holanda, em Angola, tiveram assim os seus dias contados.

O Major Boxer, depois de apontar as várias razões possíveis desta tão rápida capitulação geral: o rebentamento dos canhões holandeses durante o assalto dos portugueses, a impossibilidade da guarnição holandesa poder defender a grande área das fortificações e o cálculo errado acerca do número das forças atacantes, diz que, provàvelmente, havia já, da parte dos holandeses, falta de vontade em querer lutar por mais tempo.

Como quer que seja, em face desta decisão, que causou até estranheza às forças inimigas chegadas depois a Luanda, os holandeses eram expulsos de Angola, embora tivessem podido levar consigo armas e bagagens, além dos seus escravos e haveres, saindo mais como vencedores do que como vencidos.

E Salvador, já nas suas «pousadas», logo em 20 de Agosto, determina o seguinte, em face das razões que pondera:

«Por se terem perdido perto de 400 homens na almirante e na avançada de Luanda e actualmente existir pouca infantaria, por doença, e por ser necessário acudir ao castigo de sobas rebelados que precisam de castigo para a segurança destes reinos; e porque entre os flamengos estavam muitos franceses e de diversas nações que desejavam ficar servindo a S. M. (*el-Rei D. João IV*) desde que lhes pagassem aqui o que as Companhias do Estado da Flandres lhes deviam; ouvido o parecer dos capitães e mais oficiais de guerra, declararam ser de utilidade ficarem os súbditos franceses a servir neste Reino dado a falta de Infantes e por estarem já habituados ao clima da terra serviriam dados os poucos habitantes da cidade para acudir à conquista e «com elles se auctorisava muito nossas armas, por entenderem as nações mais remotas nos obedeciam os flamengos, vendo que por elles proprios se lhes dava o castigo»; foi resolvido pagar o que lhes devia a Companhia e matricular aqueles que quisessem ficar...».

E ouvido o «parecer dos oficiais da Fazenda, declararam estes que importam as dívidas da Bolsa em 2 683$350 réis, assinadas pelos directores e que se pagassem pelos 2 mil cruzados que S. M. (*el-Rei D. João IV*) mandou dar a Salvador Correia em Lisboa «em fazendas para repartir com sobas».

Em 21 do referido mês, foram assinadas as capitulações e, a 24, dia da festa de S. Bartolomeu, os invasores abandonaram Luanda, precisamente sete anos depois de haverem ali desembarcado, na mesma enseada de Cassandamá, donde seguiram em três navios postos à sua disposição por Salvador.

Não quiseram os holandeses romper as capitulações ajustadas com os portugueses, não obstante saberem que podiam contar com as forças da Rainha Jinga e do Rei do Congo, a cuja sorte os abandonaram.

E «Salvador Correia não querendo perder hum instante de tempo, por se não fiar, como Capitão experimentado, dos successos humanos», diz o Conde da Ericeira , tratou imediatamente de fazer ocupar Benguela, cuja guarnição inimiga se entregou sem resistência, e de auxiliar também

os moradores da ilha de S. Tomé a expulsar o invasor, que deixou ali, tomado de pânico, «toda a artilharia, e a mayor parte das munições».

Igualmente ordenou Salvador às suas forças que fossem desalojar as feitorias dos holandeses de Benguela a Velha, de Loango e Pinda.

E em dois escassos meses, conseguia o Libertador de Angola «lançar os Holandezes de toda a costa Austral de África...», depois do que «tratou de castigar os delictos del Rey do Congo, da Rainha Ginga, e dos Sóvas seus aliados».

O Rei do Congo, D. Garcia Afonso II, foi condenado a entregar a Ilha de Luanda, e a Rainha Jinga retirou-se para o sertão, sem mais nos hostilisar. Pediu depois ao Libertador de Angola a «paz, e commercio que elle aceitou, obrigado dos embaraços em que se achava».

Ainda nesse auspicioso fim de 1648, Salvador Correia de Sá e Benevides praticou importantes e significativos actos de governo militar e civil, agora já no pleno exercício do alto cargo de governador e capitão-general de Angola.

Assim, em 23 de Agosto, escolheu para capitão da Infantaria holandesa que ficara em Luanda, Govert Govertsen van Goveren, ajudante holandês, que considerava «de muito valor».

Em 16 de Setembro nomeou capitão-mor de Angola a Vicente Pegado para ir castigar os sobas rebeldes, que não tinham aceitado o perdão por ele oferecido, em nome de D. João IV, nas capitulações da entrega de Luanda pelos holandeses.

Em 17 seguinte, nomeou Estêvão Neto Sardinha para ouvidor-geral da Armada que viera libertar Angola.

Em 18 confirma a concessão do Hábito de Cristo ao nativo João Bango-Bango, valoroso homem preto, filho e neto de outros grandes Portugueses de Angola e que, sempre leal à causa lusitana, prestara com a sua numerosa gente inestimáveis serviços na luta contra os invasores holandeses. Quando estes cercavam Massangano, conseguiu ele entrar nesta fortaleza, depois de ter deixado «mulherio, filhos, casa e fazenda desamparadas na campanha», facto que deu ali «notável alento e ânimo a toda a gente preta» que acompanhava os nossos.

Em 19 seguinte, para sargento-mor do Reino de Angola e suas conquistas, nomeou Diogo Gomes Morales. Este havia praticado excelentes serviços no socorro das fortalezas de Ambaca — quando se receava o ataque da Rainha Jinga — e de Muxima, então cercada pelos holandeses — de quem esteve prisioneiro — e forçou a passagem do Quanza, pondo em fuga o invasor, «graças ao seu valor, disposição e obras».

Em 20, nomeou o engenheiro Pedro Pellefique tenente-general da artilharia de Angola, pela maneira como este havia ordenado, ali, o desembarque das peças de artilharia, da armada libertadora.

E logo em 22, nomeou Manuel da Silva, antigo mestre do galeão «Conceição», capitânia da sua armada, para capitão de toda a gente do mar de Luanda, por este se ter distinguido «na viagem, na tormenta de Quicombo e no desembarque da artilharia em Luanda. O nomeado iria agora contribuir «para o melhor apresto da viagem do dicto galeão», de partida para a Baía, onde ficaria às ordens do Conde de Vila Pouca de Aguiar, *general das armadas do Mar Oceano.*

Em 24, nomeou capitão de mar e guerra do galeão «Conceição» a Manuel de Almeida Falcão, na vaga do capitão Luís Correia de Zuñiga, que fora enviado a Lisboa para avisar D. João IV da Restauração de Angola.

E, em 26, nomeia capitão do Forte de Santa Cruz e da respectiva infantaria de guarnição, João Baptista de Paiva Severino, que viera no galeão «S. Tomás» da armada libertadora, e se distinguira «na avançada às fortalezas de Luanda , de tal maneira que ferido o capitão Manuel Jorge Caramulo no ataque à fortaleza de S. Miguel, prosseguiu a peleja até perto da fortaleza «aclamando a Sua Magestade» até que retirou em virtude do muito poder inimigo».

Já em Outubro, a 7, nomeia Teófilo Homem da Costa para guarda dos navios, e, em 8, Bartolomeu Pais Bulhão para o posto por ele considerado de maior importância na praça de Luanda, o de capitão do Castelo do Arcanjo S. Miguel — onde os holandeses tinham sido rendidos — pois devia «estar prevenido de Maneira que em todo o accidente possa resistir qualquer invasão que outra vez se lhe entente».

Em 20, nomeou Robert Ellis, engenheiro militar inglês, casado com uma portuguesa em Angola — onde servia havia 15 anos — para capitão de toda a artilharia. O referido britânico acompanhara o governador Pedro César de Meneses ao rio Bengo, e viera buscar a Luanda, depois da traição no arraial do Gango, «e a pedido do capitão-mor António de Abreu de Miranda, cavalos, éguas e mulas» e voltou «mais vezes a Luanda e descobriu segredos dos holandeses, sabedor como era da língua flamenga...». Acudiram também «à fortificação do presídio de Massangano e assistiu a uma fortaleza que se fez com sete baluartes e um forte, trincheiras e muro, dando as traças e ordens que convinha, com seu trabalho e indústria». Disporia agora de um cabo de esquadra de cada companhia «para que acuda ao que lhe ordenar da limpeza e apresto das armas, que todas estarão a seu cargo».

Em 26, nomeou Paulo Rebelo da Cunha para capitão do Forte de S. Francisco Xavier, «no baixo» do castelo do Arcanjo S. Miguel. Havia este procedido «na avançada de Luanda com tanto valor que foi eleito para cabo de 25 homens e enviado ao Bengo, a ver se podia reduzir o gentio levantado...».

Finalmente, em 30, nomeou Francisco Gomes Sardinha para capitão de uma companhia de infantaria do galeão «Conceição», na vaga do capitão Manuel de Almeida Falcão «que foi a Buenos Aires com aviso da Restauração de Angola» e com a missão de (como era aliás desejo de D. João IV e sobre cuja matéria Salvador Correia de Sá e Benevides se havia pronunciado ainda em Lisboa) abrir comércio com aquela cidade do Rio da Prata.

O nomeado para este posto distinguira-se também «na avançada de Luanda», onde combatera valorosamente e ficara ferido.

Ainda em fins de Novembro, o Conselho Ultramarino, embora dirigisse as suas felicitações ao Rei, por motivo das notícias chegadas de Angola, não deixava de aconselhar o envio de reforços para aquelas partes, pois os holandeses, então no Recife — onde a notícia da capitulação de Luanda chegara a 21 de Outubro — manifestavam também agora, pela via diplomática, as suas intenções de recuperar o perdido.

Já em Janeiro de 1649, o Conselho Ultramarino registava, porém, o pedido de Salvador Correia de Sá e Benevides para poder repartir 200 escudos de «ventagens» pelos soldados que mais se tinham distinguido na Restauração de Angola.

E Salvador, a 29 daquele mês , nomeou para capitão de um dos barcos longos da armada do Quanza, António de Oliveira Cadornega. Este valente oficial estivera na batalha contra a Rainha Jinga, no cerco holandês ao presídio de Muxima, e foi depois, como se sabe, o autor da *História General das Guerras Angolanas*, importante fonte coeva para todos quantos, em relação a estes heróis, desejarem «conhecer com minúcia os seus feitos gloriosos, toda a sua notável acção na expulsão dos intrusos» invasores, como também já o fez notar o Dr. Simeão Vitória.

Mas Salvador, ainda nesse ano de 1649, continuou a tomar importantes medidas.

Assim, para capitão-mor da guerra preta de arco, tendala e quiambale do Reino de Angola, nomeou Diogo Dias Mendes, pessoa de muita experiência «nas matérias de guerra e conhecedor da língua ambunda...».

A 16, nomeou o ajudante holandês Julião Eurest (?) — um dos que ficara, pois já estava casado com mulher portuguesa — para capitão dos flamengos moradores no distrito do Dande.

No mês de Abril, a 8, nomeou para capitão-mor do Reino de Angola a António Teixeira de Mendonça, «pessoa não só de qualidade, mas experto nos casos de milícia principalmente inteligente nas matérias desta conquista e de cabedal, assim de negros bons soldados, como de fazenda, para acudir com ela ao que necessário fosse...».

São de 13 desse mês as capitulações assinadas em São Paulo da Assunção de Luanda com o Rei do Congo, D. Garcia II, pelas quais Salvador Correia de Sá e Benevides, em nome de D. João IV, lhe concedeu a Paz. E nos termos destas capitulações, o Rei do Congo pagaria 900 *motetes* de panos, dos quais um terço se destinava ao «suprimento da parte dos gastos da armada» com que Salvador Correia de Sá e Benevides fora restaurar Angola.

Mas o Conselho Ultramarino também não adormecia ao som fagueiro das fanfarras da vitória do Restaurador de Angola. Na verdade, é de 21 daquele mês a consulta relativa ao novo socorro a enviar àquele Reino, de gente, armas e munições, «em caso que o inimigo vencido o quisesse tornar a infestar...». E em 23 seguinte, regista ainda o Conselho Ultramarino a carta, repassada de humanidade, em que Salvador pedia a D. João IV um perdão geral para todos os degredados que se tinham portado com satisfação na libertação de Angola.

Quase ao mesmo tempo, em 25, Salvador nomeava para capitão-mor da Fortaleza de Massangano, Baltazar de Albuquerque Coelho. Este estivera «na vitória contra a rainha Jinga e no encontro com os flamengos na Cavala, bem como nas fortificações de Massangano», na defesa contra os holandeses «e acudira com seus escravos, fazenda e contínua assistência de sua pessoa, assim nas ditas obras, como na cura de soldados enfermos, que levando-os para sua casa tomou à sua conta», e ainda a Luanda, «após a Restauração com seus escravos de guerra...».

Em Maio, a 16, nomeou para capitão de uma Companhia de Infantaria paga, João Rebelo, que se distinguira na luta contra os holandeses. Foi ele quem, «como cabo de 50 soldados», foi «até Massangano a dar a notícia da Restauração», comboiando depois os bravos defensores desse reduto, circunstâncias que lhe valeram a promoção «a capitão de infantaria de um dos barcos longos da armada do Quanza».

No Conselho Ultramarino, em 8 de Julho, repercutiam-se também os ecos da estrondosa e decisiva Batalha dos Guararapes, — de 19 de Fevereiro desse ano de 1649 — a Aljubarrota do Brasil, como já se lhe chamou, relatada na famosa carta de um dos heróis da libertação de Pernambuco do jugo holandês, o Mestre de Campo João Fernandes Vieira, batalha por

ele definida como «a mayor bisarria que jamais se lembra que ouuesse na America...».

Entretanto, Salvador continuava a tomar deliberações importantes no seu governo de Angola, ainda nesse ano de 1649.

Assim, por exemplo, a 12 de Outubro nomeia Pantaleão Dias para capitão da Companhia de Infantaria paga da Fortaleza de Santa Cruz, pois o nomeado, entre outros serviços prestados ao Restaurador de Angola, dera-lhe, após a libertação de Luanda, «larga informação das cousas e estado» do Reino do Congo, de onde regressara com o «necessário fundamento e verdade».

Salvador estava particularmente interessado na pacificação do gentio do Congo, e para lá nomeou, em 23 seguinte, como sargento-mor, João Guterres de Morais — por ter falecido o respectivo capitão-mor, João Baptista de Paiva Severim.

Em Dezembro, a 8, nomeia para Provedor da Fazenda Real do Reino de Angola, a Manuel Coutinho, «por ser experto para o tal cargo» e «ser conveniente haver provedor para o regular dispêndio da Fazenda real...». E, em 9, para capitão-mor do Reino de Benguela Duarte de Lemos, «pessoa benemérita, com experiência e conhecimento das cousas» daquele Reino, para onde seguiu também, nomeado a 16 desse mês, Bernardo Pereira, como cirurgião-mor.

Aos capuchinhos italianos já com notável obra missionária no Congo, deseja Salvador radicar também em Angola, para a conversão do gentio.

São do Libertador desta província, estas elogiosas expressões acerca daqueles missionários (desfeita já a suspeita de serem agentes de Castela), quando, na sua carta de 28 de Dezembro de 1649, recomendada a D. João IV um deles, Fr. Boaventura Sorrento: «os taes religiozos, mais que outros nenhũs seruem para semelhantes missões, porque mouem com seu exemplo virtuozissimo, e muito com serem desapegados de todo o genero de interesse, com que vem a conhecer a gentilidade, que nenhum negocio os traz qua mais que o zelo da fee; não fazem gasto nem lhe faz pauor ou remissão a aspereza destes climas...».

E os capuchinhos italianos foram de facto, no justo dizer do capitão Sousa Dias, «os maiores e mais desinteressados obreiros da civilização no interior angolano, onde a vida perigava não só pela inhospitalidade do clima, mas ainda pelas ferozes práticas de antropofagia dos seus naturais...».

Logo em 16 de Janeiro de 1650, concedeu Salvador Correia de Sá e Benevides a todos os reis senhores e sobas do Reino de Angola, o perdão

dos tributos que pagavam, rasgado e compreensivo gesto que muito deve ter sido apreciado pelas populações nativas.

A sua política para com os autóctones de Angola, feita de bom senso e de moderação, era secundada pelas prudentes recomendações do Conselho Ultramarino. Na verdade, quando em 13 de Julho de 1651, o já aludido capuchinho Fr. Boaventura de Sorrento apresentava a D. João IV o pedido do Rei do Congo, para lhe confirmar as capitulações de paz, o Conselho Ultramarino põe, quanto ao pagamento de «1500 cargas de panaria», que o Rei do Congo nos devia pagar, por danos sofridos durante a ocupação holandesa de Angola, «esta restrição, admirável de senso e de benevolência», como já o notou Sousa Dias: «*mas com toda a moderação e brandura possível, porque não haja escândalo, nem mostra de cobiça, que nos vai muito mais na boa paz e amizade de futuro, que na satisfação de perdas e danos passados...*».

Salvador esforçava-se, assim, nestes três anos de permanência em Angola, por restabelecer neste velho Reino, não só a liberdade, mas também a economia e a paz internas. Procurava, a todo o transe, reparar os danos e as cicatrizes deixadas pelos holandeses.

Estes, como judiciosamente observou Alberto de Lemos, «não se tinham fixado em Angola. Incertos da posse definitiva, simples aventureiros e mercenários, apenas curaram do tráfico de escravos para o Brasil. Neste país ainda eles foram agricultores, edificaram, assumiram o bom papel de colonos. Em Angola, a sua passagem é um terremoto».

E Alberto de Lemos acrescenta: «Salvador Corrêa encontrou-se quase como no princípio da conquista. Tudo tinha que ser feito de novo, ou pelo menos, restaurado».

A Restauração económica de Angola não foi, como bem o demonstrou outro ilustre biógrafo de Salvador, o brasileiro Clado Ribeiro de Lessa, de somenos importância.

O Major Boxer põe até em evidência as terras frescas e ubérrimas que o Libertador de Angola trouxe à produção e ao cultivo, dando-as de *sesmaria* aos colonos, como tradicionalmente os portugueses faziam.

É bem significativa a carta de Salvador para o Rei, respeitante a se poder bater moeda de cobre em Angola, objecto de consulta (em 18 de Agosto de 1649) no Conselho Ultramarino, onde, em 25 de Fevereiro de 1651, se consulta também sobre a petição dos oficiais da Câmara de Luanda, para que D. João IV lhes conceda «cinco anos de tempo para não serem executados pelas dívidas anteriores à Restauração».

Mas a análise deste outro aspecto da actuação de Salvador Correia de Sá e Benevides, e bem assim o estudo da sua vida, a partir do momento em que Reconquista Angola para a inalienável Soberania lusitana, sai já do âmbito deste trabalho, e, por isso, não ousamos agora adiantar mais ao pouco que deixámos exposto.

Em consulta de 18 de Janeiro de 1651, o Conselho Ultramarino ocupava-se agora da petição — de 6 de Outubro de 1650 — do Restaurador de Angola, em que este pedia a D. João IV para lhe nomear sucessor, no cargo de governador e capitão-general de Angola, por se ter agravado o «achaque antigo, que tem em hua perna».

Em Lisboa, a esposa de Salvador secundava o pedido do marido ao Rei, com outra petição dirigida ao soberano, como aquele lhe havia recomendado.

Foi, porém, só em 1652, pouco depois de, em 2 de Março, ter chegado a Luanda o seu sucessor, Rodrigo de Miranda Henriques, que Salvador deixou Angola, com destino a Portugal, via Brasil, coberto de bem merecida glória e de invulgar prestígio.

Mas não estava acabada a sua brilhante carreira porquanto, principalmente no Brasil, ela seria acrescentada de novos lauréis, mas nenhum superior, a nosso ver, aos dois simbólicos pretos que figuram como suporte do seu brasão de armas, assim ainda mais enobrecido do que nunca.

«Por isso o nome de Salvador Correia — afirma lapidarmente Sousa Dias — tem em Angola um relevo especial, ocupando na sua história, ainda mais do que na do Brasil, um lugar de primeiro plano. Mas não foi apenas pelo seu brilhante feito militar que a tal lugar ganhou direito. Uma vez expulso o Holandês, pelo seu severo critério, espírito de justiça, tolerância e bondade, inicia-se um governo modelar, de largo espírito de restauração e senso administrativo e político».

E Sousa Dias acrescenta: «A fama do seu valor e da sua prudência ficava perpètuamente em Angola, para, em lugar de decrescer, como é regra das coisas humanas, se ir avivando pelo tempo fora em preitos desinteressados de reconhecimento e justiça!».

E quando em Lisboa, já prestes a extinguir-se, ainda dizia, com toda a lucidez de espírito, que sempre desejara morrer, com o som das espingardas nos ouvidos, Salvador era ainda bem aquele valoroso cabo de guerra que restaurara Angola de armas na mão e ao som dos canhões.

Desses canhões, é curioso notar, dois restam ainda hoje em Luanda com a significativa nota de terem «as armas de Portugal sem outra mestura, embora fossem fundidos no intruso reinado de Filipe I de Castela.

E o nosso herói morreu, não ao som atribulado da guerra, mas plàcidamente na sua casa de Lisboa, entre os anos de 1681 a 1687, segundo afirma o Major Boxer , ou em 1 de Janeiro de 1688, como querem outros.

Quando foi para a sepultura, junto de sua mulher, no Convento dos Carmelitas Descalços, em frente da casa onde falecera, Salvador Correia de Sá e Benevides deixava na inscrição do seu túmulo a melhor legenda da sua vida, como que a dizer à posteridade que levava no coração, para as regiões do Além, a recordação eterna do maior serviço prestado a Portugal e a Deus, a quem desejava ser encomendado por todos quantos lessem o seguinte:

RESTAURADOR DA FÉ DE CRISTO NOS REINOS
DE ANGOLA, CONGO, BENGUELA E SÃO TOMÉ,
CONQUISTADOR DOS HOLANDESES...

Glória, pois, ao Restaurador de Angola e a todos quantos, com ele, defenderam então, intransigentemente, a unidade da Pátria, também naquela longínqua parcela de Portugal.

Ouvi perguntar em público, ainda não há muito, o que era, em suma, a unidade nacional?

Mas é tudo isso que fica acima exposto, é a consciente defesa do *bem comum*, é, afinal, o indefectível amor à Pátria, que põe esta fora de qualquer discussão política, proposta de venda ou alienação , portanto, acima de tudo e de todos.

Consulte-se a História, que é, em última análise, o repositório vivo e palpitante dos ideais e dos sacrifícios de gerações sobre gerações, e ver-se-á que, em Portugal, como em outros países, foi sempre natural ao homem o amor à Pátria. É do amor à terra onde se nasce, vive e morre, que resulta a unidade nacional, pela qual muitos se têm já sacrificado e dado, até, aquilo que de mais caro possuem: a própria vida!

Foi precisamente esta mística, que deu valoroso ânimo aos Portugueses da Restauração de 1640, para prosseguirem, na Metrópole e no Ultramar, uma luta sem tréguas, que se prolongaria por mais de duas décadas, até à vitória final. E certo estou, e estamos todos nós, os bons Portugueses de hoje, de que pelo sagrado amor da Pátria — não importa o tempo que levar pois ele está já do nosso lado e a nosso favor — Angola e com ela todo o Ultramar Português, sem esquecer de modo especial a nossa queria Goa, perpetuará Portugal para além da nossa época, para todo o sempre.

BIBLIOGRAFIA (1):

ANDRADE (António Alberto), *O Tradicional Anti-Racismo da Acção Civilizadora Portuguesa*, Lisboa, 1953; *Angola. Principais datas da cronologia luso-holandesa (1621-1648)*. Luanda, 1945. Separata dos n.os 2, 3 a 6 e 8 dos *Arquivos de Angola*.

BOXER (Major Charles Ralph), *Salvador de Sá and the Strugle for Brazil and Angola, 1602-1686*, London, 1952.

BRÁSIO (Padre António), *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1622-1630)*, vol. VII (Lisboa, 1956).

DIAS (Gastão Sousa), *Julgareis qual é mais excelente...*, Lisboa, 1949.

IRIA (Alberto), *Da Navegação Portuguesa no Índico no século XVII (Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino)*, Lisboa, 1963. Edição do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

LEMOS (Alberto de), *História de Angola (...)*, Lisboa, 1932.

LESSA (Clado Ribeiro de), *Salvador Correia de Sá e Benevides. Vida e feitos, principalmente no Brasil*, Lisboa, 1940. Edição da Agência Geral das Colónias.

MENESES (D. Luís de), conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*. Tomos I e II (Lisboa, 1751).

PORTO SEGURO (Visconde de), *História Geral do Brasil*. Tomo V, 3.ª edição integral. S. Paulo, Cayeiras, Rio.

SAMPAIO (Albino Forjaz de), *Salvador Correia de Sá e Benevides. O Restaurador de Angola*, Lisboa, 1936-1937. É o n.º 37 da Colecção *Pelo Império*, editada pela Agência Geral das Colónias.

(1) Além dos documentos em que este trabalho se baseia, e que se conservam no Arquivo Histórico Ultramarino, citam-se apenas as obras impressas, directamente utilizadas.

O Castelo de Penafiel de Bastuço. A freguesia de Vilaça

(Apontamentos)

Por Manuel Braga da Cruz

Do Monte de Airó, elevação a que os documentos medievais chamavam «Mons Bastucio», situado na parte oriental do concelho de Barcelos, destaca-se para nordeste, por alturas da actual freguesia de Bastuço (Santo Estêvão), uma ramificação que forma, na parte final, um pequeno planalto. Constitui este planalto, que descai sobre várias freguesias do concelho de Braga, o «Mons Penafiel» como se conclui da notável série de documentos dados a conhecer pelo Professor Dr. P.e Avelino de Jesus Costa no seu notável trabalho «O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga». Assim, uma carta de agnição datada de 1106, referindo-se a S. Julião de Paços e a outra povoação junta, diz: «... et habent jacentias ad radicem Pennafiel» (1). Um documento de Vairão, existente na Torre do Tombo, datado de 1142, refere-se a Tadim dizendo: «... Tidim subtus mons Penafiel» (2). O censual de D. Fr. Baltazar Limpo, de 1551, refere-se a Vilaça chamando-lhe «Santa Cezília de Penafiel» (2).

Neste monte de Penafiel, sobre um penedo conhecido por «Penedo dos Mouros», localizou o P.e Mário César em estudo publicado no «Distrito de Braga», o castelo de Penafiel de Bastuço. Este penedo, de grandes dimensões e relativamente plano na parte superior, apresenta ainda, muito nítidos e em toda a sua extensão, os sulcos nele abertos para a construção das paredes da fortaleza.

De há muito se vem procurando a localização do desaparecido Castelo de Penafiel. O Tenente Coronel Costa Veiga, seguindo a opinião do P.e Car-

(1) O Bispo D. Pedro, II vol., págs. 76 e 77.
(2) Idem, pág. 73.

valho da Costa, situa-o, com probabilidade, numa eminência existente entre as freguesias de Moure e Sequiade, do concelho de Barcelos (3).

Ora, elementos fornecidos pelo citado trabalho do P.e Avelino Costa provam-nos que estas duas freguesias, bem como as de Bastuço (S: João) e Bastuço (S. Paio), esta já extinta, faziam parte da Terra de Faria e que só no final do Séc. XIII, ou no princípio do XIV, passaram para a Terra de Penafiel (4). O Castelo, que já em 1128 havia sido doado por D. Afonso Henriques ao arcebispo D. Paio Mendes, não podia, pois, ter aquela localização.

★

Prestemos agora um pouco de atenção à história da freguesia de Vilaça.

Deve esta freguesia ter começado por ser uma «vila» romana ou medieval, propriedade dum tal Lourenço, pois um documento do ano de 1010 fala-nos de «Villa Lauridelus» (5), vila esta que deu nome ao actual lugar de Louredo.

No Séc. XIII os documentos falam do lugar de Vilaça junto à igreja de Santa Cezília nas proximidades do Paço de Louredo (5); em 1444 outro documento já se refere a Santa Cezília de Vilaça (5).

É afamada, nesta freguesia, a importante «Quinta de Vilaça» cuja entrada ainda conserva um brasão com as armas de «Sousas», do Prado.

Na 2.ª metade do Séc. XVI pertencia esta Quinta a D. Joana de Castro, filha dum D. João de Castro, Senhor de Roriz e Benviver, viúva do herói D. Pedro da Silva da Gama e nora de D. Vasco da Gama, descobridor do caminho marítimo para a Índia (6). Ali vivia ela em companhia de sua irmã D. Inês e ali faleceu em 1584, sem descendentes.

Em seu testamento (de que parece existir ainda uma cópia no arquivo paroquial) instituí uma capela, que deu lugar à capela mor da actual igreja da freguesia, na qual foi sepultada bem como a sua irmã D. Inês. As suas sepulturas tinham epitáfios datados de 1590 (7). Não se sabe o destino que tiveram estas duas sepulturas, que não estão agora à vista, podendo dar-se o caso — oxalá assim seja — de estarem cobertas pelo soalho da capela.

São de notar neste testamento (8) as expressões de carinho que

(3) Estudos de História Medieval Portuguesa, pág. 83.
(4) O Bispo D. Pedro, II vol. págs. 78-80.
(5) Idem, pág. 73.
(6) F. Gaio, Nobiliário, no Título de Castro § 2.º, n.ºs 20 e 21.
(7) Códice 143 da Biblioteca Nacional de Lisboa, pág. 194.
(8) Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, vol. XI, pág. 1168.

a doadora emprega para com os seus escravos e criados, a quem deixa lembranças, embora a maior parte dos seus bens fique para os seus sobrinhos, D. João, D. Maria e D. Antónia, dos quais havia sido tutora.

Na primeira parte do Séc. XVII a «Quinta» pertencia a Tomé de Sousa, Senhor de Gouveia de Riba Tâmega (9), pai de Fernão de Sousa, que veio a ser o 10.º Conde de Redondo, e de D. João de Sousa que foi Arcebispo de Braga (1696-1703). Este ali descansou quatro dias, antes de fazer a sua entrada solene em Braga, e várias vezes para ali se dirigia, para repousar (10). Na casa dos Condes de Redondo se conservou a Quinta durante algumas gerações, tendo sido, depois, objecto de várias transacções.

Por alturas de 1870, pertenceu ao abastado capitalista António Joaquim da Costa Macedo, de Vila Nova de Famalicão, cuja única filha foi raptada por Nuno Castelo Branco, filho do célebre escritor Camilo Castelo Branco que foi quem idealizou e dirigiu o rapto (11).

Nos primeiros anos do século actual — lembro-me bem — foi a casa da Quinta de Vilaça objecto dum assalto por uma quadrilha localmente organizada, à laia das do Zé do Telhado. Este assalto, que fortemente emocionou a população da vizinhança, foi, talvez, o último duma série que caracterizou uma época.

Com o brasão dos «Sousas» (Condes de Redondo) na sua entrada do lado Norte e com parte dos seus muros de cápeas trasbordantes, esta Quinta, hoje pertencente ao industrial Sr. Manuel José Pereira, mostra ainda sinais da sua importância de outrora.

---

(9) F. Gaio, Nobiliário, título de «Sousas» no § 332, n.º 23.
(10) Mgr. Ferreira, Fastos Episcopais, tomo II, pág. 211.
(11) Alberto Pimentel, Os amores de Camilo, 2.ª ed., pág. 378.

JOÃO PENHA

Anti-«Metrificador do Ai!»

Por Cruz MALPIQUE

Continuação da pág. 134. do vol. XX. Fasc. 43-44 (55-56)

João Penha poetou até morrer. Tomou-lhe o gosto em novo, e embora, aí por 1898, desse a impressão de se despedir, logo corrigiu a aparente promessa de despedida, com a seguinte confissão.

«Quem uma vez entrou no mundo da arte, já dele não pode tornar a sair: é um mundo encantado, fora do qual não há salvação possível. A minha saída é, pois, uma saída falsa, puramente teatral, e, bem ao contrário do que poderia ter-se imaginado, é meu propósito firme voltar agora, todos os anos, à cena, coberta a face com a máscara grega antiga, que de um lado chora, e do outro ri, a exibir perante o público benigno as minhas já talvez extemporâneas habilidades, — de artista e incoerente, mas sincero» ([18]).

Assim foi. O hábito é uma segunda natureza, pelo que o poeta, tomando o gosto de traduzir em verso as suas emoções pensadas, e os seus pensamentos comovidos, nunca chegou a renunciar à actividade de artista. Só a morte lhe fez depor a pena.

João Penha desdenharia do seu grau de bacharel formado, e a outros títulos que tivesse entoaria ainda a canção do desdém. No que ele, porém, sempre fez grande orgulho foi na sua qualidade de poeta.

Não levava à paciência que a turba olhasse por cima do ombro os dons da poesia. Dele a confissão, feita já no termo da vida:

Eu inda sobre o Pégaso cavalgo,
E a essa turba digo, a fronte erecta:
«Vai-te, foge de mim, a pés de galgo!

([18]) *Viagem por terra ao país dos sonhos*, no final do livro. Porto, 1898.

«É chato, muito chato, além da meta,
O palerma burguês ou filho d'algo,
Que chama ao poeta, por desprezo, poeta!

João Penha nunca vendeu a sua arte. Praticou-a na clave do desinteresse — lùdidamente, sem outra intenção que a da arte pela arte. Não se fazia pagar pelos seus versos. Oferecia-os generosamente. E, se lhos pediam, não se fazia rogado. Fez versos no ócio — nunca os fez para negócio. Aliás, isso não adiantaria um milímetro à sua bolsa, porquanto provadíssimo está que, ser escritor em Portugal, equivale, no respeitante a *cum quibus* (esfregar aqui o polegar com o indicador), a tirar bilhete de ida e volta para a miséria!

O pãozinho veio-lhe da advocacia — não da poesia. Veio-lhe da bolsa dos clientes — não do Parnasso. (Ele queria que se dissesse exactamente assim: *Parnasso*).

O ganha-pão nunca, porém, abafou, em João Penha, o gosto da arte. O advogado burguês não eliminou o poeta. Os entreténs da poesia anestesiavam-no dos fartuns do foro. Se a beca lhe dava o pão do corpo, a poesia lhe dava o pão do espírito.

Ninguém se atreverá a classificar de nocturnos ou sequer de lusco-fuscos os versos de João Penha. Não são os versos de uma alma introvertida, mas antes os de um coração exuberante, situado no zénite das grandes euforias — as da mesa e as do erotismo. Não há neles crepúsculos de sentimento, torturas metafísicas, mas antes, e quase sempre, o hálito ardente do sol ao meio-dia, a exuberância da luz meridiana.

★

Cada qual avalia com a moeda de que dispõe. Esse precisamente o tema debatido numa poesia de João Penha — *A Avaliação*. O poeta fantasia um argentário, um armador de navios, um pastor, um ganadero, um poeta, na avaliação de uma «soberba morenita rosa-chá / andaluza de leque e de mantilha». E vai o argentário diz que ela valia bem, «mais do que as minas do Peru, / todo o ouro do Banco de Inglaterra». O «sucessor de Pedro Sem» garante que «vale, sem discussão, todas as naus, / que o vasto mar azul em si contém». O pastor daria por ela todo o seu rebanho.

Esta resposta fez erguer a crista
Dum ganadero, que se riu, jocundo:
— «Um rebanho? disse ele; pobre artista!
Um rebanho? eu daria os bois do mundo.»

— «Silêncio! disse então o juiz da praça,
Um homem novo, de cabelo preto;
Fale agora esse vate, que tem graça.»
— «Vale mais, muito mais: vale um soneto!» (19).

Vai nisto tudo um quixotesco elogio do soneto. Aos olhos do poeta, todo o ouro do Banco de Inglaterra, todas as naus do Oceano, todos os rebanhos deste e do outro mundo não valem um soneto!

Depois de Bocage, diz Gonçalves Crespo, foi João Penha quem «revocou à vida o soneto», sendo este por ele de novo e definitivamente implantado entre nós. Assim o disse nos *Nocturnos*.

Que João Penha entra na lista dos que reabilitaram o soneto, está bem. Mas antes dele — que começou a publicar os seus sonetos na *Folha*, e que vieram a constituir o livro *Vinho e Fel* — já, em 1861, Antero publicara os seus. E, antes de Antero, já João de Deus os fizera. Todos três concorreram para prestigiar o soneto, que fora esquecido pelo romantismo, mas a primazia cabe a João de Deus, depois de Bocage. O soneto obrigava a um particular poder de síntese, que os românticos desbordantes não possuíam. Esse poder de síntese foi uma das características do parnasianismo. Representou uma atitude de disciplina e de continência métricas, a que os românticos se haviam mostrado rebeldes.

Gonçalves Crespo biografará João Penha como:

Nervoso mestre, domador valente
da rima e do soneto português,
não te iguala a perícia de um chinês
na pintura de um vaso transparente.

E, de facto, foi mestre consumado na difícilma arte do soneto lapidar. Bocage teve nele o magnífico continuador. São da mesma estirpe na beleza formal, na musicalidade, na pureza da língua vernácula.

Os sonetos de João Penha primam por neles se engastarem preciosas

(19) *Últimas Rimas*, Porto, 1919.

gemas, as mais finas ironias, a graça mais cintilante, os mais lapidares conceitos, os mais surpreendentes paradoxos. Não tivéssemos nós receio de parecer ridículos, e diríamos que João Penha foi, na joalharia do soneto, o que Fídias foi nos primores da estatuária.

A arte do soneto é particularmente difícil, pelo esforço que exige do poeta no sentido da concisão lapidar, cheia como um ovo. Era esse esforço que o seduzia. Parodiando certa fala de uma das personagens de Corneille, poderia dizer: «À vaincre sans effort, on triomphe sans gloire». Soneto que não o obrigasse a vencer dificuldades, seria soneto artìsticamente diminuído. Alguém disse que ele lutava com os versos como um campino pode lutar com um touro.

★

O humorismo de João Penha afigura-se-nos que não é postiço, como postiço não era o de Sterne e João Paulo Richter, a cuja estirpe psicológica o nosso poeta pertencia. A faúlha da alegria, o espírito, a ironia, crepitavam nele tão naturalmente como os rios correm para o mar. Nada de artifício. Tudo espontâneo. Era o que era. Não fingia. Não representava.

★

Abundam no poeta vocábulos que caíram um tanto em desuso. Explicamos a presença desses vocábulos, por necessidades de rima. De contrário, o poeta não os teria usado, se nos lembrarmos de que nada tinha de pedante. Damos alguns desses vocábulos, para amostra:

— adorabundo, gemebundo, ressurgente, estítico, amarulento, lumbonutante, frondífero, auricomado [«musa auricomada» = musa de cabelos loiros], palinuro, insonte, ossosso, recebondo, amorança, beberança, fragorância.

★

Teófilo Gautier foi o grande corifeu da *arte pela arte*, da arte com finalidade em si própria, entidade autónoma, desancilada de qualquer sujeição, vivendo de si para si mesma. Ele quem dizia: «Il n'y a de vraiment beau que ce qui peut servir à rien; tout ce qui est utile est laid.» Assim o escreveu no prefácio de *M.elle Maupin*, de 1836.

João Penha, se não seguiu rigorosamente o paradigma de Teófilo Gautier, não se afastou muito dele.

Il faut oser être soi. Esta podia muito bem ter sido a divisa de João Penha. Não quis imitar o mais pintado, pela sumária razão de que pretendeu ser ele próprio. A beber pelo copo alheio — ainda que grande —, preferia beber pelo dele mesmo, ainda que pequeno. É o que a sua confissão claramente deixa trair, quando afirma que nunca seguiu os nefelibatas: «Nunca os segui, como também nunca segui os parnasianos [ainda que lhes chamasse «divinos poetas parnasianos»], ou outros quaisquer metrificadores do pensamento. Tenho-me seguido a mim mesmo, não por orgulho, mas porque nunca me senti com tendência para andar na retaguarda de pessoa alguma» ([20]).

Honra lhe seja! Não há pior raça que a dos imitadores! Antes o erro original do que verdades copiadas ou macaqueadas...

Como o Florentino, poderia ele dizer a si mesmo: «*Segue il tuo corso e lascia dir le gente*».

João Penha foi um amoroso da liberdade — a qual por nada deste mundo ele trocaria. A uma alta situação — mas cerceada na liberdade — preferia uma situação modesta, mas vivida em clima de independência. Salvo seja!, é no asno do diálogo seguinte que ele se encontra biografado:

Um cavalo que tinha o rei no bojo,
Disse ao magro jumento dum moleiro:
— «Da minha raça, tu? Causas-me nojo;
Tu fazes rir: és menos que um sendeiro.

«A mim, me adornam selas e xairéis,
Magníficos arreios e gualdrapas;
Em mim cavalgam príncipes e reis,
Homens de guerra, belas damas guapas.

«E tu, que sobressais pelas orelhas,
Por sobre a albarda que te adorna a espinha,
Que levas, asno? diz. Canastras velhas,
Teu dono, um odre, ou sacos de farinha!»

([20]) *Por montes e vales*, pág. 104.

— «É verdade o que dizes, disse o burro,
Sou humilde, nem pompas alardeio,
Mas trago a boca livre, e livre zurro,
E tu, pedaço d'asno, andas de freio!» (21).

Freio era o que João Penha não queria. Modesta, sim senhores, a sua situação — simples advogado e não político em lugares de relevo —, mas gozando de uma alforria que ele não trocaria por nada deste mundo. Deste mundo e arredores...

HEDONISMO

João Penha foi a sensualidade como homem, se lhe aceitarmos o depoimento como poeta. Não usava de reticências, ao expor o seu epicurismo: «o prazer está sòmente / No vinho e na mulher». Por estes dois prazeres não trocava ele nada deste mundo: não ambicionava cetros reais, nem pantufos de Papa, nem os impérios dos mapas, nem os altos lugares na política, pelo que, claramente, dizia:

No mundo os grandes papéis
Só trazem morte ou desgraça:
Emprega o tempo na caça
Das Vénus de fácil presa,
E nas delícias da mesa
Onde espuma a rubra taça.

Que outrem seja deputado, ou ministro, ou regedor, ou general, ou trovador. O que quiserem. Ele, falando ao seu próximo, recomendava-lhe que seja mais avisado:

Do vinho, do amor só cura:
«A vida só brilha e dura
Como a luz do pirilampo:
Do prazer o estreito campo
Não transponhas com loucura» (22).

---

(21) *Ecos do Passado*, págs. 93-94, Porto, 1914.
(22) *Viagem por terra ao país dos sonhos*, pág. 50.

A mulher foi, para o poeta, uma autêntica obsessão. A sensualidade erótica encheu-lhe a vida. É dele a quadra seguinte, inscrita num leque:

Mulheres... perdição da nossa vida!
Bem, contra elas, Santo Ambrósio, falas!
Mas... se não existissem? Insofrida,
Teria a humanidade de inventá-las (23).

★

Os *Bons conselhos*, que o poeta põe na boca do doutor Macedo, supomos que ele próprio os daria a qualquer, porque assim viveu no final da existência:

Passeia entre o arvoredo
Mas nunca depois do outono;
Não te deites sem ter sono,
E sai-me do leito bem cedo.

Não te metas em tramóias,
De noitadas te emancipa,
E de podres lambisgóias;

Traz-me sempre livre essa tripa,
Mas come como as jibóias,
E não me fujas à pipa» (24).

Depois de uma longa vida de boémia, permitiu-se o poeta dar conselhos de pançuda prudência. Aconselhava aquilo que já não podia fazer, no respeitante a noitadas e acessórios. Aquilo a que nunca renunciou foi à copiosa comezaina e a boa pinga....

O gosto pelo bom petisco o teria o poeta mantido até se despedir deste mundo. Tudo lhe foi esmorecendo e morrendo. Tudo, designadamente o amor, excepto o paladar inerente a quem sempre foi bom garfo:

O deus Cupido já morreu de vez.
Jaz sepulto no Olimpo, e o deus que existe,
Bifronte, é o salpicão e o bife inglês.

---

(23) *Ibidem*, pág. 149.
(24) *Últimas Rimas*, pág. 183.

O poeta vê passar «um fato de cabritinhos», que vão com destino ao matadouro.

Lamenta o caso — dizendo que, pelo menos, salvará um.

E compra-o, para o poupar à morte certa. Certa e iminente. Ele o tratará com especiais carinhos, de tal modo que morra de velho:

Mé, disse ele, agradecendo;
Mé, disse eu retribuindo.

E nesta cortesia se ficaram. Mas não tardaria que o cozinheiro viesse perguntar ao amo como o queria:

— «Mas... o quê?» — «O cabritinho»
— Cozinhe-o como quiser;
Mas olhe, talvez assado,
E com molho de vilão,
Fique um prato regalado,
Que dê gosto, puxe o vinho,
E me alegre a digestão» ([25]).

Brincadeira poética — dir-se-á. Talvez. É, porém, muito possível que represente apenas o triunfo da carne — que é fraca — sobre o pedido que a alma fazia ao poeta, o de respeitar a vida dum inocente:

Era branco, todo branco,
Duma brancura de lis;
Olhos de luz inundados,
Corpo esbelto, pés subtis.

Pois era. A alma assim o via. Mas o estomago chamou-lhe um figo!

Nem sempre o poeta foi bem sucedido em seus desígnios, e do caso tira pretexto para mergulhar na solidão, abominando o mundo. Aí se flagelará, aí fará dura penitência. Que penitência?

... Só quero, bem longe da procela,
Por cilícios, os laços de Pepita;
Por livro d'orações — os lábios dela! ([26]).

([25]) *O Canto do Cisne*, pág. 74, Lisboa, 1923.

([26]) *Rimas*, pág. 64.

Hedonista de raiz, João Penha não tem sombra de vocação para asceta de carreira. A sua filosofia era a de que nos devemos coroar de rosas, antes que elas murchem.

Não era poeta para eufemismos. Chamava aos bois pelos seus nomes. Num dos seus sonetos — *Os obuses* — fala dos ecos que o seu ventre reproduz. Persuade-se que algum pudibundo leitor core diante desse verso pouco poético, e explica, para uso de narizes delicados:

«A quem me censure, responderei com este verso com que Dante, o altíssimo poeta, remata um discurso que põe na boca de Satanás:

«E assim dizendo, fez do cu trombeta.»

E com não menos menosprezo por ineptas puerilidades, Montaigne, na sua obsoleta prosa antiga, diz isto que, em verso, e pedindo-lhe vénia, traduzo:

«Não são, ó reis, em vosso desabono
Estas minhas palavras: são leais:
Por mais alto que seja o vosso trono
É com o cu que nele vos sentais.» ([27])

Mas porque nos havemos de envergonhar do corpo que Deus nos deu? Para puros, tudo é puro. Para impuros..., até o puro pode ser impuro!...

NÃO FOI MISÓGINO, MAS NÃO MOSTROU VOCAÇÃO PARA O CASAMENTO

João Penha só apreciava duas espécies de bebidas — as nacionais e as estrangeiras... E, no mundo do amor, não se pode dizer que fosse um diferenciado superior, estilo Leonardo de Vinci, Frederico Amiel, ou Olavo Bilac. Parece que não tinha preferência por esta ou por aquele tipo de mulher. Todas lhe serviam. Gostava mais de todas...

É, pelo menos, o que ressalta do teor dos seus versos, se os tomarmos como documento autobiográfico, não havendo razões para deixarmos de os tomar como autobiográficos.

Quanto à mesa, também não era homem para torcer o nariz diante dos mais variados petiscos.

([27]) *O Canto do Cisne*, pág. 178.

Mas, embora bebesse, amasse, e tivesse o prazer da mesa, não consta, no entanto, que fosse um imoderado no beber, no amor e no comer, porque, se o fosse, não teria chegado à casa dos oitenta, que os excessos, em tais actividades, não costumam perdoar: cedo se vingam, cortando grandes fatias à longevidade.

Foi boémio, sem dúvida. Mas de uma boémia relativamente disciplinada. Bebeu, comeu, amou, divertiu-se, mas parece que por conta, peso e medida. Foi versado e conversado na fisiologia do gosto — outro Brillat de Savarin —, mas sempre na justa medida, sem dar escândalo. Não abusou do espumante, não se excedeu na fatia de paio, nem na lasca de presunto, Hedonista, sim. Voluptuoso, sim. Mas dentro do equilíbrio do *est modus in rebus*.

As causas que defendeu, como advogado, não as defendeu em jejum. De certo. Nunca, porém, com grãozinho na asa. Nunca com digestões de jibóia. O espírito crítico é incompatível com pesadumes de estomago.

★

João Penha não embarcava no vaporoso, no recatado, no pudibundo das imagens românticas respeitantes à mulher. Se a mulher, na estética do Romantismo, tinha muito de angelical, mais do céu que da terra, na estética de João Penha, era toda de carne e osso, mais carne que osso, exibida nas suas belezas corporais mais sensuais e, portanto, mais provocantes. O autor de *Vinho e Fel*, ao contrário dos românticos lamechas, espiritualistas, olheirentos, situava-se bem neste mundo de pecado, sem procurar eufemismos para a sua crua expressão.

A atitude de João Penha estoirou como bomba no arraial romântico, que gritou um aqui d'el-rei! que nos estão conspurcando a nossa pureza nívea e vestalina. De facto, no n.º 3 da *Folha*, a rematar o jornalinho, escrevia o heresiarca da estética romântica:

«Aos que nos acusam de subversivos em nossas ideias e livres nas telas que pintamos, respondemos por uma só vez e de um só fôlego:

«A ideia é livre como o voo das aves; a arte é nua como a Vénus de Milo.

Aqui, na *Folha*, não se metrificam breviários, nem se ocultam Afroditas em mantos de baetão».

A *Grinalda*, baluarte de românticos de carreira, protestava e tornava a protestar contra o despudor do director da *Folha*, que arrastava a mulher para lugares indesejáveis, sobre ela lançando adjectivação da

qualidade de fazer corar um macaco. Que dizia a *Grinalda?* O melhor é transcrevermos o próprio João Penha, tal como consta da *Folha*, n.º 11, de 1870:

«No melhor duma leitura de Filinto, e quando chegávamos aos versos:

Quem há que as roncas sofra dum jumento
Que sai da sua esfera?,

fomos interrompidos pela voz estrídula dum sacerdote da poesia sonolenta, que, tendo lido com prazer — «a *Grinalda*, variada e aprazível, onde se encontram rosas e saudades, o jasmim e a violeta, o amor perfeito e o martírio» — assomou, envolvido em transparente farricoco, ao portal carunchoso do templo das ninharias, e dest'arte nos falou:

«Bom serviço presta a *Grinalda* à literatura nacional, conservando *pura* a religião da poesia numa época de tantos *heresiarcas* literários.

A virgem da poesia tem sido arrastada pelo lodo das orgias e lupanares por esses imitadores liliputianos de Byron e Musset.

Em vez da estrofe singela, elegante, apaixonada, soltam a gargalhada ridìculamente cínica; em lugar de um poema de afectos escrevem um conjunto de blasfémias ou facécias.

Estes poetas não cantam o amor ardente, o entusiasmo juvenil por tudo o que no mundo há de belo e sublime; celebram numa abundância de versos esdrúxulos, as delícias do falerno, do charuto habano e até... do famoso paio do Alentejo!

Estes Petrónios, estes Catulos, Horácios em miniatura, fazem de uma adega o seu Parnasso, de um tonel a sua fonte castálica.

Há também *poetas filósofos*, Dantes microscópicos, que, em linguagem de diversos matizes e procedências, nos falam da vida e das proezas de Satã, de quem se dizem apóstolos e representantes.

Outros rimam palavras insulsas, chamam poema à reunião de versos monótonos.

Infelizmente existe também uma *crítica* para cingir de loiros aquelas cabeças desvairadas e fazer a apoteose destas mediocridades, que assumiram o título pomposo de poetas pensadores, alumiados pela luz do *ideal* e aquecidas pelo fogo do *infinito*.

Em compensação de tantas aberrações do bom gosto e do senso comum, que por aí correm a flux, encontram-se na *Grinalda* jóias literárias de subido quilate».

De asco é a atitude de João Penha diante do crítico que, de uma

penada, espirra antipatia por todos os colaboradores da *Folha:* uns porque são cínicos, outros porque são filósofos, outros por serem rimadores insulsos, outros...

Dele as palavras seguintes, em resposta:

«Quem será o *papa infalível* desta teocracia literária poética?

Ignoramo-lo; e nesta incerteza não responderemos à insolência tramposa, que acima deixamos transcrita: no mundo literário, só com literatos nos degladiamos.

Mas se nos fosse conhecido o bordalengo crítico, então, de férula em punho, lhe perguntaríamos...» [e vem depois uma série de perguntas indirectas].

... Mas, como acima dissemos, desconhecemos o cozinheiro daquela açorda nauseabunda, e representaríamos de Quixotes, se nos apresentássemos, de lança em punho e galeotos, para nos batermos com moinhos de vento.»

O poeta confessava:

Só me inspiram, no campo dos amores,
Rimas singelas, naturais, sem tropos,
Espanholas gentis, que sejam flores,
Ou o loiro Xerez, que ri nos copos (28).

Amores, aqui, é expressão de costas largas... Em literatura (um dos amores do poeta) só lhe agradava o que fosse escrito na clave da espontaneidade, sem termos rebuscados ou *sesquipedalia verba.* Não tinha mau gosto. No mundo feminino, as suas simpatias voltavam-se para as espanholas gentis — as de fazer parar o trânsito... Também lho não podemos levar a mal. Quanto ao loiro Xerez, se a inspiração lhe vinha, só de o ver, que não seria se bebesse!

Só resta saber se as espanholas gentis a que o poeta se refere não estariam ao nível da bêbeda identificada no sonetilho seguinte:

Era galante, mas fria,
Anjo talvez, mas em prosa;
Via o mundo cor de rosa,
E dessa cor se vestia.

---

(28) *Viagem por terra ao país dos sonhos,* pág. 163.

Um vate, que perseguia
Como um doido a caprichosa,
Numa tarde luminosa,
Com voz doce dizia:

«Como é triste a minha estrela!
E não me tiras a adaga
Que este meu peito flagela!»

Ouve o Dirceu de Gonzaga:
«Amor...» interrompe a bela:
— *«Amor com dobrões se paga»* (29).

Quem sabe se essa espanhola não seria das tais que lhe respondia, depois de lhe perguntar aonde ia:

— *«À colheita dos lânguidos olhares.»*

O poeta tinha a paixão das espanholas. Ele quem escreveu:

«Não há um único homem que diante de uma andaluza, quando ela é uma verdadeira filha da terra de Santa Maria, não trema de amor e de desejos. São as mais encantadoras mulheres do mundo, depois das espanholas do norte, loiras, mais poéticas e mais doces.

As andaluzas são superiores quanto ao pandeiro e às seguidilhas, mas as do norte sobrepujam-nas no sapateado e na persistência misteriosa. Umas e outras, porém, são dignas dos nossos amores e dos nossos madrigais, — mas tudo em verso, porque amar a sério uma espanhola, o mesmo é que jogar *con fuego*» (30).

Não falaria de cor..., mas antes com um saber de experiências feito...

★

O poeta estava longe de ser amoroso platónico. Antes primava por ser um topa a todas... Nada possuía de amoroso requintado. Não se voltou para um tipo de mulher ideal. Que o seu amor foi boa boca —

---

(29) *Viagem...*, págs. 167-168.
(30) *Op. cit.*, pág. 243.

não gostando mais de uma, porque gostava mais de todas... — ressalta da seguinte confissão:

..... nas ostras da beleza
Eu só procuro o amor, a pérola rara.

Seja a mulher, como um réptil, hedionda,
O tipo ideal da estupidez suprema,
Um monstro informe, que da luz se esconda;

Ou seja a Vénus do marmóreo poema,
Um modelo de artistas, a Gioconda;
Ser, ou não ser amado, eis o problema (31).

A selecção exigente não era com ele. Não era, pois, um superdiferenciado, mas antes um indiferenciado: *me gustan todas...*

Os temas de amor são naturalmente os que mais agradam a um poeta erótico como foi João Penha. A fantasia lhe voa constantemente para aí. Imagina, num sítio afastado, a casa em que vivia uma virgem, mais feia do que permitia a força humana:

Nega-lhe a natureza
Em seus caprichos injusta,
Os encantos da beleza:
Era feia, — mas robusta.

Os rapazes não a procuravam. Nenhum lhe dissera qualquer galanteio. Sentia-se, eròticamente, uma mulher frustrada. Eis, porém, que o poeta a encontra a coberto de vigilâncias indiscretas, «certa noite calma e leda / dum luar resplandecente». Hesitações de parte a parte. Ela deseja o beijo do poeta, e o poeta deseja a retribuição na mesma moeda — «que amor com amor se paga».

E, agora, o final:

Findou tarde, muito tarde,
Aquele idílio secreto.
Mas, silêncio! Fui covarde,
Não seja agora indiscreto!

(31) *Rimas*, págs. 37-38, Lisboa, 1882.

— «Adeus (lhe disse), a alvorada
Já dos montes se avizinha.»
— «Já? disse ela contristada...
Deus lhe pague esta esmolinha!» ([32])

Os desgostos de alma (?) do poeta — referimo-nos aos de amor — o poeta os afogava na comezaina. Morrer de puro amor não era com ele. O nosso homem inveja os beijos que a vizinha recebe do canário, e julga que ela, usando dessa prática, tem apenas em vista amargurá-lo. E porque ela não lhe corresponde, como seria seu ardoroso desejo, resolve, imaginàriamente, recolher-se a uma obscura cela, assim fugindo ao mundo e ao tédio. Mas logo diz ir buscar lenitivo para tanta dor aos «vastos caldeirões do refeitório» ([33]).

Dadas as suas bem confessadas preferências pela lauta mesa — na qual não deveria faltar o paio, o paio que para ele foi tema e... teima —, e as suas sinceras confidências amorosas, talvez que, sem calúnia, lhe pudéssemos chamar saco digestivo e saco erótico ambulantes...

As confissões materialistas continuam. Deplorando «as ilusões da vida amarulentas», diz: «Não cri no amor das salas opulentas, / Vou nas cozinhas procurá-lo agora» ([34]).

Onde terminará aqui a literatura, onde começará o pormenor biográfico?

João Penha, como boémio do amor, possuiu alta licenciatura em beijos. Saboreou-lhes toda a gama. É ouvir:

Há beijos cuja doçura
É de açúcar mascavado:
Os teus, duma essência pura,
São de açúcar refinado.

Nas bochechas são ternura,
Na boca, perturbação,
Que acende uma chama impura,
E nos leva à perdição.

([32]) *Viagem por terra ao país dos sonhos*, págs. 159-160.
([33]) *Rimas*, pág. 40, Lisboa, 1882.
([34]) *Rimas*, pág. 70.

Os de pretas, de feição,
Eu digo-o em público e raso,
Tais como os das brancas são:
A cor não faz ao caso.
Há beijo bom, que refresca,
Mas há-o também que mata,
Como o de Paolo e Francesca
Beijo que o Dante relata (35).

O poeta não falava de cor — mas antes com um saber de lúbricas experiências pessoais.

A nota do erotismo é uma das constantes na musa de João Penha. No soneto: — *Como Eva* — fantasia uma mulher nova, gentil, primorosa e exigente no vestir. No entanto, ela, perante a frieza do marido, diz-lhe:

— «Acho-te distraído: outrora enamorado
O teu mundo era eu, e agora rara vez
Reparas como estou, se estou ao teu agrado.

«Diz: como achas melhor: o meu vestido inglês,
Ou este que comprei nos armazéns do Chiado?»
— Acho-os bons; mas prefiro o da tua nudez» (36).

Falar em latim, dizia o outro, é uma das maneiras eruditas de não dizer nada.

Latim pede tradução. Aonde ela não chega, não chega a inconveniência que ele, porventura, possa exprimir. À volta deste tema congeminou o poeta as três quadras seguintes, intituladas *Tradução:*

Risonho, disse eu a Inês,
Que num sofá se quebranta:
«Dormi mecum!» — «É francês?»
— É frase da Bíblia santa.»

---

(35) *Últimas Rimas*, em *Os beijos.*
(36) *Últimas Rimas.*

— «Vê-me nervosa e confusa:
Eu nada sei, meu amigo:
Não hesite, vá! traduza.»
— Quer? — «Quero...» — Dorme comigo

— «Oh! que indecência, que horror!
Dizer-me essa cousa, a mim!
O que lhe vale, senhor,
É ter-ma dito em latim ([37]).

Inconveniências em latim não são inconveniências... Até podem passar por *piropos*...

Se da poesia de João de Deus — nos seus aspectos de amor — podemos dizer que foi toda escrita na clave da Adoração, outro tanto não podemos afirmar da de João Penha, toda ela feita na base da estrita sensualidade. O que, na poesia amorosa de João de Deus, sobra em unção, pureza, ternura, alma ajoelhada, em platonismo, troca-se, na poesia de João Penha, em hedonismo sensual, em amor calandrado.

A mulher foi, para o poeta do *Campo de Flores*, santa colocada num altar. Foi céu descido à Terra. Foi tema de adoração religiosa e humana ao mesmo tempo. De certo a não teve como anjo — porque de carne e osso era, não lhe negando os primores da beleza física. Mas, ainda quando eròticamente a considerou, não o fez com bruto pecado, mas antes com superior voluptuosidade.

Não assim o autor das *Rimas* e da *Viagem por terra ao país dos sonhos*, que habitualmente viu — e sentiu — na mulher, sobretudo a criatura de quem, com saber verdadeiro saber, poderia dizer:

La femme?
— J'en sors
La mort
Dans l'âme...

Nem com elas, nem sem elas...

O poeta não se resignava a que algum «filósofo maluco» dissesse mal das mulheres. T'arrenego! Muito gustativamente, dizia delas:

([37]) João Penha, *O Canto do Cisne*, pág. 49.

São pomos de polpa e suco,
Mel de beber às colheres (38).

E no entanto, paradoxalmente, João Penha não mostrou vocação para o casamento. Parece, todavia, que o não ter casado seria provocado — pelo menos em parte — por motivos de ordem económica. Se os versos que nos deixou se podem tomar à conta de autobiográficos, os seguintes confirmam o que atrás dizemos. Perguntando-lhe a bem-amada: «Doce amigo, / Se temos almas presas, / Porque não casas comigo?», ele lhe respondeu: «São enormes as despesas!» (39).

Outras razões — talvez temperamentais — o levariam a não casar. Mas o receio das despesas que a criação dum lar implicaria, também podia ser motivo de peso para ficar eterno solteirão.

No final da vida, confessava isto, a respeito do casamento:

Não caso, nem me apodem de casmurro:
Não se casa no mundo quem bem quer:
Eu, se nem posso sustentar um burro,
Como sustentaria uma mulher!

De mais, um casamento, até feliz,
Tem muitas coisas más, contras diversos.
Não digo quais, mas santo Anselmo o diz,
E quanto a amor... isso é bom tema em versos (40).

Cerca de um mês depois, referia-se o poeta ao casamento, nestes termos bem pouco lisonjeiros:

«Vês aqueles bois jungidos,
Caminhando a passo lento.
Em silêncio e entristecidos?
Pois isso é o casamento (41).

---

(38) *O Canto do Cisne*, pág. 77.
(39) *Viagem por terra ao país dos sonhos*, pág. 218.
(40) *Últimas Rimas*, pág. 135.
(41) *Ibidem*, pág. 146.

João Penha considerava torpe o amor dos velhos: *turpe senilis amor.* E, por isso mesmo, não levava a bem que certo velho de seu conhecimento andasse a pisar o risco no mundo da calandragem epidérmica:

Deixa-te de namoros, toma assento:
É já tempo, D. João, que consideres
Que tens mais que três vidas de jumento!

Nesse mesmo insaciável velho estaria a pensar, quando, algum dia, porventura, o viu, de casa e pucarinho, com certa moça que seria o arrojo em flor:

No mundo ninguém segue os bons conselhos,
Mas ouve o que diz Cristo: «Não convém
Vinho novo meter em odres velhos» (42).

EM LOUVOR DO PAIO E DO PRESUNTO

O presunto e a boa pinga eram os remédios que o poeta inculcava aos que, na doença, lhe pediam conselho. É o que se vê na quadra seguinte — *Para outro:*

— Sabes muito de drogas de família:
Ando mal, e receio-me defunto.
— No Bom Jesus, sob uma espessa tília,
De vinho uma cabaça, e bom presunto.

Noutra emergência, diz ser esta *A melhor receita:*

— «Não andas bom, bem se vê.»
— «Sim, mas que devo eu tomar?
És doutor, dize-me o quê?
Irei aos banhos do mar?
Águas? Gerez ou Curia?»
— «Toma paio e malvasia» (43).

---

(42) *Ecos do Passado*, pág. 128, Porto, 1914.
(43) *Últimas Rimas*, Porto, 1919.

Ainda *Para outro*, escrevia o poeta:

— «Dize-me, caro poeta, o que é aquilo
Que tu mais amas.» — Não é longo o rol,
Nem é cousa de guardar sigilo:
Um bom paio, um jumento, e um guarda-sol.

Este louvor do presunto perdurou ao longo de toda a vida do poeta. Podia João Penha parodiar o aforismo francês do «on se lasse de tout excepté de comprendre», dizendo: «de tudo me cansei, de tudo, menos do presunto!»

Num duelo risonho e em verso, com João Penha, dizia Junqueiro, depois de aquele lhe chamar porco:

Porco és tu, meu animal,
Porque as vermelhas canções
Que sacas do teu bestunto,
São vermelhos salpicões,
Não são versos, são presunto.

As referências ao paio e ao presunto — o leitor as viu — são *leit-motiv* na poesia de João Penha.

Será que esse paio e o dito presunto eram apenas símbolos literários, não podendo o poeta vê-los nem pintados na sua mesa, repelindo-os o seu paladar fisiológico, como coisa repugnante? Antero de Figueiredo assim o deixa transparecer, quando na *Crónica* (Abril de 1902) escreveu: «Jamais comeu o famigerado presunto do Alentejo, de que tanto fala, e creio que não morre de amores por salpicões; se tantos tem dependurado do último verso dos seus sonetos é porque eles simbolizam a vil prosa desta vida contra a qual sorri a sua fina ironia gaulesa.»

Não temos relutância em aceitar essa explicação. Mas também não temos dúvidas em aceitar que o poeta gostasse da boa lasca de presunto e das rodelas de paio. Não é isso coisa que desacredite ninguém, nem sequer um poeta. Para mais, quando esse poeta não nos aparece nada seráfico, nada ascético, nada vaporoso, nos seus versos.

O irmão corpo — se quisermos empregar a linguagem franciscana — tem as suas exigências de paladar. O chouriço com ovos que ele aprecia não se pode dizer radicalmente oposto à emoção poética, até a pode propiciar. A boa pinga — outrossim — pela qual o poeta revela tanta sim-

patia gustativa nos seus versos (os da face voltada ao público; os outros, se os fez, nós os desconhecemos), também não é inimiga da poesia. Porque havemos de considerar o vinho, em João Penha, um mero símbolo literário? Afigura-se-nos que é ver demasiados símbolos no poeta de *Vinho e Fel*.

Escreveu João Penha:

«O nosso programa, enquanto a publicações, resume-se nisto: são admitidas aquelas que apresentarem novidade e gramática, mas não novidades gramaticais. Um nome por conhecido e apreciado, no baixo duma lenga-lenga soporífica, não nos basta, fosse ele o de Alexandre Herculano. Será pelo contrário bem recebido, e beijado nas faces, o primeiro João das Vinhas que nos mandar de presente uma saborosa iguaria literária: um bom presunto de prosa, um aveludado pêssego de poesia.

Os deuses vão-se: chegamos ao tempo da democracia» (44).

Evidentemente que «o bom presunto de prosa» e o «aveludado pêssego de poesia» não passam de simples metáforas. Mas a simpatia por essa imagem não denuncia claramente (ao que supomos) que o poeta apreciaria, voluptuosamente, o bom naco de presunto e o bem cheiroso fruto de origem persa — o *persicus* donde veio o nosso pêssego?

Dize-me as metáforas que assìduamente empregas, e muito caminho eu andarei na tua psicologia e, no caso presente, na tua fisiologia do paladar. Pois não estará presente nas suas metáforas gustativas o assíduo e voluptuoso frequentador da tasca das *tias Camelas?* (45).

★

Alguns teriam dito ao poeta que renunciasse aos assuntos vulgares, como temas da sua poesia:

— «Não vencerás a batalha;
Sim, compara os meus assuntos
Com os teus, que são presuntos,
Ou coisa da mesma igualha.

---

(44) *A Folha*, n.º 5, de 1869, págs. 39-40.

(45) João Penha chamou, algures, a Maria Camela, «grande artista da culinária.» — (*Viagem por terra ao país dos sonhos*, pág. 240, Porto, 1898).

Pensa e faz coisa que valha,
Salta o vulgar a pés juntos,
Não faças versos defuntos,
Ou que nasçam com mortalha» (46).

Nada adiantou que lhe recomendassem a mudança de temas. E para que havia de mudar, se apenas se sentia à vontade naqueles que escolheu, que eram os que estavam a carácter do seu temperamento? O seu copo não era o da solenidade acaciana — mas o do boémio descontraído.

Não lhe pedissem que renunciasse ao presunto. Tampouco que se abstivesse da boa pinga. Perdiam o tempo. O tempo e o latim. *A um abstémio*, dirige ele o soneto seguinte:

Eu ando, de escudo e lança,
Desde os tempos que lá vão,
Em defesa dum pagão,
O bom deus da beberança.

Um bom assunto me cansa,
E esse é belo, que mais não,
Pois que um homem beberrão,
No azul dos sonhos se lança.

Se fui amigo do cacho,
Não me ralhes, por quem és,
Pois que a tal respeito, eu acho

Que vês tudo de través:
O papel da água é baixo:
Bebe-a o asno, e lava os pés (47).

Se foi *pingado* para a cova, nós o ignoramos. Não é, porém, inverosímil que, até ao último fôlego de vida, se mantivesse fiel ao culto de Baco — «o bom deus da beberança», como lhe chama.

---

(46) *Últimas Rimas*, pág. 185.
(47) *Últimas Rimas*, pág. 186.

Coerente com a a sua hedonística filosofia da boa pinga, recomendava a um rapaz, velho antes do tempo:

Olha que a vida é fugaz,
Bebe, bebe-lhe deveras.
Tuas penas são quimeras
Que a própria mente desfaz (48).

Diante de uma garrafa cheia da excelente pinga, o poeta não se rendia. Morresse Marta, mas que fosse farta... E ouvi-lo:

Em frente de uma botelha,
Lùgubremente assentado,
Carregada a sobrancelha,
Saiu-me d'alma este brado:
«Que formidável estafa!
Estou enfim esgotado!»
— Também eu, disse a garrafa (49).

Seguiu à risca o verso camoniano — aquele em que se diz ser fraqueza desistir da empresa começada. Para ele, garrafa encetada tinha que ir até ao fim!

Contando certa anedota relativa a Molière doente e, porventura, a dois passos da morte, escreveu João Penha como quem fala pela boca do autor do *Doente de cisma:*

Talvez o meu trespasse a Deus apraza!
Vão chamar o doutor que mora junto,
Que estou a arder em febre, estou em brasa.

Depressa, que receio-me defunto;
Se, porém, virem que saiu de casa,
Tragam-me uma omelete de presunto» (50).

Esta fala, em boa verdade, nós a podemos considerar autobiográfica. A omelete de presunto ele a teria na conta de dar vida a mortos.

(48) *Últimas Rimas*, pág. 187.
(49) *Últimas Rimas*, pág. 215.
(50) *Últimas Rimas*, pág. 179.

★

O poeta não foi um álgido diante da mulher. Não ficava insensível às belezas de um escultural corpo feminino. De várias Natércias se enamorou. Se com êxito, isso é outra história... De uma, que constituiu o seu «flagelo», por se mostrar «fria como a neve», deixou retrato: «grandes olhos verdes, negro o cabelo, vermelho o lábio, breve a cintura, colo acetinado», mãos afuseladas, pé lépido e pequenino, e outras miudezas da qualidade de lhe darem volta ao miolo. Perante essa beldade, ficava «extático de pasmo e de surpresa». E em românticos devaneios está o poeta diante da beldade, quando se lembra de a retratar nesta prosaica situação, que não era, positivamente, a linda Inês à beira-rio: sentada num banco de verdura e o que mais dirá:

Ai! perdi, desde então, paz e sossego:
Se estavas tão graciosa em tal postura,
E comias um paio de Lamego! (51).

Uma das características do lirismo de João Penha é misturar as situações *air évaporé* com os prosaísmos muito concretos da alimentação — o paio na linha da frente...

O paio constitui obsessão no poeta das *Rimas*. À beldade que lhe transtornara o juízo não resiste o enamorado poeta a fazer-lhe comovida declaração de amor. Ela, porém, não gostou da graça, e desertou:

Ela, a minha formosa, ela, fugindo,
Deixou-me o coração, deixou-me o paio!

Noutra emergência, marca a si próprio este ideal de vida:

Seja a torrente um plácido Mondego;
A minha taça — um copo de água fria,
O meu belo — o presunto de Lamego! (52).

Presunto de Lamego... Mas não era essa a sua única especialidade, no respeitante a presuntos: os de Melgaço também lhe traziam largo

(51) *Rimas*, pág. 10.
(52) *Rimas*, pág. 36.

alvoroço às papilas gustativas... Não se fica, porém, no presunto de Melgaço. Se este é bom, o do Alentejo ainda é, porventura, melhor.

Os paios constituíram tema e... teima, no poeta, quer para os comer, quer para ele próprio ser comido em paios. Zanga-se com a mulher que o traiu, e diz:

... és da raça das Megeras:
Inda há pouco fingias os devaneios,
As doces falas das paixões sinceras;

Mas, — eram de uma Circe os cruéis ensaios:
Transformas-me num cerdo, eis o que esperas,
Que o teu capricho é devorar-me... em paios! (53).

E, noutro lugar, lá vêm novamente os paios:

Deixa-me o velho Colares,
E as brancas musas sem tosse,
E o paio dos meus cantares (54).

Nova amostra: dirige-se à bem-amada, e diz-lhe, com todas as letras, no remate dum soneto:

Só te peço que em paga de meus ais,
Em memória daquele que te amou,
Comas, quando eu morrer, um paio a mais (55).

Isto depois de, no mesmo soneto, lermos este verso: «Recifes de presunto de Lamego».

Era de força o homem!

Que nós saibamos, só uma vez o poeta declarou, com todas as letras, que o enfastiava o paio: foi isso na pequenina composição intitulada *Tédio:*

Nada no mundo se alcança
Que o tédio em pouco não mate:
A mais ardente amorança
Morre no ardor do combate.

---

(53) *Rimas*, pág. 60.
(54) *Rimas*, pág. 144.
(55) *Viagem por terra ao país dos sonhos*, pág. 52.

Ouve: o amor, quem tal diria?
É para velhos e novos,
Uma cousa que enfastia:
Um paio frito com ovos ([56]).

E nós a supormos que o paio nunca o esfastiaria! Mas está certo: nem sempre galinha, nem sempre sardinha...

REAL OU POSTIÇO?

Há quem pergunte: será que João Penha era, de sua natureza, homem prosaico, rasteiro, terreníssimo, incapaz de sonho, sem sombra de romantismo? Ou será que se fez cínico, prosaico, rasteiro, terreníssimo, por ter notado enorme disparidade entre o mundo que idealizou e o mundo que o rodeava e, então, caindo das alturas, passou a dizer do mundo ambiente cobras e lagartas e outros bichos peçonhentos?

Se acaso é verdadeira essa posição de descontente entre o sonho que alimentou, e a verdade flagrante, o seu cinismo seria mais postiço do que real. João Penha mostrar-se-ia, pois, céptico em relação às mulheres, não porque não as apreciasse em elevado plano, mas porque elas lhe deram margem a que se fizesse céptico. No fundo, ele era o que afirmou de Eça de Queiroz: «um visionário, romântico e sentimental, tendo horror profundo por tudo quanto é prosaico, isto é pela vida comum, e real, como ela é» ([57]).

João Penha desandou em céptico quanto a mulheres, porque sonhou nelas uma pureza que, afinal, não encontrou. No soneto *Espanhola*, da *Viagem por terra ao país dos sonhos*, está ele encantado com «uma filha inquieta do pátrio Manzanares» fazendo-lhe uma corte sincera e respeitosa, quando ela, traçando «a mantilha, à moda aragonesa», se levanta para sair, indiferente às boas intenções do poeta:

— «Onde vais?» lhe pergunto com tristeza;
— «À colheita dos lânguidos olhares.»

Perguntamos nós: não sabia João Penha que estava fazendo catequese de boas intenções a uma meretriz, sendo milagre que desta viesse

([56]) *Últimas Rimas*, Porto, 1919.
([57]) Em carta a António Cabral, *Camilo e Eça de Queiroz*, págs. 265-269.

atitude diferente da que tomou? Pois não é o hábito uma segunda natureza, havendo real dificuldade em fugir-lhe? Achamos demasiadamente ingénua a crença do poeta, supondo que poderia trazer a meretriz para o campo da honestidade.

Segundo uma interpretação do Prof. Álvaro J. da Costa Pimpão, todos os «românticos coimbrãos de 1870, de aguda sensibilidade, tinham notado a enorme distância que ia do mundo dos seus *sonhos* à realidade ambiente, prosaica, ordinária, materialona; e receosos do ridículo das suas confidências, simulavam participar da comédia humana, pela qual, no fundo, nutriam sincero horror, e fingiam afogar as coitas de amor em duvidoso falerno, e saciar em efémeros beijos a ardência de um desejo cruel e indefinido. Evitavam assim, supunham eles, os assobios no palco da vida...»([58]).

João Penha, vai, pois, incluído nesses decepcionados, e, se fez poesia hedonista, no signo do cepticismo quanto ao amor feminino, e no signo do apreço pela boa pinga, pelo paio e pelo presunto, seria isso o resultado de não ter tido oportunidade de realizar os seus sonhos de romântico e de visionário. Seria, pois, um materialista à força.

Será exacta esta interpretação do Professor coimbrão? Dela se não pode fazer uma demonstração matemática, evidentemente. Vai nela alguma verosimilhança — e nada mais, ao que supomos.

A nós nos parece, porém, que o poeta, voltando-se para a voluptuosidade, para o cinismo, para o cepticismo e partes adjacentes, tomaria menos uma decisão filosófica, meditada, do que, principalmente, uma atitude natural, filha do seu temperamento, o de um sensual de raiz. O sistema hormonal — mais do que uma pensada filosofia — terá sido o responsável da sua musa epicurista, cínica, céptica, escarmentada, pessimista, antifeminina, com seus laivos de agnosticismo e de profunda irreverência por ídolos consagrados.

É claro que se a tese de Álvaro Pimpão não se pode demonstrar por a + b, também a nossa não. Do lado de lá, uma conjectura. Do lado de cá, outra. Qual delas será mais verosímil? Outros que deslindem o caso, que não nos cabe a nós ser juízes em causa própria.

★

Guerra Junqueiro não aceitava que o poeta João Penha vindo a público fosse o verdadeiro. O vindo a público era o falso — simples dis-

([58]) *Biblos*, vol. XV, pág. 526: *Algumas Notas sobre a Estética de João Penha.*

farce de um outro que se envergonhava de ser quem era. É o que transparece das seguintes palavras, escritas na *Crónica*, n.os 63 e 64, Lisboa, Abril de 1902:

«Por vezes, no riso de João Penha há um modo altivo de chorar. Sente a dor, mas esconde-a. E, para que o mundo lha não suspeite, encara-o hostil, despede-lhe sarcasmos. Bondade, timidez, orgulho. É bom e sofre; é tímido e cala; é orgulhoso e ri. Poeta mascarado, os transeuntes só o reconhecem pela máscara. Onde os olhos banais lêem — *Vinho e Fel* — traduzem os meus — Desventura e Lágrimas. Há duas edições dos versos de João Penha: uma a impressa, e a outra, inédita, a que ele guarda no coração como um tesoiro inviolável. A edição para o mundo e a edição para Deus. Meu alto poeta, meu querido amigo: Deixe ver ao mundo a edição original, a edição divina dos seus poemas. Revele-se, transfigure-se. Dê-nos um último livro: o da alma profunda, espiritual, religiosa.»

Esse livro nunca veio. Não se percebe lá muito bem porque não se revelou tal qual era por dentro. Quem lho levaria mal? Que teria a perder com mostrar-se tal qual era? Devemos, pois, tomar toda a sua obra como puro teatro, simples ficção, em vez de documento autobiográfico? Não acha o leitor que é representar demasiadamente, mostrando-se à despedida o que fora logo de entrada, numa linha de coerência que — na sua obra literária — não mostrou qualquer quebra?

A nós se nos afigura que João Penha está psicològicamente biografado na sua obra, como Antero na que nos deixou. É forçar a nota pretender visionar na poesia de João Penha aquilo que precisamente nela não se contém.

A não ser que se diga que o poeta foi a viva encarnação do *homo duplex:* um para o *extra*, outro para o *intus*. Homem bifronte, hedonista para o público, ascético e religioso para ele próprio; boémio para burguês ver, e todo ele naftalina no trato com a roupa íntima...

Admitamos que duas faces é possível terem existido em João Penha. Qual delas revelaria, com maior verdade, a personalidade do homem e do poeta?

Nos versos do autor do *Vinho e Fel*, perpassa o aroma do vinho capitoso, a frescura da mocidade, o alvoroço do paladar. Será que tudo isso não passa de mentirosa literatura?

Amando o vinho capitoso, não quer isso dizer que fosse homem que se embriagasse. Bebendo, não exorbitava da justa medida. O contrário seria quebrar a elegância, e, de facto, João Penha teve muito de dândi. Alves de Morais, que o conheceu em Coimbra, anotou:

«A fama de amante das delícias do copo não era completamente verdadeira. O vinho não era paixão em João Penha, mas era só estimulante ao seu génio e veia poética, profunda. Raras vezes pedia mais de um copo, que era de pequenas dimensões. Odiava até os bêbedos» ([59]).

Aceitemos a informação como certa. O poeta sabia onde começava o prazer, e sabia, outrossim, onde começava a borracheira. Não evitou aquele, mas fugiu desta, como era próprio de um fino espírito.

FANTASIAS DELIRANTES

Há quem admita o pampsiquismo. A psique não seria exclusiva dos animais — e particularmente do homem —, mas extensiva às próprias plantas (lembremos, de momento, a *Inteligência das Flores*, de Maeterlinck) e, até, ó cúmulo do delírio poético!, ao mundo que habitualmente designamos com o epíteto de inanimado! Não sabemos agora que poeta perguntava: *Objects inanimés, avez-vous donc une âme?*

Deixemos, porém, a afirmação extravagante de que as coisas «inanimadas» tenham alguma psique específica, não alcançável pela nossa argúcia, e fiquemos no mundo vegetal. Com base — suspeitíssima, em nosso ver, — nalguns casos que andam aí contados no mundo da imaginação poética, não falta, efectivamente, quem se atreva a dizer que as plantas — nossas irmãs, se quisermos empregar a linguagem franciscana — se tomam de amores e ódios, de seduções e repulsas, de alegrias e de sofrimentos, e outras contas do rosário psicológico. A planta cresce no sentido do sol? Vá de concluir, poèticamente, que se alegra com a presença da luz do sol... Dobra as pétalas, com o cair da noite? Vá de dizer — poèticamente ainda, está claro! — que a planta sofre com o desaparecimento da luz «amiga»... Os tropismos — da fisiologia vegetal — vá de interpretá-los em linguagem anímica...

Fialho de Almeida admitia a transmigração das almas humanas para as flores. Quando, portanto, uma flor tivesse sua peculiar reacção «psíquica», pretendia ele interpretá-la como reflexo de uma alma humana nela disfarçada. Nada menos. E conta: «Duma ocasião, sòzinho no meu quarto, eu considerava uma rosa branca que emurchecia num copo, tão triste! Disse-lhe assim: tu sofres! Ela curvou-se mais sobre a haste,

---

([59]) *A Crónica*, Lisboa, Abril de 1902, n.º 63-64.

aquiescendo, e vi-lhe duas lágrimas nas pétalas. Nunca pude saber quem fosse esta mulher» (60).

Aonde não chega a fantasia poética! A referida rosa chorou. Também poderia rir. Também poderia sentir-se saudosa... Também... (ponha o leitor aqui o que muito bem lhe apetecer, que nem por isso irá para a cadeia...)

Os poetas — com a sua rica imaginação, permitem-se fazer antropomorfismo com as plantas, como o fazem com as coisas inanimadas. Eram sábios de mentalidade poética aqueles que outrora falavam do horror que a água tinha ao vácuo, e daí a razão por que subia no corpo das bombas... Atribuir sentimentos às coisas e loisas é — sempre foi — particular jeitinho dos poetas... E, quando não fazem antropomorfismo psíquico, fazem-no de natureza somática. Mas este já é um nadinha mais tolerável. Gomes Leal estava fazendo antropomorfismo psicossomático, quando dizia que a camélia tinha «algo duma burguesinha carnuda e afectada»; quando afirmava que «a rosa-chá é uma duquesa formosíssima e decotada»; quando garantia que «há violetas que sabem de cor versos inteiros de Soares de Passos».

Bonita transposição poética! Nós, que nem sempre queremos as coisas terra-a-terra, achamos gracinha a estas identificações, e se o poeta as não fizesse, ficaria diminuído na sua capacidade metaforizante.

João Penha, assevera, a pés juntos (?), que «as plantas, desde o modesto pé de musgo ao mais alteroso cedro, desde a singela violeta ao sumptuoso heliotropo, além de vida, porque nascem, se alimentam, reproduzem e morrem, têm alma, consciência da sua existência, paixões, ódios, simpatias, riem e choram e digo mais: vêem e ouvem, não sabemos como, mas vêem e ouvem» (61).

É isto o que se chama «heroísmo de afirmar»... Fácil heroísmo. E provas para garantir a verdade daquelas afirmações? João Penha sobe nas tamanquinhas da objectividade e diz que, sim senhores, casos ocorridos com ele, justificam que fale do psiquismo das plantas, capazes de amar e odiar. E o poeta conta, então, o estranho caso de um cacto cheio de puas que ele tinha — e sustentava — à janela. Com efeito, estava, certo dia, à janela, quando sentiu uma picada na mão direita. Coçou o lugar picado, e não fez reparo de maior. Não tardou, porém, que o cacto o picasse de

---

(60) *País das Uvas*, pág. 11, Lisboa, 1920.

(61) Em Sérgio de Castro, *Homens de Letras e Flores*, pág. 49, Lisboa, 1921.

novo... Alto lá! Aqui há coisa... Prestou atenção à planta vingativa, e que havia de ele ver? Nova pua que se projectava do cacto e repetia a proeza da espetadela. Então, o poeta, indignado com o desaforo, esta ameaça tirou do experto peito: « — Ah! maldito! assim pagas ao teu benfeitor, que com tantos desvelos te há tratado? Pois bem! morrerás» (62).

E, sem mais aquelas, tirou a planta do vaso, e, de martelo em punho, não lhe perguntou por onde é que ela as queria... Era uma vez um cacto!

E agora ouvireis o resto — um caso de consciência se verificou na alma do cactocida: «Não lhe tendo eu dado a vida, poderia fazê-lo? Talvez não, mas o que é certo é que depois, e durante muito tempo, um trago invisível me andou perseguindo de mil modos: era a alma do morto que em mim se introduzira». E o poeta refere que só conseguiu ver-se livre dessa alma, «comprando uma figa de azeviche, que, depois de banhada numa pia de água benta, passei a usar constantemente no bolso do colete» (63).

Aquele cacto picava o poeta... Porque o picaria? Questão pessoal do cacto com o poeta? O poeta praticou o já mencionado cactocídio... E, eis senão quando, a alma do cacto morto instala-se na alma do poeta... O resto não vale a pena repeti-lo. A figa de azeviche exorcismou a alma do morto...

O poeta refere outros estranhos casos. Oh! poesia, a quantos delírios te prestas! Em Raúl Brandão, *Vale de Josafat*, a páginas tantas, vem o seguinte diálogo, ocorrido no Bom Jesus do Monte, em Braga:

— Você vê aquela carvalheira, acolá?

E mais baixo:

— Está apaixonada por mim.

— Ora!...

— É isto que lhe digo. Quando passo, zás! atira-me com uma landra. Quer ver?

Agarra-lhe no braço e leva-o por baixo do carvalho. Uma landra caiu.

— Ouviu? — perguntou ele, alvoroçado.

— Ouvi. Caiu, mas foi no meu chapéu.

E João Penha, voltando-se para trás, para a árvore, exclamou, indignado.

— Ah! grande bêbeda!

---

(62) Sérgio de Castro, *Op. cit.*, pág. 49.

(63) S. de Castro, *Op. cit.*, pág. 49.

A carvalheira dava escandalosa prova de infidelidade ao poeta... E brandinho — vamos lá — foi ele em lhe chamar bêbeda... intimamente, talvez o epíteto fosse outro...

Adiante. Outro caso de paixão vegetal pelo poeta.

Desta vez, não é uma carvalheira, é um salgueiro. Sem sombra de aragem que Deus a desse, o salgueiro, na presença do poeta, não se tinha que não se agitasse. Todas as demais plantas muito sossegadinhas... O salgueiro, porém... E logo o poeta conclui: «a jovem árvore estava apaixonada por mim!» (64).

Foi isto na fantástica Coimbra. Estava a apaixonada planta posta em sossego (como a linda Inês...), quando, numa noite de luar (forçosamente tinha de ser luar...), o poeta cometeu a leviandade de abraçar a sua apaixonada *amante*. E não é que a planta se inclinou para ele, estendendo-lhe os braços para o chamar a si estreitá-lo em violento amplexo de amor, contra «o seio palpitante»? (65).

O poeta não correspondeu, como devia, à planta por ele apaixonada. Deixou Coimbra, sem dizer à amante: «passa por cá muito bem!» A árvore, desgostosa, por se ver assim desprezada, secou. Seca, aproveitaram-na para palitos. E o poeta, dando conta do seu involuntário salgueiricídio (já lá vai com dois crimes passionais...), confessa: «... matei-te sem piedade, e não contente com isto, há já uns poucos de meses... que me escabicho os dentes contigo!» (66).

Claro. Clarinho. Tudo isto é pura, puríssima fantasia. E da mesma força que o salgueiro do conto *Silvia* de João Penha, o é a gata do conto *Colombina*, tal como se lê em *Ecos do Passado*, também da autoria do poeta. Admitia que uma gata pudesse ter por um homem um como que amor de mulher. De três gatas foi amado, segundo o confessa (67).

Era convicção dele que «todo» homem tem de viver tantas existências quantas sejam necessárias para que expie, pela dor, as faltas e pecados das existências anteriores, e a sua alma, assim purificada, dispa os invólucros materiais, ascenda à vida eterna, ao Nirvana, e se consubstancie na Alma Suprema, em Deus» (68).

---

(64) João Penha, *Por montes e vales*, pág. 79.
(65) João Penha, *Op. cit.*, pág. 84.
(66) *Op. cit.*, pág. 87.
(67) *Ecos do Passado — Colombina*, pág. 156.
(68) *Ecos do Passado*, pág. 157.

No dizer do poeta, certos homens de hoje foram, outrora, animalejos, e destes guardam os específicos instintos: «Assim [...], os que se entregam à arriscada profissão de gatunos, foram pegas; os tenórios, macacos; os oradores, papagaios; os poetas, rouxinóis, ou gralhas, segundo as circunstâncias» ([69]).

A fábula da *Colombina* é sumàriamente esta: A gata branca, que tinha esse nome, pertencia à taberna do *Homem do Gás*, em Coimbra. Penha a entrar e a gatinha — meu bem! — a anichar-se nos joelhos do poeta era tudo um. «Na postura da antiga Esfinge», a gatinha embebia-se «na contemplação do meu rosto». E os olhos dela não enganavam — traduziam «um profundo amor feminial». Uma noite, porém, noite de trovoada, o poeta, nervoso, por virtude dos relâmpagos que eram de causar susto às pedras da calçada, quanto mais a um coração humano! sacudiu, de seus joelhos, brutalmente, a *Colombina*. O que tu foste fazer! A gatinha, sentindo-se desconsiderada, ó pernas para que vos quero! Nunca mais ninguém lhe pôs a vista em cima!

O poeta veio, depois, a descobrir pègadas do felino nas margens do Mondego. Muito românticamente, a *Colombina* fora deitar-se a afogar com o vivo desgosto por não se ver correspondida no seu amor! ([70]).

NOTAS VÁRIAS

1 — João Penha deve ter vivido — como tantos de nós — o drama consubstanciado no verso de Ovídio: *video meliora proboque, deteriora sequor*.

Muitas vezes poria as suas aspirações ao nível do céu para além, e, afinal, vinha o irmão corpo com o seu enorme peso — o da carne é fraca —, e adeus altas aspirações, que morriam às mãos libidinosas desse mesmo corpo!

([69]) *Op. cit.*, pág. 158.

([70]) Sobre todo este tema pode o leitor percorrer *João Penha e «o mundo das coisas psicològicamente poéticas»*, artigo de Fernando de Araújo Lima, na revista *Prometeu*, Porto, Dezembro de 1948.

Não fazia literatura postiça, antes se biografava, ao escrever:

Sou bom ou serei mau? o que é real
Nestas seguintes linhas se contém:
«O meu corpo propende para o mal,
A minha alma, essa não: adora o bem.»

2 — Há palavras que tiveram seu valor poético e depois o perderam. João Penha só por excepção emprega *cabelos*, quando se refere à mulher. Prefere empregar *comas*. Basta um exemplo, entre muitos. *Rimance* começa assim:

Vede-lhe a coma opulenta
No desalinho gentil!
A brisa fresca d'abril
Destrançou-a turbulenta.

E negra da cor do abismo;
Em ondas parece o mar
..... (71).

Quem se atreveria hoje a empregar, poèticamente, esse termo? *Habent verba sua fata...*

À *trança* ainda o poeta chega:

Senhora da loura trança
E do olhar indefinido!
Bem fundo vibraste a lança:
Eis-me prostrado e vencido! (72).

Ao *cabelo* é que não chega. Abrenúncio!

Porém, referindo-se ao homem, se emprega *comas* [Fitava os olhos ardentes / De um vate de negras comas»], também emprega cabelos. Em *O Poeta e a Noiva*, composição de *Viagem por terra ao país dos sonhos*, de 1898, lá vem *cabelos*. A composição, pelo seu bom humor, vale a pena ser transcrita:

---

(71) *Rimas*, pág. 83.
(72) *Rimas*, pág. 101.

Antes:

E disse o poeta à noiva: — «É pois bem certo
Que vais ser hoje de um rival jocundo!
Seja, para ele, a vida um céu aberto,
E sombra, para mim, a luz do mundo!

«Se eu hoje não morrer de ciúmes e zelos,
E resistir aos vendavais contrários,
Tu verás amanhã estes cabelos
Brancos, da cor dos fúnebres sudários!»

Depois:

E disse ao bardo triste a esposa rindo:
«— Que vejo! escuros inda? E em meus anseios
Por eles chorei um pranto infindo!»
Volve-lhe o trovador: — «Mulher, pintei-os.»

Também a palavra *seios* não tinha valor poético, para o autor das *Rimas*. Preferia-lhe *pomas*, termo que nós, hoje, detestamos. Damos um exemplo entre vários que se poderiam apresentar: «vê na camponesa o vulto às pomas.»

O nosso paladar literário não tolera, hoje, esse termo.

A palavra *seio* a reserva o poeta para designar interior do peito: «febre que tem no seio...»

3 — As descrições telúricas e as de feição meteorológica, que, aqui e além, aparecem, impõem-se pela flagrante objectividade. É ouvir:

Foi-se o pálido inverno. O torvelinho
Para longe arrastou a névoa fria.
Canta no bosque a alegre cotovia,
Exala o aroma o verde rosmaninho.

A veia d'água, em doce murmurinho,
Das longas ervas a aridez sacia;
E das brisas a ténue melodia
Ao longe corre no sarçal maninho ([73]).

([73]) *Rimas*, pág. 33.

4 — Se ao poeta sobrou talento para dar a nota jocosa e juvenalesca. também, quando quis, deu a flagrante pincelada bucólica:

Belo campo, que vejo donde habito!
Um camponês no seu machinho toca;
À porta da choupana, a fiar na roca,
Uma aldeã de rosto assás bonito;

Ouve-se ao longe um prolongado apito;
Cerca a ninhada uma galinha choca;
E um negro grilo, ao limiar da toca,
Faz ouvir, incessante, o seu cricrito.

Os alcatruzes duma antiga nora,
A que dá vida um boi, a passo lento,
Jorram a água, que na pia chora (74).

Os versos anteriores — de um soneto: *No Verão* (Geórgica) — têm sua réplica noutra composição: *A Aldeia*, da qual extraímos as quadras seguintes:

Não há vento, o moinho nem labora,
Mas o moleiro, à porta, o grão peneira;
Os alcatruzes da vetusta nora
Lançam a jorros a água na caleira.

Tira-a do longo tanque, balde a balde,
Moça, gentil assás, vivo demónio:
Fala-lhe um namorado, mas debalde,
Que ela não quer amor, quer matrimónio.

Na eira calcinada espreita um gato
O voo dos alegres passarinhos;
No bico levam todos o biscato
À prole que os espera nos seus ninhos (75).

---

(74) *Últimas Rimas*, pág. 441.
(75) *Ibidem.*

5 — O poeta dava-se por seguro em metafísica, ao contrário de Voltaire que, pela boca de uma das suas personagens do *Candide*, dizia, no respeitante aos problemas metafísicos: aqui, já eu ia muito adiantado nos meus conhecimentos, quando verifiquei que não sabia nada. Nadinha. Nem patavina.

João Penha afirmava que quando a ciência abre a boca sobre a Causa Primeira, cai na dilemática situação de: ou lhe entrar mosca, ou sair asneira... A asneira permite-se afirmar que «quanto existe é puro efeito sem causa». Afirmando isso — diz o poeta — a Ciência é:

Como a bota que talvez
Negasse, um dia, a existência
Do sapateiro que a fez! (76).

Se o poeta aqui dá «bota» — eis o que nós ignoramos.

(76) *Últimas Rimas*, pág. 162.

Frei Francisco de S. Luís no Minho

(Entre 1766 e 1820)

Por Luís A. de Oliveira Ramos

O cardeal D. Fr. Francisco de S. Luís (1766-1845), de seu nome Francisco Justiniano Saraiva, é uma das figuras mais representativas da sociedade portuguesa nos fins do antigo regime e primórdios do liberalismo, já pela sua fisionomia intelectual, já pelos lugares a que ascendeu na vida política, religiosa e cultural do nosso país.

Filho de Ponte de Lima, Saraiva está, por inúmeras razões, vinculado à província de Entre Douro e Minho, onde viveu durante muitos anos. Demais, ao longo da existência, vem com frequência passar férias à terra natal, e sempre a ela permanece ligado pelos sentimentos de reconhecido amor que votava aos pais e familiares, bem como pelas recordações da meninice.

Na verdade, a jornada escolar de Francisco Justiniano principia muito cedo naquela vila minhota, sob a direcção de um excelente pedagogo. Aos cinco anos ouvia já as lições de Tomás da Silva Campos, mestre no debuxo e arte de escrever, com quem aprende as primeiras letras e o catecismo pelo compêndio de Montpellier.

Depois estuda latim na aula régia do sítio, e interessa-se pela música, inclinação artística que, facto curioso, veio a desempenhar papel marcante no destino de Saraiva.

Cerca dos 14 anos, o pequeno Francisco, movido por forte vocação religiosa, decide professar. Em sequência disso, a 6 de Abril de 1780 solicita a sua admissão no célebre Mosteiro de S. Martinho de Tibães, nos arrabaldes de Braga. Uma fonte monástica coeva do evento explica que Francisco Justiniano, rapazinho de letra ampla e ordenada, entrou na Congregação beneditina pelas «prendas de orgão e cantocham», virtudes, certamente adquiridas no decurso de aprendizado feito em Ponte de Lima.

Com o andar do tempo, o jovem religioso veio a ser organista em



FREI FRANCISCO DE S. LUÍS

Desenho de Domingos António de Sequeira

vários conventos, mas desde cedo se notabilizou pelos seus dotes intelectuais, e estes relegaram, definitivamente, para um plano obscuro a arte que lhe deu acesso ao noviciado beneditino.

De facto, Fr. Francisco de S. Luís recebe ordens menores logo em 1782 e, dois anos e alguns meses volvidos sobre a data da entrada na Congregação termina os estudos em Tibães. Vai então cursar Filosofia noutro mosteiro do Minho, Santo André de Rendufe, debaixo do magistério do Doutor Fr. José de Santa Escolástica, futuro Arcebispo da Baía.

No ano seguinte, Saraiva continua a ouvir as lições do mesmo padre mestre no Colégio de Nossa Senhora da Estrela, em Lisboa, onde conclui o aprendizado de filosofia racional, moral, elementos de geometria e álgebra e física geral que iniciara em Rendufe.

Naquela época, começa também a estudar, por si só, os «principios gerais da literatura»; lê poetas, oradores, historiógrafos e as obras filosóficas que mais dignas lhe pareciam, enquanto se aperfeiçoa no italiano e no francês.

O talento de Saraiva brilha então nos estudos beneditinos da capital para mais tarde se afirmar decisivamente quer no Colégio de S. Bento, em Coimbra, quer na Universidade, cuja Faculdade de Teologia frequenta de 1785 a 1791.

Quando entre 1797 e 1798 seria em catálogo, pela sua mão, a imensa livraria da abadia de Tibães, há muito que se graduara na Sagrada Teologia. Perfizera, em 1791, os actos do doutoramento teológico; no ano seguinte afirma-se como polemista e, em 1794, a Academia Real das Ciências outorga a medalha de ouro a um estudo de Saraiva.

Mas voltemos a 1797. Para arranjar metòdicamente a biblioteca de Tibães, Fr. Francisco de S. Luís insere as espécies num índice dividido em seis secções: *Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Literatura, História,* sendo a 6.ª secção constituída por *Poligrafia, Bibliografia* e *História Literária,* as quais, por seu turno, se repartiam em várias subsecções e parágrafos.

Desejando-se «achar qualquer Livro», explica o nosso monge, basta reduzi-lo «primeiro á sua Classe, e busca-lo depois pela competente Taboa no seu proprio Artigo aonde se achará pela ordem Alfabetica do nome do Autor». O método seguido, como se vê, implicava a prévia sistematização dos livros de acordo com a matéria versada.

Enquanto terminava este utilíssimo empreendimento, Fr. Francisco, serviu como professor no Mosteiro de Tibães. A sua carreira docente prin-

cipiara em 1788, no Colégio de S. Bento de Coimbra. Agora cabe-lhe leccionar Gramática latina e Retórica aos coristas daquele cenóbio minhoto.

Atendendo às altas qualidades de saber e inteligência que exornavam S. Luís Saraiva, a Ordem em breve o escolhe para funções de maior importância. Na verdade, o Capítulo Geral de 1798 elege-o Secretário da Congregação, cargo de muita responsabilidade, no exercício do qual se familiariza com os problemas da comunidade beneditina.

Ao findar o seu triénio, em 1801, elegem-no D. Abade de S. Bento de Coimbra, mas como recusa a missão, é designado Companheiro do Geral. Nesta qualidade andará por Entre Douro e Minho de parceria com o D. Abade Geral, visto a Congregação possuir numerosos conventos na região.

A permanência em Tibães no desempenho de tão altos cargos, como ainda o facto de ter jornadeado por todos os mosteiros beneditinos de Portugal, permitem-lhe colher, em diferentes lugares, valiosos elementos que destina aos seus estudos histórico-literários.

Entre 1804 e 1807, deixa o Minho, pois fora outra vez escolhido para D. Abade do Colégio de Coimbra e aceitara, enfim, o posto. Durante a estadia na cidade do Mondego, prega algumas vezes na capela da Universidade e concorre a opositor da Faculdade de Teologia, revelando nas provas grande saber e argúcia.

De 1807 em diante, temo-lo novamente no Minho. Vive no mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro, não longe de Ponte de Lima, sobraça a função de Cronista-mor dos monges de S. Bento, e, em dois períodos distintos, ascende a Visitador geral, o que lhe facilita o prosseguimento das suas investigações preferidas, sobretudo durante as deslocações que empreende por força deste último cargo.

Entretanto, sobrevem a 1.ª invasão francesa. O país atravessa um momento gravíssimo, quando o Doutor Fr. Francisco de S. Luís é chamado a desempenhar actividades delicadas no âmbito da resistência ao opressor estrangeiro. De facto, em 1808, revoltando-se a província do Minho contra as forças napoleónicas e achando-se Saraiva em Ponte de Lima, foi ele nomeado deputado à Junta Governativa, que se estabelecera em Viana do Minho, e ali se conservou no meio de dificuldades e perigos de toda a ordem.

Através de apontamentos de Fr. Francisco referentes à acção desenvolvida pelos patriotas de Viana, verifica-se que estes procuraram obter, desde o início, o apoio da esquadra inglesa do almirante Cotton, que navegrava ao largo da costa. Demais, a Junta vianense acautelou os interesses e

necessidades económicas e militares da região, acabando por se colocar na dependência da Junta governativa do Porto. Entendia que da união das forças resistentes adviria maior força à causa da defesa nacional, e por isso mesmo defendeu a vantagem dos focos patrióticos transmontanos tomarem idêntica resolução, isto é, submeterem-se à autoridade da Junta do Governo Supremo do Reino, estabelecida no Porto.

Não obstante o real mérito da política desenvolvida pela Junta vianense, sobrevem na cidade, como, de resto, sucedeu noutras terras, um motim, alimentado pela desconfiança e exacerbado zelo da populaça, conduzida por agitadores mal intencionados, que na prudência dos dirigentes viam indícios de incúria anti-portuguesa. As dificuldades foram, todavia, conjuradas sem incidentes de maior, e para o restabelecimento da confiança e unidade entre os vianenses contribuiu decisivamente Fr. Francisco de S. Luís.

Quer dizer, este homem, que até então servira apenas o ideal monástico e a Universidade, chamado a um posto político logo revela coragem e tacto, prenúncio de futuros e similares empreendimentos.

Passado o período crítico, Saraiva jornadeia até às Caldas do Gerês em busca de remédio para achaques antigos. Não tarda, porém, a recolher à quietude monástica para se devotar às funções de Cronista-mor e Visitador geral, quase esquecido das inquietações passadas em Viana.

Daí em diante, monge em Carvoeiro, ocupa o tempo entre Ponte de Lima e outros mosteiros da província, para em 1817 regressar a Coimbra, nomeado então professor titular de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes, com honras de lente substituto da Faculdade teológica da Universidade.

Todavia, nas férias grandes de 1820, quando descansava na sua vila minhota, chega um convite que vai decidir do seu rumo. De facto, a 24 de Agosto de 1820, rompera, no Porto, uma Revolução vitoriosa, e Saraiva era convidado para membro do governo que naquela cidade se estabeleceu. Tinha então 54 anos, e encontrava-se na Ribeira de Lima. Ali toma a resolução de aceitar aquele delicado cargo político, o primeiro, entre os principais que ia assumir na cena política, e depois no episcopado. Até então dedicara-se exemplarmente à Congregação de S. Bento, honrara-se na Universidade e a Academia Real das Ciências convidara-o para sócio efectivo.

De tudo isto se depreende que uma boa parte da existência lhe decorrera entre Ponte de Lima e os mosteiros do Minho, a província onde nascera. Por outro lado, dos capítulos gerais beneditinos, reunidos no

Mosteiro de S. Martinho de Tibães, ao pé de Braga, partiram as decisões basilares que marcaram a sua ascensão na Ordem, nomeadamente, a eleição para os cargos mais representativos. Demais, nessa abadia iniciou a sua carreira monástica e confirmou a vocação religiosa antes de lá ensinar e de aí colaborar no governo da Ordem de S. Bento. Quer em Tibães e no Carvoeiro. quer noutros conventos do Minho, tanto como em Ponte de Lima, deu especial incremento às investigações que o apaixonavam.

Foi, porém, na terra onde veio ao mundo que ensaiou alguns passos fundamentais que viriam a marcar-lhe a existência: quando menino, escolhendo a carreira monástica, depois, ao resolver servir na Junta de Viana e, por último, dispondo-se a participar nas lutas que prepararam o estabelecimento do liberalismo. De Ponte de Lima segue para o Porto em 1820 e aí se estreia no exercício de funções políticas de projecção nacional (1).

(1) Esta nota regionalista foi, inicialmente, publicada no semanário de Ponte de Lima, *Cardeal Saraiva*, n.º 2 176, de 18-2-1966. Reimprimindo-a na *Bracara Augusta*, juntamos-lhe dois textos que esclarecem aspectos menos conhecidos da existência de Fr. Francisco de S. Luís.



Convento de Tibães

Documentos [1]

I

Nota sobre o Índice da Biblioteca do Mosteiro de Tibães

Para arranjarmos methodicamente esta Bibliotheca, e darmos conveniente Ordem ao seu Index, dividimos todos os humanos Conhecimentos e Materias Scientificas em seis Classes Geraes: a saber:

A 1.ª de *Theologia* que em varias subdivisoens comprehende a Escritura Santa, e seus Commentadores, Criticos, Filologos etc. as Obras dos Padres dispostas pela ordem chronologica; os Concilios, e Theologos de todas as Classes, e finalmente tudo o que pertence ao Estudo theorico ou pratico da Religião: sem exceptuar os Livros de diversas Religioens ou Seitas, que se acharão debaixo do Artigo IV. aonde também pozemos os Tratados Isagogicos ao Estudo da Theologia e da Santa Escritura.

A 2.ª de *Jurisprudencia* que subdividimos em 2 Secçoens. A 1.ª de Jurisprudencia Canonica em que entrão os Corpos de Direito Canonico, as Collecçoens de Canones, Decretaes, Bullas e Decizoens; as Constituiçoens Gerais e Particulares, os Commentadores do mesmo Direito; os Tratados Geraes e Particulares dos Poderes, Direitos e Leis Ecclesiasticas; o Direito dos Regulares, suas Regras, Constituiçoens, Leis, Privilegios e Disciplina; e finalmente o Direito Ecclesiastico das Igrejas de Portugal e tratados que lhe dizem respeito. Na 2.ª Subdivisão se comprehende a Jurisprudencia *Natural* e *Civil*, os Codigos e Corpos de Leis Nacionaes e Estrangeiras, seus Commentadores, e Tratados que lhe dizem respeito; e a Legislação Portuguesa, e seus particulares Expositores, com todos os mais Tratados que a ella pertencem.

A 3.ª das *Sciencias* e *Artes* em que se comprehendem alem das Collecçoens Encyclopedicas, todos os Tratados de Filosofia Racional e Metafizica, assim escolastica como moderna; As Sciencias chamadas propriamente Naturaes, como Historia Natural, e Fizica com todas as suas Divi-

---

(1) Na transcrição dos documentos que se seguem limitamo-nos a desdobrar as abreviaturas.

zoens; as Mathematicas puras e mixtas; a Filosofia Moral, os Tratados de Educação, e Politica; a Medicina com os seus diversos Ramos, e as Artes Liberaes e Mechanicas.

A 4.ª de *Literatura* em que entra a Gramatica Critica, Filologia, Eloquencia, Poezia, e mais Obras de Gosto de todas as Naçoens, e em especial da Portugueza.

A 5.ª de *Historia* que comprehende todos os Estudos Preparatorios para ella, como são, alem da Chronologia, e Geografia, os Tratados de Genealogia; Brasão, Diplomatica, Antiguidades, Viagens, e Historia Geral. Entrão depois em separados artigos a Historia Ecclesiastica, assim Geral como Particular; a Historia Profana Antiga e Moderna; e por ultimo tudo o que pertence á Historia de Portugal.

A 6.ª finalmente de *Polygrafia, Bibliografia, e Historia Literaria*, aonde entrão 1.º as Collecçoens de varia Doutrina, e os Tratados que commodamente se não podem arranjar em nenhuma das Classes superiores: 2.º a Historia das Sciencias, e dos Homens de Letras, os Jornaes Literarios, as diversas Bibliotecas ou sejão Geraes ou Particulares, a Historia dos Livros, e suas Ediçoens, etc.

As quaes Classes com suas Subdivisoens se verão arranjadas na Taboa Geral que se segue adiante, e nas particulares Taboas que precedem cada huma das Classes.

De maneira que desejando-se achar qualquer Livro, nada mais seja precizo do que reduzi-lo primeiro á sua Classe, e busca-lo depois pela competente Taboa no seu proprio Artigo e ande se achará pela ordem Alfabetica do nome do seu Autor.

Por *nome do Autor* entendemos aqui aquelle principal appelido com que cada Escritor costuma denominar-se, bem entendido 1.º que os que tomão o sobrenome de algum Santo n'esse mesmo se devem procurar: assim v. g. Fr. Manoel de Santa Anna, se procurará na palavra *Anna* Fr. Manoel de Deos na palavra *Deos* etc. 2.º que aquelles que tem diversos apellidos se devem buscar no que mais conhecido for: assim Antonio Pereira de Figueiredo, se achará em *Pereira:* Diogo Barbosa Machado em *Barbosa* etc. 3.º que aquelles que tem varios apellidos, e pouco conhecidos entre os homens de Letras, vão as mais das vezes debaixo de huns e outros, para mais facilmente se poderem buscar.

As Obras dos Santos Padres em cujo catalogo seguimos a Ordem Chronologica, não devem por conseguinte procurar-se alfabeticamente.

As Obras *Traduzidas* vão debaixo do nome dos seus Autores, e não

dos Tradutores; salvo se alguma muito particular razão e distinção obrigou a dar a estes a preferencia, o que raras vezes se verificará.

Ultimamente aquellas Obras sobre cuja Classificação tivemos alguma duvida, as posemos tambem as mais das vezes debaixo de duas ou mais classes a que por ventura se poderião julgar pertencentes: tendo sempre em vista a facilidade, e commodidade dos que quizessem procurar algum Livro ou Obra. E se todavia não conseguirmos este nosso intento, desculpe o Leitor, lembrando-se de que naõ he culpa

Não sahir á Vontade a Obra igual;
Pois pelo intento só julgar se deve
Ferreira L. 2. Cart. 1.

[Frei Francisco de S. Luís (1)].

II

Proclamação da Junta de Viana

Em nome de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor

A *Junta Provisional de Vianna Unida ao Governo das Armas desta Provincia.*

Illustres Portuguezes. A Autoridade Suprema deve ser huma, e indivisivel. Destas qualidades depende a sua força, actividade, energia, e independencia: e sem ellas não pode haver a unidade e rapidez de Operaçoens, que convem e he indispensavel, principalmente nos momentos perigosos, em que a Segurança Publica se vê ameaçada por hum inimigo astuto, e poderoso.

Convencida a Junta destes incontestaveis principios; e attendendo ás circunstancias de localidade, riqueza, população, relaçoens commerciaes, e reprezentação civil, que concorrem na Cidade do *Porto,* com preferencia a outra qualquer Terra da Provincia; julgou dever reconhecer, e com effeito reconheceo como depositadas interinamente na Junta do Governo Supremo d'aquella Cidade os Direitos de Soberania e Magestade, emquanto

(1) Biblioteca Pública de Braga, Mss. 950: *Index da Biblioteca do Mosteiro de S. Martinho de Tibaens, 1798.*

se não instaurar o Conselho de Regencia estabelecido pelo nosso Augusto Principe. ou o Governo Pessoal do mesmo Senhor.

He pois d'aqui em diante do vosso dever, Fieis Portuguezes, prestar a mais prompta, fiel, e submissa obediencia ás Ordens, que emmanarem d'aquelle Supremo Poder, em beneficio da Cauza Publica, na firme segurança de que elle jamais deixará de ter em vista os importantes fins, que nos propusemos, quando com heroica resolução sacudimos o pezado jugo dos nosss perfidos Opressores, e determinamos restituir ao nosso amavel Principe a Soberania, de que fora iniqua e aleivosamente despojado.

Hum Deputado desta Junta dignissimo da vossa confiança por suas luzes, e reconhecida probidade, e nomedo para representá-la perante o Governo Supremo, com voto em todas as suas deliberaçoens, promoverá incessantemente os vossos interesses, que são tambem os da Cauza Publica, e da Segurança e Defeza Nacional.

A mesma Junta fica subsistindo unida ao Governo das Armas desta Provincia. Terá hum fundo razoavel para supprir ás despezas que exigir o bem comum. Vigiará sobre a boa administração do Assento. E tendo o direito de fazer as suas notas, e observaçoens sobre os Provimentos Militares respeitantes ao Governo desta Provincia; concorrerá para que os bravos Soldados, que mais se distinguirem pela sua pericia, probidade, disciplina, e valor, alcancem o premio devido a seus merecimentos, e sirvão de exemplo aos que lhes sucederem.

Ultimamente participa a Junta ao Publico, que se tem tomado convenientes medidas, para que o Sello da Alfandega seja restituido a esta Villa: e que tem a mais bem fundada esperança. de obter do Governo Supremo esta inapreciavel vantagem, em beneficio do Commercio, e do publico e geral utilidade.

Dada em Vianna em Junta de 3 de Julho de 1808 (1).

---

(1) Espólio de D. Fr. Francisco de S. Luís, *Caderno de 1808*.

Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo

Por Domingos de Araújo AFFONSO

IX

CUNHAS SOTOMAYORES

Afirmam alguns linhagistas que esta ilustre família descende de Don Pedro Alvarez de Sotomayor, 1.º visconde de Tuy (carta do rei D. Henrique II de Castela, de 25.7.1473) (1) e 1.º conde de Caminha (carta do rei D. Afonso V de Portugal, anterior a Julho de 1476) (2), senhor da grande casa de Sotomayor na Galiza, etc., o qual, como partidário do soberano português, tomou parte na batalha de Toro a 1.3.1476. Do seu casamento com a portuguesa D. Teresa de Távora (*filha de Álvaro Pires de Távora, senhor do Mogadouro e de sua segunda mulher D. Leonor da Cunha*), nasceu primogénito:

Don Álvaro de Sotomayor, que se intitulava conde de Caminha (3), foi o 13.º senhor de Sotomayor, Fornelos, Tenório, etc. e casou com Doña Inez Enriquez de Monroy (*filha de Don Fernando de Monroy, senhor de Belver, e de sua mulher Doña Catarina Ferreira*), de quem teve descendência.

Deste Don Álvaro pretendem os referidos linhagistas que fosse filho Pedro Fernandes, dizendo ainda que foi comendador de Lobios (o que não

---

(1) Júlio de Atienza, *Nobiliário español*, 2.ª edicion, p. 984, Madrid 1954.

(2) A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª edição, T. III, p. 322, Coimbra 1930.

(3) Idem, p. 323, onde se lê: «D. Álvaro parece que se intitulava Conde de Caminha; este título contudo não o posso incluir no meu catálogo, porque, se existiu, foi castelhano».

se prova). Poderia Pedro Fernandes ter nascido em Portugal, quando o pretenso pai por cá andou, no reinado do rei D. João II, mas não há documento algum que confirme esta filiação, nem ele se apelidou *Sotomayor*.

§ 1.º

I PEDRO FERNANDES. Viveu em Braga e, sendo bacharel, aqui foi ouvidor em 1507 (4), em 1510, 1515 e 1519, vereador em 1526 (5).

Aos 7.9.1513, o Cabido da Sé Primaz emprazou, em três vidas, a quinta de Matamá, na freguesia de Santa Maria de Matamá, no termo de Guimarães, ao «honrado bacharel Pedro Fernandes, ouvidor nesta cidade e a sua mulher Margarida da Cunha» (6), determinando que a primeira vida se verificasse no casal, a segunda em filho ou filha de ambos, podendo o possuidor da segunda vida nomear a terceira; pagavam de pensão 1$500 reis e 2 capões (7).

Deve ter falecido em 1530.

x em Braga, cerca de 1500, com MARGARIDA DA CUNHA, senhora do casal de Portas (que comprou por 200 cruzados a D. Catarina de Sousa, irmã do Arcebispo D. Diogo de Sousa) (8). Margarida da Cunha, que † a 4.7.1558, era filha do «honrado bacharel» Lopo Ribeiro, juiz ordinário (1500) e depois ouvidor (1510) e de sua mulher D. Violante da Cunha, neta paterna de Gonçalo Afonso e de sua mulher Leonor Ribeiro e neta materna de Manuel de Araújo e de sua mulher D. Margarida da Cunha.

Tiveram:

1(II) Lopo da Cunha, que † antes de 1556 e de quem apenas se sabe que foi pai de:

III Francisco da Cunha, a quem seu tio o cónego Pedro Fernandes da Cunha (*e conjuntamente a sua irmã D. Helena da Cunha, mulher de*

(4) Cartório da Câmara Secular — Arquivo da Câmara Municipal de Braga (onde se lhe chama «o muito honrado Pedro Fernandes bacharel em degredos».

(5) Idem.

(6) A quinta de Matamá pertencia em 1315 ao Padre Martim João Barrosas, cónego da Sé de Braga e reitor de S. Pedro d'Este, que a deixou ao Cabido — Arquivo Distrital de Braga, testamento n.º 52 do Cartório do Cabido, Livro 2.º n.º 44.

(7) Prazos do Cabido — Arquivo Distrital de Braga.

(8) Idem.

Manuel Bravo — cf. infra) emprazou, na sua qualidade de abade de Santa Maria de Sequeira, a 19.9.1551, o Assento desta freguesia, por bula do Núncio Pompeo Zambicari, com pensão de 800 reis e 2 galinhas (9). A 2.9.1553 fez-se a vedoria que foi assinada pelos Dr. Baltazar Álvares Barroso e João Afonso, e pelo notário apostólico Ambrósio Navio. Houve depois grandes desavenças entre os abades sucessores e os proprietários do Assento. Francisco da Cunha foi também proprietário dumas casas na rua das Oucias, casas que seu tio o cónego Pedro Fernandes da Cunha (com quem vivia) e o cónego Diogo Fernandes, na qualidade de testamenteiros de seu pai, venderam por 90$000 reis, aos 25.5.1556, dando-lhes Francisco da Cunha quitação, em casa de seu outro tio Manuel Bravo, meirinho dos clérigos, a 5.2.1557 (10). A 21.3.1566, no arrabalde dos Biscainhos, em casa de Manuel Bravo, cavaleiro fidalgo, Francisco da Cunha declarou que em vida de seu tio Pedro da Cunha, arcediago de Neiva, este se comprometera a expedir uma bula de pensão da igreja de S. Tomé de Esturãos, no concelho de Fafe, ou lhe dar, da sua fazenda, 100$000 reis; e Manuel Bravo e sua mulher Helena da Cunha, como herdeiros do dito arcediago, obrigaram-se a pagar-lhe a dita dívida. Foi testemunha Simão da Cunha, cura da igreja de S. Martinho de Seidões, no concelho de Basto (11).

2(II) O rev.º Pedro Fernandes da Cunha, que segue.

3(II) D. Helena da Cunha, 2.ª vida no prazo de Matamá (12)

---

(9) Nota de Ambrózio Navio, Notário Apostólico — Arquivo Distrital de Braga.

(10) Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga.

(11) Idem.

(12) Livro dos foros e rendas do Cabido do ano de 1551 — Arquivo Distrital de Braga.

e no casal de Portas. A 19.9.1551 teve, com seu sobrinho Francisco da Cunha, o prazo do Assento da igreja de Santa Maria de Sequeira (13) e a 14.1.1557, morando na rua Nova, foi-lhe emprazada uma propriedade pertença da igreja de Esturãos, de que era abade seu irmão Pedro(14), de quem foi, depois, herdeira(15). A 10.10.1574 deu autorização para se construírem as casas da rua das Cónegas, e em 1581 vivia à entrada dessa rua. Helena da Cunha † «de muita velhice» na freguesia da Sé Primaz a 25.6.1603, deixando por principal herdeiro seu sobrinho Paulo (cf. infra).

x cerca de 1540 com Manuel Bravo, cavaleiro fidalgo, meirinho dos clérigos (7.2.1540), minorista (1522), que † em 1570, filho de Diogo Bravo, cavaleiro fidalgo da casa do duque de Bragança, etc., e de sua mulher Leonor Lopes Garro (cf. BRAVOS) — S. g.

II O rev.º PEDRO FERNANDES DA CUNHA, clérigo de missa, muito respeitado e de grande autoridade. Foi cónego da Sé Primaz (1540), abade de Santa Maria de Sequeira no termo de Braga e de S. Tomé de Esturãos no concelho de Montelongo (1557); arcediago de Neiva na Sé de Braga (1561); teve os meios frutos da freguesia de Santa Maria de Arcozelo no termo de Ponte de Lima, que arrematou por 62$000 reis a 11.8.1562 (16). A 27.2.1563, estando na sua casa da rua dos Biscainhos, arrendou duas rendas do seu arcediagado a Marçal Rodrigues, escudeiro, por 45$000 reis (17). Nos últimos anos da sua vida foi protonotário apostólico e comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muhia, dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, situado no termo de Ponte da Barca. Foi senhor do prazo do casal de Portas, em Braga, que sua mãe comprara, como se disse (cf. supra), e de que obteve mais 4 vidas a 21.8.1560 (18).

---

(13) Nota de Ambrózio Navio, Notário apostólico — Arquivo Distrital de Braga.
(14) Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga.
(15) Idem.
(16) Nota de António Bravo — Arquivo Distrital de Braga.
(17) Nota de Manuel de Lemos — Arquivo Distrital de Braga.
(18) Esta quinta foi-lhe doada por seus pais a 15.7.1533 — Nota de Manuel de Lemos — Arquivo Distrital de Braga.

A 13.4.1563 pediram os vereadores de Braga ao Cabido dinheiro emprestado para ocorrerem à fome e falta de pão que havia na cidade, tendo o arcediago de Neiva, Pedro da Cunha, emprestado à sua parte 200$000 reis, que foram entregues pelo seu procurador Francisco Luís, tesoureiro da Sé ([19]).

Morou no seu casal de Portas, à entrada da rua das Cónegas, e lá † em 1564.

De sua parenta D. MARIA DA SILVA DE MENEZES, senhora da quinta de Gege (viúva de Manuel Pereira, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa de Gege, etc., de quem tinha filhos), filha de Martinho da Silva, cavaleiro fidalgo da Casa Real, senhor da Casa de Passos, no Areal (Braga), freguesia de S. Vítor, e de sua mulher D. Margarida de Abreu (cf. SILVAS, de Passos), teve os seguintes filhos bastardos, os primeiros que usaram o apelido de *Sotomayor:*

1(III) PAULO DA CUNHA SOTOMAYOR, a quem sua tia D. Helena da Cunha doou a Devesa da Ordem, prazo do Hospital, a 5.2.1588, o Casal da Lama, no termo de Barcelos, a 6.10.1587 e o Assento da Aveleda, no termo de Braga, a 31.12.1590. † na quinta de Belinho, na freguesia de S. Paio de Antas, em Esposende a 2.7.1628.

Precedendo escritura de 12.5.1564 ([20]), casou com GRÁCIA DE FARIA, senhora da quinta de Belinho que, com seu marido, vinculou a 15.2.1614), filha de Manuel de Faria Mariz, administrador dos vínculos da Barreta e da Agrela, juiz dos órfãos de Barcelos, e de sua mulher Felicitade Gouveia, proprietária do ofício de juiz dos órfãos de Barcelos.

Deste casal descendem os *CUNHAS SOTOMAYORES* de Viana e de Belinho, hoje representados pelo Dr. José Gonçalo da Cunha Sotomayor Correia de Oliveira.

2(III) António da Cunha Sotomayor, que segue.

3(III) Pedro da Cunha Sotomayor, que segue no § 2.º.

4(III) D. Helena da Cunha, freira em Sant'Ana de Viana do Castelo.

5(III) D. Margarida da Cunha, freira em Alhariz, na Galiza.

([19]) Idem.

([20]) Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga.

III ANTÓNIO DA CUNHA SOTOMAYOR, 3.ª vida no prazo do Casal de Portas, por nomeação de sua tia D. Helena da Cunha, de 18.9.1581 ([21]), senhor duma grande quinta em Vitorino dos Piães, no termo de Ponte de Lima. Possuiu grande casa.

x em Ponte de Lima, em 1581, com D. CATARINA LEDO PEREIRA, que lhe trouxe os padroados das igrejas de S. Pedro de Mangoeiro, Santa Maria da Cunha, Santa Maria de Cossourado e S. Martinho de Coura. D. Catarina, viúva de Gaspar Malheiro Marinho, senhor das casas do Patim e do Cardido em Ponte de Lima, era filha de Lourenço de Brito Ledo e de sua mulher D. Maria Pereira, de Bertiandos.

Tiveram:

1(IV) Lourenço da Cunha Sotomayor, que segue.

2(IV) Pedro da Cunha Sotomayor, que foi para a Índia em 1614, e deixou por herdeiro seu irmão Lourenço, como consta do seu testamento de 15.12.1614 ([22]).

3(IV) D. Maria Madalena da Cunha, freira em Santa Clara de Vila do Conde.

4(IV) D. Margarida da Cunha, idem.

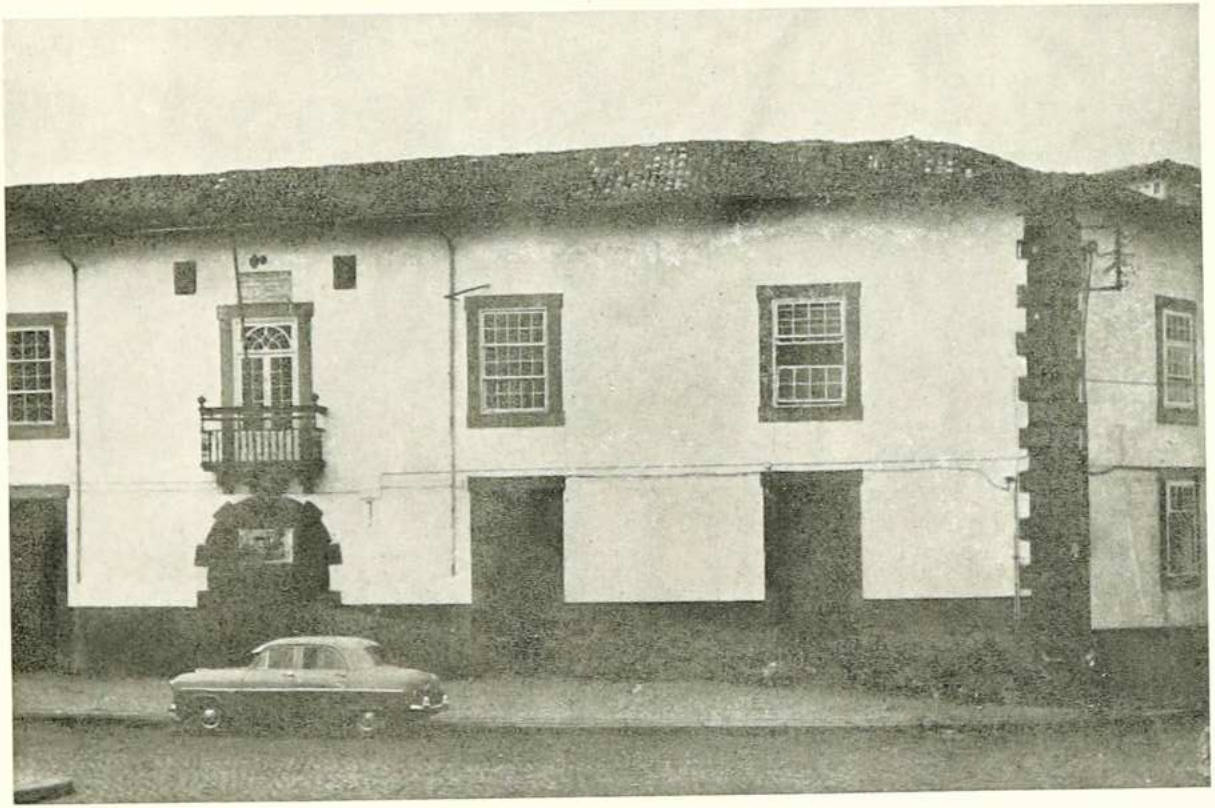
5(IV) António da Cunha Sotomayor, que segue no § 4.º.

IV LOURENÇO DA CUNHA SOTOMAYOR, fidalgo da Casa Real (alvará de 27.3.1632), 4.ª vida no prazo do Casal de Portas em Braga, etc., herdou os padroados de sua mãe, que, por escritura de 25.11.1625, cedeu a seu parente Francisco Pereira da Silva, sr. da casa de Bertiandos (e por outra escritura de 28 do mesmo mês doaram os padroados a 4 freiras do convento do Salvador de Braga) ([23]). A 18.1.1608 obteve autorização do Cabido para aforar chãos na rua Nova das Cónegas, para construções, como já fizera Luís Álvares da Cunha de Gusmão ([24]). Depois de viúvo ordenou-se e foi para Roma, antes da aclamação d'el-rei D. João IV.

Conta-se que, passando por Madrid, um grande de Espanha se agradou da mula que levava e lha quis comprar. Lourenço da Cunha ofereceu-lha dizendo «que bastava que sua excelência tivesse posto

---

([21]) Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga.
([22]) Idem.
([23]) Idem.
([24]) Idem.



Casa dos Cunhas Sotomayores na esquina do Campo da Vinha e Rua das Cónegas
onde está instalado o Patronato da Sé.

os olhos nela para que lhe pertencesse e que se não a aceitasse lhe quebraria as pernas». O grande de Espanha aceitou-a e deu-lhe cartas de recomendação para Roma. Com elas teria Lourenço da Cunha conseguido os benefícios com que voltou para Braga. O certo é que conseguiu para ele a abadia de Santa Maria de Barbudo (Vila Verde); para seu filho Diogo, uma conezia na Sé Primaz; e para o filho Manuel um benefício simples. Renunciou a abadia de Barbudo no rev.º João Garcia de Carvalho, tio de seu neto Paulo da Cunha (que por sua vez a renunciou neste).

Mandou construir, ao gosto romano da época, a casa que ainda hoje existe (onde está instalado o Patronato da Sé), ao fundo do Campo da Vinha, esquina da rua das Cónegas.

† nesta casa a 24.11.1661.

x em 10.1601, em sua prima co-irmã D. HELENA DE SOUSA DA CUNHA, natural de Barcelos, que † em Braga, na freguesia da Sé, a 3.4.1621, filha de Paulo da Cunha Sotomayor, e de sua mulher Grácia de Faria, senhores da quinta de Belinho, etc. (cf. supra). Tiveram:

1(V) Paulo, baptizado em S. Paio d'Antas (Esposende) a 24.4.1604 e † menino.

2(V) O rev.º Paulo da Cunha Sotomayor, baptizado em S. Paio d'Antas a 13.4.1605 e † em Roma.

3(V) António da Cunha Sotomayor, baptizado na Sé de Braga a 21.6.1606. S. m. n.

4(V) João de Sousa Sotomayor, que recebeu prima tonsura ([25]) e foi para a Índia.

5(V) O rev.º Diogo Sarmento Sotomayor, que segue.

6(V) Francisco da Silva Sotomayor, que recebeu prima tonsura ([26]) no mesmo dia em que seus irmãos. Foi para a Índia, onde casou 3 vezes, sendo a última com D. Maria de Ataíde, filha natural de D. Álvaro de Ataíde. Foi capitão-mor da armada do norte, capitão de Chaul e de Goa, e, na Índia o primeiro aclamador d'el-rei D. João IV. — C g. na Índia.

7(V) O rev.º Manuel da Cunha Sotomayor, que teve o benefício simples de Santa Maria de Martim no termo de Braga,

([25]) Livro dos Ordinandos, fls. 186 — Arquivo Distrital de Braga.

([26]) Idem.

que seu pai lhe conseguiu em Roma, Trocou este benefício pela conezia de Gaspar Barbosa Velho, de que tomou posse a 1.3.1676. Baptizado na freguesia da Sé Primaz a 29.1.1613 † na freguesia da Cividade a 31.5.1684.

Lourenço da Cunha teve bastardos, havidos em Helena da Costa de Mendonça, da rua das Chagas:

8(V) O rev.º Diogo da Cunha Sotomayor, cónego da Sé de Coimbra que † em Braga, em casa de seu pai, a 14.4.1661.

9(V) Martim Vasques da Cunha, que foi para a Índia. S. m. n.

10(V) Geraldo da Cunha, baptizado na Sé de Braga a 15.1.1629. S. m. n.

11(V) D. Lourença da Cunha, baptizada na Sé Primaz a 10.11.1629. S. m. n.

V O rev.º DIOGO SARMENTO SOTOMAYOR, fidalgo da Casa Real (alv. de 25.1.1633), senhor do Casal de Portas, etc. Comprou a Pedro Álvares Monteiro e a sua mulher Ana do Vale, em 1654, a quinta dos Pelames, por 6.000 cruzados, preço em que ficaram compreendidas dívidas aos tesourados da Mitra e do Cabido. Tomou prima tonsura ([27]) e foi cónego da Sé de Braga, na conezia que pagava a terça parte da pensão perpétua ao Santo Ofício, de que tomou posse a 7.6.1641. Foi um dos mais respeitados cónegos no tempo da Sé vaga, que governou durante quase toda a sua vida, juntando, assim, grossos cabedais e fazendo uma opulenta casa de bens e rendas para seus filhos, que teve muitos, nem de todos fazendo caso, mas apenas dos que abaixo mencionamos, havidos de Luísa Ferreira, solteira, irmã do cónego João Garcia de Carvalho ([28]).

Bapt. na Sé Primaz a 20.11.1610 † na sua casa da esquina da rua das Cónegas a 29.9.1666. Jaz no Alpendre da entrada do mosteiro de S. Francisco, em S. Jerónimo de Real.

Teve bastardos:

1(VI) Lourenço da Cunha Sotomayor, que segue.

([27]) Livro das Matrículas avulsas, fls. 185 — Arquivo Distrital de Braga.

([28]) Escritura de perfilhação, de 20.9.1662, na Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga.

2(VI) Frei Rodrigo da Cunha, frade graciano, doutor de capelo.

3(VI) D. Ângela da Cunha Sotomayor, freira no convento dos Remédios.

4(VI) D. Antónia da Cunha Sotomayor, idem.

5(VI) D. Maria da Cunha Sotomayor, em religião «Madre Maria Baptista». Entrou, com suas irmãs, para o convento dos Remédios, com dote de 3 000 cruzados cada uma, que lhes fez seu tio o abade de Barbudo, cónego João Garcia de Carvalho, por escritura de 11.10.1668 ([29]). Foi eleita abadessa a 2.4.1708 e † a 11.8.1711.

6(VI) D. Ana Maria Sarmento Sotomayor. S. m. n.

7(VI) Diogo da Cunha Sotomayor, que foi para a Índia. S. m. n.

8(VI) O rev.º Paulo da Cunha Sotomayor, abade de Santa Maria de Parada de Barbudo, por renúncia de seu tio materno o cónego João Garcia de Carvalho, comissário do santo ofício.

VI LOURENÇO DA CUNHA SOTOMAYOR, fidalgo da Casa Real (alvará de 1701), senhor do Casal Portas e da quinta dos Pelames (prazo que lhe foi renovado a 13.10.1667) ([30]), foi 2.º vereador em 1698.

Bapt. na freguesia de S. João do Souto, em Braga, a 10.7.1656 † na sua casa de Portas a 9.8.1705.

x com sua parenta D. ANA MARIA DA CUNHA SOTOMAYOR DE BRITO E VASCONCELOS, senhora da Casa de Pereiró em S. Paio do Carvalhal (Barcelos), onde foi bapt. a 18.2.1665, filha, que veio a ser herdeira, de António de Brito Pereira e Teive, sr. da dita Casa de Pereiró, etc., e de sua mulher D. Joana da Cunha Sotomayor.

Tiveram:

1(VII) Lourenço da Cunha Sotomayor, que † menino.

2(VII) D. Catarina Teresa da Cunha Sarmento Sotomayor, que segue.

([29]) Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga.

([30]) Prazos do Cabido — Arquivo Distrital de Braga.

3(VII) D. Antónia Teresa, bapt. na freguesia da Sé Primaz a 14.7.1704.

VII D. CATARINA TERESA DA CUNHA SARMENTO SOTOMAYOR, herdeira da grande casa de seus pais. Bapt. na freguesia da Sé Primaz a 1.2.1699, † em Braga na Casa de Portas a 18.5.1758.

x com seu primo PEDRO DA CUNHA SOTOMAYOR, n.º VII do § 2.º — C. g.

§ 2.º

Alcaides-mores de Braga

III PEDRO DA CUNHA SOTOMAYOR, terceiro filho do rev.º cónego Pedro Fernandes da Cunha N.º II do § 1.º, e de D. Maria da Silva de Menezes.

3.ª vida no prazo de Matamá, no termo de Guimarães (por nomeação de sua tia D. Helena da Cunha) onde viveu algum tempo. Cidadão de Braga, vereador em Braga em 1581-83 e 1597-1602, capitão das Ordenanças de Braga (P. de 30.5.1618), juiz ordinário em 1621, cavaleiro professo na o. de Cristo com 30$000 reis de tença (14.5.1584).

* em 1552 (como ele próprio afirma num testemunho prestado em 1621) † na sua casa da rua de Maximinos a 25.11.1636. Jaz no claustro da Sé Primaz.

x em Braga, em 1575, com EUGÉNIA DA COSTA DE MESQUITA, senhora da casa do Campo da Vinha, junto à igreja das freiras do Salvador, da quinta da Oliveira em Argivai e do prazo do Carvalhal em Braga ([31]), a qual † em Braga, na freguesia de S. João do Souto, a 28.1.1618, filha espúria do cónego Dr. Manuel

([31]) Esta quinta era prazo do Cabido e já em 1556 estava emprazada ao cónego Manuel da Costa de Mesquita, que pagava de pensão 4 galinhas e 2 capões. Em 1591 pagava sua filha Eugénia da Costa de Mesquita, mais 1$500 reis em dinheiro. A Eugénia da Costa sucedeu seu filho Manuel da Cunha Sotomayor e a este seu filho Pedro e sua nora D. Margarida de Brito, a quem a quinta foi emprazada a 22.8.1654, com acrescentamento de 10 alqueires de pão meado. E em 1689 (livro das pensões deste ano) era enfiteuta o filho de Pedro da Cunha e de D. Margarida, Manuel da Cunha Sotomayor, que pagava 1$500 reis em dinheiro, 4 galinhas, 2 capões e 10 alqueires de pão meado.

da Costa de Mesquita, provisor de Braga, e de Brites Álvares, solteira (cf. FREIRES, de Braga).

Tiveram:

1(IV) D. Margarida da Cunha Sotomayor, bapt. em Braga (S. João do Souto) a 21.7.1577 † solteira.

2(IV) D. Helena da Cunha Sotomayor, a quem o rev.º cónego Gonçalo Soares, que se criara em casa de sua mãe, doou 200$000 reis, a 12.9.1585, para entrar freira num convento. Mas D. Helena não professou. e † na freguesia de S. João do Souto, a 14.9.1617, viúva de António de Sousa Pereira, administrador do vínculo de Vilar de Perdizes, que foi bapt. em Braga (S. João do Souto) a 29.9.1574 † antes de 1606, filho de Fernão de Sousa, moço fidalgo, morgado de Vilar de Perdizes, e de sua mulher D. Isabel Pereira do Lago — S. g.

3(IV) PAULO DA CUNHA SOTOMAYOR, 4.º senhor do prazo de Matamá, etc., recebeu prima tonsura a 21.9.1588 ([32]). Foi «varão tão dotado de tão gentis condições e tão inimigo do ócio, que foi servir no Campo do Imperador na guerra de Flandres» ([33]) onde † a 16.10.1640, solteiro e s. g.

4(IV) Jerónimo da Cunha Sotomayor. que segue.

5(IV) D. Eugénia da Cunha, freira em Sant'Ana de Viana do Castelo.

6(IV) Agostinho da Cunha Sotomayor, moço fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na o. de Cristo, capitão de cavalos no Brasil; militou em Flandres; foi governador de Mértola, etc.

† em Braga, na rua do Poço, freguesia da Sé, a 4.8.1654.

De Isabel, solteira, de Braga,

Teve bastardo:

V O rev.º Martinho da Costa de Mesquita, que teve ordens menores e de epístola ([34]), foi

---

([32]) Livro 1.º dos ordinandos, fl. 99 — Arquivo Distrital de Braga.

([33]) *Compêndio Historial*, etc., de Manuel António Vieira de Araújo — Manuscrito da livraria do Dr. Manuel António Braga da Cruz, de Braga.

([34]) Livro das Matrículas avulsas, fls. 363 — Arquivo Distrital de Braga.

senhor da quinta da Facha em S. João de Nogueira, no termo de Braga, e herdeiro de seu tio avô materno o Dr. Manuel da Costa de Mesquita († em 1645).

Teve bastardos que legitimou:

1(VI) Agostinho da Cunha Sotomayor, senhor da quinta da Facha em S. João de Nogueira, onde † a 14.11.1715, instituindo herdeiro seu primo Pedro da Cunha Sotomayor, com a obrigação de dar 2.000 cruzados à sua viúva.

x em Santa Tecla de Geraz (Póvoa de Lanhoso), a 5.12.1682, com D. Ângela de Sousa de Menezes, baptizada em Santa Tecla a 14.6.1653, filha do Dr. Diogo de Sousa de Menezes e de sua mulher D. Sabina Peixoto, de Santa Maria de Moure (cf. COELHOS, de Braga). — S. g.

2(VI) D. Isabel da Costa (havida em Domingas de Oliveira, do concelho de Larim).

x por amores com José da Rocha, mestre de meninos do Campo de S. Sebastião, m Braga — C. g.

7(IV) CONSTANTINO DA CUNHA SOTOMAYOR, Alcaide-mor de Braga (*o 1.º da sua família*) por provisão do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha (*de quem foi familiar*) de 7.9.1635 e tomou posse a 12 do mesmo mês; fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 27.12.1642) ([35]). Foi alferes das Ordenanças de Braga, ao tempo em que seu pai era capitão das mesmas ([36]), a 30.5.1618.

([35]) Livro das Matrículas, fls. 35 — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

([36]) Livro das Ordenanças — Arquivo Municipal de Braga.



Casa de Bretas (ou das Lajes) na Rua Canselheiro Lobato, em Braga

† na casa do Campo da Vinha a 31.9.1652 e jaz na Sé Primaz.

Precedendo escritura dotal de 27.9.1641, casou na freguesia de S. João do Souto, a 30.11.1641, com D. MARIA PEREIRA, filha de Bento Pereira e de sua mulher Maria Fernandes, da rua do Souto.

D. Maria Pereira casou, em 2.as núpcias, em S. João do Souto, a 20.4.1653, com António Teixeira da Silva, moço fidalgo, filho de Gonçalo Teixeira Coelho, senhor de Sergude, e de sua mulher D. Maria — S. g.

Teve bastardos:

1(V) D. Joana, freira no convento da Conceição em Braga.

2(V) D. Helena, freira no convento da Conceição em Braga.

3(V) Domingos da Cunha Sotomayor.

x em Guimarães com Bárbara Soares de Morais. — C. g.

8(IV) Manuel da Cunha Sotomayor, que segue no § 3.º.

IV JERÓNIMO DA CUNHA SOTOMAYOR, senhor da quinta de Matamá em Guimarães, etc., cidadão de Braga, vereador m 1622, 1623 e 1637, juiz ordinário em 1630 e 1635.

† em Braga, na quinta das Lages, junto à Ponte de Guimarães, freguesia de S. Vítor. a 16.9.1640.

x I. na freguesia de S. Vítor, em 1606, com D. ANA DA FONSECA DE ABREU, senhora da quinta das Lages, prazo do Cabido em que foi 4.ª vida, e onde † a 26.4.1616(jaz no convento dos Remédios), filha herdeira de Simão da Fonseca Coutinho, cidadão de Braga, e de sua mulher Catarina de Abreu (cf. FONSECAS COUTINHOS, de Braga).

x II. com D. CATARINA DE..... que † na quinta das Lages a 6.4.1634 e jaz na capela de S. João da Ponte, em Braga.

Teve do 1.º casamento:

1(V) D. Catarina da Cunha Sotomayor, bapt. na freguesia de S. Vítor a 4.9.1607 † no Campo da Vinha (S. João do Souto) a 27.7.1692.

x na freguesia de S. Vítor, a 9.10.1626, com

Adriano de Teive de Almeida, filho de João Baptista Conti e de sua mulher Ana de Teive de Almeida — C. g.

NA DESCENDÊNCIA DESTA SENHORA ESTÁ A REPRESENTAÇÃO DESTA FAMÍLIA.

2(V) D. Jerónima da Cunha Sotomayor, freira no convento da Conceição de Braga, dotada a 2.6.1630 ([37]); bapt. na freguesia de S. Vítor a 13.8.1608.

3(V) D. Eugénia da Cunha Sotomayor, freira no mesmo convento, dotada a 10.12.1629 ([38]).

Esta religiosa foi a causadora da morte de Bento de Melo, escudeiro do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, que com ela mantinha relações e costumava entrar de noite no convento. A abadessa mandou-lhe recado para lá não voltar, pois, dizia, tinha ordem do prelado para o mandar matar. Bento de Melo não ligou importância ao aviso, e continuou as visitas. Um dia, pressentido pelas freiras, foi escondido por D. Eugénia numa arca que fechou à chave. A abadessa fez conduzir a arca para a cerca e ordenou que lhe pegassem fogo, no que foi obedecida. E, assim, Bento de Melo morreu sufocado. Foi tão público o escândalo que os rapazes andavam pelas ruas a cantar:

Já morreu Bento de Melo
embrulhado em um capote.
As feiras do galinheiro
lhe causaram sua morte!

4(V) D. Antónia da Cunha Sotomayor. S. m. n.

5(V) Pedro da Cunha Sotomayor, que segue.

6(V) D. Helena da Cunha Sotomayor, bapt. em S. Vítor a 2.11.1614. S. m. n.

Teve do 2.º casamento:

7(V) João da Cunha Sotomayor, baptizado em S. Vítor a 4.12.1623. S.m. n.

([37]) Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga.

([38]) Idem.

V PEDRO DA CUNHA SOTOMAYOR, Alcaide-mor de Braga por provisão do Cabido, na Sé vaga, e renúncia de seu tio Constantino, de que tomou posse a 20.4.1652 ([39]), fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 9.11.1666) ([40]), cavaleiro professo na o. de Cristo; senhor das quintas de Matamá no termo de Guimarães e das Lages, em Braga, junto a S. João da Ponte; comprou o prazo dos Moinhos de Bretas, entre os Pelames e a Ponte de Guimarães, junto à sua quinta das Lages.

Bapt. na freguesia da Cividade a 25.9.1612 † na quinta das Lages a 10.12.1683. Jaz no convento dos Remédios.

x I. precedendo escritura dotal de 10.2.1640. na freguesia de S. Tiago da Cividade, a 17.2.1640, com D. MARIANA CAMPELO, bapt. na dita freguesia a 8.11.1615 e † na quinta das Lages a 28.4.1656, filha de João Baptista Ferreira, cidadão de Braga, escrivão da Nota Geral, e de sua mulher Ângela Dias Campelo (cf. ANTÕES § 1.º).

x II. com D. ISABEL DE AZEVEDO, natural de Provezende que † na freguesia de S. João do Souto a 6.7.1671, filha de Mateus Froes Ferreira e de sua mulher D. Isabel Fernandes de Azevedo, de Provezende. — S. g.

Teve do 1.º casamento:

1(VI) Jerónimo da Cunha Sotomayor, que segue.

2(VI) Paulo da Cunha Sotomayor, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na o. de Cristo, bacharel formado em leis, baptizado em S. Vítor a 18.7.1646 † solteiro a 7.11.1677.

3(VI) O rev.º André da Cunha Sotomayor, abade de Arcozelo * à Porta do Carro dos Apóstolos, na freguesia da Cividade, e foi bap. a 9.10.1648.

VI JERÓNIMO DA CUNHA SOTOMAYOR, Alcaide-mor de Braga, de que tomou posse a 17.7.1670 (em vida de seu pai), fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na o. de Cristo, tenente de cavalos, capitão de infantaria, vereador em 1705, etc., familiar do Santo Ofício (Carta da Inquisição de Coimbra de 9.5.1696 M. 6

([39]) Registo Geral de 1653 — Arquivo Distrital de Braga.

([40]) Livro das Matrículas, fls. 344 v.º — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

dil. 79) (41); senhor das quintas de Matamá, das Lages e de Bretas.

Bapt. em S. Vítor a 13.1.1641 † na quinta das Lages a 28.11.1712.

x na Sé Primaz, a 13.6.1667, com D. ISABEL DE MENDONÇA (*sobrinha de sua madrasta D. Isabel de Azevedo*), administradora dos vínculos de Pena de Águia e Arroeda no Couto de Provezende, filha de João Soares de Mendonça, administrador dos ditos vínculos, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Filipa de Sousa e Alvarenga Mourão, de Vila Real.

Tiveram:

1(VII) D. Filipa da Cunha Sotomayor, bapt. em S. Vítor de Braga a 8.10.1677. Solteira.

2(VII) Pedro da Cunha Sotomayor, que segue.

3(VII) Frei João de Sotomayor, frade eremita de Santo Agostinho, doutor pela Universidade de Coimbra. Eleito por *motu próprio* do Papa Benedito XIV, e pelo período de 10 anos, provincial e reformador da sua religião, começando o seu governo em Novembro de 1743 e acabando a 19.3.1754.

* na freguesia da Cividade a 22.8.1680.

4(VII) Madre Francisca Xavier, freira no convento dos Remédios em Braga (19.2.1711), abadessa a 10.8.1741. Foi durante o seu abadessado que se fizeram as grandes obras do dormitório e do mirante da rua das Águas.

Bapt. em S. João do Souto a 15.2.1683 e † a 4.4.1756.

5(VII) O rev.º Paulo da Cunha Sotomayor, cónego e tesoureiro-mor da Sé Primaz de que tomou posse a 1.1.1758 (renunciou em seu sobrinho José), prior da Faia no bispado da Guarda, benefício que trocou pela abadia de Brugães, junto ao mosteiro de Santo Tirso.

Bapt. em S. Vítor a 11.1.1685 † na freguesia da Sé Primaz a 26.8.1761, deixando todos os seus bens a seu sobrinho Constantino.

6(VII) O rev.º Constantino da Cunha Sotomayor, cónego e tesoureiro-mor da Sé Primaz em 1723, cargo que renunciou em seu irmão Paulo; foi abade de Santa

(41) Habilitações para o Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Maria de Barbudo e 12 anos reitor do Seminário de Braga.

Bapt. em S. Vítor a 23.6.1687 † na freguesia da Sé a 16.2.1757.

7(VII) Frei José da Luz, frade beneditino no convento de Tibães (29.4.1704), abade do convento de Santarém em 1731, doutor em cânones pela Universidade de Coimbra e cronista da sua religião.

Bapt. na freguesia de S. Dinis de Vila Real de Traz-os-Montes a 2.9.1689.

8(VII) Bento da Cunha Sotomayor, bapt. em S. Dinis de Vila Real de Traz-os-Montes a 23.8.1691 † sendo estudante em Braga.

9(VII) Soror Luísa Clara, freira no convento dos Remédios em Braga, onde entrou em Maio de 1719.

VII PEDRO DA CUNHA SOTOMAYOR, Alcaide-mor de Braga, por provisão do Arcebispo D. João de Sousa, de que tomou posse a 17.11.1703, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na o. de Cristo com 170$000 reis de tença, capitão de cavalos (*levantou tropas à sua custa em 1704*), sargento-mor de cavalaria, académico extra-numerário da Academia Real de História Portuguesa; familiar do Santo Ofício (Carta da Inquisição de Coimbra de 22.2.1711 M. 17 dil. 361) ([42]).

Bapt. em S. Pedro de Vila Real de Traz-os-Montes a 18.12.1679 e † na casa de Portas, na rua das Cónegas em Braga, a 16.6.1755. Jaz na igreja do Pópulo.

x em Braga, na freguesia de S. Vítor, a 17.6.1715, com sua prima D. CATARINA TERESA DA CUNHA SARMENTO SOTOMAYOR, senhora do Casal de Portas e da grande casa da esquina da rua das Cónegas, etc., que foi bapt. na freguesia da Sé Primaz a 1.2.1699 e † a 18.5.1758, filha de Lourenço da Cunha Sotomayor e de sua mulher e parenta D. Ana Maria da Cunha Sotomayor de Brito e Vasconcelos, como se disse no § 1.º.

Tiveram:

1(VIII) JERÓNIMO DA CUNHA SOTOMAYOR, fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 7.4.1737), Alcaide-

([42]) Habilitações para o Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

-mor de Braga, por renúncia de seu pai confirmada pela *Sé vaga*, de que tomou posse a 23.8.1737; cumpriu todas as formalidades da investidura — apresentação à Câmara, posse do Castelo, etc. —, mas, não obstante ter exercido o cargo na entrada solene de S. A. S. o Arcebispo D. José de Bragança, este, quando faleceu seu pai Pedro da Cunha, nomeou Alcaide-mor António Pereira Pinto d'Eça, moço fidalgo da Casa Real, morador na sua casa dos Biscainhos, dando-lhe posse a 29.6.1756, não conseguindo, contudo, António Pereira, tomar posse da bandeira da cidade, nem ser recebido pela Câmara. E, a 25.6.1756, Jerónimo da Cunha, por seu procurador, seu irmão Constantino, retomou posse do Castelo e foi recebido na Câmara, por despacho do Cabido.

* em Braga, na freguesia da Sé, a 13.5.1717 e † a 8.11.1760.

x na Sé Primaz, a 13.6.1737, com sua tia (*prima co-irmã de seu pai*) D. INÁCIA JACINTA LEUCÁDIA DE MENDONÇA SOARES E MOURÃO, bapt. em Vila Real de Traz-os-Montes a 26.7.1703, filha e herdeira de Francisco Soares de Mendonça, fidalgo da Casa Real, administrador dos vínculos de Folhadela, Lordelo e Sabrosa junto a Vila Real, e de sua mulher D. Maria Isabel Teixeira de Azevedo. — S. g.

2(VIII) Lourenço da Cunha e Vasconcelos, fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 7.4.1737) * na freguesia da Sé Primaz a 17.11.1721. Sendo estudante foi, com alguns amigos, à romaria de Nossa Senhora de Porto d'Ave (Póvoa de Lanhoso), e, resolvendo tomar banho no rio Ave † afogado no dia 5.8.1744.

3(VIII) Paulo da Cunha Sotomayor * na freguesia da Sé Primaz a 5.12.1722 e m. m.

4(VIII) Soror Ana Bárbara de Mendonça, freira no convento de Nossa Senhora da Penha de França, em Braga * na freguesia da Sé Primaz a 24.10.1724.

5(VIII) Frei João de Vasconcelos Pereira de Brito, frade da congregação de S. João Evangelista no convento de

Vilar de Frades, * na freguesia da Sé Primaz a 28.11.1725.

6(VIII) Constantino da Cunha Sotomayor, que segue.

7(VIII) Soror Francisca Caetana de Santa Rita, freira no convento de Santa Clara de Vila do Conde, onde professou a 3.5.1752; * na freguesia da Sé Primaz a 23.6.1728.

8(VIII) Soror Isabel Arcângela de Mendonça, freira no convento dos Remédios em Braga; * na freguesia da Sé Primaz em 1729.

9(VIII) O rev.º José de Mendonça Sotomayor, cónego e tesoureiro-mor da Sé Primaz (de que tomou posse a 4.12.1759); * na freguesia da Sé a 27.5.1731 e † a 31.3.1760. Jaz no convento dos Remédios.

VIII CONSTANTINO DA CUNHA SOTOMAYOR, que sucedeu na casa a seu irmão Jerónimo e foi herdeiro universal de seu tio o tesoureiro-mor Paulo da Cunha Sotomayor. Fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 7.4.1737), cavaleiro professo na o. de Cristo, estribeiro-mor de S. A. S. o Arcebispo Primaz D. Gaspar de Bragança, «dignidade que exerceu com acerto e satisfação» ([43]); familiar do Santo Ofício (Carta da Inquisição de Coimbra de 16.3.1749 M. 1. dil. 16) ([44]).

«Varão de valor que o Arcebispo amava com afecto adquirindo com o trato favor e distinções, pelo que era universalmente estimado» ([45]).

* freguesia da Sé Primaz a 31.3.1727.

x em Viana do Castelo, a 25.7.1764, com D. JOAQUINA BARBARA DE MELO VILHENA E ALVIM, natural de Coimbra, filha de Lourenço Correia de Brito da Silveira, fidalgo da Casa Real, etc., e de sua mulher D. Teresa Clara de Melo Vilhena e Alvim Pinto, da Casa da Carreira, em Viana do Castelo.

Tiveram:

1(IX) D. Maria do Amparo da Cunha Sotomayor * na freguesia da Sé Primaz a 11.6.1766 † solteira.

([43]) *Compêndio Historial*, cf. supra.

([44]) Habilitações para o Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

([45]) *Compêndio Historial*, cf. supra.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

2(IX) Pedro da Cunha Sotomayor Correia de Melo, que segue.
3(IX) D. Ana Josefa da Cunha Sotomayor * na freguesia da Sé Primaz a 24.10.1768 e † solteira.
4(IX) D. Teresa da Cunha Sotomayor * na mesma freguesia a 18.10.1769 e † solteira.

IX PEDRO DA CUNHA SOTOMAYOR CORREIA DE MELO, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na o. de Cristo, coronel de milícias reformado de Vila do Conde, vereador em Braga (1818), etc., senhor das casas dos Cunhas Sotomayores (chamada de Portas), na esquina da rua das Cónegas em Braga, das quintas das Lages e das Bretas, também em Braga, da de Matamá em Guimarães, da de Barqueiros e de vários vínculos em Provezende e em Vila Real, etc. casa enorme que arruinou contraindo pesadas dívidas; começou a sua carreira militar como cadete da cavalaria de Chaves.

«Sujeito de venerável memória, não só pelo seu grande ânimo e coração livre de cobiça, como acções bizarras que tem obrado. Serviu na guerra com Castela e em esta e outras ocasiões adquiriu muito crédito de valoroso e esforçado cavaleiro (46).

* na freguesia da Sé Primaz a 27.5.1767 e † em Braga a 18.7.1836.

x na capela do Paço de Calheiros (Ponte de Lima) a 16.7.1802, com D. MARIA AUGUSTA DE CALHEIROS E MENEZES * na freguesia de Calheiros, a 13.12.1779, filha de Francisco Lopes de Calheiros de Lira e Menezes Benevides, senhor do Paço de Calheiros, etc., fidalgo do da Casa Real, e de sua mulher D. Maria Teresa Falcão Sotomayor Marinho de Barbosa (47).

Tiveram única:

X D. MARIA RITA DA CUNHA SOTOMAYOR, herdeira da casa * em Ponte de Lima a 29.12.1803, e † solteira, deixando por universal herdeiro seu primo co-irmão o general Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes.

---

(46) *Compêndio Historial*, cf. supra.

(47) Esta senhora no assento de baptismo é chamada D. Maria Joaquina e no assento de casamento D. Maria Quitéria de Lira e Menezes.

§ 3.º

IV MANUEL DA CUNHA SOTOMAYOR, filho de Pedro da Cunha Sotomayor, n.º III do § 2.º e de sua mulher Eugénia da Costa de Mesquita.

Foi senhor do prazo da quinta do Carvalhal, em Braga, que lhe veio por sua mãe (cf. supra, nota 31), e da quinta da Oliveira em Argivai.

x no Salvador Ribas de Basto com D. BRIOLANJA MACHADO DE MACEDO, senhora da quinta das Macedas, naquela freguesia, filha do licenciado Manuel Dias de Macedo e de sua mulher D. Antónia Machado.

Tiveram:

1(V) Pedro da Cunha Sotomayor, que segue.

2(V) D. Eugénia da Cunha.

x com Lourenço Freire, de Britelo, filho de João da Fonseca e de sua mulher Paula de Moura — S. g.

3(V) D. Maria da Cunha, bapt. na freguesia de Ribas a 7.4.1618. S. m. n.

4(V) D. Antónia da Cunha, bapt. na mesma freguesia a 15.10.1620. S. m. n.

5(V) Paulo da Cunha, que teve bens em Ribas, onde foi bapt. a 23.10.1623 e † em Braga, em casa de seu irmão Pedro, que era seu tutor, a 10.3.1650. Solteiro.

V PEDRO DA CUNHA SOTOMAYOR, senhor das quintas da Oliveira em Argivai, do Carvalhal em Braga e das Macedas em Ribas, etc.

† em Braga, na sua casa do Campo da Vinha, a 16.2.1660.

x em Braga, na freguesia de , a , com D. MARGARIDA FERREIRA DE BRITO E TAVORA, bapt. na freg. de S. João do Souto a 28.7.1607 e † na freg. de Santa Marinha de Pedraça (Cabeceiras de Basto), na quinta da Ponte (*morada de de seu genro o cap. Paulo da Costa, para onde fora, «sem ânimo de residir, antes com engano», como diz o assento do seu óbito)*, a 26.4.1686. D. Margarida era filha de Pedro Ribeiro Ferreira, cidadão de Braga e de sua mulher D. Teodózia de Brito Araújo e Távora (cf. FERREIRAS, de Braga).

Tiveram:

1(VI) D. Teodózia de Brito e Távora, bapt. na freguesia de S. João do Souto, de Braga, a 13.3.1645.

x I. em Vila do Conde, a 7.9.1664, com Manuel Velho de Macedo, administrador do vínculo dos Macedos em Celorico de Basto, filho de João Pires Velho e de sua mulher Maria de Macedo (*x em Vila do Conde a 2.3.1625*). — C. g.

Deste casal descendem os CUNHAS VELHOS SOTOMAYORES, que no séc. XIX tiveram o título de barões da Retorta.

x II. em Ribas, a 19.10.1667, com o capitão Paulo da Costa, senhor da quinta da Ponte, na freguesia de Pedraça (Cabeceiras de Basto) onde † a 31.7.1725, filho do licenciado Gonçalo Francisco da Costa e de sua mulher Isabel Maria. — C. g. que também usou o apelido CUNHA SOTOMAYOR.

2(VI) D. Maria, bapt. na freguesia de S. João do Souto a 28.6.1646. e m. m.

3(VI) Manuel da Cunha Sotomayor, que segue.

4(VI) D. Maria Ferreira de Brito, bapt. na freguesia de S. João do Souto a 13.2.1650. Solteira.

Teve bastardos:

5(VI) Manuel da Cunha (havido em Maria Lopes, solteira, de Paçô).

x em Ribas, a 12.12.1658, com Margarida de Torres † em Ribas a 21.3.1682, filha de Pedro Afonso de Torres e de sua mulher Maria Pires, do lugar do Outeirinho. — C. g.

6(VI) Margarida da Cunha, que residiu em Ribas e foi madrinha de alguns dos seus sobrinhos.

7(VI) Maria da Cunha (havida em Domingas, solteira, de Ribas).

x I. em Ribas, a 19.4.1670, com Diogo de Sousa, viúvo, de Bousso, que † a 25.6.1671. — S. g.

x II. na mesma freguesia, a 5.7.1674, com António de Macedo, de Abadia.

VI MANUEL DA CUNHA SOTOMAYOR, sucessor, familiar do Santo Ofício. (Carta da Inquisição de Coimbra de 4.10.1677. M. 26, dil. 605) ([18]). Bapt. em Braga, em S. João do Souto, a 19.9.1647. Viveu em Vila do Conde.

x em Vila do Conde, a 8.12.1664, com MARIA DE MACEDO * em Vila do Conde em Março de 1641, filha dos acima citados João Pires Velho, capitão de navios, natural de Vila do Conde e mulher Maria de Macedo, neta paterna de Tomé Pires Miella, de Vila do Conde e mulher Antónia Velha e neta materna de Baltazar Fernandes, de Vila do Conde e mulher Mónica Maria, da mesma vila. — C. g. que desapareceu de Braga e de Basto.

§ 4.º

IV ANTÓNIO DA CUNHA SOTOMAYOR — filho de António da Cunha Sotomayor, n.º III do § do 1.º e de sua mulher D. Catarina Ledo Pereira.

x na matriz de Viana do Castelo (em 3.as núpcias dela), a 7.9.1654, com D. GRÁCIA MACIEL FAGUNDES — viúva de João Malheiro Reymão e de Nicolau Coutinho — e filha de João Brandão de Mesquita, administrador do vínculo de S. Bernardo, na matriz de Viana e de sua mulher D. Grácia Maciel (x na matriz de Viana a 22.1.1597). — S. g.

Teve bastardos de Ana Gonçalves, de Vitorino dos Piães (Ponte de Lima):

1(V) Manuel da Cunha Sotomayor, que segue.

2(V) D. Antónia da Cunha Sotomayor.

x com Jerónimo de Sousa da Silva, senhor da quinta de Carqueijal, em Mujães, filho de João Pereira de Abreu e de sua mulher D. Maria Bravo de Sousa. — Deste casal descende a família SILVA SOTOMAYOR, de Viana e Alto Minho.

V MANUEL DA CUNHA SOTOMAYOR.

x em Vitorino dos Piães (Ponte de Lima), a 11.9.1655, com D. ISABEL MALHEIRO DA ROCHA (enteada de seu pai), filha

([18]) Habilitações para o Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

de João Malheiro Reymão e de sua mulher D. Grácia Maciel Fagundes (cf. supra).

Tiveram:

1(VI) D. Cipriana da Cunha Sotomayor * em Viana do Castelo a 26.9.1656.

x na matriz de Viana, a 1.4.1674, com Pedro do Rego Barreto, bapt. na Matriz de Viana a 14.7.1618, que serviu no Oriente, na armada do conde da Torre e, depois da sua derrota, passou a Castela, onde ficou até à aclamação d'el-rei D. João IV, vindo depois para o reino. Pedro do Rego Barreto era filho de Ruy Velho Barreto, de Viana, e de sua mulher D. Margarida de Oliveira. — C. g.

Destes descendia o general Luís do Rego Barreto, 1.º visconde de Geraz do Lima, c. g.

2(VI) D. Antónia da Cunha Sotomayor * em Viana do Castelo a 12.12.1657. S. m. n.

3(VI) D. Maria Ana Brandão Sotomayor * em Viana do Castelo a 20.3.1659.

x na matriz de Viana, a 16.6.1687, com Sebastião Pereira de Castro, filho de Francisco Pereira de Castro e de sua mulher D. Joana de Melo. — C. g.

La Batalla de Aguioncha: Una guerra civil galaico-portuguesa del siglo X

Por M. Rubén Garcia Álvarez

El municipio orensano de Calvos de Randín está situado en el valle medio del río Salas, que en este punto corre parcialmente por tierras ya portuguesas. Es una comarca de formación granítica, alta, fría y fuerte, cuyo horizonte está cerrado por un gran círculo de montañas próximas que dejan adivinar el trabajo de erosión de las aguas que preside el Salas, las cuales permiten fijar nítidamente la arquitectura lógica y precisa de su valle. Al naciente del mismo, y articulado con la sierra de Lobás, se alza el cerro de la Aguioncha, que destaca su cumbre alta y rocosa, semejante a un castillo arruinado [1].

Fue en estas ásperas tierras donde, promediado el siglo X, tuvo lugar una batalla campal entre gallegos acaudillados por Rodrigo Velázquez y portugueses seguidores de Gonzalo Menéndez. Eran estos dos condes los personajes de más poderosa influencia en la época y contaban con numerosos y fieles partidarios. Sus respectivas figuras merecen ciertamente una monografía, pues sólo a grandes rasgos nos son conocidas. Entre las muchas sombras que los rodean, se ocultan, por ejemplo, las causas de la rivalidad existente entre ellos. Ignoramos también las consecuencias que aquella enemistad trajo consigo. Y desconocemos asimismo la cronología de algunos sucesos importantes, en que dichos condes intervinieron, directa o indirectamente, haciendo cambiar el rumbo de la historia peninsular.

Son todas ellas cuestiones del máximo interés, que es necesario esclarecer previamente si queremos entender la historia galaico-portuguesa de la segunda mitad del siglo X, que es una y la misma cosa que decir la historia de la España cristiana en esa media centuria. Como es natural, no podemos abordarlas aquí todas y ni siquiera podemos desarrollar algunas

---

[1] Cfr. Florentino López Cuevillas e Xoaquín Lourenzo Fernández: *Vila de Calvos de Randín (Notas etnográficas e folklóricas)*, «Seminario de Estudos Galegos», Santiago de Compostela (1930), pp. 7-12.

con la amplitud que merecen. Nuestro propósito es más modesto, aunque no menos importante. Más modesto, porque vamos a limitarnos a estudiar la citada batalla de Aguioncha; pero no menos importante, porque dicha batalla es la clave de todas las demás cuestiones aludidas. Si logramos explicarla sutisfactoriamente, quedarán iluminadas, en efecto, todas ellas.

I

LA BATALLA

1. *El relato documental.*

Sólo ha llegado a nosotros noticia de este encuentro armado gracias al conocido diploma de Odoino a Celanova de 1 de octubre de 982. Comienza éste diciéndonos que «muerto el príncipe Sancho, recibió el reino su hermana doña Elvira y fue ungido en el mismo el hijo de Sancho, llamado Ramiro, que era de cortísima edad, el cual poseía el principado cuando se redactó esta escritura». Y seguidamente viene el relato que nos interessa:

«En aquellos días, dos condes gallegos: Rodrigo Velázquez el primero, y Gonzalo Menéndez el otro, rompieron entre sí las hostilidades. Durante mucho tiempo se resistieron de modo tenaz en sus respectivas posturas, disputando mútuamente por medio de emisarios y profiriendo crueles amenazas uno contra el otro. Pero al fin determinaron fijar el día de la batalla para vengarse, de tal manera que el que de ellos más pudiera quedara vencedor. Tomado tal acuerdo, compareció Gonzalo con sus secuaces y Rodrigo con muchos que estaban con él y que falsamente le aconsejaban. Nada más iniciado el combate, en el lugar llamado Aguioncha, Rodrigo dió la espalda y medio vivo se refugió junto al obispo (San Rosendo), en la ciudad de Sabucedo, y Gonzalo se retiró victorioso».

«Se presentó entonces la meretriz Onega ante el mencionado conde Rodrigo — que había obligado a Odoino a separarse de aquella mujer — y acusó falsamente a Odoino de haber sido uno de los que había provocado este desastre sobre él. La creyó tanto el conde como muchos de los que con él habían conseguido escaparse desnudos y semivivos, y entraron entonces a saco en el monasterio de Santa Comba, que era propio de Odoino, destruyéndolo y devastándolo todo, robaron los ganados y las escrituras de los abuelos, de los padres y del propio Odoino, perdiéndose así todas las cartas antiguas relativas a la expresada iglesia. El desgraciado Odoino fue

encarcelado y sujeto con cadenas de hierro, viéndose afligido por la miseria y la necesidad, aunque consolado porque, gracias a sus buenos amigos, había conseguido recobrar las perdidas escrituras de Santa Comba».

«Entretanto, una vez más Guntroda (abadesa de San Martiño de Pazó), sugiriéndoselo al referido conde Rodrigo y confesándole vanas cosas, le pidió la repetida casa monasterial de Santa Comba, lo que consiguió, pasando por tercera vez a poder de Guntroda».

«Odoino, después de muchas tristezas y aflicciones, rogó a todos que intercedieran por él ante el conde Rodrigo para que le sacaran de la aspereza de la cárcel. Hecha la petición, por voluntad divina pudo finalmente salir de aquella penuria y angustia medio vivo, vagando oculto después por varios lugares, pidiendo el pan en muchas puertas y arrastrando sus días abrumado por los recuerdos, tristezas y miserias. Llegó luego al monasterio de Celanova — en donde ya había estado —, rogando misericordia a los monjes para que le recibieran allí, ofreciendo a los mismos que si alguna vez volvía Santa Comba a su poder, la cedería a Celanova y no obraría jamás de otra forma».

«Después, cayó sobre el citado conde la enfermedad de la muerte, y entonces Odoino suplicó a los monjes de Celanova y pidió a muchos de los bien nacidos que allí se encontraban que intercedieran ante don Rodrigo a fin de que le fueran devueltas sus posesiones. Movido éste a misericordia por tales ruegos, mandó que Odoino se presentase ante él, lo que hizo el inquieto monje, consiguiendo así alcanzar la gracia y el favor del conde Rodrigo. Y éste ordenó salir inmediatamente de Santa Comba a los monjes de doña Guntroda, que falacísimamente había ocupado aquella casa, la cual hubieron de devolver a Odoino, que se fue a vivir a ella. Con posterioridad a la muerte del repetido conde don Rodrigo, obtuvo el condado Vimara Donnoni, que siempre ayudó y auxilió a Odoino. Y este inquieto monje, cansado de vivir en Santa Comba, quiso volver por tercera vez a Celanova—en donde ya había estado otras dos en tiempo de San Rosendo—, lo que consiguió cuando ya había muerto este santo obispo» [2].

---

[2] *Tumbo* de Celanova, fol. 99 r y v. Publicado por López Ferreiro: *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, II (Santiago, 1899), apéndice LXXV, pp. 181-183. (Debo exquisitas gracias a mi gran amigo José Ramón Barreiro Fernández por su ayuda en la traducción de este texto; me complazco en reiterárselas desde aquí).

2. *Fecha aproximada.*

Aunque sin exactitud matemática, no es difícil fijar aproximadamente la época en que los sucesos relatados tuvieron lugar. Sabemos, por lo de pronto, que ocurrieron después de haber comenzado el reinado de Ramiro III, y, por tanto, después del mes de noviembre de 966, en que murió Sancho el Craso [3]. De otra parte, el conde Rodrigo Velázquez, principal protagonista de los mismos, falleció entre junio de 977 y octubre de 978 [4]. Pero como, según el texto arriba traducido, el obispo San Rosendo aún vivía a la sazón, y su muerte fue el 1 de marzo de 977 [5], habrá que concluir que tales sucesos se desarrollaron en la década comprendida entre 967 y 977.

¿Podemos llegar a una precisión mayor? Yo creo que sí. Y aunque en ello hemos de insistir más adelante, conviene adelantar aquí un dato, que luego nos permitirá caminar más de prisa.

El 10 de diciembre de 968 vemos a Gonzalo Menéndez dictando un documento en favor del monasterio de Guimarães. Con él están algunos de sus familiares que confirman esta donación, muy interesante para el conocimiento de aquella poderosa e influyente familia galaico-portuguesa. Gonzalo declara que entrega a la abadía, fundada por su madre en los últimos meses del año 950 [6], la vila de Moreira de Cónegos, a orillas del arroyo Vizela y cerca del lugar en que se alzaba del cenobio. Dicha vila había sido de su hermano Ramiro, casado con Adosinda Gutiérrez, hermana de San Rosendo, pero ésta la había cambiado a su cuñado Gonzalo por la vila de Caíde cuatro años antes [7]. Confirman la donación de Gonzalo varios de sus familiares, que en su mayor parte figuran en otros documentos de aquel tiempo, en primer lugar su primo hermano Lucido Aloitez y un Tello Aloitez, hermano acaso de Lucido; tras ellos su sobrino Aloito Lucidi; a

---

[3] Cf. mi estudio sobre *El Cronicón Iriense*, «Memorial Histórico Español», L (Madrid, 1963), p. 202.

[4] Véase M. Rubén García: *Un documento interesante para la historia de Galicia*, «Cuadernos de Estudios Gallegos», XIX (1964), p. 364.

[5] Cf. mi artículo sobre *Ilduara Eriz, madre de San Rosendo*, «Boletín de la Comisión de Monumentos de Lugo», VI, 1958-1959 [1960], p. 221.

[6] Entre 1 de agosto y 18 de diciembre de dicho año. Véase acerca de esto mi monografía *Sobre la cronología de Ramiro II de León*, «Cuadernos de Historia de España», XXIX-XXX (1959), p. 141.

[7] En 17 de octubre de 964, según la escritura de permuta que puede leerse en los *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, I (Lisboa, 1867), escr. 88, p. 56; y también en los *Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*, I, 2.ª ed. (Guimarães, 1931), escr. 13, pp. 13-14.

continuación, Rodrigo Velázquez, que estaba casado con Onega, hija del citado Lucido, y que venía a ser, por tanto, sobrino político del otorgante; y por último, otros personajes, como Menendo Ménendez y Rosendo Rodríguez, cuyo parentesco es imposible de precisar [8].

Ahora bien, este diploma vendría a decirnos que en la fecha del mismo las relaciones entre Gonzalo Menéndez y Rodrigo Velázquez, si no eran completamente cordiales, no puede decirse tampoco que lo fueran de declarada enemistad. De otra manera: este texto sería un buen indicio de que la lucha que ensangrentó los campos de Galicia, y de que trata el citado relato de Odoino, se desencadenó después de diciembre de 968. Por consiguiente, y teniendo en cuenta las precisiones a que ya habíamos llegado, podemos reducir el plazo de tiempo en que la batalla de Aguioncha tuvo lugar, al que media entre los años 969 y 976.

Claro que podríamos pensar, y así piensa José-Luis Martín, que la batalla referida «tuvo lugar en 966 ó 967 y que en diciembre de 968 ambos magnates, Gonzalo y Rodrigo, se habían reconciliado» [9]. Sólo que Martín se basa en unos supuestos completamente falsos, como tendremos ocasión de observar más adelante; y por otra parte, del relato de Odoino no es lícito deducir, como él hace, que la batalla en cuestión coincidió con la entronización del joven Ramiro III, sino únicamente que ocurrió durante el reinado de este monarca. Lo demás es hacer decir a dicho relato lo que en verdad no dice. Pues después de leerlo con calma, nadie, creo yo, se aventuraría a imaginar que en él se nos da una misma fecha al comienzo del reinado de Ramiro y a la lucha entre los condes Gonzalo y Rodrigo.

En cambio, vemos en aquella donación de Gonzalo Menéndez al monasterio familiar de Guimarães, según queda dicho, a algunos representantes de esta poderosa familia congregados para celebrar un acto religioso, en el cual ponen su generosidad de magnates y su fervor de cristianos. Algo muy normal entre parientes, que querían honrar con su presencia el gesto de liberalidad de uno de ellos. Pero algo muy difícilmente explicable si suponemos que sólo uno año antes el otorgante había combatido con saña y puesto a pasos de muerte a uno de los que firman su donación. Mas esto nos lleva, como de la mano, a ocuparnos, aunque sea brevemente, de la personalidad de Gonzalo Menéndez y de Rodrigo Velázquez, los dos caudillos rivales, cuyo mútuo parentesco y relaciones familiares nos importa muy de cerca conocer bien.

---

[8] *PMH, DC*, escr. 99, pp. 62-63; y *VMH*, escr. 14, pp. 14-15.

[9] *Pelayo Rodríguez, obispo de Santiago (977-985)*, «Anuario de Estudios Medievales», 2 (Barcelona, 1965), p. 472.

3. *Los protagonistas.*

A) Gonzalo Menéndez.

Era el primogénito de Mummadomna Díaz, hija del magnate gallego, no castellano como se suele afirmar [10], Diego Fernández [11], y de una dama navarra o alavesa, tenida, sin fundamento, por hija de la princesa Leodegundia Ordóñez, la hermana de Alfonso III [12]. El padre de Gonzalo y esposo de Mummadomna fue el conde gallego Hermenegildo González [13], hijo de Gonzalo Adefonsiz, de esclarecida prosapia [14], y de Teresa Eriz, de no menos ilustre linaje [15]. Quiere decirse, y por esto recordamos aquí la acendencia de nuestro personaje, que Gonzalo Menéndez era essencialmente gallego, pues gallegos eran su madre y su abuelo materno y gallegos, hasta las más lejanas raíces, eran su padre y sus abuelos paternos.

Ignoramos la fecha de su nacimiento, que yo, en principio, me inclinaría a fijar hacia el año 920. Sus padres estaban casados ya en 23 de febrero de 926 [16], y Hermenegildo vivía aún en 26 de enero de 943 [17], pero

---

[10] Véase, por ejemplo, Emilio Sáez: *Los ascendientes de San Rosendo* (Madrid, 1948), p. 48, nota 95, y pp. 58-66. Últimamente todavía, mi buen amigo Mário Cardozo sigue creyendo, como Pérez de Urbel, Sáez y Paulo Merêa, en la ascendencia castellana de Diego Fernández [*Seria Mumadona tia de Ramiro II Rei de Leão?*, «Revista de Guimarães», LXXII (1962), p. 383]. Pero son convincentes las razones en pro de la oriundez gallega del padre de Mummadomna aducidas por Sánchez-Albornoz en el trabajo que citamos en la nota siguiente.

[11] Supone Sánchez-Albornoz, con sobrado fundamento a mi ver, que Diego Fernández era descendiente de una familia de nobles gallegos, pues, por lo demás, «ni un solo indicio diplomático garantiza que Diego Fernández procediera de Castilla» [*Oneca y Leodegundia*, «Anales de Historia Antigua y Medieval» (Buenos Aires, 1956), p. 37, texto y notas 7 y 8].

[12] Aludimos a Onega, sobre la cual pueden verse Emilio Sáez: *Los ascendientes*, pp. 62-66; y Pérez de Urbel: *Historia del Condado de Castilla*, II (Madrid, 1945), p. 866, nota 35, y *Jimenos y Velas en Portugal*, «Revista Portuguesa de História», V (1951), p. 11. Pero Sanchez-Albornoz insiste «en tener por muy inseguro que la princesa Leodegundia fuese madre de Oneca la esposa de Diego Fernández» (*Oneca*, pp. 40-41, texto y nota 22).

[13] Sobre la filiación y matrimonio de Mumadomna véase Emilio Sáez: *Los ascendientes*, p. 66, texto y nota 143.

[14] Cf. Emilio Sáez: *Notas al episcopologio minduniense del siglo X*, «Hispania», VI (1946), pp. 40-43, y Esquema genealógico núm. 2.

[15] Cf. Sáez: *Notas*, pp. 40-41, nota 149, y Esquema genealógico núm. 3.

[16] *PMH, DC*, escr. 31, p. 20; y *VMH*, escr. 3, p. 3.

[17] *PMH, DC*, escr. 50, pp. 29-30.

había muerto en 1 de agosto de 950 [18]. Por otra parte, Menendo González, hijo del personaje que nos ocupa, aparece ya recibiendo una copiosa donación en el año 961 [19], lo cual probaría que Hermenegildo y Mummadomna, sus abuelos, debieron casarse entre 915 y 920, según he dicho en otro lugar [20]. Esta fecha va bien con la edad que hemos de suponerle a Mummadomna si aceptamos, y yo no encuentro nada que lo impida, que fue hermana de leche de Ramiro II [21], pues su nacimiento no pudo ser entonces muy posterior al año 900 [22] y sabemos que su muerte fue anterior al 981 [23].

El hecho es que Gonzalo Menéndez aparece por primera vez en 4 de febrero de 949, fecha del diploma por el que Jimeno Díaz, tío suyo, y su mujer Adosinda Gutiérrez realizan un cambio de diversas propiedades con San Rosendo, hermano de Adosinda [24]. Y sólo un año después, el 1 de agosto de 950, le encontramos en la carta, ya citada, por la cual Mummadomna, ya viuda, divide sus bienes con sus hijos, entre los que figura nombrado y firmando en primer lugar Gonzalo [25]. Estas dos menciones, las más antiguas conocidas, se ajustan, asimismo, a la fecha que hemos supuesto para el nacimiento de Gonzalo. Porque, además, es seguro que éste ya estaba casado a la sazón, puesto que, como acabamos de ver, en 961 tenía un hijo mayor, lo que obliga a establecer su matrimonio alrededor del año 940, más o menos, y su nacimiento veinte años antes, o sea hacia el 920.

La mujer de nuestro noble se llamaba Ilduara, y ya se la nombra como tal en la citada escritura del 961 [26]. En este mismo año, a 18 de diciembre,

---

[18] *PMH, DC*, escr. 61, p. 35; y *VMH*, escr. 6, pp. 5-6.

[19] «Menendus, prolis Gundesaluus et Ilduara», recibe de un tal Censerigo en dicha data la cuarta parte de diversas vilas (*Tumbo* de Celanova, fol. 156 r, 1.ª y 2.ª cols., bajo el título: «Karta que fecit Censerigus inter filiis suis ad Menendus Gundisaluiz de Azeueto Arno»).

[20] *?La reina Velasquita, nieta de Muniadomna Diaz?*, «Revista de Guimarães», LXX (1960), p. 218, nota 74.

[21] Cf. Sáez: *Los ascendientes*, pp. 63-64, nota 139.

[22] Ramiro, su hermano de leche, no pudo nacer mucho después del 900, pues en 28 de septiembre de 911 ya aparece al lado de su padre confirmando un diploma de éste. Publicado últimamente por M. Rubén García: *Ordoño Adefonsiz, rey de Galicia de 910 a 914*, «Cuadernos de Estudios Gallegos», XXI (1966), doc. núm. 7, pp.232-234.

[23] Pues en una donación hecha por su hijo Gonzalo al monasterio de Lorvão el 22 de diciembre de dicho año, ya se la da como fallecida (*PMH, DC*, escr. 132, pp. 81-82).

[24] *Tumbo* de Celanova, fol. 133 v, 1.ª y 2.ª cols.

[25] Cf. supra nota 18.

[26] Cf. supra nota 19.

figura en un diploma portugués, dándonos su filiación, pero no se alude siquiera a su marido [27]. En cambio, vuelve a aparecer al lado de éste en una carta de cambio, fechada el 17 de octubre de 964, que el matrimonio hace con Adosinda Gutiérrez, que después de haber enviudado de Jimeno Díaz se había casado con Ramiro Menéndez, hermano de Gonzalo [28], aunque también de éste se hallaba ahora viuda [29]. Quién fuese esta Ilduara, no lo sabemos con certeza. Emilio Sáez la identifica con Ilduara Peláez, prima hermana de Gonzalo Menéndez [30], lo que parece muy verosímil. De ser así, resulta, no sólo que el padre de Ilduara y el padre de Gonzalo eran hermanos, sino que las abuelas paterna y materna de Ilduara lo serían también y vendrían a ser, además, primas carnales de Mummadomna, suegra de Ilduara [31].

Gonzalo sobrevivió muchos años a su esposa, pues consta que Ilduara murió antes del 6 de julio de 983, año en que aparece casado Gonzalo con Hermesinda [32], y Gonzalo vivirá aún hasta el año 1001, en que, el 5 de junio, lo encontramos por última vez [33]. Su muerte ocurrió en este mismo año, pues en 11 de enero de 1002 su hijo Menendo ya lo da como fallecido [34]. Todo esto indica que Gonzalo Menéndez debió vivir ochenta añnos, tal vez alguno más, y que no debió enviudar de Ilduara hasta haber sobrepasado los cuarenta y cinco, incluso los cinquenta, puesto que no consta su segundo enlace hasta el 983, aunque, naturalmente, pudo celebrarse mucho antes, pues nada sabemos de Ilduara después de 964. En cuanto a Hermenesinda, la segunda esposa de Gonzalo, yo no he conseguido averiguar absolutamente nada sobre ella, fuera de esa solitaria mención del año 983. Lo que sí me parece seguro es que de Hermesinda no tuvo Gonzalo descendencia.

De los hijos de Gonzalo Menéndez [35] sólo nos importa en esta ocasión Menendo, el primogénito, hijo indudablemente de la primera mujer de

---

[27] Carta otorgada por Aldreto Olidiz «qui sum uigario de domna Elduara, prolix Pelagii Gundisaluiz» (*PMH, DC*, escr. 85, p. 54).

[28] Cf. mi artículo *cit.* en la nota 20, pp. 221-212.

[29] Cf. supra nota 7.

[30] *Notas al episcopologio*, p. 42..

[31] Véase el adjunto cuadro genealógico.

[32] *PMH, DC*, escr. 188, pp. 84-87; y *VMH*, escr. 17, pp. 17-20.

[33] Documento pub. por M. Rubén García: *San Pedro de Mezonzo, el origen y el autor de la «Salve Regina»* (Madrid, 1965), apend. I, núm. 10, pp. 313-315.

[34] *Tumbo* de Celanova, fols. 91 r, 2.ª col-92 r, 1.ª col. Pub. Serrano y Sanz: *Documentos del Cartulario del Monasterio de Celanova*, «Boletín de la Biblioteca Menéndez Pelayo», III (1921), escr. 9, pp. 306-308.

[35] Cf. Sáez: *Notas al episcopologio*, Esquema genealógico núm. 2.

Gonzalo. Debió nacer Menendo hacia el 940, aunque no aparece en los documentos hasta el 961, como hemos visto. Y murió el 6 de octubre de 1008, no sabemos si a consecuencia de una lucha política o combatiendo contra los normandos; en todo caso, lo que no cabe duda es que tal muerte fue violenta [36]. Enlazó Menendo González con Tutadomna, nieta de un hermano de San Rosendo y nieta también, por tanto, de la mujer de Pelayo González, abuelo de Menendo, y de la esposa de Jimeno Díaz, hermano de Mummadomna, abuela asimismo de Menendo González. De este matrimonio sólo nos interesa ahora recordar dos hijos: Ramiro y Gonzalo. A Ramiro lo encontramos ya en 13 de septiembre de 1005, firmando un diploma al lado de su padre y ostentando el cargo de alférez real [37]. Esto indicaría que sus padres debieron casarse hacia 960 y sus abuelos hacia 940, lo que va de completo acuerdo con las precisiones cronológicas a que ya habíamos llegado anteriormente. En cuanto a Gonzalo, el otro hijo de Menendo y Tutadomna, yo le encuentro en los diplomas desde el 1 de febrero de 1007 [38] hasta una fecha incierta del año 1041 [39], lo que asimismo se ajusta a la cronología de toda la familia, según queda explicado.

Y con este tenemos bastante para situar convenientemente a Gonzalo Menéndez, uno de los personajes de aquel combate singular que tuvo por escenario el impresionante cerro de la Aguioncha. Veamos ahora los datos más notables relativos al caudillo rival.

B) Rodrigo Velázquez.

He estudiado muy recientemente la figura de este gran conde gallego y la de los miembros más significados de su poderosa familia, en un tra-

---

[36] «El II de las nonas de octubre de la era 1046 fue asesinado el conde Menendo», nos dice la *Chronica Gothorum* [Ed. Pierre David: *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècle* (Coimbra, 1947), p. 295], que va de acuerdo, aunque con una pequeña diferencia, con Ibn Jaldun, que fija el asesinato del conde en el año 398 de la Héjira, es decir, entre el 17 de septiembre de 1007 y el 4 de septiembre de 1008 (Cf. Pérez de Urbel: *Historia*, II, pp. 805, texto y nota 4, y 807, texto y nota 5).

[37] *Tumbo* de Celanova, fols. 106 r-107 r, bajo el título: «Agnitio de Riparia». Pub. por Serrano y Sanz: *Documentos*, escr. 10, pp. 309-312, y por Emilio Sáez: *El monasterio de Santa María de Ribeira*, «Hispania», IV, (1944), escr. 2, pp. 170-175.

[38] *Tumbo* de Celanova, fols. 4 v-5 r. Pub. muy defectuosamente por Yepes: *Coronica General de la Orden de San Benito*, V (Valladolid, 1615), ap. V, fols. 428 r-429 r; le fecha, con error, en la era 1015.

[39] *Tumbo* de Celanova, fols. 158 v, 1.ª y 2.ª cols-159 r, 1.ª col, bajo el título: «Testamentum que fecit Toda Gundesaluiz de uillas Ruderici et Uilla Maior et Eruededo».

bajo que espero aparecerá antes de que estas páginas salgan a luz [10]. El lector podrá ver en dicho trabajo los datos justificantes de las afirmaciones que aquí resumimos, sin que tengamos necesidad de repetirlos.

Era Rodrigo Velázquez nieto de otro Rodrigo Velázquez y de Velasquita, personajes muy poco conocidos que vivían en Galicia a comienzos del siglo X. De este matrimonio nació Velasco, que ya aparece casado con Trudilde en 931. Son los padres de nuestro personaje. Velasco figura en la corte de Ramiro II, llevando el título de *comes*, en documentos que llegan hasta el año 947. Pero murió poco después de esta última fecha, pues ya se le da como fallecido en una escritura de octubre de 950. Su enlace con Trudilde hubo de celebrarse exactamente en el año 912, cuando ésta no contaba más de quince de edad. Trudilde sobrevivió más de dos décadas a su marido, pues todavía en septiembre de 973 viajó a Córdoba, como embajadora de su hijo el conde Rodrigo Velázquez, según veremos a su tiempo. Mas debió fallecer poco después, ya que, como puede verse en mi citado trabajo, su nacimiento no pudo ser posterior al año 897. De su matrimonio con Velasco Rodríguez nacieron, por lo menos, dos hijos: Ordoño, que casó con Hermesinda Gutiérrez, hermana de doña Guntroda, la abadesa del monasterio de San Martiño de Pazó; y Rodrigo, nuestro personaje, que fue padre del obispo compostelano Pelayo Rodríguez.

Aparece Rodrigo Velázquez por primera vez en la primavera de 949, confirmando una donación de Ramiro II al monasterio de Celanova. Un año después, en junio de 950, suscribe con su sobrino íñigo Ordóñez la noticia de un pleito habido entre San Rosendo y los habitantes de varias vilas. Durante el reinado de Ordoño III (enero de 951 a septiembre de 956), Rodrigo sólo confirma tres documentos de ese monarca, los tres del año 954. Después desaparece de la corte, a la que no vuelve de nuevo hasta los primeros días de la primavera de 959, en que lo encontramos al lado de Sancho el Craso, que, tras su destronamiento por Ordoño IV, acababa de regresar de la capital del califato, en en donde le habían curado de su monstruosa obesidad. Y al lado de Sancho vemos a Rodrigo en tres cartas del año de 960, hecho muy significativo, pues son los momentos en que el Rey Craso, con la ayuda de las fuerzas musulmanas y la de los condes que le seguían fieles, logra adueñarse de nuevo del trono leonés, expulsando del mismo a Ordoño el Malo. Una vez fallecido el rey Sancho, Rodrigo sigue al lado de su hijo Ramiro III, en cuya corte le encontramos desde el

[10] *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez y su familia*, que se halla en prensa para ser publicado en la revista «Compostellanum».

verano de 968 hasta la primavera de 977. Ya no vivirá mucho más, pues sabemos de manera cierta que había fallecido antes del otoño de 978.

Enlazó Rodrigo Velázquez primero con Adosinda y después con Onega. Según explico en el trabajo que aquí voy resumiento, Adosinda era hija de Gunterigo y Guntroda. Gunterigo era, a su vez, hijo de Arias Menéndez y, por consiguiente, primo de Mummadomna y tío político de Gonzalo Menéndez. Guntroda, la suegra de Rodrigo, era hija de Gonzalo Adefonsiz y Teresa Eriz y, por tanto, cuñada de Mummadomna y tía de Gonzalo Menéndez. Gunterigo debió nacer hacia el 889, enlazar con Guntroda hacia el 910 y tener en seguida a Adosinda, que contaría cerca de veinte años cuando casó con Rodrigo Velázquez en 930. La vida de Adosinda se prolongó hasta después de 950, falleciendo antes de 960.

El caso es que, por este tiempo, Rodrigo contrajo segundas nupcias con Onega, que vivió hasta muchos años después de haber muerto su marido, pues éste había fallecido ya en 978 mientras que ella aún vivía en la primavera de 1006. Era Onega hija de Lucido Aloitez, bisnieto del famoso Vimara Pérez, el conquistador de Oporto en los días del Rey Magno. Fue este Vimara padre de Lucido Vimaraz, que casó con Gudilona, de cuya unión nació Aloito Lucidi. Contrajo éste matrimonio con Munia Díaz, hermana de Mummadomna y tía de Gonzalo Menéndez, y el hijo de Aloito y Munia, llamado Lucido, fue el padre de Onega, la cual sería, por tanto, sobrina de Gonzalo Menéndez [41].

Pero al igual que Gonzalo Menéndez, su tío político, tampoco Rodrigo Velázquez tuvo sucesión de su segunda esposa, pues todos sus hijos lo fueron de Adosinda, su primera mujer, única de quien tuvo descendencia. De entre ellos, recordaremos aquí, porque importa a nuestro propósito actual, a Pelayo, el futuro obispo de Compostela. Nació éste hacia el año 930, y ya figura confirmando documentos en 948. Desde muy pequeño profesó vida monacal en el monasterio de Celanova por consejo de su padre. Y en esta famosa abadía orensana continuó hasta que, por influencia de su padre Rodrigo, fue nombrado obispo de Santiago por Ramiro III entre 970 y 977. En los principios del otoño de 985, y como consecuencia de las luchas por el trono leonés entre Ramiro III y Vermudo II, Pelayo Rodríguez fue depuesto por el Rey Gotoso, triunfador en esa contienda, por haber militado en el bando contrario. El destituido Pelayo volvió entonces al monasterio de Celanova, donde permaneció hasta después de febrero de 1007, en que todavía le encontramos confirmando un diploma de

[41] Véase el cuadro genealógico que figura en el trabajo *cit.* supra.

Alfonso V. Debió morir pasado muy poco tiempo, ya que por entonces contaría alrededor de los ochenta años de edad.

4. *Antecedentes políticos.*

Estos dos condes, cuya figura y cronología ha quedado expuesta en el epígrafe anterior, tenían sus particulares inclinaciones políticas, que no sólo no coincidían, sino que, en cierto momento, llegaron a ser totalmente opuestas. En ello influyeron sin duda motivos familiares, que, aunque no claros del todo, es posible adivinar, sin embargo, en la seca e inexpresiva documentación coetánea. Véamoslo, separadamente, para cada uno de ellos.

A) Gonzalo Menéndez.

Ya hemos dicho que Ramiro II y Mummadomna Díaz, la madre de Gonzalo, fueron hermanos de leche. Es muy probable que los primeros años del futuro rey leonés «transcurrieran en el seno de esta familia, que lo educaría, en la región de allende el Miño» [42]. Aquí debió seguir a la muerte de Fruela II, y aquí debió tener su pequeña corte, con capital en Viseo, en la que, sino como rey [43], Ramiro actuaba como tal, gobernando la zona portuguesa septentrional comprendida entre Coimbra y el Miño [44]. La fervorosa adhesión de esta familia galaico-lusitana a Ramiro II es, por tanto, perfectamente explicable, y ha sido explicada satisfactoriamente además [45], por lo que no hemos de insistir en ello.

Pero hay un hecho interesante, y es que cuando Ramiro no era aún rey de León y residía en la región portugalense, enlazó con Adosinda Gutiérrez, hija de Gutier Osóriz y de Ildoncia Menéndez [46]. Este matrimonio debió celebrarse antes de 925 y fruto del mismo fue Ordoño, el futuro

---

[42] Emilio Sáez: *Ramiro II, rey de «Portugal» de 926 a 930*, «Revista Portuguesa de História», III (1947), p. 285.

[43] En el trabajo cit. en la nota precedente, Sáez dio como cierto que Ramiro se había coronado como monarca. Pero posteriormente rectificó en el sentido que yo resumo arriba: *Notas y documentos sobre Sancho Ordóñez, rey de Galicia*, «Cuadernos de Historia de España», XI (1949), p. 44, texto y nota 70.

[44] Véanse los dos artículos de Sáez citados en nuestras dos notas anteriores.

[45] Por Sáez: *Ramiro II*, pp. 284-286.

[46] Cf. Sáez: *Sobre la filiación de Ordoño IV*, «Cuadernos de Estudios Gallegos», II (1947), pp. 372-374, nota 19; el mismo, *Ramiro II*, p. 284; y el mismo, *Sancho Ordoñez*, p. 43.

Ordoño III [47]. Y todo permite suponer que los primeros años de la vida de éste transcurrieron, al lado de su padre, en el Portugal norteño. De entonces procedía sin duda la mútua y cordial relación entre el infante y la poderosa familia de Mummadomna Díaz, que más tarde hallaría ocasión de demostrarse. En los hijos de Mummadomna y en Pelayo González, cuñado de la noble dama lusitana — cuñado y consuegro a la vez —, habría de encontrar Ordoño, en efecto, en la horas difíciles de su reinado, a sus principales sostenedores y valedores.

A pesar de que su madre Mummadomna había sido hermana de leche de Ramiro II, Gonzalo Menéndez, el jefe por entonces de esa casa del Duero occidental, vive silencioso en sus tierras, sin aparecer por la corte. Pero sale al campo de la política cuando, a fines de 954 ó principios de 955, se disputan el trono Ordoño, el hijo de la gallega Adosinda, y Sancho, su hermanastro, hijo de la navarra Urraca [48]. Entonces Ordoño necesitaba de la ayuda de sus fieles, para desarticular la conspiración navarro-castellana que, urdida por Fernán González, amenazaba destronarle. Y que la familia de Mummadomna se la prestó, lo acredita un diploma de 17 de abril de 955, que nos revela ya claramente el éxito alcanzado por Ordoño frente a los invasores castellanos y navarros, que, después de conmover el trono de León por un momento, se vieron obligados a regresar, vencidos, a sus tierras. Por eso aparecen en la capital del reino, al lado de Ordoño, Gonzalo y Diego Menéndez, los hijos de Mummadomna, cuya ayuda al soberano leonés debió serle muy valiosa para vencer a Sancho y a las fuerzas orientales que le apoyaban [49].

Importa insistir, por lo que diremos más adelante, en esta incondicional adhesión a Ordoño III de Mummadomna y sus hijos, pues sólo así pueden explicarse muchos sucesos posteriores. Y conviene recordar también que a esa fidelidad supo corresponder adecuadamente el citado monarca, que dispensó siempre su protección al monasterio familiar de Guimarães [50]. No es nada extraño, en vista de todo ello, que a esta familia le

---

[47] Cf. M. Rubén Garcia: *El gallego Ordoño III, rey de León*, trabajo aún inédito.

[48] Véase el trabajo a que me refiero en la nota anterior, cuya publicación no se hará esperar mucho.

[49] *Tumbo* de León, fols. 12 r-13 r, bajo el título: «Testamentum regis domni Ordonii nepotis alterius maioris Ordonii». Pub. por Risco: *España Sagrada*, XXXIV (Madrid, 1784), ap. XVII, pp. 459-461.

[50] Así se desprende de la escr. 223 de los *PMH, DC*, pp. 138-139 (escr. 24 de los *VMH*, pp. 25-27).

encomendase Ordoño el cuidado y la educación de su hijo Vermudo, el futuro Rey Gotoso, el cual, como he expuesto en otro lugar, terminará por llevar al solio leonés a uno de sus miembros, casándose con Velasquita, una nieta de Mummadomna [51]. Porque es un hecho que así como Ramiro II fue criado al mismo tiempo que Mummadomna por Onega, la madre de ésta, consta también que una dama portugalense de tierra de Guimarães, llamada Guntina, fue nodriza de Vermudo II, el hijo de Ordoño III [52].

Esta línea política de la familia que nos ocupa, iniciada en los lejanos días de la infancia de Ramiro II, ya no se quebrará hasta el final de esta dinastía con Alfonso V. Vemos, efectivamente, como al reproducirse el conflicto dinástico a la muerte de Ordoño III, en el otoño de 956, Mumadomna y sus hijos toman el partido por Ordoño IV, siguiendo demostrando así su hostilidad contra Sancho I. La familia de Mummadomna no había visto nunca con simpatía a Sancho el Craso, aquel rey impuesto por Navarra y luego por la política cordobesa, el cual había sido, además, un contrincante del tercer Ordoño, tan ligado a Guimarães. Y cuando el Rey Craso muere envenenado a fines de 966 en tierras portuguesas, toda la familia de Gonzalo Menéndez se coloca en frente de Ramiro III, el hijo de Sancho, que al igual que su padre contaba con el decidido apoyo de Navarra, según demuestra el gran número de magnates de esta región que figuran a su lado [53]. De ahí que Gonzalo no aparezca una sola vez ni en la corte de Sancho ni en la de Ramiro III. En realidad, y cuando habían transcurrido algunos años del reinado de este último, Gonzalo Menéndez ya tiene sin duda pensado en empujar hasta el trono leonés a Vermudo II, que vivía a la sazón en los dominios del gran conde portugalense y se había casado ya, o se casaría muy pronto, con Velasquita, una sobrina de Gonzalo.

Y con lo dicho tenemos bastante, por el momento. Al tratar a continuación de Rodrigo Velázquez, recogeremos algunos de estos datos y glosaremos otros que, de propósito, hemos pasado por alto, a fin de no repetirnos.

---

[51] *?La reina Velasquita?*, pp. 210-230.

[52] Cf. mi estudio cit. en la nota precedente, pp. 221-222, texto y nota 84.

[53] Cf. Pérez de Urbel: *Historia*, II, pp. 637-638; el mismo: *Los primeros siglos de la Reconquista*, en «Historia de España, dirigida por R. Menéndez Pidal, VI (Madrid, 1956), pp. 148-149.

B) Rodrigo Velázquez.

Ya lo hemos visto al lado de Ramiro II en 949, confirmando una donación de este monarca al monasterio de Celanova [54]. Es su primera aparición pública conocida y es también la única vez que encontramos a Rodrigo en la corte del vencedor de Simancas. Un año después, en junio de 950, figura de nuevo en otra escritura de Celanova, según hemos visto también [55]. Es curioso que las primeras menciones de Gonzalo Menéndez sean igualmente de esos mismos años 949 y 950, aunque en ocasiones distintas, pues conviene destacar que jamás los encontraremos juntos firmando un mismo diploma real. Como por su edad — nació hacia 912 — Rodrigo podía suscribir ya los documentos de Ramiro II (931-951), su ausencia de la corte habrá que atribuirla a uno de estos dos motivos: que fuese por entonces aún un magnate de poca importancia que iniciaba su carrera política, o que, lo mismo que Gonzalo Menéndez, se mantenía voluntariamente retirado en sus dominios de la actual Galicia orensana.

Sea de ello lo que quiera, una cosa sí parece segura: Rodrigo intentó medrar en la corte de Ordoño III, a cuyo lado figura en 954, como ya sabemos [56]. Pero no debió encontrar en ella el marco adecuado a sus ambiciones o, lo que es más probable, vió mejores posibilidades en Sancho el Craso, detrás del cual estaba Navarra, de donde seguramente procedían los ascendientes de Rodrigo, y de aquí que tomase el partido de Sancho cuando éste, empujado por navarros y castellanos, intentó destronar a Ordoño a comienzos de 955. Por eso, a la muerte de Ordoño III, Rodrigo aparece ya en lugar destacado al lado de Sancho el Craso, juntamente con las fuerzas navarras y musulmanas que apoyaron y consolidaron en el trono al nuevo príncipe, mientras que faltan en la corte de éste todos los condes gallegos. Y por eso, cuando a Sancho le surge un competidor, Ordoño IV, levantado por los magnates galaico-portugueses en Santiago, Rodrigo desaparece de la corte [57]. Estaba casado Rodrigo por esta época con Adosinda

[54] Fechado el 18 de marzo (*Tumbo* de Celanova, fol. 97 r y v.). Pub. por Barrau-Dihigo: *Chartes royales léonaises. 912-1037*, «Revue Hispanique», X (1903), escr. XIV, pp. 381-383.

[55] Carta del 13 de junio (*Tumbo* de Celanova, fols. 37 v-38 r; otra copia en el fol. 162 r y v, con variantes de consideración). Pub. por Serrano y Sanz: *Documentos*, escr. V, pp. 276-278.

[56] Véase mi monografía, en prensa, sobre *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez y su familia*, anunciada en la nota 40.

[57] No figura, en efecto, en ninguno de los diplomas otorgados por este monarca, aun refiriéndose todos ellos a Galicia.

Gunteriquiz, prima hermana del obispo Arias Núñez de Mondoñedo [58]. Y es curioso hacer observar que también el citado obispo renuncia a la sede durante el breve reinado de Ordoño IV, en cuya corte no aparece ni una sola vez, lo mismo que sucede con su primo Rodrigo. Pero nada más repuesto en el trono el Rey Craso, gracias a la ayuda de Córdoba y de Pamplona, ya encontramos de nuevo en Mondoñedo al obispo Arias [59] y ocupando un lugar preeminente en la corte a Rodrigo Velázquez, que indudablemente habían permanecido fieles a Sancho incluso en la desgracia.

La trayectoria política del conde Rodrigo aparece así claramente dibujada y continuará expresándola después con su fidelidad a Ramiro III, el hijo del Rey Craso. Ya lo he dicho en más de una ocasión: Es evidente que Rodrigo Velázquez fue hechura de Sancho I y de Ramiro III, a los cuales, en realidad, lo debía todo [60]. Y hasta me ocurre pensar si en su devoción por estos reyes no habrá influido, tal vez, la circunstancia, ya indicada, de ser Rodrigo a lo último un descendiente de navarros. En todo caso, lo que no puede admitirse es suponerle, como José-Luis Martín hace, hechura de Ordoño III [61], afirmación que creo haber invalidado en un trabajo muy reciente y ya citado [62].

En definitiva, podemos constatar a estas alturas das tendencias políticas distintas en los condes Gonzalo Menéndez y Rodrigo Velázquez: El primero, inclinado abiertamente por Ordoño III y Ordoño IV y colocado frente a Sancho I; y el segundo, partidario decidido de Sancho el Gordo y opuesto a los dos Ordoños referidos. Rodrigo seguirá hasta su muerte demostrando su fidelidad a Ramiro III, el hijo de Sancho. Gonzalo, que por el momento no tiene candidato que oponer a Ramiro, se mantendrá totalmente alejado de la corte hasta que llegue la ocasión de enfrentarle a Vermudo II, el hijo de Ordoño III. Pues nacido Vermudo hacia 953 [63], no podía contarse con él hasta que, después del 970, cumpliese su mayoría de edad. Pero sobre esto hemos de volver un poco más adelante. Antes debe-

---

[58] Gunterigo, el padre de Adosinda, era, según creo haber probado, hijo de Arias Menéndez; y Elvira, la madre del obispo Arias, era hija también de Arias Menéndez, es decir, hermana de Gunterigo. (Cf. mi trabajo citado en la nota 56).

[59] Véase Sáez: *Notas al episcopologia*, pp. 26-33.

[60] Cf., entre otros, mis estudios sobre *El Cronicón Iriense*, pp. 212-218, y *Un documento interesante*, pp. 358-365.

[61] *Pelayo Rodríguez*, p. 472, texto y nota 37.

[62] *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez y su familia* (en prensa).

[63] Cf. mi artículo *?La reina Velasquita?*, pp. 220-221, y proximadamente mi monografía *El gallego Ordoño III, rey de León*, en que trazo una biografía muy detallada del primogénito del vencedor de Simancas.

mos estudiar las causas de la batalla de Aguioncha. Ahora estamos en condiciones de hacerlo y también de rechazar de plano una nueva y peregrina teoría sobre las mismas, publicada en estos días con todo el aire de las cosas seguras y archisabidas.

II

SUS CAUSAS

1. *Una nueva teoría.*

Todos habíamos creído hasta ahora que detrás de la batalla de Aguioncha se escondían pasiones políticas encontradas y partidismo de los siempre inquietos y revoltosos magnates gallegos de la época. Así lo hizo notar ya, a fines del siglo pasado, el sabio historiador López Ferreiro, aún aludiendo al tema sólo de modo muy incidental [64]. Lo mismo piensa en nuestros días el no menos sabio Fray Justo Pérez de Urbel, que es, a mi juicio, quien ha sabido ver más claro y sagazmente en esta intrincada cuestión [65]. Y en fin, también yo, siguiendo de cerca los pasos del ilustre maestro benedictino y admirado amigo, he opinado lo mismo que él, si bien adobando, detallando, ampliando y completando lo escrito al respecto por el sabio Fray Justo [66].

Pero, por lo visto, todos estamos equivocados [67], pues la reñida pendencia que sostuvieron los condes Gonzalo Menéndez y Rodrigo Velázquez no fue debida a causas políticas, sino pura y simplemente a rencillas familiares y, en resumen, a una mera disputa entre parientes. Nada menos que

---

[64] *Historia*, II, p. 360, nota 1.

[65] *Historia*, II, p. 639, texto y nota 14, y p. 743; el mismo: *Sampiro su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X* (Madrid, 1952), pp. 51-52, 426-427, 432 y 434; y el mismo: *Los primeros siglos*, pp. 141, 144-147, 148, 149-150, 154, 156-157, 158-160 y 170.

[66] Entre otros, en mis estudios citados en la nota 60, y principalmente en mi monografía, en prensa, sobre *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez y su familia*.

[67] Todos, porque yo a lo menos no he encontrado entre los autores por mí consultados a ninguno que opine de modo distinto al por mí seguido, y, con sobrada razón habla todavía últimamente García de Valdeavellano de las «luchas a mano armada entre los condes gallegos Rodrigo Velázquez y Gonzalo Menéndez, en las que fue derrotado Rodrigo», y concluye titulándolas, justamente, de «actos violentos de devastación y daños realizados en cuadrilla» [*Sobre los conceptos de hurto y robo en el derecho visigodo y post visigodo*, «Revista Portuguesa de História», IV, 1 (1949), pp. 243-244].

esto es lo que pretende haber descubierto José-Luis Martín, un joven estudioso que trabaja a la sombra de Emilio Sáez en la Universidad de Barcelona [68]. Para él la cosa es tan clara que no necesita demostración, siendo suficiente exponerla, resumida, en esta corta serie de tajantes afirmaciones:

«La enemistad entre Gonzalo Menéndez y Rodrigo Velázquez fue consecuencia de una disputa entre Mummadomna, abadesa de Guimarães y madre de Gonzalo, y Guntroda, abadesa de Pazó y familiar de Rodrigo Velázquez. Guntroda se apoderó del monasterio de Santa Comba, propiedad del monje Odoino, y éste pidió ayuda a Mummadomna, la cual envió a sus hijos Gonzalo y Ramiro para que obligaran a Guntroda 'volens nolens' a devolver dicho monasterio. Rodrigo tomó el partido de Guntroda y fue vencido en la batalla de Aguiuncias... que tuvo lugar en 966 ó 967, y en diciembre de 968 ambos magnates, Gonzalo y Rodrigo, se habían reconciliado» [69].

Yo no me explico como José-Luis Martín se ha aventurado a escribir esta desdichada reconstrucción de los sucesos, si leyó, como debió haber leido, el diploma de Odoino, única base en que la apoya. Porque una lectura, incluso muy superficial, de dicho diploma es suficiente para poner de relieve en seguida los escandalosos errores cronológicos, las contradicciones y las confusiones en que incurre Martín al trazar su desafortunada exégesis. He aquí, en efecto, lo que nos dice el texto de Odoino:

En los días finales del reinado de Ordoño III o en los primeros de Sancho I, Odoino vivía «disolutamente y a escondidas por diversos lugares» con su amante Onega. «Llegó entonces al monasterio de Guimarães ante Mummadomna y sus hijos, y aceptó de ellos el saludable consejo de que abandonase aquella mujer y retornase a su casa de Santa Comba y a la vida monástica». El texto, de gran precisión cronológica, sitúa estos hechos en 956-957, lo que remacha seguidamente en este otro párrafo:

Sucedió que mientras Odoino «estuvo viviendo bajo el dominio del pecado (956-957), Guntroda pidió al señor obispo (San Rosendo) la casa de Santa Comba — propiedad de Odoino —, diciendo que le pertenecía a

---

[68] La tesis de licenciatura de José-Luis Martín Rodríguez ha sido dirigida precisamente por Emilio Sáez y lleva por título, precisamente también: *La nobleza gallega en la Alta Edad Media: La familia del conde Rodrigo Velázquez (923-1041)*, según noticia que figura en el «Anuario de Estudios Medievales», 1 (Barcelona, 1964), p. 659.

[69] *Pelayo Rodríguez*, p. 472.

ella, según probaban las escrituras que poseía. Pero Guntroda faltaba a la verdad, porque ella nada tenía ya allí, aunque, con falsedad, así lo afirmaba porfiadamente». Y a continuación el documento inserta esta cláusula cronológica, de impresionante exactitud: «En aquellos días, los condes gallegos y los magnates de palacio decidieron expulsar a Sancho de su sede de León y dar el trono a Ordoño, hijo de Alfonso», es decir, a Ordoño IV.

De forma que la usurpación por Guntroda del monasterio de Santa Comba y la visita de Odoino, su verdadero dueño, a Guimarães, fueron sucesos que ocurrieron después de 956 pero antes de la primavera de 958, en que, como es sabido, Sancho el Craso, «dándose cuenta de la deserción general, salía de León, dejando el campo libre a su rival y buscando un refugio en Pamplona, al lado de su abuela», mientras Ordoño IV, aclamado en Galicia, lograba al fin ser entronizado en la capital del reino [70].

Y es ahora, justamente ahora, cuando el diploma de Odoino nos dice que «decidió Mummadomna con sus hijos y todo el concilio que vinieran —está bien empleada la palabra — Gonzalo Menéndez y Ramiro Menéndez, hijos suyos, ante Guntroda, para que, de buen o mal talante, devolviera la casa de Santa Comba, que injustamente y sin verdad poseía, lo cual, por voluntad divina, así sucedió».

Un primer comentario: En este relato, ¿ha visto nadie, salvo José-Luis Martín, el nombre del conde Rodrigo Velázquez?? Y nadie también, salvo Martín, deduciría del mismo que el ni siquiera aludido conde Rodrigo tomó el partido de Guntroda a fin de evitar que los hijos de Mummadomna la obligaran a devolver Santa Comba?

Pero sigamos examinando la pintoresca odisea de Odoino, que todavia contiene otros detalles interesantes, en los que, por supuesto, tampoco reparó el bueno de Martín. Después de lo relatado, nos dice el inconstante dueño de Santa Comba que «al fin separó de si aquella mujer y vino ante el obispo (San Rosendo), entregándose en sus manos, con todos sus bienes, e ingresando en el monasterio de Celanova». Y aquí esta otra cláusula cronológica: «Reinaba ya entonces el príncipe Sancho, que había huído a los ismaelitas y había vuelto de allí con un ejército de paganos, y el referido Ordoño, hijo de Alfonso, había abandonado el trono, por temor a la lucha, comenzando a reinar Sancho de nuevo». Estamos, por tanto, en la primavera del año 959, en que los turbantes moros aparecían acompañando

---

[70] Cf. Pérez de Urbel: *Historia*, II, pp. 543-545; el mismo: *Sampiro y su crónica*, pp. 418-419; y el mismo: *Los primeros siglos*, p. 142.

al Rey Craso en las orillas del Duero [71], y en que, a 28 de marzo, Sancho ya hacía una donación a Celanova, estando a su lado, como era de esperar, unos cuantos magnates navarros que habían venido en su ayuda, el obispo Arias Núñez de Mondoñedo y el conde Rodrigo Velázquez [72]. Es el momento en que un notario del monasterio de Sahagún hacía constar que Sancho había empezado ya el primer año de reinado después de su retorno de Andalucía [73].

A todo esto Odoino «seguía en el monasterio de Celanova con los monjes del obispo San Rosendo, mientras Lubilani y sus compañeros hacían vida monástica en el repetido lugar de Santa Comba. Pero Odoino no aguantó mucho tiempo en Celanova, y, con ligereza e inconstancia, salió de él de nuevo y entró en la citada casa de Santa Comba, donde habitó durante muchos años» [74]. Y es después de contarnos todo esto — que se desarrolló durante un largo decenio — cuando Odoino nos habla de que «muerto el príncipe Sancho, fue ungido en el reino su hijo Ramiro», es decir, nos vuelve a dar otra fecha precisa: el mes de noviembre de 966, en que, como queda dicho, muere el Rey Craso y le sucede su hijo Ramiro III. Después de esta fecha, y empleando la expresión: «en aquellos días» para referirse al reinado de Ramiro III, «que poseía el principado al momento de redactar esto», Odoino relata la batalla de Aguioncha y nombra por primera vez a Rodrigo Velázquez, en los términos que quedan reproducidos páginas atrás.

2. *Opinión insostenible.*

El simple repaso de esta pintoresca y larga historia es suficiente, según vemos, para rechazar de plano la peregrina hipótesis de José-Luis Martín, quien, al imaginarla, ha saltado por encima de muchas realidades

---

[71] Cf. Pérez de Urbel: *Historia*, II, pp. 559-563.

[72] *Tumbo* de Celanova, fol. 133 r, 2.ª col. y v, 1.ª col, bajo el título: «Testamentum quod fecit Santius rex de coua unde ferro eicitur». Pub. por Barrau-Dihigo: *Chartes*, escr. XVI, pp. 385-386 (omite las suscripciones).

[73] Donación de Luvila y su mujer al monasterio de Sahagún el 9 de abril de 959, «regnante serenissimo principe Sancio, Ranimiri prolis, anno post Spanie reuersione primo». Pub. por Escalona: *Historia del Real Monasterio de Sahagún* (Madrid, 1782), escr. XXXIII, pp. 401-402.

[74] *Tumbo* de Celanova, fols. 98 v-99 r. Pub. por López Ferreiro: *Historia*, II, ap. LXXV, pp. 180-181. (De nuevo he de expresar mi gratitud a José Ramón Barreiro Fernández por su ayuda en la traducción de este párrafo, demasiado enrevesado para mis escasos conocimientos de latín).

y despreciado por completo la cronología de los sucesos, que el texto de Odoino establece muy correctamente. Acredita éste que la intervención de los hermanos Gonzalo y Ramiro Menéndez ante la abadesa Guntroda tuvo lugar durante el corto reinado de Ordoño IV, es decir, entre principios de 958 y principios de 959. Y el mismo texto garantiza que la batalla de Aguioncha no se desencadenó hasta después de 966, en cuyos postreros días comenzó el reinado de Ramiro III, durante el cual dicho texto la sitúa. Ante estos datos seguros, ?cómo es posible que Martín se atreva a suponer simultáneos y relacionados entre sí esos dos sucesos, independientes por completo y separados por un decenio o tal vez más? Porque de ser cierta su inverosímil conjetura, habríamos de aceptar este absurdo razonamiento: En 958-959, Gonzalo Menéndez y su hermano Ramiro consiguen que la abadesa Guntroda devuelva Santa Comba a Odoino; Rodrigo Velázquez, por haber sido cuñado de una hermana de Guntroda, trata de impedir la intervención de los hermanos Menéndez en la fecha indicada; y como consecuencia de esta pugna por la posesión de Santa Comba en 958, Rodrigo Velázquez es vencido por Gonzalo Menéndez en la batalla de Aguioncha... !que tiene lugar más de diez años después!, cuando Odoino, como él mismo nos dice, llevaba muchos años gozando pacíficamente de su casa de Santa Comba.

Pero hay más aún, pues Martín no ha tenido en cuenta tampoco los siguientes hechos:

a) Los protagonistas de la usurpación de Santa Comba fueron Guntroda, el obispo San Rosendo y los hijos de Mummadomna, nadie más. De aquí que, con toda razón, el diploma de Odoino nombre sólo a los citados y no aluda para nada a Rodrigo Velázquez, que para nada tuvo que ver con ese suceso.

b) Ramiro Menéndez, que intervino con su hermano Gonzalo en dicho suceso, murió antes de 964 [75]. Mal pudo tomar parte, por tanto, en el encuentro de Aguioncha, que no estalló hasta después de 966, y por eso, el documento de Odoino no lo nombra al relatar este encuentro.

c) El lejano parentesco de Rodrigo Velázquez con Guntroda no explicaría nunca su ayuda armada a quien sólo era cuñada de su hermano. Pero mucho menos aún si consideramos que este hermano de Rodrigo y su esposa — la hermana de Guntroda — habían fallecido ya antes de la pri-

---

[75] Véase M. Rubén García: ?*La reina Velasquita?*, pp. 211-212.

mavera del año 950 [76], es decir, ocho antes de que Guntroda se adueñase de Santa Comba y casi veinte años antes de la batalla de Aguioncha!

d) Finalmente, frente a ese lejano y ya desaparecido parentesco de Rodrigo Velázquez con la abadesa Guntroda, tenemos que Ramiro Menéndez estuvo casado entre 961 y 964 con una prima hermana de Guntroda [77] y que Gonzalo Ménendez era sobrino político de la citada [78]. Según ésto, más lógico hubiera sido que los defensores de Guntroda fueran los hijos de Mummadomna, más entrechamente vinculados por lazos familiares que Rodrigo a la famosa abadesa de San Martiño de Pazó.

No; contra lo que piensa inexplicablemente Martín, la intervención de Rodrigo Velázquez en Santa Comba no ocurrió en 958-959 ni tuvo nada que ver con sus lejanos relaciones familiares con Guntroda. Se produjo una década después y no fue la causa de la batalla de Aguioncha, sino una de sus consecuencias, según nos lo dice con toda claridad el documento que relata estos hechos: Finalizado el encuentro armado, la meretriz Onega acusó falsamente a Odoino ante Rodrigo Velázquez de haber tomado partido por Gonzalo Menéndez, y entonces aquél destruyó Santa Comba como venganza. Todo lo demás, que es todo, son meras suposiciones de José-Luis Martín, montadas en realidad sobre arena.

3. *Cronología definitiva.*

Porque también está equivocado Martín al fechar la batalla de Aguioncha en 966-967 y al suponer que en 968 ya se habían reconciliado Gonzalo Menéndez y Rodrigo Velázquez, hasta entonces enemigos. El texto de Odoino no sólo no permite tan arbitraria interpretación, sino que la niega rotundamente. Se nos dice en el mismo, efectivamente, que después del mes de noviembre de 966, en que comenzó el reinado de Ramiro III, los expresados condes disputaron entre sí enconadamente, manteniéndose irreductibles en sus respectivas posturas «durante mucho tiempo». Ese mucho tiempo pudo ser, naturalmente, un par de años o más. La misma expresión la emplea Odoino poco antes, como hemos visto, para señalar un

---

[76] Cf. M. Rubén García: *Un documento interesante*, p. 362, texto y nota 31; y véase, en su día, mi monografía, ya en prensa, sobre *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez y su familia.*

[77] Su esposa Adosinda Gutiérrez era hija de Gutier Menéndez, hermano de Ildoncia Menéndez, la madre de Guntroda.

[78] Su esposa Ilduara Peláez era hija de Hermesinda Gutiérrez, hermana de Adosinda y prima carnal, como ésta, de Guntroda.

período de siete años largos. Por otra parte, es un hecho que el vencido Rodrigo conservó hasta su muerte en 977 su odio contra Odoino, sólo por creer que había favorecido la causa del vencedor conde Gonzalo. No sería concebible, por tanto, que si Rodrigo fue capaz de guardar tal rencor hacia un pobre diácono, se reconciliase, en cambio, con Gonzalo Menéndez ya en 968, apenas transcurrido un año de haber sido vencido por éste en una lucha sangrienta que puso en trance de muerte a Rodrigo y los suyos, salvados sólo gracias a haber «conseguido huir desnudos y semivivos», acogiéndose en Sabucedo a la protección de San Rosendo. No; no es creible que si por la simple sospecha de haber tomado partido por el conde Gonzalo el desgraciado Odoino fue encarcelado por Rodrigo y no alcanzó su perdón hasta el año 977, el mismo Rodrigo hubiese olvidado ya en 968 la gravísima afrenta que le había infligido un año antes el propio conde Gonzalo.

Evidentemente, la enemistad del conde gallego con el conde portugués ya no desapareció desde que ambos rompieron violentamente en Aguioncha, acompañando a Rodrigo hasta la hora de su muerte, y aún más allá. Pero esto quiere decir, claro está, que de ruptura de Aguioncha se produjo después de 968, en que todavía anda Rodrigo por tierras portuguesas al lado de Gonzalo en aparente armonía, inspirada seguramente por el parentesco[79]. La rivalidad latente no tardará en declararse, y ésta fue acaso la última vez que se trataron y hablaron el conde Gonzalo Menéndez y el conde Rodrigo Velázquez. Todavía no ha prendido el incedio de odios y ambiciones, que levantará guerras, fraguará traiciones y saltará por encima de todos los lazos de religión, de patria y de lealtad al rey. Los dos condes siguen aún en buenas relaciones, pero no tardaremos en verlos frente a frente. Y el primer chispazo de las revueltas políticas que surgieron entonces entre los partidarios de Rodrigo Velázquez y Gonzálo Menéndez, fue, sin posible duda, la batalla de Aguioncha.

Esto es lo que los hechos vienen a demostrar con su elocuente realidad. Y esto es también, bien miradas las cosas, lo que nos dice el relato de la referida batalla, aunque Martín crea otra cosa. Odoino cuenta en dos frases, que ya hemos transcrito, lo que sucedió. Sin embargo, los sucesos no se dessarrollaron ni tan sencilla ni tan bruscamente como Odoino lo cuenta. Por eso mismo encierra el estudio del encuentro de Aguioncha un interés que desborda con mucho el marco de una vulgar lucha entre dos señores fronterizos. Lo veremos claramente más adelante. Ahora nos

[79] Cf. supra nota 8 y el texto a que corresponde.

importa volver a la cronología de aquella contienda, que ya sabemos hubo de tener lugar después del año 968. Pero, ?cuándo?

Tengo para mí que no estaremos muy alejados de la verdad si la fijamos entre 970 y 974. En la primavera de 968 habían aparecido en las costas de la Galicia antigua los piratas vikingos [80]. Que éstos pusieron en peligro también la región hoy portuguesa del Norte del Duero, lo acredita un diploma de esta tierra fechado en 4 de diciembre de ese mismo año. En esta carta, Mummadomna determina los estatutos que han de fijar la situación jurídica del castillo levantado para la defensa del monasterio de Guimarães [81], y lo hace en estos términos: «Después de algún tiempo, se abatió en los suburbios de esta nuestra región la persecución gentilicia, y el temor a su amenaza nos movió a levantar al lado del monasterio el castillo de San Mamede, con la condición de que mientras viva mi hijo Gonzalo Menéndez sea propiedad suya, pero sin que él ni Onega su hermana tengan licencia para pasarle a otras manos que no sean las del monasterio» [82]. No parece aventurado sospechar que Gonzalo Menéndez combatió activamente contra los invasores normandos, y hasta podríamos pensar, incluso, si no sería este conde el mismo que, aunque nombrado con grafía distinta, exterminó y quemó casi todas las naves de las bandas extranjeras [83].

Porque el hecho es que el exterminio de los invasores, ocurrido en 970, al tercer año de su venida, según la expresión de Sampiro [84], fue obra de un conde gallego llamado quizás Gonzalo, de uno o dos obispos regionales [85] y de las gentes de esta tierra, brillando por su ausencia el auxilio y apoyo de las fuerzas del rey. Pues, como escribe acertadamente Pérez de Urbel, «lo primero que nos sorprende en este incidente de la invasión

---

[80] Véase mi libro sobre *San Pedro de Mezonzo*, pp. 99-100.

[81] La construcción de este castillo tuvo lugar entre los años 959 y 968. Cf. Mário Cardozo: *Seria Mumadona tia de Ramiro II*, p. 378, nota 3.

[82] *PMH, DC*, escr. 97, p. 61; y *VMH*, escr. 14, pp. 14-15. La traducción la he tomado de Pérez de Urbel: *Historia*, II, p. 867.

[83] Cf. sobre ello Pérez de Urbel: *Sampiro y su crónica*, pp. 431-432; y el mismo: *Los primeros siglos*, pp. 153-154.

[84] Ed. Pérez de Urbel: *Sampiro y su crónica*, pp. 340-341.

[85] El conde Guillermo o Gonzalo Sánchez (supra nota 83), en unión de San Rosendo, logran acabar con aquella plaga, pasando a cuchillo a todos los piratas, con su jefe Gunderedo. En Mondoñedo existe la tradición del santo obispo Gonzalo, que se distinguió también en la organización de la resistencia contra los invasores. Cf. las obras de Pérez de Urbel citadas en la nota 83, y véase también mi libro *San Pedro de Mezonzo*, p. 100.

normanda es la pasividad del Gobierno central frente a la gente del mar» [86].

Parece indudable que, a raíz de estos sucesos, las relaciones entre Gonzalo Menéndez y Rodrigo Velázquez debieron enfriar bastante, si es que no llegaron realmente a romperse. Rodrigo, fiel a Ramiro III, está cada vez mejor situado en la corte de este monarca y, consiguientemente, comparte su indiferencia por los graves problemas que tenían planteados a la sazón los gallegos trans y cisminianos con motivo de las invasiones normandas. Por eso he situado después del año 970 el comienzo de la enemistad declarada entre los condes citados. Y creo que ya se habían encontrado frente a frente en Aguioncha antes del 974, porque esos años que median entre el 970 y el 974 son los de máximo encumbramiento político de Rodrigo. No sólo alcanza en ellos, efectivamente, el primer puesto entre los condes y magnates que forman el séquito de Ramiro III y de su tía, la monja regente doña Elvira [87], sino que, como si él mismo fuera un verdadero principe, envia a sus embajadores para tratar directamente con el califa [88].

En definitiva, y mientras no aparezcan otros datos, creo podemos tener por muy probable que la batalla de Aguioncha se libró entre los años 970 y 974, sin que podamos precisar más. Sólo me permitiré agregar, a este respecto, una menuda observación a mi admirado amigo Fray Justo Pérez de Urbel. Supone el sabio benedictino que la lucha entre Rodrigo Velázquez y Gonzalo Menéndez, cuya culminación fue la referida batalla, ocurrió cuando Sancho el Craso se decidió «a hacer esa expedición militar por tierras gallegas y portuguesas de que nos habla Sampiro. Debió ser esto — concluye Fray Justo — en 966, probablemente en el verano» [89]. Pero el ilustre historiador castellano descuidó aquí la cronología de los sucesos, seguramente debido a una lectura apresurada del diploma de Odoino. Pues éste no deja el menor resquicio a las dudas en cuanto al hecho, segurísimo, de que el encuentro entre los condes Rodrigo y Gonzalo fue posterior a la muerte del Rey Craso, teniendo lugar cuando ya reinaba su hijo Ramiro III.

---

[86] *Los primeros siglos*, p. 154.

[87] Véase mi monografía, en prensa, sobre *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez y su familia.*

[88] Cf. mi artículo: *Un documento interesante*, p. 363.

[89] *Sampiro y su crónica*, pp. 426-427; lo mismo afirma Fray Justo en *Los primeros siglos*, pp. 147-148.

4. *Las verdaderas causas.*

Sin necesidad de volver a citar de nuevo las pruebas que ya han quedado aducidas a lo largo del presente estudio, podemos reconstruir así la historia de esa enemistad entre los condes Rodrigo y Gonzalo que estalló con violencia en la batalla de Aguioncha, que, como vamos viendo y veremos aún, fue una verdadera guerra civil.

Después de la muerte de Ramiro II, un cúmulo de circunstancias bastante claras, y a las que ya hemos aludido, colocan a Mummadomna y sus hijos entre los más devotos partidarios de Ordoño III, situándolos, por tanto, frente a Sancho I. Opuestamente, por razones confusas y no completamente desveladas aún, el gallego Rodrigo Velázquez se inclina decididamente por el Rey Craso, a cuya sombra logra encumbrarse políticamente [80]. A la muerte de Sancho, las diferencias entre la familia de Mummadomna, representada a la sazón por Gonzalo Menéndez, y la de Rodrigo Velázquez, cuyo jefe era este poderoso conde, se acentuán aún más, aunque manteniéndose en el plano ideológico. Desde este momento, y a pesar de ciertos conatos de armonía inspirados por el parentesco, como aquel acto familiar del 968 ya comentado, empezamos a adivinar en la región galaico-portuguesa dos rivales y dos tendencias, que no tardarían en disputarse la supremacía. Eran dos familias, emparentadas como ya sabemos, pero destinadas por la historia para representar dos inclinaciones políticas diversas. La rivalidad latente se declarará muy pronto, y muy pronto también veremos frente a frente a los citados representantes de ambas familias. Pero, por el momento, los dos siguen todavía en buenas relaciones y segui-

---

[80] Quiero insistir en este punto clave, porque José-Luis Martín, contradiciéndome, llega a defender la absurda tesis de que nada «autoriza a pensar en Rodrigo como hechura de Sancho el Craso, sino más bien de Ordoño III» (*Pelayo Rodríguez*, p. 472, nota 37). Pérez de Urbel viene afirmando desde hace muchos años, con pleno fundamento, que el único magnate galaico-portugués que se mantuvo fiel a Sancho el Gordo fue el conde Rodrigo Velázquez, incondicional del Rey Craso (*Historia*, II, pp. 562, nota 36, 586 y 636-637; *Sampiro y su crónica*, pp. 51-52 y 426-427; y *Los primeros siglos*, pp. 147-148). Yo he tratado de demostrar documentalmente en varios trabajos, reiteramente citados en este, la gran razón que asiste a Fray Justo al pensar como piensa. Pero por si no le llegan los documentos por mí aducidos ni tampoco la gran autoridad del sabio historiador benedictino, todavía puedo brindar a José-Luis Martín esta opinión del maestro Sánchez-Albornoz, que dice en dos palabras una indiscutible verdad: «Fernando Ansúrez y Rodrigo Velázquez, ambos tan favorecidos por don Sancho» [*Una ciudad hispano-cristiana hace un milenio. Estampas de la vida en León* (Buenos Aires, 1947), p. 147].

rán aún hasta después del año 968, en que, como dejamos dicho, Rodrigo acude a Portugal para honrar con su presencia un acto de Gonzalo Menéndez. El conde gallego todavía no ha roto descaradamente con Gonzalo y su familia, pero seguramente ésta ya no ve en Rodrigo Velázquez al amigo de antaño ni al pariente, sino al representante de un ideal político que necesariamente ha de chocar con el que intenta imponer el conde Gonzalo. Este no renunciaba a sus pretensiones, que no sabe todavía como llegarán a ser un hecho, pero juzgaba que, por el momento, la prudencia exigía esperar.

Ocurre entonces un doble hecho, demasiado coincidente para poder ser atribuido a mera casualidad. Ramiro III demuestra con su absoluta pasividad ante el desastre de las invasiones normandas, la ira que albergaba en su alma contra los que, según los rumores [91], habían envenenado a su padre, es decir, contra los magnates portugalenses, cuyo indiscutible caudillo era precisamente Gonzalo Menéndez [92]. Y, cosa curiosa, a partir de este momento Rodrigo Velázquez se ve encumbrado en la corte de Ramiro, con lo cual tenemos derecho a sospechar que Gonzalo no había querido someterse al nuevo rey de Léon, enfrentándose así, no sólo con el monarca, sino también con Rodrigo Velázquez, hechura del mismo y su hombre de confianza. La animosidad de Gonzalo contra Rodrigo debió de ser compartida en general por los portugueses, y contando con su apoyo el magnate de Guimarães se decide a afrontar la perspectiva de un rompimiento. El viejo antagonismo entre ambos condes tenía que llegar necesariamente a una ruptura, y esta ruptura se hace pública a partir de 970, estallando al fin poco después en la guerra civil que ambos sostienen en las altas tierras de la Aguioncha. En medio de la confusión que reina entre 970 y 974, tanto Gonzalo como Rodrigo prefieren desentenderse de toda autoridad y tomarse la justicia por su mano, como lo hicieron, en verdad, en aquella contienda armada que tuvo por escenario la Aguioncha. Recuérdese, además, que es precisamente en estos años cuando, aprovechando la pacífica debilidad del soberano leonés, llegan a Córdoba sin cesar los enviados de los magnates cristianos, que buscan un apoyo de sus particulares aspiraciones en el favor del califa, quien se la da de buen grado con

---

[91] De que se hizo eco el autor de la Crónica Najerense, quien concreta que aquella actitud áspera del joven príncipe se refería únicamente a los magnates portugalenses: «quibusdam eorum mortem patris sui regis Sanci tosicatum improperare et multos eorum dejecit» [Ed. Cirot: *La Chronique Léonaise*, «Bulletin Hispanique», XIII (1911), 74, p. 419. Cf. etiam Pérez de Urbel: *Sampiro y su crónica*, p. 432].

[92] Cf. Pérez de Urbel: *Los primeros siglos*, p. 154.

tal de introducir la división entre ellos [93]. Y no se olvida que también Rodrigo Velázquez, en la cima de su carrera política, entra por entonces en relaciones con el califa por medio de su madre, a cual se hizo en la corte cordobesa el más entusiasta recibimiento [94], siendo muy posible, incluso, que aquel conde Gonzalo de Galicia cuyos dos embajadores fueron recibidos por al-Hakam II en 971 [95], sea Gonzalo Menéndez [96].

Las que quedan expuestas, en apretada síntesis, serían las recónditas y verdaderas causas de la batalla de Aguioncha, que el texto de Odoino oculta en su cruel concisión. La interpretación que ofrecemos nos lleva, a mi juicio con acierto, a aquellos momentos de luchas, de bárbaras costumbres y de pasiones indomables abrigadas en el pecho durante largos años. Tantos, que, como ya hemos dicho, el encuentro de Aguioncha fue sólo un chispazo de la carga de rencillas que venía acumulándose desde muy atrás y que no estallaría en más graves consecuencias hasta bastante después. Pues estos sucesos debieron crear, y sin duda crearon, hondos rencores familiares que nos explican gran parte de las crisis, rebeldías y alborotos que conmovieron el trono de León durante el último tercio del siglo X, según vamos a resumir muy sucintamente a continuación.

---

[93] Sobre esto véase especialmente Codera: *Embajadas de Príncipes cristianos en Córdoba en los últimos años de Alhaquem II*, «Boletín de la Real Academia de la Historia», XIII (1888), pp. 453-464. [Artículo reproducido en: *Colección de Estudios Arabes*, IX (Madrid, 1917), pp. 171-205].

[94] Véase mi estudio: *Un documento interessante*, pp. 363-364.

[95] Tras el legado de Elvira y Ramiro III, que llevaba el nombre de Aloito, se presentaron los embajadores de Fernando Ansúrez y García Fernández, y «por fin entraron dos enviados del conde Gonzalo, Suleiman y Jalaf ben Caad. Todos pidieron la continuación de la paz y marcharon con regalos» (Así Ibn Hayyan según traduce Codera: *Embajadas*, p. 459).

[96] Pérez de Urbel opina que «este Gonzalo es, sin duda, el magnate lusitano que había envenenado a Sancho el Craso», es decir, Gonzalo Munionis (*Historia*, II, pp. 643-644, nota 21). Pero creo que mejor sería identificarlo con Gonzalo Menéndez, el conde más poderoso por esta época en la región portuguesa del Duero. De todas maneras, claro está, nada seguro podemos afirmar con sólo los datos que nos da el historiador musulmán citado.

III

SUS CONSECUENCIAS

1. *Preponderancia de Rodrigo Velázquez.*

Aludiendo a esta cuestión, Fray Justo Pérez de Urbel escribe, con su habitual y penetrante agudeza: «En Galicia habían sostenido una verdadera guerra civil el conde portugués Gonzalo Menéndez... y el inquieto Rodrigo Velázquez, que, aunque vencido en la contienda... siguió ejerciendo en Galicia una hegemonía que aseguró consiguiendo para su hijo Pelayo la mitra compostelana» [97]. Esto es rigurosamente exacto. Lo es, en primer lugar, calificar de verdadera guerra civil la batalla de Aguioncha, que ciertamente fue bastante más que una simple contienda entre dos magnates fronterizos y muchísimo más aún que una mera disputa familiar. La lucha de Rodrigo con Gonzalo obedecía, en el fondo, al afán por asegurarse la preponderancia en la región, y en la contienda intervinieron, al lado de uno o del otro conde, los habitantes de la Galicia antigua, lo que la caracteriza de auténtica guerra civil.

Pero es igualmente exacto lo que afirma luego Fray Justo, pues es un hecho que, aunque vencido, Rodrigo Velázquez no sólo siguió hasta su muerte ocupando el primer puesto de la política gallega, sino que fue en estos años postreros de su vida cuando alcanzó su máximo poderío y su mayor influencia. Le vemos constantemente al lado del monarca leonés, ocupando los primeros puestos y tremolando el estandarte impopular de la fidelidad a Ramiro III, sin duda por que ello convenía a sus ambiciosos intereses personales y sobre todo familiares [98]. Tal devota adhesión al soberano autorizaba a Rodrigo, dada la debilidad de aquel Gobierno, a que se considerase uno de los más poderosos magnates de su tiempo, en pie de igualdad con los condes de Castilla y Monzón, juzgándose casi un príncipe independiente que lo mismo que el propio monarca, enviaba sus embajadores a Córdoba, los cuales eran allí recibidos con los mismos honores que los representantes del rey Ramiro [99].

Seguramente no contaba Rodrigo con muchas simpatías en Galicia,

---

[97] *Historia*, II, p. 639, texto y nota 14.

[98] Me permito enviar al lector de nuevo a mi estudio sobre *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez y su familia*, en donde examino al detalle las actividades del conde Rodrigo Velázquez, padre de dicho prelado.

[99] Cf. las notas 93 y 94 y el texto a que ambas corresponden.

y desde luego debían serle francamente hostiles las gentes del Sur del Miño. Pero gozaba del favor real, que era lo que a último de cuentas importaba a sus propósitos, estaba en excelentes relaciones con el califa, que podía brindarle siempre su ayuda, y todo esto colocó sin duda a Rodrigo en la situación de verdadero amo de Galicia, frente a cuya poderosa tiranía nada tenían que hacer los descontentos cis y transminianos. Tanto menos, cuanto que Rodrigo debió conseguir ganarse también la colaboración de Celanova, en cuya abadía estaba su hijo Pelayo, y cuya gran influencia y prestigio debió servir de mucho al habilidoso conde gallego. Pues me da la impresión de que San Rosendo fue un incondicional amigo de Rodrigo Velázquez, al que dispensó su protección más de una vez [100].

El hecho es que, aprovechándose de tan favorables circunstancias, Rodrigo logra colocar a su hijo Pelayo en la sede de Compostela, consiguiendo que Ramiro III le nombre obispo precisamente entre los años 970 y 977, según creo haber demostrado en otro lugar [101]. Seguramente fue esta una de las recompensas que el conde Rodrigo recibió de Ramiro en reconocimiento a su incondicional fidelidad, que no dejaba de ser notable en medio de la deserción general. Pues es de señalar que por entonces los condes galaico-portugueses se desentienden totalmente de la corte, en actitud de franca hostilidad contra el soberano leonés, que sólo cuenta en el extremo occidental de la Península con la simpatía y el apoyo de Rodrigo.

Así quedan explicadas perfectamente dos cosas: que a la muerte de Rodrigo Velázquez su hijo Pelayo siguiera siendo un fiel partidario de Ramiro III, frente a Vermudo II, y que, desaparecido Ramiro, el citado obispo Pelayo fuese obligado luego por Vermudo a renunciar a la sede por haber militado en el campo contrario, según veremos en seguida.

2. *Triunfo de Gonzalo Menéndez.*

A pesar de su éxito en la batalla de Aguioncha, las circunstancias políticas apuntadas, tan favorables al vencido Rodrigo, obligaron a Gonzalo a recluirse en sus dominios portugueses, pues nada podía hacer en

---

[100] Entre otras razones, que en la ocasión presente no importan mucho, bastaría, para creerlo así, recordar que si el conde Rodrigo «llegó a verse libre de la saña de los que le perseguían — después de haber sido derrotado en Aguioncha —, fue debido a que hallándose no muy distante de San Rosendo en el lugar de Sabucedo — a una legua de la Aguioncha —, pudo acogerse a su amparo como a puerto seguro de salvación» (López Ferreiro: *Historia*, II, p. 360, nota 1).

[101] *El obispo compostelano Pelayo Rodríguez*, cit. en la nota 89.

Galicia. No renunciaba a sus pretensiones, pero, por el momento, había de limitarse a mantenerse a la expectativa, trabajando en la sombra. Las cosas cambian cuando en 977-978 muere Rodrigo Velázquez, su poderoso e influyente rival, que dominaba las tierras gallegas. Sin hacer pública su rebelión, Gonzalo empieza a actuar con mayor libertad e independencia. Su propósito es bien claro. Refugiado al Sur del Miño, en las inmediaciones de Guimarães, y formando acaso ya parte de la familia del gran conde portugalense, se hallaba el joven Vermudo, que a la sazón tendría veinticinco años de edad. Tal vez ya estaba casado entonces con Velasquita [102], sobrina de Gonzalo Menéndez, pero, en todo caso, éste ya tiene elegido a Vermudo como el candidato que piensa oponer, en cuanto la ocasión llegue, a Ramiro III, el monarca despreciado por esta familia portuguesa.

A tal fin, Gonzalo comienza por ganar para su causa las voluntades de los monjes y prelados de allende el Miño. Pues se me antoja creer que en los monasterios encontró Gonzalo los más adictos acaso de sus partidarios. Y me parece, asimismo, que tal vez fueron los obispos de su región los primeros que fomentaron los deseos revolucionarios del conde portugalense. Hay, por lo pronto, un hecho significativo, y es que los prelados de Portugal no aparecen nunca en el cortejo de Ramiro III, donde encontramos constantemente a los de León, Galicia, Asturias y la ribera del Duero. Pero los vemos acompañando, en cambio, al conde Gonzalo, lo que, a mi ver, no deja de ser harto expresivo. De forma que si en los comienzos de su campaña política para imponer la candidatura de Vermudo, el referido conde encontró algún recelo por parte del alto clero regional, rápidamente todo eso ha desaparecido, reemplazado por una fervorosa adhesión [103].

Así llega el año 981, una fecha crucial y decisiva en la historia peninsular que he estudiado al por menor en un artículo muy reciente [104]. En lo que ahora importa, es en tal año cuando, quebrantada totalmente la autoridad de Ramiro III, demasiado teórica ya anteriormente al Sur del Miño, las grandes familias galaico-portuguesas se deciden a sacudir el yugo de

---

[102] Sabemos que este enlace tuvo lugar antes del 11 de octubre de 981, en que un diploma de Samos nos presenta ya a Velasquita al lado de su marido. (Cf. mi artículo *?La reina Velasquita?*, pp. 219 y 223).

[103] He estudiado recientemente el episcopologio de las sedes portuguesas en esta época, en el trabajo citado en la nota siguiente.

[104] *Las diócesis galaico-portuguesas y la política de Almanzor*, comunicación presentada al Congresso de Estudos celebrado en Braga del 19 al 23 de octubre de 1966, con ocasión del XIII Centenário da morte de S. Frutuoso.

aquel príncipe perseguido al parecer por la desgracia. A fines del verano o principios del otoño del repetido año, Ramiro III se encontraba completamente desprestigiado por las sucesivas derrotadas de Zamora, Rueda y Simancas. Los magnates portugueses, acaudillados por Gonzalo Menéndez, el artífice de aquella conspiración que se venía fraguando desde muy atrás, ardiendo en deseos de venganza contra Ramiro, aprovechan este momento para alzarse contra el déspota monarca que los maltrataba con hechos y con palabras. Y Vermudo, empujado por estos partidarios suyos, sin esperar a más, se declara en abierta rebeldía contra su primo y toma el título de rey entre el 11 de octubre y el 22 de diciembre de ese mismo añno 981.

En esta última fecha, 22 de diciembre de 981, Gonzalo Menéndez hace una donación al monasterio de Lorvão, y a su lado ya encontramos al rival de Ramiro III, que se titula resueltamente: «Vermudo rey, hijo de don Ordoño», acompañándole los obispos Viliulfo de Coimbra, Ikila de Viseo y Jacobo de Lamego, es decir, todos los prelados portugueses [105]. No hay duda, por tanto, de que a la sazón la conjura urdida por Gonzalo para destronar a Ramiro III ya había alcanzado sus primeros éxitos, logrando atraer a sus filas a toda la nobleza del Portugal norteño y al alto clero de la región.

Los años que median entre el otoño de 981, en que Vermudo y sus partidarios portugueses lanzan el grito de la rebelión, y el verano de 985, en que, tras la muerte de Ramiro III, su primo Vermudo II consigue la corona leonesa, constituyen un período oscuro y mal conocido, en que a la amenaza exterior de Almanzor se juntan en el interior las intrigas, las ambiciones y las luchas palaciegas. Una cosa está clara, sin embargo, y es que el alto clero galaico-portugués había abrazado, casi en su totalidad, la causa de Vermudo, abandonando por completo la de Ramiro III. El 30 de marzo de 982 encontramos a éste, acompañado de su madre y su mujer, confirmando una escritura en favor del célebre monasterio gallego de Samos. Pero, hecho significativo, sólo aparece al lado de la familia real un prelado de Galicia, el de Compostela, Pelayo Rodríguez, que era el único obispo galaico-portugués que seguía fiel a Ramiro III [106].

Después, entre 982 y 985, la diplomacia de Vermudo fue consiguiendo para su causa la ayuda sucesiva de la nobleza de Tierra de Campos y al

---

[105] *PHH, DC*, escr. 132, pp. 81-82.

[106] Bibl. Nac., Sec. Mss., códice 18.387, fol. 272 r, según las escrs. 115 y 199 (dos copias) del perdido *Tumbo* de Samos.

fin la de Castilla. A mediados de 985 muere Ramiro III [107], y por esos mismos días ya vemos al lado del vencedor Vermudo II a Gonzalo Menéndez. que orgulloso de ver aceptada por todos su candidatura, consciente de su importancia y del poderío alcanzado firma escuetamente: «Gundisaluus, dux» [108]. Es el triunfo del partido de la rebelión; es decir, es el triunfo de Gonzalo Menéndez, gracias a cuya iniciativa pudo llegar al trono Vermudo II.

Por el mes de septiembre del mismo año 985, el poder de Vermudo II estaba enteramente consolidado, y el día 29 de dicho mes ya dice que se hallaba «galardonado con la sede real» [109]. Gonzalo Menéndez, según dejamos dicho, sale de su aislamiento y ocupa un puesto importante en la corte. Ha llegado la hora de que los enemigos del nuevo rey y del viejo conde sufran las consecuencias de haber militado en el bando contrario. Y estas consecuencias hubieron de sentirlas inmediatamente dos prelados gallegos, que habían sido nombrados obispos por Ramiro III y que se significaron por su incondicional adhesión a este monarca. Uno de ellos fue Arias Peláez, obispo de Mondoñedo, cuya situación debió resultarle insostenible ya en la primavera del expresado año, a tal punto que, si no fue realmente depuesto — como parece lo más probable —, hubo de retirarse, a la fuerza, al monasterio gallego de San Martín de Lalín. Largos años vivirá todavía refugiado en el claustro. Con el advenimiento de Alfonso V se incorporará de nuevo a la vida de la corte, pero ni una sola vez le vemos al lado de Vermudo II, lo que constituye un indicio bien expresivo de que sus relaciones con el Rey Gotoso debieron ser extremadamente tirantes. La inclinación del obispo Arias Peláez por Ramiro III frente a los partidarios de Vermudo II, se explica fácilmente «por un sentimiento de lealtad al primero, en cuya corte había vivido siendo diácono y cuya protección de había exaltado a la sede episcopal de Mondoñedo» [110].

Mucho peor debió ser todavía la postura en que, por el mismo tiempo,

---

[107] Seguramente el 26 de junio. Cf. Sánchez Candeira: *La reina Velasquita de León y su descendencia*, «Hispania», X (1950), p. 473.

[108] Donación hecha el 6 de junio de 985 por el conde Tello Aloitez — de que hemos hablado en el texto a que corresponde la nota 8 — y su mujer Mumadomna al monasterio compostelano de San Payo de Antealtares. (Pub. por M. Rubén García: *San Pedro de Mezonzo*, apénd. I, núm. 5, pp. 300-302).

[109] *Tumbo* de Celanova, fol. 174 r, 1.ª y 2.ª cols, bajo el título: «De Ablozinos». Pub. por Barrau-Dihigo: *Chartes*, escr. XXX, pp. 423-426.

[110] Pérez de Urbel: *Los padres de Vermudo II el Gotoso*, «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», LV (1949), pp. 303-304, texto y nota 36.

se encontraba Pelayo Rodríguez, el prelado de Compostela, que lo debía todo a Ramiro III. Su padre, Rodrigo Velázquez, se había distinguido por su lealtad a este monarca, como anteriormente a Sancho, el padre de Ramiro. El obispo Pelayo, fiel asimismo a este príncipe, debió figurar entre los que en Galicia le defendieron hasta su muerta. Por eso no es de extrañar que en cuanto venció el partido de la rebelión y Vermudo II subió al trono, fuese depuesto por éste a causa de haber militado en el campo contrario. Por lo demás, al lado del nuevo soberano leonés se hallaba ahora, en la cima del poderío político, Gonzalo Menéndez, el enemigo declarado del padre del prelado compostelano, y a buen seguro que el conde portugalense no vería de buen grado al hijo de su rival y haría lo indecible por retirarlo de Santiago. El hecho es que Pelayo Rodríguez se ve forzado a dejar la sede y a buscar refugio en los claustros de Celanova en los primeros días del otoño de 985. Ya no volveremos a verlo en la corte de Vermudo II hasta los días postreros de 988; pero esta reaparición de Pelayo al lado del monarca que le depuso, que de primera intención puede extrañar un poco, tiene, no obstante, una explicación sumamente sencilla, que no nos resistimos a la tentación de exponer, aún a trucque de alargar ligeramente este trabajo, ya de por sí excesivamente extenso.

3. *Nuevas revueltas y reconciliación final.*

Felizmente acabada aquella lucha dinástica en el otoño de 985, empieza ahora en Léon el predominio de las familias galaico-portuguesas. El 1 de enero del año siguiente podía decir Vermudo «que una paz completa le unía con el pueblo y las gentes de todo su reino» [111]. Confiado en esta falsa seguridad, decide arrojar violentamente a las tropas musulmanas que le habían ayudado a consolidarse en el trono y que se habían quedado en el país para garantizar el orden. Esto era una declaración de guerra, y la reacción de Almanzor fue instantánea. Con su habilidad característica, empieza ofreciendo su apoyo a los condes que antes había combatido. Entre estos conde estaba Gonzalo Menéndez, que, juntamente con otros magnates gallegos, levanta el grito de la rebelión contra Vermudo a fines del año 986. Sobre esta conducta de Gonzalo, aparentemente inexplicable, estoy con Pérez de Urbel al «sospechar que su rompimiento con Vermudo debió de originarse al romper éste con los musulmanes». Era jefe de la

[111] *Tumbo* de Celanova, fols. 6 v-7 r. Pub. por Barrau-Dihigo: *Chartes*, escr. XXXI, pp. 426-431.

marca portuguesa, y sus posesiones estaban situadas muy al Sur del Miño y aún del Duero, por lo que nadie podía perder más que él en una lucha con Almanzor; de ahí que, casi necesariamente, hubiese de resignarse a servir al gran caudillo musulmán con tal de conservar sus dominios [112]. Pertenecía el poderoso magnate portugalense a aquellos condes fronterizos que, alarmados por la amenaza musulmana, trataron de buscar la manera de conservar sus ricas propiedades, aunque los cordobeses llegasen a dominar en la región que habitaban. Gonzalo Menéndez, que había sido el primero y más entusiasta partidario de Vermudo, se aparta ahora de su servicio, obligado por la necesidad.

Pero Vermudo II actuó también rapidísimamente. Pasa a Galicia, deshace a los rebeldes en diversos encuentros y aniquila la sublevacion, de tal manera que, habiendo estallado ésta a fines de 986, en la primavera del año siguiente estaba ya sofocada. Poco después Almanzor salía de Córdoba al frente de su ejército, dirigiéndose hacia el occidente de la Península. En junio se apoderaba de Coimbra, causando en ella tales estragos, que durante siete años permanecería desierta. En el año siguiente, las fuerzas musulmanas invadían el reino de León, matando, destruyendo, incendiando poblaciones, castillos y monasterios [113].

Afortunadamente para Vermudo, también en Córdoba había intrigas y conspiraciones, que obligaron a Almanzor a suspender sus campañas. El rey, por su parte, aprovechando este respiro, hostilizaba a los rebeldes desde Galicia, en donde había tenido que refugiarse, y conseguía apoderarse de uno de ellos, el conde de Luna, que encerró en un calabozo [114]. Otro rebelde, Suario Gundemáriz, también se sometió muy pronto, y, lo mismo que el de Luna, fue perdonado por Vermudo. El Rey Gotoso quiere seguir una política indulgente y conciliadora, y esto le mueve a perdonar a sus enemigos y a admitirlos en su gracia con una facilidad acaso excesiva [115]. Por eso vemos que aquel Suario Gundemáriz, uno de los jefes de la rebelión que había sembrado tantos trastornos en las tierras gallegas, ya aparece de nuevo en el séquito real a fines del mismo año 988. Y por eso vemos también en esta misma fecha al depuesto obispo compostelano Pelayo Rodríguez, que después de haber permanecido más de tres años

---

[112] *Los primeros siglos*, p. 159.

[113] Sobre esto puede verse mi libro *San Pedro de Mezonzo*, pp. 121-124.

[114] Documento del 5 de septiembre de 992, que analizo en mi trabajo sobre *San Pedro de Mezonzo*, pp. 125 y 143-144.

[115] De nuevo envio a mi obra cit. en la nota anterior, pp. 131-132.

retirado en su soledad de Celanova, se incorpora ahora de nuevo a la vida de la corte [116].

Más difícil y comprometida era la situación de Gonzalo Menéndez, pues la región en que estaba afincado había sido seriamente amenazada en las aceifas de 987 y 990 [117]. Pero, aún así, en cuanto las cosas mejoraron, Gonzalo se apresura a volver al lado de Vermudo, quien le acoge con la misma extraordinaria benignidad e indulgencia que a los otros rebeldes. A tal punto, que ya aparece nuevamente al lado del monarca a fines del año 991 [118], y algo más tarde, a mediados del 993, logrará alcanzar su mayor puesto de confianza, el de armíger o alférez del rey [119], cargo que ostentará hasta después del mes de agosto de 995 [120].

Por este sistema, Vermudo llegó a restaurar la autoridad en todo el reino. Los principales rebeldes vivían ahora a su lado, sirviéndole con lealtad. Y Gonzalo Menéndez, que si en tiempo ya pasado había levantado la tierra portugalense contra Vermudo fue forzado por las circunstancias, ahora podía borrar su obligada defección, acercarse arrepentido a su rey y esperar de éste, confiado, su perdón. Se lo concedió, en efecto, volviendo a figurar en la corte hasta la muerte de este monarca. El encumbramiento de su familia con el advenimiento de Alfonso V, el hijo de Vermudo, es buena prueba de que Gonzalo sirvió luego con lealtad a la corona hasta su muerte en el año 1001. Aún pudo ver, antes de morir, levantarse como primera figura de la política leonesa a su hijo Menendo González, a quien la documentación de la época llama, con sobrada razón, *comes magnus*, el grande conde [121].

---

[116] Documento del 24 de diciembre de 988, que analizo en mi repetida obra, p. 126.

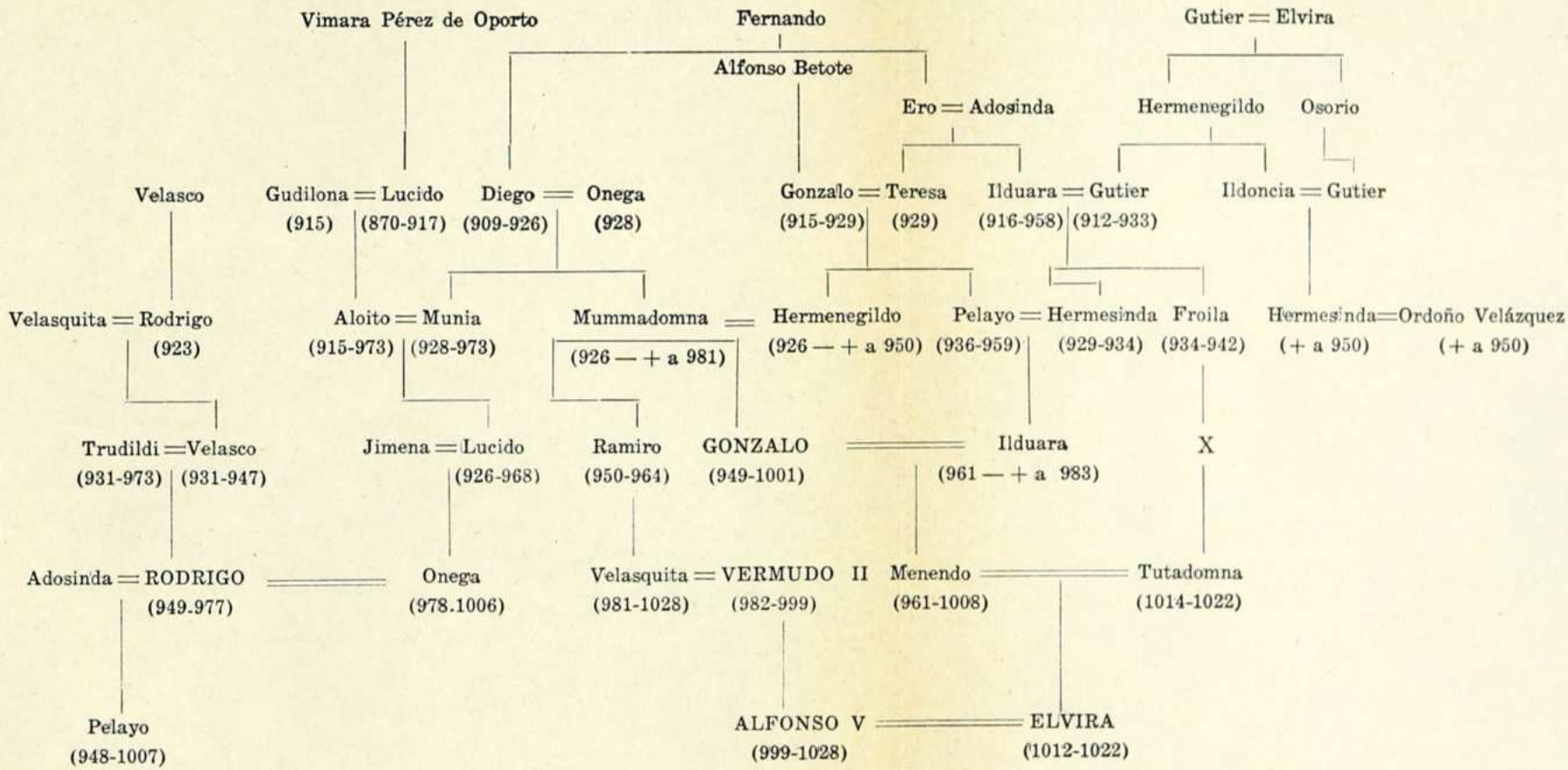
[117] Cf. Pérez de Urbel: *Historia*, II, p. 700.

[118] Documento del 26 de noviembre de 991, cuyo original se conserva en el Arch. Catedral León, núm. 986. Pub. por Risco: *Esp. Sagr.*, XXXIV, ap. XXII, pp. 472-473, con fecha 24 de abril de 984, por haberse servido de una copia mal datada. (Véase mi libro: *San Pedro de Mezonzo*, p. 138, y nota 30 en la p. 141).

[119] Figura ostentándolo ya en 13 de agosto de 993 (BN., cód. 18.387, fol. 274 v, según la escr. 40 del *Tumbo* de Samos).

[120] Lo detentaba todavía en agosto de tal año, según un diploma de Samos conservado en su original: AHN, Samos, Carpeta 1.239, núm. 8 (hay copia en BN, Mss., cód. 18.387, fol. 275 r y v.).

[121] Cf. Pérez de Urbel: *Historia*, II, pp. 792-794.



ENTRONQUES FAMILIARES DE LOS CONDES
GONZALO MENÉNDEZ Y RODRIGO VELÁZQUEZ.

VOCABULÁRIO MINHOTO

(Subsídios para o Léxico Português)

Por MANUEL DE BOAVENTURA

(Continuação da página 411 do vol. XIII)

Eichão — Eixão Uchão?

Eido — Corte para gado; pequeno eirado (Ponte do Lima) Pardieiro; cortinha, porta, etc.

Eiradana — Nome de um lugar de Palmeira. Em frases antigas aparece: Eira de Ánega; Eira da Nega; Eira D'anega. Na escritura de aforamento, passada a favor de Pero Nino, em 1670, diz-se que as terras eram na aldeia de Eiradaga. No *Elucidário* de Viterbo, pág. 91 sob o Voc. Areática, diz: Heradiga, Heiradega, Eiradega, Eiradiga e Eiradêgo. Foro ou pensão de frutos que os colonos pagavam ao Senhorio da terra. A evolução deve ter sido esta. Eiradega, Eiradaga, Eiradana.

Eiradanega-Eyradanega — Urbana Maria Álvares do lugar de Eyradanega — 1788 (livros de óbitos) P.e António João de Carvalho do lugar de Tobitos.

Eirinhães — Top. de Guimarães: «Casal — que possui Bastiam Pires». V. B. C. de G.ães XIII, 37.

Eiróga — Variedade de raia. Ver *Anjo*.

Eixe! Eixe-ó! — Para animar os bois a beber.

Eleios — Enleio — certa planta trepadeira.

Eleitos — Os mordomos que acompanham o pároco na visita pascal.

Élha-por-élha — O mesmo que alha-por-alha.

Élo — Meia mòlhada ou mão de linho, contendo seis estrigas.

Emalar — Comer: «Marrucho tinha emalado a posta de bacalhau...» meter na mala do estômago: «Natal do ti Marrucho».

Embaraçada — Grávida.

Embargoso — Em q. há embargos: «E lá seguiram por entre matos embargosos».

Embarguilho — Aquilo que embaraça ou obstrue: «tira daqui este embarguilho»... desbravar matagal e tosar embarguilhas...» (*O Santo e a Dumo*, 14).

Embarrada — Andar embarrada — grávida.

Embarrar — Roçar, tocar, embater.

Embarrilação — Acto ou efeito de embarrilar.

Embatinar — Vestir com batina.

Embelga — Belga, leira: «Duas embelgas de lavradio com testeira de mato no sítio de Ranhadas...» (anúncio Judicial — Cab. de Basto). Em Fão dizem renga.

Embexionado — Anda embexionado pela mulher e que só faz o que ela manda.

Embicar — Intrometer-se: «Que anda você cá a embicar comigo? Os dic. reg. o voc. com outro sig. muito diverso: tornar bicudo, esbarrar; encalhar (o navio), etc.

Embidinha — Placenta: «Também há um grande cuidado em não perder a embidinha, pois, se algum rato a come a criança ficará tola». É crença popular registada por C. Landolt, no *Folclore Varzino*.

Embiocado — «Lenço embiocado»—atado «para baixo» isto é — as pontas dão volta por baixo do mento e atam na nuca. O lenço atado «para cima» como em geral o trazem todas as raparigas novas, cruza as pontas sobre o occiput e dão laço ao alto da cabeça, às vezes quase sobre a testa.

Embodar — Calar-se, não dizer nada, emudecer.

Embófia — Basófia.

Emboitar — Manchar, sujar, embotar.

Emboldreado — Sujo.

Emboldrear — Sujar: «como ele emboldreou a roupa!»

Embonado — V. Embroana.

Embroana — Madeira embroana — a que não tem a espessura exigida pela bitola — i é que não é bem abitolada: «Descarregou os tóros e recomendou que lhe fizessem tudo em forro embroano, por ser para forrar uma varanda». (ouv. a um serrador de Gemeses).

Embude — Coucilo, choupilho. Talvez por se assemelhar a um funil.

Embude, imbude — Planta de folhagem semelhante à da salva. Será a cicuta? Cadeado, aloquete, qualquer coisa que fecha; no norte é funil; coucilo, choupilho — talvez por se assemelhar a um funil.

Embudo — Em terras de Bouro há o costume, quando se pretende infamar alguém, de percorrer os caminhos das aldeias a dizer em voz de falsete, ou através de um funil, o que se pretende tornar conhecido: — «Lá andam os do embudo!»

Emencilhar — Evencilhar.

Emendagem — «Aduelas e meões novos, avinhados quìmicamente para emendagens de pipas de lote e embarque». (Anúncio publ. na *Liberdade*, de 16-6-915).

Em-meio — Intermédio de tempo: «neste em-meio sucedeu...»

Emonado — Emmonado, amuado.

Emonar — Amuar.

Emonicar — Enrugar.

Emouçar — Emouçar cebolas.

Empápia — Basófia.

Empalear — Enganar, burlar.

Empaliador — O que empalia, entretém ou distrai.

Empaliar — Recorrer a paliativos; impor tempo.

Empanada — Portada da janela: «fecha a empanada, para não entrar o sol».

Empanar — Fazer panadas de palha na eira, para seguir para a barrela, na forquilha ou espalhadoura.

Empanginado — Empansinado.

Empanhoado — Arroz empanhoado—aos panhões em aglomerados.

Empanicar — O mesmo que empanar.

Empapuçado — Olhos empapuçados.

Empecadar — Entregar ao pecado: «Aquela gente anda empecadada».

Empecer ou impecer — Assombrar, estontear por qualquer obstáculo de ordem sobrenatural: as feiticeiras empeceram-no».

Empeços — «Devido à doença e a empeços de vária ordem...».

Empegar — Juntar águas no pego ou poça de rega.

Empeirar, impeirar — Empeirar uma teia é urdi-la e enfiar depois os fios nos liços e no pente — pô-la em condições de se poder tecer. Em Vila-Chã, Palmeira, Gemeres, etc.). Empeirar uma obra — principiá-la.

Emperrecer — Por emperrar: tornar-se perro, enraivecer-se.

Empesar — Comprimir, apertar: «empesar o bagaço».

Empipado — Embocado, envergonhado.

Empoleirado — Colocar em sítios elevados.

Emprègado — Doente impossibilitado de sair da cama.

Emprir — Enriquecer aos poucos progressivamente.

Empuligem — o encaixe das janelas de guilhotina.

Empuliges ou **Empeliges** — A calha da vidraça de cutelo: «...pretendia correr a vidraça nas empuliges».

Empuxão — Empurrão.

Empuxar — Puxar com vigor: «dá um empuxão na cancela!».

Em soila — «Fostes à festa, mas olha que não viestes em soila!» Quer dizer: não deixaste de comer e beber. *Em soila* também significa: em vão, à toa. Montar em soila — cavalgar um animal sem arreios, selim ou albarda — i. é: em pêlo.

Encabadela — Embaçadela.

Encabado — Encavacado, enfiado, envergonhado.

Encabar — Embaraçar, lograr, burlar.

Encabeçar — Meter em cabeça, aconselhar, induzir a fazer algo. Ganhar cabeça: «as cebolas estão bem encabeçadas».

Encabritado — Amuado.

Encacaramelar — Nevar.

Encacaranhado — Cacaranhado, com sinais de bexigas na cara.

Encachado — Em forma de cacho: «Cabelo encachado» — encaracolado.

Encachiçado — Em cachiço, aos caracóis. Cabelo encachiçado: o que cai em caracóis sobre a fronte.

Encado — Arejão, minhoteira, tancha, estacão: «cortou um traçado de encados,

para amparar as videiras do eirado» (Vieira do Minho — Ouv. ao prof. Braz da Mota).

Encadouçar — Fazer cadouços de molhos. Cadouço.

Encala — A distância que medeia na «Tralha», entre duas prisões de malha da «Albitana» (Seix.).

Encalhadeira — Dobadoura para as meadas de seda. V. *Sopilho* (cepilho).

Encamaradar, acamaradar — Aparelhar.

Encampar — Acampar?

Encampinar — Refrescar: «regar a hortaliça para não encampinar» — i. é. para a tornar viçosa.

Encanado — Milho encanado — aquele que só ganhou cana e não deu espiga o que sucede, sobretudo, quando está basto.

Encanar — Melhorar, ganhar saúde: «O homem encanou bem».

Encanhadeira — Dobadoura para as meadas de seda. V. Sopilho (Cepilho).

Encanho — Não ir a vida para diante feitiçaria do empata: «É mesmo um encanho — o que não ata nem desata». Ver *canho.*

Encaramelar — Nevar.

Encarangado — Ficou encarangado — paralítico.

Encaranhado — Mal encarado; feio; picado das bexigas. V. Cacaranhado.

Encaravelhado — Com pernas tortas como caravelhas.

Encardido — Sujo, denegrido.

Encarranchado — Escarranchado.

Ençaranhado — Ensorrascado.

Encarrapichar — Ganhar carrapichos, encaracolar. Diz-se que o fiado encarrapicha quando ganha cócha. V. Cócha.

Encarrapito — «... nos salgueiros, as vides trepavam de enforcado nas difusões e encarrapitos dos lampadários, que abriam em floridos cordões de cachos e gaipelos».

Encartada — Roupa encartada — Dobrada depois de lavrada e seca.

Encastelando achas — Colocar em forma de Castelo.

Encatrinado — Bem ou mal encatrinado: de boa ou má catadura, bem ou mal disposto.

Encatrinar — Zangar; indispor: «não me faças encatrinar».

Encausinar — Afligir, fazer zangar.

Enceguecer — Ficar um tanto cego, deslumbrado. Ver *enceguentar.*

Enceguecido — Quase cego «tal qual a viram os olhos enceguecidos de João Paulo».

Enceguescer — Ver *Enceguecer.*

Encha — Ter encha — raiva, má vontade, ira.

Enchamejar — Inflamar, ganhar chamas.

Encharrocado — Adoentado? De Xarrôco?

Enchate-Inchate — No galego dá o voc. Ensarte, q. sig. série de coisas entradas; coisas a seguir umas às outras. Enchate, ou Enxade é top. de Vilacova — Barcelos. Nas Inq. de 1258, aparece Exati; «una erdade in Exati (pág. 310).

Enchor — Edema dos membros, inchação.

Enchousado — Fechado, cercado em chouso.

Enchousar — Cercar, tapar.

Enchousido — Vedado, tapado com muros; encolhido; com aspecto doentio, enfezado.

Encinhar — Gradar a terra ou alizá-la com o encinho.

Encolar — Trazer ao colo: «trazer o filho encolado».

Enconchar-se — Esconder-se; calar-se, não dizer nada.

Encoradouro — Local onde se retém água; açude, represa. *Coradouro* — Local onde cora a roupa ao sol.

Encorar — Represar a água numa poça ou açude para regar ou outros fins.

Encorrelhado — Ou Incorrelhado, alc. de Palmeira.

Encorricado — Amolgado; com rugas: «cara encorricada».

Encorricar — Fazer rugas. Encorrica: ruga.

Encortiçado — Com o aspecto da cortiça: «pés ou mãos encortiçados».

Encortiçar — Tomar o aspecto da cortiça.

Encotrelhar — Sumir, encolher V. incotrelhar.

Encoucar — Fazer «coucas», medas.

Encouchado — Embiocado, agasalhado, encolhido.

Encrencar — Dificultar, estorvar.

Encrenco — Sem rasgo, negligente, vagaroso no trabalho: «olha o encrenco que no faz nada com jeito!...»

Encrespadeira — Pequeno ferro com que executam molduras sobre barro.

Encrespar — Primeira fase da bebedeira.

Encunchar-se — Agasalhar-se, esconder-se.

Encaicado, encocado — Embiocado, com a cara escondida.

Endrominar — Enganar.

Endrença — Cangalha para carro de bois (Monção).

Endrómina — Tramoia: — «pensei com os meus botões — aqui anda grande endrómina».

Endurrinha — Ver *Andurrinha.*

Enceixa — Planta semelhante ao saramago; mostarda brava.

Enfainar — Vestir-se; vestir bem: «F. enfainou-se para ir namorar as moças».

Enfarinhado — «Estar enfarinhado»: estar conhecedor do assunto.

Enfartilhar, enfartulhar, enfartolhar — V. Acatruchar.

Enfedelhar — Pôr fedelhos, escangalhar.

Enfesta — O Dic. diz: cumeada, picoto. É também a lomba ou encosta do monte onde o sol enfusta; subir o monte pela enfesta, ao socairo.

Enfestar — Enfustar ou refustar o sol.

Enfiar — Rego de enfiar a água de rega para as regedoiras, talhadoiros ou pejeiros.

Enfitar — Fitar... «Pilar enfitou-o com olhos estranhos».

Enfonado-broncudo — «Anda todo enfonado — todo broncudo, amuado.

Enfriar — Fazer-se frio? indiferente?: — Assim em breve se enfriara.

Enfrexar — Diz-se dos bois, quando testuz contra testuz, entalam os chifres dum contra os do outro. O mesmo que à-frexa.

Enfronhado — V. enfarinhado.

Enfuar — Prender a corda com laçada no enfuadoiro. V. *Refuar* e desenfuar.

Enfuadoiro — Torno colocado na parte inferior da cheda, para prender a corda que aperta a carga. Os enfuadoiros são quatro.

Enfueirar — Enfueirar um carro: muni-lo com fueiros.

Enfundice — Pôr as rodilhas numa espécie de barrela.

Enfusar — Enfusar linho nos trouços: torcer linhas para costura.

Enfustar — Incidir: o sol enfusta contra a parede.

Engabelar ou **engavelar** — V. *Engaloar.*

Engabitar — Encher, meter em gábeto ou gábito. Em Monção dizem *enfustar* (águia n.º 58, 60 — A. Pinho).

Engaitado — Bem posto, asseado.

Engaldupado — Sujo, imundo. «Parecia um assassino já engaldupado de sangue...» (Fabião Roca — folhetim do Ideal de Ovar).

Engaleados — À luta uns com os outros (Monção).

Engaloar — Engaiolar. mal segurar, colocar de leve, suspender, ficar suspenso, afofar: «as uvas engaloam-se no esmagador».

Engamiar — Ficar tolhido dos membros.

Enganar — Mandriar.

Engarampar — Pregar garampos.

Engardupar — Engordurar, sujar: «não engardupes a roupa!»

Engargalhar — Engargalar.

Engarelho — Enfiada de minhocas para a pesca a anzol (Monção). **Engrela** — O mesmo q. endrença, cangalha.

Engarilho — Enfezado, adoentado, magrizela. Usado por Camões — «Coisas Espantosas»; vulgar no Minho.

Engaropar — Engarampar. Intrujar, enganar.

Engasgalhar — Tapar com gasgalhos.

Engasgalho — Aquilo que engasga. «o boeiro da poça estava entapuido com engasgalhos de rama e casea».

Engasgar — Tapar com gasgalhos.

Engasguilhar — Engasgalhar.

Engasguilho — Este voc. é sinónimo de engasgalho mas tem também o mesmo sig. que embarguilho: «os filhos são uns engasguilhos não deixam a gente fazer nada».

Engastalhar — Apertar com gastalho. Encaixar uma peça de madeira noutra, pelo processo dos malhetes.

Engazopar, engazupar — Embaços, enganar, burlar.

Engecido — Entumecido, inchado? Doente, achacado, de fraca compleição (ouv. em Palmeira).

Engeitar — Sofrer os primeiros períodos da gravidez.

Engenhorocador — Que tem ou revela engenho: «Quem eu desejaria chamar a capítulo era o desalmado engenhorocador do plano...».

Engerido — Encolhido (de frio).

Engola — Cada uma das cavas do eixo onde assenta o carro.

Engonhar — Gastar muito tempo a fazer qualquer coisa; nenhar. Espreguiçar; fazer cera, no trabalho; mandriar.

Engorvinhas — Ganhar rugas.

Engoubiado — Enconhido de frio.

Engrilar-se — Pôr-se ao touço, não porfiar medo.

Engrobatado — Engravatado, bem vestido, limpo: «à hora marcada apareceu nas encruzilhadas do cano-d'água o amigo Roque todo engrobatado, e...».

Enguerleixa — Cepo de carpintaria para abrir redondos.

Enguiçar — Embaraçar com guiços (lenha miúda); quebrantar, causar enguiço; empecilhar.

Enguiço — Guiço, lenha miúda; mau olhado.

Enho! Inho! — Usa-se interj.te para «tornar» o gado e evitar que faça mal: — Enho, aqui, toma! — Inho, cá!...

Enjacido-enjècido — Infleimado, doente, fraco: «O pobre Brísito anda para aí enjècido, amorrinhado...».

Enjo — Variedade de raia. V. Anjo.

Enjoos — Mau cheiro.

Enlabaredar — Ganhar chamas, labaredas: «desde que o fogo começou a enlabaredar, foi que acudiu gente».

Enlagar — Meter na lago. Diz-se do linho, para ser curtido.

Enleado — Mal acordado; a cair com sono.

Enlear — Burlar, enganar: «vê se o enleias!» V. *Enleado e desenlear.*

Enlheação — Enlheamento.

Enlheamento — Alheamento.

Enlodar — Diz-se que a mó do moinho enloda, quando pára por muita abundância de farinha a prender.

Enmonado — Emonado, mono, sorumbático.

Enoselhar — Dar nós. «Enoselhado» — que tem muitos nós.

Enoucradas — Aos oucros: videira tortuosa.

Enquerer — Corda com que os moleiros apertam as cargas sobre o albardão das mulas: «o moleiro perdeu o enquerer».

Enquilhar — Enfezar; tornar-se fraco, raquítico.

Enredojo — Ao redor, ou derredor. Coisa difícil de resolver.

Enredulhar — Enrodilhar; embaraçar.

Enreichar, enreixar — Andar de esguelha, de candeias às avessas, zangados. «A teia enreixou: quer dizer: a cruz da urdidura não corre por efeito de se terem trocado alguns fios.

Enrocar — Enrocar uma imagem: vesti-la com panejamentos, a escultura da cabeça e mãos duma imagem.

Enrolar — Iludir, enganar.

Enrolhar — Fazer «Rolheiros».

Enrolheirar — Pôr palha no rolheiro ou meda.

Enroucar — Enrouquecer.

Ensaibrar — Espalhar saibro nos arruados dos jardins ou nas ruas e estradas.

Ensanchas — Prosápias: «Fão — terra engravatada, com ensanchas de vila».

Ensaramonado ou **Saramonhado** — Carrancudo, de sobrecenho carregado, de viseira caída: «... anda ensaramonado comigo» — anda zangado.

Ensarranhar — Enseranhar, ensurranhar, enegrecer com surrasco ou fuligem da chaminé: cara ensarranhada.

Enselvar — Embrenhar na selva.

Ensilhar — Envencilhar, enrodilhar, atrapalhar.

Ensilvar — O n. Dic. traz ensilvado, como prov. minh. — «incomparável, inexcedível (falando-se duma festa magnífica). É provável; mas ensilvar tem outro sig. Os compradores de gado dizem que *ensilvam uns bois*, quando of. por eles quantia superior ao merecido, o que vedará a outros prometer maior lanço: «O Chousa de Gandra ensilvou os bois de tal forma, de certo lavrador que este, para os vender, teve de perder muito dinheiro».

Ensina — Reprimenda, ensinadela. Tapona, coça: dar uma ensina — bater.

Ensisgado — Enviesado, oblíquo.

Ensobar — Pisar uvas (Penafiel).

Ensogado — «... ao derredor das herdades ensogadas ainda pelo domínio dos reguengos, das honras, dos coutos...» V. B. C. de G., XIII — 33.

Ensogadura — Sogamentos. Local onde se prendem os arcos no jugo (Barcelos).

Ensolado — Banhado ou batido pelo sol.

Ensombrecer — Escurecer, ganhar sombra, ensombrar.

Ensurranhar — V. Ensarranhar.

Entabeirar — Processo de soalhar pavimentos que consiste em dividir o quadrilátero, com duas diagonais, em quatro

triângulos. cada um dos quais é pavimentado em separado. V. *Parquete* nos dicionários.

Entapuçar — Melhor: entapoçar, tapar, vedar o alhal da poça ou tanque.

Entenebrar — Entenebrecer, escurentar, escurecer.

Entendido — Conhecedor. sabedor do seu ofício: «É dos mais entendidos que há por aí!»

Entervelho — Rego ou esgoto dos talhos. O mesmo que intervelho.

Entinas — Desejos violentes, apetites: «Até lhe deram entinas de ir à botica por um papel de rosalgar».

Entiqueira — Há quem diga e escreva Intiqueira. É voc. top. de Gemeses (Esposende).

Entobanhes — O maior talhão entre as cabeceiras e as varzeas, nas salinas de Lavos.

Entojo — Entusiasmo, feição? A um regatão de gado, de Gemeses, ouvi dizer: «Há pouco entojo, nesta maré pelo gado graúdo».

Entolar — Entontecer.

Entontar — Estontear, entontecer.

Entradote — Bêbedo: «Um belo dia quando o padrasto veio para casa entradote...».

Entralhada — «Rede entralhada»: munida das respectivas «Tralhas». Em sent.° fig.°: «Homem entralhado» — embaraçado, atrapalhado, metido em apuros (Seix.).

Entralho — Fio, atilho: «Para curar a asia lança-se ao descoço um entralho já usado na rede». (Esposende, ouv. a um pesc.).

Entramar — De tramar. Envencilhar. Meter a tranca na urdidura.

Entrampa — Entrampar é sujar com trampa: «... e a todos nos entrampa nos mesmos desconchavos...».

Entrapeirar — Viver ou esconder-se na trapeira: «... de mouchar num canto, de entrapeirar num alto».

Entreberta — Espaço de tempo; aboado.

Entre-és-no-és — Lusco fusco, escurecer, entre o dia e a noite. (Ouv. por D. Ilda Stichini nas proximidades do Porto.

Entregar — «Entregar a telha» dizem os retelheiros é sobrepô-la no telhado de forma a não deixar entrar a água.

Entrelembrar — Trazer à memória confusamente, com incerteza.

Entre-os-Paços — Top. de de V. Chã; praso da Cantinha.

Entreparar — O Cigano entreparou antes de transpor a entrada.

Entreteiro — Entretimento.

Entretém — Entretenimento.

Entrevar — Encher de trevas: «a noite entrevada de negruras assustou-a».

Entrevazar — Abrir regos, arregoar.

Entrevescer — Entrèvar.

Entrezilhado — O mesmo que encaravelhado, torto das pernas.

Entripado — Intestinos: «O Sr. Macau traz o diabo no entripado». Antonino Tavares, T. Minhota — 1-XII-51.

Entropicar — Armar conflitos, desafiar: «se torna a entropicar comigo parto-lhe a cara!» V. *Petilhar*.

Entrudada — V. *Entrudar*.

Entrudar — Celebrar as festas do entrudo com grandes comesainas. Intrujão, burlão: «Estás a entrudar-me».

Entrudo — Na Póvoa de Varzim, entrudo é o indivíduo que anda mascarado: «E o entrudo assim que vê a namorada... Atrás do entrudo vai toda a garotada». (C. *Landolt*. — *Folclore*, 98).

Entunelar — Transformado em tunel «... alfombrada vereda. entunelada por emaranhadas acácias».

Enturbalhado — enturvado, turvo.

Enturbalhar — pôr-se turvo o tempo: dia enturbalhado (enturvado).

Envagar — Prender a água em vagem (presa de água).

Envelhar — Envelehcer, avelhar.

Enviada — Na Póvoa chama-se assim ao peixe pescado à linha para uma boda.

Enxa — Zanga, raiva, ódio: «Que enxa eu lhe tenho». Vulgar no port. ant.° V. Eluc.

Enxama — Pequeno torno de pôr e tirar, na borda do barco, no qual se enfia a «Olheira» do remo (Seix. Lanh.). Em Viana do Castelo, chamam-lhe «Tolête».

Enxambrar — Secar um pouco: «Pôr a roupa a enxambrar».

Enxanças — Bordo ou pedaço de fazenda que os alfaiates deixam para a costura.

Enxebre — Além dos sig. dos dic., um outro diametralmente oposto: puro, castiço, perfeito — vinho enxebre, espírito enxebre. Na Galiza é vulgar: «scuté tua enxebre doce frangancia...».

Enxertão — Enxertador.

Enxerteiro — Enxertador, enxertão.

Enxido — «... latadas que enramavam os eidos, os rossios e circundavam os assentos dos casais, os cerrados e os enxidos» — (Guimarães).

Enxofra — Acção de enxofrar: «...quando a enxofra pode ser feita com pouco enxofre bem aplicado» *Baletim paroquial*, de 28-5-916.

Enxofrado — Melindrado: «ficou enxofrado comigo».

Enxúlia — Enxúndia.

Enxumear — Diz-se dos ouriços dos castanheiros quando começam a abrir. V. Barbar. O mesmo que barbar ou barbejar.

Enxurreios — «Quer espiando num raio próximo as veredas e enxurreios, ao favor dos quais se podia furtar o Bicho-mau.

Eperir — Resistir: «F. já não pode eperir» (ouv. Porto).

Epistina — Disparatado nome de mulher. Há em Fão uma criatura com este nome (D. do Minho, 24-2-52).

Equidade — V. Aquidade.

Ereiras — Umas poucas folhas de hera: vai apanhar umas ereiras p'ra cabra! (ouv. Palmeira).

Ergola — Argola.

Ermiga — Top. de Coussorado (Barc.). Deriva de Ermiges.

Eroca — Planta afrodisíaca.

Eruga — Eu sabia lá, quanto mais o vulgo o que era a eruga de Brotero!...

Erva-brava — Planta cujas folhas se assemelham um pouco às das gramíneas, mas de bordo serrilhados e cortantes. Os cães purgam-se comendo erva-brava.

Erva-da-cruz — Certa planta: «sendo necessário esmolas com a erva-da-cruz» (C. L. *Folc.* — *Varz.*, 86), V. Dada.

Ervedeiro — Medronheiro.

Erveira — O esófago, tanto nos animais domésticos como na gente (Seix. Lanh.).

Ervilheira — Um só pé ou grão de ervilha: «meter no caldo umas ervilheiras; semear umas ervilheiras».

Ervilheiro — Frango nascido em Janeiro.

És — Usa-se substantivamente com um sig. vago. «O és é lavrar primeiro na Agra e depois em Codecedo. O és é vestir primeiro a «nágua», depois o saiote (ouvido em Palmeira).

Esbachar-se — Estatelar-se: esbachou-se no meio do chão».

Esbagachar-se — Agachar se para defecar.

Esbanecer — Espairecer, esquecer: «nem sei como hei-de esbanecer esta paixão. —» (Duma carta de namoro).

Esbanigado — Que não tem barriga saliente. Que não segura as calças, ou saias, na cinta; sem barriga; esfaimada; «não se pode apor o gado assim esbanigado».

Esbaralhar — Distrair-se: «Para esbaralhar a paixão, distanciou-se a passear pelas bouças e tomadias do monte...».

Esbarjar, esvarjar — Debulhar vargens de feijão. Esbarjar um beiral de silvas: — cortá-las V. *esbeirar*.

Esbarrufar — Burrifar.

Esbeirado — Esborcinado? acidentado nas beiras.

Esbeirar — Limpar as beiras de silvas e ervas-bravas em volta do campo com o auxílio da enxada, do olvião e da fouce encabada.

Esberregar — Berregar: ... esberregavam os meninos de colo» (Com. do Porto, 7-9-50).

Esbrijar — Diz-se que a lã esbija, quando tem bastante elasticidade.

Esbijidade — Elasticidade própria das lãs: «é preciso que as luvas tenham esbijidade».

Esbirradeira — V. *birra*.

Esbirrar — Segurar com pequeno tornijo.

Esbocada — Derrancada, cheio de bocas: «... a ferralha esbocada das suas durindanas».

Esbomitar — Vomitar.

Esbonetado — Esborcinado? ... «doces cobertos de açúcar, todos lambidos, esbonetados...».

Esboucelar — Esborcinar — o cinzel esboucelou a fura do lagar (ouv. a um pedreiro das Marinhas).

Esbordar ou **esbordear** — V. *bordar*.

Esboroadiço — Que se esboroa fàcilmente.

Esboroar-se — Desfazer-se como a boroa migada.

Esborraçar — Esmigalhar.

Esborralhar — Lançar por terra uma parede: «O carreiro da bouça da Feiteira está esborralhado».

Esbouçar — Bouçar. Queimar silvas, mato e felgas na terra lavrada, para aproveitar a cinza como adubo.

Esbraçar — Gesticular com os braços; servir-se dos braços para nadar.

Esbrancado — Esbranquiçado.

Esbrançado — Milho esbrançado é o que, por ordinário, tem muitas brangas.

Esca — Medida de 35 l. usada antigamente em Cerveira «... A Câmara tinha o direito de lançar a cada fogo uma contribuição de duas escas de milho (cerca

de 35 l) — Do Plano de Urb. de V. N. de Cerveira, 10.

Escabichar — Procurar saber de outrem novidades que interessem. Escabichar os dentes.

Escabujar — Procurar: «escabujou toda essa ciscaria a ver se encontrava a libra!»

Escabulhar — Vamos escabulhar—puxar pela língua d'outrem. Abrir mexilhões.

Escacar — Partir em cacos.

Escachaneia — Fazer uma escachaneia — dar um grande elogio.

Escachar — (de escarcha ou do lat. *exquassare*?): «Está frio que escacha!» «Escachou tudo com o pso da fruta».

Escacholar — A ferver.

Escádia — Farpa de madeira introduzida na unha: — (Traz uma agulha para me tirar uma escádia».

Escadraçar — Espartiçar, esmigalhar: «não é necessário escadraçar mais pão!».

Escafurnado — Limpo, asseado.

Escafurnar — Limpar os interstícios do solho ao varrer. Esgaravetar, pesquisar.

Escagarrinhar — «... meia dúzia que vendo escagarrinhar-se diante de si a admiração das suas clientelas».

Escairo — Top. de Carapeços. Talvez em forma anterior Ascairo, Ascário, nome godo de homem. Houve um bispo em Braga com este nome. Ask = freixo.

Escalabriado — Zangado, de mau humor.

Escalabriar — Fazer irritar, fazer gasgar.

Escalafrino — V. Calafrino.

Escaldrinhar — Procurar, pesquisar.

Escalheira — Catapereiro, espinheiro (Vila Verde).

Escalheiro — Pereira brava, espinheiro.

Escaliçar — (De caliça) ouv. na Nazaré esta praga: — «Mares te escalicem. até!».

Escalpar — ... depois da guerra os índios escalparam as vítimas e levavam a calota do couro e cabelo, como troféu.

Escamadiço — Que se escama ou zanga fàcilmente.

Escamado — Sovina, futre, egoísta: «Não se esqueça do Dic. (Port. Ant. e Moderno). Mande alguma coisita. Não seja escamado (Folhetim D. do Minho) Carta de Pinho Leal ao P.e Capela.

Escambreiro — Escambroeiro, espinheiro, escalheiro.

Escamejar, esqueimejar, esqueimar — Diz-se que o peixe escameja ou esqueima, quando é ardido. Escamejar é voc. poveiro. Esqueimar é vulgar em todo o concelho de Esposende.

Escamel — De escamar, gangar, maçar. Descompostura, maçada, aborrecimento: «que grande escamel!»; «apanhar um escamel» é aguentar uma maçadoria; codilho, precalço.

Escanador — Mau artífice, grosseiro, que escana ou estraga a obra que lhe é entregue para artefactar: «um escanador de carpintaria».

Escandalizar-se — Dar se por escandalizado, ou agravado, indignado.

Escândola — Escândolo; ofensa, queixa: «tenho escândola de F.».

Escameradas — Chuveiradas com intervalos de bom tempo.

Escanevadas — Chuveiradas, com intervalos de bom tempo.

Escanjoar — Provocar vómitos «Fede que escanjoa».

Escano — Preguiceira, banco ao redor da lareira.

Escantilhão — Medida com que os pedreiros verificam a espessura das paredes, ou das peças de cantaria ou alvenaria em que trabalham. Também se chama cintarel a essa medida dum pedaço de pau da grossura duma bengala tendo um galho na extremidade para fixar contra a pedra cuja largura se deseja verificar. Foi de escantilhão — tropeçou, caiu. De escantilhão: «retirou-se de escantilhão para o corredor.».

Escantilhar — Medir com escantilhão.

Escapula — Dar escapula é fugir (Póvoa).

Escapulo — Escapulo.Dar escapulo a alguém .deixar fugir.

Escúpulo — Escrupuloso.

Escarafunchar — Escafunar, remexer, esgravatar, varruscar com vassoura: Escarafunchar na fechadura da porta.

Escaramelado — Enfezado.

Escarcalhar-se — De carcalho? «Escarcalhou-se com riso».

Escardar-se — Diz-se do boi que parte os chifres.

Escarnel — Descompostura, maçada — o N. D. reg. o voc. com a acepção de banco onde se brunem as espadas. É vulgar a frase: «que grande escarnel», como quem diz maçadoira, aborrecimento.

Escarnica — Escarnecedor, escarnicola.

Escarnicola — Escarnica, escarnecedor.

Escarolada — Asseada, limpa: «roupa escarolada».

Escarralhar — Onomatop. que pretende exprimir a voz do gaio — V. escarrelhar.

Escarrapachado — Escrito; tal qual, exactamente igual: «está escarrapachado numa escritura»: «aquilo é a cara de mãe escarrapachada». Os dic. apenas reg. o termo com o sig. de escarranchar e pespegar.

Escarrejar — Possilhar a puxar o escarro ou a fingir que tosse: «pôs-se a escarrejar, a ver se o notavam...».

Escarrelhão — Escarrelhão, voz do gaio.

Escarrelhar — Voz do gaio. Escarrejar.

Escarrelheirar — Voz da pega.

Escarrelheiro, Escarralheiro — Voz do gaio: «o gaio escarrelha — gaio».

Escarroucado — Esburacado: «Em frente à garagem... está um largo todo escarroucado com regos e pisso irregular» — Vanguarda, Arcos de Valdevez, 12-4-53.

Escarrouçar — Esburacar.

Escartilhar — Espartiçar: «escartilhou uma boroa de pão, para desogar os cães».

Escarumar — Limpar; queda da flor da videira.

Escarúnfio — Esquesito, com fraca cara. É contudo mais vulgar ouvir dizer: semi'escarúnfio: «O tempo está semi'escarúnfio», isto é, com aspecto dubio, chuvoso.

Escarvento — De escarvar. Escarvento, com aspecto de escavado ou sachado, amontoado. Céu escarvento — com pequenos farrapos de nuvens: «Céu escarvento, ou chuva ou vento».

Escarvoiçar — Escarvoar, esboçar ou desenhar a carvão.

Escarvunçar — Dizem escarvunçar — sujar com o pó do carvão.

Escatelado — Porca de parafuso com escateis.

Escatel — Porca de parafuso com fendas laterais para introduzir o garampo de segurança; porca escatelada.

Escatumbar — V. *catombar*. Catumbar, adunar com sono: Ao canto da lareira a velha escatumbava.

Escochinar — Matar.

Escocho — Canhoto — i. é que se serve ordinàriamente da mão esquerda.

Escodear — Tirar a côdea.

Escodrar — Escodar, desbastar, bater: «... escodrou-lhe os lombos com um marmeleiro».

Escodrichar — Tirar a côdea ao pão.

Escoiçar — Varejar os castanheiros. Escrivar: «...feijões». O mesmo que escouçar.

Escolar — Escolar espigas é desprendê-las da cana do milho: «os ladraceiros escolaram dois centos de espigas no campo de Trá-la-Costa». Esfolhar, desfolhar: «os gaios e as galinhas escolaram o milho nas cachadinhas».

Escoldrinhar ou **esculdrinhar** — Indagar.

Escolmar — Separar o colmo da palha miuda. Escolmar centeio.

Esconderalho — Esconderijo.

Escombrar — Desentapuir as pedreiras. Arrumar, limpar.

Escombreiro — O trabalhador que nas minas acarreta entulho; o pedreiro que desbasta a pedra.

Escorçoado — Descoroçoado, desanimado.

Escorçoar — Descoroçoar.

Escornadela — Marrada com os chifres.

Escornar — Marrar.

Escorouçar — Desfazer, ou desvastar os corouços ou terrões que ficam após a sementeira. V. *escarrouçar*.

Escorregadio ou **roça-cu** — Escorregadoiro. Lage com certa inclinação onde os rapazes se sentam e se deixam escorregar.

Escorreilhar — Voz da pega.

Escorrelhar — De escorrer. Escorralhar, escorrências, restos, sobejos: «aproveitar as escorrelhas da água de rega».

Escorribanda — Ao de ladeiro, em declive; encosta do monte. Bivar reg. escoribemba.

Escorrichar — Escorrilhar.

Escorrilhar — Escorrichar. Líquido que escorre: «a vasilha deita escorrilhas de vinho».

Escorrilhas — O que escorre.

Escouçar ou **escoiçar** — Varejar os castanheiros, tirar as últimas castanhas. «Pelos Santos quem não escouçou que escouçasse». Quer dizer desde princípios de Novembro todos podem varejar as castanhas.

Escova — Vento do norte (Póvoa e Esposende).

Escravanada — Rabanada de vento e chuva; saraivada. Escravanadas de Abril — Regateiras de Abril.

Escravo — Magro, escangelado, esfomeado: «Os bois são de boa feição mas estão muito escravos».

Escravoído — Árido, seco; fragoso escravo, estéril, pouco fértil: «Com este Julho ardente as terras estão escravoídas»; «terra escravoída» — terra rossecada.

Escrevedeira — Nome popular da *Emberiza cisbus*, Lin. (Seix). Pássaro coni-

rostro cujos ovos são cheios de riscos e traços semilhando heroglifos.

Escrevido — Escrito à pena.

Escuita! — (Interj.) Para afirmar as crianças quando choram. De escuta.

Esculpidor — Escultor: «mestres de pedrarias, esculpidores e imaginários...».

Escupir — Cuspir .

Escupo — Cuspo, saliva.

Escurar — Escurecer: «Já escurava, quando chegámos à Póvoa.

Escurejar — Escurecer: «escurejava bem, quando a rapariga veio da fonte».

Escuridade, Escuridês — Escuridão.

Esfagulhar — Escangalhar.

Esfalfante — Que esfalfa.

Esfalfar — Esgotar de forças: andar esfalfado, doente do peito, tuberculoso.

Esfandigar — Afanar, afadigar-se. — Lá que os lobos o esfandegaram, não sofre contestação possível. «Esfandegou uma vitela».

Esfatachar, esfatochar — Espatifar.

Esfola — Banda interior do casaco, guarnição.

Esfolhada — Ajuntamento de gente para esfolhar o milho de noite, nos cobertos ou nos terraços.

Esfolhadoiro — O mesmo que esfolhador.

Esfolhador — Pequeno utensílio de madeira ou ferro; aguçado em forma de fuso, para esfolhar o milho. São, em geral, feitos de buxo ou de giesta e alguns tem desenhos interessantes.

Esfolhar — Descamisar o milho: tirar a folha à vinha, desparrar.

Esfornicar — Escarafunchar. remexer.

Esfrançar — Cortar, esgalhar lenha miúda ou gravetos.

Esfrega — Esfregão, rodulhão: «Traz aqui a esfrega (Sfrega) p'ra chupar a água»; coça, tareia: dar uma boa esfrega.

Esfurnicar — De furna. Fazer furos, buracos.

Esgaçar — «Chover a esgaçar» — chover muito.

Esgadanhar — Esgadanhar, meter as mãos. «Esgadunhai na arca».

Esgaibar — Esgaivar, arreboar, abrir sulcos na terra.

Esgalmado — Esfalfado, cansado (Navais — Póvoa de Varzim).

Esgana-cão — Passagem aberta num muro, entre dois esteios, tendo em frente e a pequena distância um terceiro que as pessoas torneiam, ao passar, não o podendo fazer os animais de certa corpulência.

Esganiçar — Espatifar, reduzir a cacos.

Esgatanhar — Arranhar.

Esgolipar — Engasgar.

Esgravaneiro — Janeiro geeiro, Fevereiro esgranadeiro. Também dizem na Beira esgravanadeiro.

Esgrilar — Espreitar: «Alapou-se», esgrilou.

Esgrouviado — Mal feito do corpo, mal vestido.

Esjarvadiça — Mas quê? Esjarvadiça a interrogar, sua imaginação tançava-se por todos as veredas pra volver sempre derrotada ao ponto de partida.

Eslabão ou **mancebo** — Pau que pende do tecto da cozinha e que tem um gancho ou prego para suspender a candeia.

Esladreira ou **esladroeira** — Pequenina fouce de galho na extremidade duma vara com que se tiram os rebentos — ladrões da vinha.

Eslarado — Antónimo de «Acôvolado»: «prato eslarado» — raso; «cesto eslarado» — de borda baixa e grande superfície (Lanha).

Esmalditar — Rogar pragas; «...elas ali se esmalditam a esmagá-la sobre uma pedra» (C. *Landolt*. Folclore Varz. —76).

Esmaleitado — Doente de maleitas, pálido, amarelo da «cor» das maleitas, anémico.

Esmelancado — Molarengo, melado.

Esmelendoada — Com os cabelos soltos, em desalinho e mal limpos.

Esmenar — Aperfeiçoar, limpar: «esmene bem essa poda».

Esmichar — Fazer saltar, esguichas: «levou um murro que lhe pôs os narizes a esmichar».

Esmifrar — Reduzir a pedaços, esmagar: esmifrou o prato; escangalhar; subtrair: «ao dar contas esmifrou duas coroas».

Esmigalhaçar — Esmigalhar. esmigar ou migar o pão na tigela; pôr em migalhas qualquer coisa.

Esmigalhaço — Muitas migalhas juntas — «quem fez este esmigalhaço?».

Esmonar — Comer com sofreguidão. O mesmo que esmoucar.

Esmorido — Esmorecido, tristonho, ciciado, quase imperceptível, que mal se ouve: «falava em voz esmorida...».

Esmorir — Desfalecer, esmorecer. fenecer: «...a dealbar, as estrelinhas a esmorir...».

Esmoucar — Quebrar pelas extremidades.

Espaco — Alc. dum sold. morto em Moçambique em 1917. Parece significar, parado, vagaroso, lento.

Espadeleira — Espadeladeira? que espadela o linho?; ou que fabrica a espadela? (Gondoriz — T. de Bouro — in C. do Minho — (gravura) de 20-XI-51).

Espadeladoiro — Espadelador, instrumento de madeira, às vezes com desenhos em relevo, que representam muito trabalho, e sobre o qual se espadela o linho.

Espadilha — Fasquia de madeira com doze orifícios por onde passam os fios da urdidura, ao urdir da teia.

Espagana — Pragana, argueiro.

Espaganhado — Calcado com pés.

Espaganudo — Semente ou erva de azevém. «Passamos por campos cobertos de espaganudos (Monção).

Espalha-brasa — Extapafúrdio.

Espalhadeira — Espadilha ou restilha onde enfiam os fios ao urdir a teia (Vilar do Monte).

Espalhadoira — Forquilha de madeira com que se remexe ou ergue a palha na eira. É com a espalhadoira que se levam as panadas para a barrela.

Espalho — Espaço entre duas rodas.

Espanafrar-se — Sacudir-se. Diz-se dos pássaros ou das galinhas quando, depois de se espojarem na terra, se socodem: «... lavou-se todo, espanafrou-se e saiu um príncipe muito bonito».

Espanar — Cortar com fouce encabada ou enxada os beirais de silvas e ervas-bravas: «espanar um beiral».

Espangalhar — Escangalhar.

Espantelho — Espantalho.

Espaparrotar — Esborrachar.

Esparavonado — Esfalfado? aleijado? «O cavalo chegava-lhe a casa esparavonado. um prejuízo».

Esparrado — Chato: «nariz esparrado.

Esparramada — Barulheira, banzé, espalhafato, confusão: «temos esparramada!.

Esparramar — Fazer esparrame — berreiro ou barulho por nada.

Esparrilhar — Espargir, esparrinhar.

Esparrichar — Esperrichar.

Esparrilhar — Espargir, esparrinhar.

Esparrinhas — Top. de Arcozelo; espalhar, esparrinhar.

Esparrimar — Esparrinhar, salpicar com água ou lama.

Esparveirado — Aparvalhado (V. *Ilust. Portuguesa*, n.º 490).

Especado — Estacado, hirto.

Espedelhado — Desgrenhado, escangalhado.

Espedelhar — Reduzir a fedelhos, escangalhar. espalhar.

Espedir — Despedir, morrer: «Está a'spedir».

Espelho de Vénus — Certa planta dos campos ou dos montes.

Espenicar — Beliscar «Espenicar uma viola ou guitarra» — dedilhar beliscando as cordas. V. *barejar* que é o contrário de espenicar.

Espenso — Leve poroso; levedado: «como a massa ficou 'spensa, o pão ficará bom».

Espentar — Ou espentear-se diz-se do esborcinamento das fundagens das vasilhas, contra o gargalo onde encaixam.

Espentear — V. Espentar.

Espeque — Estaca: «plantei cem espeques de oliveira».

Esperém — Magrizela, fraco, doente.

Esperrichar — Esperrinhar. esparrinhar, esparrimar: «a água esperricha por todolos lados...».

Esperricho — Golpe de água, esguicho.

Esperrinhar — O mesmo que esparrinhar, fazer soltar a água com o auxílio de um pau ou duma pedra, etc.

Espertalinho — Espertinho.

Espertelho — Vivo, esperto, ladino.

Espêrto — Esperto: é um menino muito esperto!».

Espeteira — Prateleiro, espécie de cabide com grande pregos ou tornos para pendurar as panelas.

Espeterrado — Firmado, fixado. «Emudeci com os olhos espeterrados numa notícia» (João d'Além «Diário do Minho», de 24-4-53.

Espiar — Espiar a roca — terminar a fiação. Contos J. Brandão, 66-67.

Espicha — Cartilagem da lampreia e que é necessário tirar, ou prepará-la, para se não estragar. Pequena lança de osso ou buxo na extremidade da correia da rosca e que serve para segurar contra o linho ou a lã.

Espichar — Estender, esticar; morrer: «a olhar as ondas que se espicham na areia».

Espicho — Estiça, 'Stiça. Torno de madeira com que se tapa o orifício da pipa, ou tonel, por onde se tira o vinho: «Meter a 'stiça» — provar o vinho.

Espiculador — Especulador, explorador, finório, manhoso.

Espicular — Especular, examinar, observar.

Espiga — Maçaroca do milho. É o nome usual em quase todo o Minho.

Espigueira — Espigueiro. Para o norte do Minho chamam-lhe sequeiro «... e a espigueira, seguia como um corredor de convento, vermelhejando por entre a verdura das pereiras» (*Minhotânias*, in Povo, de 16-3-915).

Espinafre — Magro.

Espinçar — Suprimir com pinça certas nodosidade do fio de lã.

Espinchar — Pinchar.

Espingardar — Ralhar, descompor, chatear. O mesmo que zaragunchar.

Espinhar — «Estar espinhado com alguém» — estar magoado ou melindrado.

Espinheiro — Catapreiro, pereira brava, bom cavalo para enxertia da pereira, vulgar nos montes e valados. O mesmo, talvez, que escalheiro pilriteiro, etc.

Espir — Despir.

Espiroto — É vulgar ouvir dizer por aqui: «F. é alto como um espiroto; é magro como um espiroto». Esgalgado, magrizela, alto, esguio, esgrouviado.

Espirra-canivetes — Magrizela, mas vivo e esperto.

Espirrachar — Esperrichar (Monção).

Espirradeira — Planta parecida com a magnólia cujas folhas reduzidas a pó fazem espirrar quando aspirado pelo nariz. O mesmo que birra.

Espoado — Pão espoado é o pão de mistura, milho e trigo. O mesmo que pão coado.

Espocar — Explosão, saltar por efeito da pressão do vinho: as rolhas espocaram.

Espojeiro — No linguajar pintoresco dos poveiros, é o mesmo que esposendense: «ao redor dos Cavalos de Fão andavam barcos espojeiros».

Espojinho — Turbilhão de pó.

Espoldrar — Esladravar tirar os ramos ladrões ou gulosos.

Espoldrinhar-se — Diz-se das galinhas, quando se espiolham ou espolinham na terra.

Espolinhadoiro — Campo fora, andavam mulheres regando e erguendo os linhos, que os rapazes, conforme uma velha e supersticiosa usança, haviam convertido um espolinhadoiro durante a noite das «boas fadas».

Espolinhar-se — V. Espoldrinhar-se.

Espordinhar-se — Espojar-se. Deitar-se no chão, rebolando-se.

Espostilhado — Esborcinado, despostilhado: «cântaro espostilhado».

Espotricar — Esmigalhar, fazer em potricos (fragmentos).

Espoucar — Estourar, queimar? É um brasileirismo «espoucar foguetes».

Esprém ou **esperém** — Fraco, raquítico, brando.

Espremedalho — O líquido que se espreme na lagareta: «O espremedalho pouco apertado pode juntar-se ao outro» (Cerqueira Machado — A Arte de Fazer Vinho).

Espulgar — Esmiuçar, verificar: ainda não espulguei o assunto.

Esquartilhar, escartilhar — Espartiçar, reduzir a fragmentos: «O espelho caiu e ficou esquartilhado».

Esqueimar — A pron. 'squeimar; que queima, que é acre, ou ardido: «a sardinha esqueima».

Esqueimento — Que esqueima.

Esqueimoso — A pron. é 'squeimoso, acre, picante, queimoso, ardido: «peixe esqueimoso».

Esqueiro — Passagem por sobre um muro por meio de curtos e espaçados degraus metidos no mesmo muro. — Escada estreita e muito comprida, de madeira, para encostar às medas, árvores, etc., pequena escada de mão de 4 ou 6 degraus.

Esquiço — Exótico, estrombótico.

Esquieiro — Esqueiro — escada de mão. No port. ant. passagem através duma parede (Carreiro, passadiço, etc.) com ou sem degraus, por onde passe gente mas não o gado.

Esquifoso — Esquelético, com aspecto replente, horroroso.

Esquilha — Sardinha miuda, petinga.

Esquilhambado — (Bras.). Estampalhado, desarranjado, cansado «a gente quando chega do Rio, com quinze dias de viagem, fica esquilhambado de todo!».

Esquinas — Espreitar à esquina; observar; deitar sentido, disforçadamente (Lanh.) .Andar de esquina em esquina, como os ébrios e os vadios que não têm que fazer.

Esquinência — Tosse nos cavalos.

Esquivar — Defecar.

Estabanada — Desmazelado.

Estabareda, 'stavareda — Estourado, doidivanas.

Estábula — Estátua. Arejão, abantesma.

Estacão — Rasgão: «Dei um estacão nas calças».

Estacoada — *V. estacão.*

Estacoadela — *V. estacão.*

Estácula — Abantesma, fantasma, duende estátua.

Estada — Aparelhão sobre que os serradores fixam à madeira. É quase sempre um traço de madeira encostado a uma árvore ou a uma parede.

Estadulho — Diabo: «Ora o 'stadulho da velha! «Porcalhão, sujo, imundo.

Estalar — Dar estalos com a língua. Bebo um largo golo de vinho, estalo a língua.

Estaleiro — Terraço.

Estalidar — Dar estalidos.

Estamegado — Mal disposto: «Está estamegado comigo». Na Madeira dizem estampado (Cfr. *Reu Lusit.* XVII, 154).

Estampatório — Estrondo. «O estampatório dos bacamartes».

Estanças — Na frase «andanças e estanças», muito empregada popularmente e de que se serviu D. João de Castro, in *Janeiro*, de 18-2-946 — artigo «Uma Artista Brasileira».

Estância — Distância.

Estaquear — Plantar estacas, marcar com estacas. Rasgar: «Estaquei a camisa num prego!».

Estardalhaço — Banzé, barulho.

Estardiola — Pândega, rusgata, ruído, barulheira, vid'airada: «andou toda a noite na 'stardiola!»; «os da estardiola entraram no serão a cantar ao desafio...».

Estardulha, 'stardulha — Estardalho «Solar», 69.

Estarrecido — Constipado, encatarrado.

Estavanada — Desastrada; malajambrada: «ó estavanada! não fazes nada com jeito».

Estavareda — Aldeagante, pândego.

Esteirada — Pancada.

Estendida — Trabalho de lavoura que consiste em estender o estrume no campo: andavam oito pessoas na estendida. Depois da estendida semeia-se o grão e em seguida faz-se a cobrida.

Estilha — Estilhaço — *V. Astilha.*

Estepor — Estupor, estapor, estipor.

Estercalheira — Rapão, fagulha podre, penasco que se aproveita para estrume.

Estercância — «Fazer estercâncias — trabalhar atabalhoadamente, molhar ou sujar qualquer coisa» (Landolt. *Folclore* 166).

Esterlência — Esterelidade, secura.

Esterlicado — Cheio de arrebiques, janota, vaidoso. Apertado: «um colete esterlicado de mais».

Esterlicar — Apertar. Esterlicar-se — ajuntar-se, vestir-se bem.

Esternicar — Fazer esparrimar a água com a pancada do remo. Estornicar que é mais usado. Demonstrar, exageradamente a chieira.

Esternoitado — Que não dormiu durante noites seguidas.

Esterradoira — V. *Regadoira.*

Estestulhar — Estestolhar, enraizar como os estolhos.

Estesicar ou **estresicar** — É vulgar na frase: «fedia que estesicava».

Estiça ou 'stica, espicha — Orifício feito a verruma a meio do tampo por onde se tira o vinho. Torno de madeira que se introduz nesse orifício e que também se chama espicha.

Esticadeira — Esticador com que se retesam os arames e cabos nas ramadas ou lateiros. V. *Tassa.*

Esticado — Magro, avarento, somítico. Emprega-se interj.te: O diabo, o maldito: «Olha que 'sticado!» 'sticado! não ires tu p'ras profundas!».

Estilar — Destilar: «stilar com fome»; rossecar.

Estinha — Restos do corte da água que escorre do rego de rega: «a estinha é respeitada» signif.: a água escorrida não é aproveitada por outrem.

Estifas — Não dar 'stifas — não dar confiança, voltar ao desprezo. É abreviatura de 'stifação — satisfação.

Estipor — Estupor.

Estiporar— Estragar, escangalhar.

Estirão — Grande extenção: «Daqui à Póvoa é um bom estirão!».

Estirote — V. *Estirão.*

Estiva — Colchão de folhelho: «Uma cama de ferro com enxergão e estiva».

Esto — Oportunidade, ocasião, momento propício: o esto do sargaço.

Estoavante — Aboadinho, melhora do tempo (Melgaço).

Estoiros — Cascas de pinheiro para queimar: «botei um cesto de 'stoiros ao lume».

Estomagar — V. *estomegado.* O sig. é idêntico.

Estopelado — Com aspecto da estopa: cabelo estopelado.

Estoqueirada — Estocada.

Estona — Cava do terreno, que consiste em rapar as ervas e enterrá-las.

Estonar — Descansar, tirar a casca ou tona.

Estopelado — Com o aspecto da estopa.

Estorar — 'Storar, descascar, tirar a casca dos toros de madeira.

Estornicar — Esternicar, esparrimar água com os remos.

Estorvoiros — Coisas que estorvam: «Além de todos esses estorvoiros onerosos...» — Guimarães.

Estoupar — Incomodar, afligir.

Estoupeirar — Terra estoupeirada — terra levantada ou mexida pelas toupeiras.

Estoupelado, estopelado (de estopa) — Mal vestido com os cabelos em desalinho como estopa por pentear.

Estraçalhar — Estraçar, esfrangalhar: «Os homens estraçam-se».

Estracinhar, estrancinhar — Desfazer, traçar em bocados, desconjuntar violentamente. Estrangular: «os cães estracinharam um coelho».

Estradeiro — Boémio, pandego; descarado. Aquele que tem larga prática da vida. O mesmo que aldeador ou aldegante.

Estradelar — O mesmo que «astrar».

Estrafega — V. *estrafegar*.

Estrafegar — Esfregar os olhos: «... enquanto o demo 'atrafega em olho». Bater: «dar uma 'strafega en alguém».

Estrafego — Lida, trabalho.

Estragação — Estrago, prejuízo: «a estragação que o granizo fez nas vinhas!».

Estragofe — Pândega, estroinice, vadiagem.

Estralar — Dar estalos com a língua. «Bebo um largo gole de vinho, estralo a língua».

Estralho — V. *Colealho*.

Estramontado — Desnorteado.

Estrampalhaço — Escangalhamento, desarranjo, desarmonia; barulho, altercação. V. *estardalhaço*.

Estrampalhar — Escangalhar.

Estrancinhar — V. *Estracinhar*.

Estrangalhada — Salgalhada, mixórdia.

Estraquejar — Estralejar com os dedos.

Estrar — Lançar palha ou tojo nas cortes.

Estravessa — Cortar as leivas no sentido transversal após a lavra, um ou dois meses depois faz-se a estravessa. Também ao que no Minho se chama decrua, em Aguiar, diz-se estravessa.

Estravessar — Revolver a terra com o arado de pau, ou sachar, pela segunda vez. No Minho: inolgar ou arrendar.

Estreboiçar — Estreloiça, fazer ruído semelhante ao da loiça partida: «...repercutiu entre os penedos como uma estreboiçada de vidros».

Estrebucho — Movimento convulsivo: «Morrer sem um estrebucho».

Estreitura — O mesmo que treitura, coucão do carro. V. *Treiteira*.

Estrejugar ou **Estrajugar** — É o acidente provocado pelo jugo ao escorregar do cachaço do boi.

Estrelarua — Alc. de Palm. Pron. usual. 'Strelarua 'Stralarua e Trelarua, Tralharua.

Estrelicado — Apertado, ajanotado.

Estrelinha — Serzina.

Estremalhar — Estremalhar o sono, perder o sono.

Estrenoitar — «...pelos lágeas fora, toda a aldeia dormente estrenoitou.

Estrepadela — Ferir-se nos pés com os trepes de cana de milho que fica na terra.

Estrepar — Magoar-se em estrepes de milho.

Estrepasso — Talvez por traspasse. Sig. ràpidamente, de repente: «passo de 'strepasso pela porta meio aberta».

Estrepes — As raízes dos pinheiros que ficam no solo, quando os pinheiros são cortados pela base do tronco. Raízes de milho.

Estrepoeiro — Espinheiro, catapreiro; pereira brava.

Estrepos — O mesmo que estrepes.

Estresicar — V. *Estesicar*.

Estrevalar ou **'strebalar** — Estorcegar: estrevalar um pé torcê-lo. Entorcer: «o cesto estrevalou e caiu abaixo do muro».

Estrevante — O mesmo que *Bocanho*. Coura.

Estribeira — Sítio onde o oleiro descansa os pés. Lama, Barcelos); rodilha (Douro).

Estricalhado — Roto; esfarrapado.

Estricalhar — Raspar; por em tricalhos.

Estriga — A porção de linho que se coloca na roca. Se for estopa chama-se manelo; se for lã chama-se gabela ou gavela.

Estrocegão ou **estrocegadela** — Acção de torcer um pé. V. *Estrocegar*.

Estrocegar ou **estorcegar** — Escorregar. «Estrocegar um pé» produzir-se a luxação entre a articulação peróneo-tibial e o tarso.

Estroir — Destruir. É do português antigo, que ainda perdura entre o povo.

Estrolhar — Reduzir os grãos de milho a pequenos pedaços.

Estrolho — Milho esmagado.

Estrompar — Cansar, estenuar. «Depois do trabalho estenuante da malha os homens ficaram para ali estrompados». Na Madeira dizem **estrampar** (Cf. Rev. Lusit. XVII, 155).

Estronca — Tranca com que os carreteiros retezam a cadeia que segura a carga.

Estroncar — Apertar: «'stronquei o carro». Contrariar: «estroncar um negócio». Rachar blocos com o auxíljo dos guilhos e do martelão. Diz-se que a pedra estronca, quando começa a abrir: «estroncar um penedo em esteios», abri-lo, rachá-lo, (Palmeira).

Estrondo — Música infernal composta de latas velhas, bombo, pandeiros, pifres, buzinas, etc. É a música que os rapazes costumam organizar pelo entrudo.

Estrumiço — Terriço, estrume de raparduras.

Estucha — Meter a estrucha, entrujar, mentir.

Estuporado — O mesmo que estepor: «ó estuporado! tu nem digas isso!» (Vila Chã).

Estuporento — Estupor. Praga frequente: «Ó estuporenta de rapariga! Acode ao gado».

Esvair, esvaer, esvaecer — Diz-se que um tonel ou pipo se esvaiu, quando o leivado abre pela acção do calor e os arcos ficam laços (V. Cova).

Esventrar — Esfaquear furar o ventre: «esventrou o cavalo nas baionetas do inimigo».

Esverdinhento — De cor verde ou averdengada.

Etiguidade — Estado, do que está ético ou tísico (Donas de tempos idos, 91).

Eurega — Espécie de raia

Europas — No sentido comum as cinco partes do mundo: «Viajou muito, correu as europas todas desde o Japão até à Patagónia». Ouv. em Braga.

Evado — Eivado, ainda fraco, raquítico: «feijão evado».

Exati-Ixati — Inchate? Pág. 319 «Inquirições»: Santi Jacobi et Exati frio (Feitos), Vila Cova — Exati, pág. 310 das Inq. de 1250. Inchate, Enxate ou Enchate ainda persiste como top. em Vila-Cova — Barcelos.

Exalcivar — Irritar, exercitar.

Exalterar — Exaltar. Ouv. a um polícia de Viana: — «Homem, você não se exaltere!»

Exaustinado — Exaltado.

Experimenta — Experiência.

Exumear — Diz-se dos ouriços ao abrir e deixar cair as castanhas. O mesmo que barbar ou barbejar.

Eyradanega — O mesmo que Eiradana e Eiradanega.

Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga

NOTA EXPLICATIVA

O inventário que a seguir se publica não pretende apresentar-se como um trabalho completo e definitivo. Foi apenas o resultado de uma arrumação que se impunha, para poder facultar à consulta dos investigadores os fundos arquivísticos procedentes de mosteiros beneditinos. A mim interessava-me apenas, quando abordei estes fundos, saber se se encontravam no Arquivo documentos monásticos medievais que me pudessem interessar. Dada a ausência total de cotas e a desarrumação em que se encontravam os códices desde a data da sua incorporação, era impossível verificar o que pretendia. Foi então que o actual Director da Biblioteca e Arquivo, Sr. Dr. Egídio Guimarães, com uma compreensão e uma confiança que não creio possível serem excedidas, me deu todas as facilidades para arrumar, cotar e inventariar os códices que me interessavam.

Nestas condições, dispondo de pouco tempo, tive como único fim, fazer um trabalho rápido e prático. Era-me impossível estudar no pormenor a organização das finanças nos diversos mosteiros, e a sua variação através dos tempos, a época em que tinham passado para o mosteiro do Salvador de Braga as monjas de Vitorino das Donas, para o de S. Bento de Barcelos as de S. Bento de Monção, e outros elementos do mesmo género. Limitei-me a agrupar os livros e documentos por séries e a arrumá-los, dentro destas, pela mesma ordem que tinham tido no cartório de origem, ou, se a não tiveram, por ordem cronológica. Para alguns documentos não numerados, e cuja ordenação cronológica seria demasiado morosa, limitei-me a agrupá-los em maços.

O grande princípio que presidiu à arrumação presente foi a reconstituição da que existira nos cartórios de origem. Abstenho-me de justificar

este princípio, de tal modo ele é conhecido dos arquivistas modernos. No caso presente ele trazia a vantagem de fornecer aos investigadores alguns excelentes instrumentos de trabalho, tornados assim utilizáveis: os índices dos documentos avulsos, com sumários mais ou menos completos, e os mostradores dos livros de prazos. É o caso para a Congregação de S. Bento de Portugal e o mosteiro de Tibães, e para o mosteiro de Ganfei (este índice do cartório encontra-se na Torre do Tombo, Conventos de Viana do Castelo, cód. 353).

De resto, dado que cada um dos cartórios era relativamente pouco abundante, não julguei necessário colocar as séries por ordem alfabética, nem uniformizar a ordem das séries. O investigador encontrará ràpidadamente o que pretende. A datação de algumas espécies, que na ocasião não pude determinar com precisão, poderá ser feita em qualquer altura por um conservador do Arquivo que se proponha completar este esboço de Inventário.

Além do agradecimento que acima prestei ao Dr. Egídio Guimarães, queria ainda testemunhar o meu reconhecimento aos funcionários do Arquivo, ao meu confrade Fr. José do Rosário Tavares, sem o concurso do qual teria sido impossível completar este inventário, e ainda à Fundação António Cupertino de Miranda, de Santo Tirso, que custeou parte das despesas da nossa permanência em Braga.

Fr. JOSÉ MATTOSO

REFOJOS DE BASTO

Os rendimentos de algumas propriedades deste mosteiro foram unidos ao Colégio de S. Bento de Coimbra. Por isso se encontram no seu cartório uma série de prazos e um livro do recibo deste Colégio

PRAZOS

1. 1561-1619
2. 1632-1717
3. 1653-1656
4. 1673-1674, 1720-1728
5. 1671-1736
6. 1670-1760
7. 1728-1784
8. falta
9. 1752-1785
10. 1785-1793
11. 1775-1818
12. maço não encadernado: 1462-1483, 1622, 1744, 1824-25, 1830-31. (7 docs.).
13. VÁRIA: Livro de Memória das águas do Mosteiro de Refojos de Basto, 19 de Janeiro de 1782 (só tem 5 f. escritas).
14. CONTAS: Livro de Lembranças de algum P. Procurador do Mosteiro de Refojos de Basto ou Moço do Recibo delle ou do Collegio de Coimbra (fim do século XVIII).
15. RECIBO: Livro do Recibo do Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto feito pelo M. R. P. P. Fr. Estevão de Jesus Maria, Procurador do Collegio de S. Bento de Coimbra e do Mosteiro de Refojos, ... para servir nos annos de 1831, 1832 e 1833.

PRAZOS DO COLÉGIO DE COIMBRA:

16. vol. 1. 1580-85
17. » 2. 1583-1615
18. » 3. 1587-1588
19. » 4. 1607
20. » 5. 1632
21. » 6. 1588-1611
21-A » 6ª. 1640
22. » 7. 1643
23. » 8. falta
24. » 9. 1581-1593
25. » 10. falta
26. » 11. falta
27. » 12. 1666
28. » 13. falta
29. » 14. falta
30. » 15. 1625
31. » 16. 1632-1636
32. » 17. 1630-1639
33. » 18. 1614-1622
34. » 19. 1648-1695
35. » 20. 1647-1660
36. » 21. 1592-1657
37. » 22. 1654-1656
38. » 23. 1629-1671
39. » 24. 1628-1668
40. » 25. 1650-1671
41. » 26. 1661-1671
42. » 27. 1665-1667
43. » 28. 1656-1670
44. » 29. 1671-1672
45. » 30. 1670-1672
46. » 31. 1671-1672
47. » 32. 1661-1673
48. » 33. 1671-1674
49. » 34. 1655-1677
50. » 35. 1675
51. » 36. 1675-1676
52. vol. 37. 1650-1677
53. » 38. 1604, 1677-1678
54. » 39. 1678-1679
55. » 40. 1674-1679
56. » 41. 1554, 1574, 1679-1689
57. » 42. 1563-1683
58. » 43. 1604-1685
59. » 44. 1629-1694
60. » 45. 1695-1697
61. » 46. 1694-1715
62. » 47. 1699-1725
63. » 48. 1700-1709
64. » 49. 1713-1716
65. » 50. 1672-1716
66. » 51. 1702-1719
67. » 52. 1714-1723
68. » 53. 1724-1734
69. » 54. 1716-1737
70. » 55. 1715-1735
71. » 56. 1715-1740
72. » 57. 1740-1743
73. » 58. 1743-1745
74. » 59. 1744
75. » 60. 1745
76. » 61. 1746-1748
77. » 62. 1749-1751
78. » 63. 1751-1752
79. » 64. 1752-1755
80. » 65. 1755-1757
81. » 66. 1758-1763
82. » 67. 1763-1766
83. » 68. 1767-1770
84. » 69. 1770-1780
85. » 70. 1778-1784
86. » 71. 1783-1785
87. » 72. 1788-1794
88. » 73. 1789-1794

89. vol. 74. 1786-1794
90. » 75. 1788-1795
91. » 76. 1789-1795
92. » 77. 1764-1802
93. » 78. 1801-1803
94. » 79. 1801-1808
95. » 80. 1805-1809
96. » 81. 1809-1811
97. » 82. 1811-1812
98. » 83. 1812-1813
99. vol. 84. 1813-1814
100. » 85. 1815-1817
101. » 86. 1817
102. » 87. 1818-1820
103. » 88. 1822-1825
104. » 89. 1824-1825
105. » 90. 1824-1826
106. » 91. 1826-1827
107. » 92. 1824-1831

PRAZOS, SÉRIE ANTIGA

108. vol. 1. falta
109. » 2. 1461-1484
110. » 3. 1490-1491
111. » 4. falta
112. » 5. 1512-1522
113. » 6. 1542
114. » 7. 1550-1551 (tem na lombada a data de 1591, que está errada)
115. » 8. 1552
116. » 9. 1553-1556
117. » 10. 1561 (a data da lombada está errada)
118. » 11. 1567-1568
119. » 12. 1569
120. vol. 13. 1576
121. » 14. 1576-1577
122. » 15. 1578
123. » 16. 1581-1582
124. » 17. 1582-1592
125. » 18. 1587
126. » 19. 1588
127. » 20. 1592
128. » 21. 1594-1595
129. » 22. 1596-1601
130. » 23. 1601-1602
131. » 24. 1603-1604
132. » 25. falta
133. » 26. 1654-1655
134. » 27. 1655
135. » 28. falta

136. Recibo relativo às propriedades do Colégio de Coimbra, 1831-1833

TOMBOS

137. vol. 1. Tombo da Quinta da Granja em Jou, 1668
138. » 2. Tombo geral, 1655-1656
139. » 3. Id.
140. » 4. Id.
141. » 5. Notas do tombo de 1655
142. » 6. Id.
143. » 7. Id.

ARNOIA

PRAZOS

1. vol. 1. 1606-1694
2. » 2. 1702-1726
3. » 3. c. 1700-1740
4. » 4. c. 1700-1740
5. » 5. c. 1700-1750
6. » 6. c. 1700-1750
7. » 7. c. 1745-1752
8. » 8. 1742-1752
9. » 9. 1743-1752
10. » 10. c. 1755-1757
11. » 11. c. 1742-1758
12. » 12. c. 1764-1767
13. » 13. c. 1768
14. » 14. 1767-1770
15. » 15. 1781-1782
16. » 16. 1781-1782
17. » 17. 1784-1787
18. » 18. 1790-1793
19. » 19. 1789-1793
20. » 20. 1645-1691
21. » 21. 1662-1669
22. » 22. 1652-1683
23. » 23. 1670-1674
24. » 24. 1673
25. » 25. 1676-1677
26. » 26. 1674-1695
27. » 27. 1659-1697
28. » 28. 1648-1701
29. » 29. 1782-1801
30. » 30. 1702-1712
31. » 31. 1787-1793
32. » 32. 1792-1793
33. » 33. 1786-1793
34. » 34. 1793-1794
35. » 35. 1793-1794
36. » 36. 1793-1795
37. » 37. 1799-1813
38. » 38. 1805-1810
39. » 39. 1811-1815

GAVETAS

40. Gav. I. — (34 docs.): maço I: Documentos sobre a freguesia de Arnoia. (Faltam: n. 6, 11, 14, 15, 16, 18 e 19), mais 2 docs. sem número.
Maço II: Documentos sobre as freguesias de Britelo, Carvalho, Bornes, Águas (Faltam: n. 1, 2, 7, 17, 19, 20, 21), mais 2 documentos sem número e os doc. n.º 20, 25 e 27 sem indicação do lugar.

41. » II. — (29 docs.): maço I: Documentos sobre a freguesia de Rebordelo (Faltam: n. 6, 8, 12 e 15), mais 4 doc. sem número. Maço II: Docs. sobre a freguesia de Paradança: 6 doc., mais 1 sem número. Maço III: Doc. n. 17, 18, 19, 20, 22 sem indicação de lugar.

42. Gav. III. — (19 docs.) Certidões e Alvarás (Faltam: n. 1, 2, 8, 9, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33) mais 3 doc. sem número.
43. » IV. — (1 livro enc. e mais 9 docs.) Maço de bulas de Fr. João de S. José Queiroz.
44. » V. — Doc. sobre as propriedades de Trás-os-Montes. Doc. 1 a 20. (Faltam os doc. n. 1, 9 e 19).
45. » V. — Doc. 21 a 33 (Faltam: n. 22, 23, 27, 29), mais 2 doc. sem número.
46. » VI. — Sentenças. Doc. 1 a 10.
47. » VI. — Sentenças. Doc. 11 a 26. (Falta o n.º 23).
48. » VI. — Sentenças. Doc. 27 a 59. (Faltam: n.º 46, 47), mais 3 doc. sem número.
49. » VI. — Sentenças. 6 documentos sem número.
50. » VII. — Arrendamentos. Doc. 1 a 26.
51. » VII. — Arrendamentos. Doc. 27 a 84. (Faltam os n.ºs 31 a 50).
52. » VII. — Arrendamentos. Doc. 85 a 112. (Falta: n.º 111).
53. » VIII. — Autos. Doc. 1 a 20.
54. » VIII. — Autos. Doc. 21 a 39. (Faltam: n.º 25, 26, 27, 29), mais 1 doc. sem número.
55. » IX. — Doc. sobre a freguesia da Gandra. Doc. 1 a 19 (Falta: n.º 12).
56. » IX. — Doc. sobre a freguesia da Gandra. Doc. 20 a 39 (Falta: n.º 25).
57. » IX. — Doc. sobre a freguesia da Gandra. Doc. 40 a 51, mais 8 doc. sem lugar nem número.

RECIBOS

58. 1804-1806
59. 1813-1814
60. 1829-1831
61. 1656-1665

TOMBOS

62. 1787-1794, vol. I (Autos cíveis)
63. Id., vol. II
64. Id., vol. III
65. Id., vol. IV

66. Id., vol. V
67. 1787-1794, vol. I
68. Id., vol. II
69. Id., vol. III
70. Id., vol. IV
71. Id., vol. V
72. 1771-1782, vol. I
73. Id., vol. II
74. Id., vol. III
75. Id., vol. IV
76. Id., vol. V

CONGREGAÇÃO DE S. BENTO DE PORTUGAL

O cartório da Congregação de S. Bento de Portugal encontrava-se em Tibães que era a casa-mãe

GAVETAS

1. Índice do cartório (i. é dos documentos das Gavetas).

Este índice inclui também o índice das «Gavetas» de Tibães, cujos documentos são classificados entre os do cartório deste mosteiro, n.os 709 e seguintes.

2. Gav. I — (23 doc., e 1 livro). Bulas, breves e documentos do princípio da Congregação.
3. » II — (39 docs.) papéis das igrejas da Congregação.
4. » III — Sentenças. Vol. I (encadernado).
5. » III — » » II »
6. » III — » » III (um maço) (25 docs.)
7. » IV — Papéis vários
8. » IV — » » (35 docs.)
9. » IV — » » Estela 1786-1789
10. » IV — » » » 1792
11. » IV — » » » 1798
12. » V — Arrendamentos, 1635-1641 (30 docs.)
13. » V — » 1644-1707 (49 »)
14. » V — » 1707-1725 (51 »)
15. » V — » 1728-1740
16. » V — » 1740-1743

17. » V — » 1746-1761
18. » V — » 1764-1780
19. » V — » 1783-1822
20. » VI — Papéis dos mosteiros.
21. » VI — » » » Apêndice
22. » VI — índice dos documentos de Paço de Sousa (por Fr. António Meireles).
23. Gav. VII — «Pias» (estes documentos parecem ter desaparecido; a não ser que este nome designe não certidões de baptismo, mas as Inquirições *de genere*, que vão mais abaixo, n. 40 e ss.).
24. » VIII — Livros do Noviciado: I, falta
25. » VIII — » » » II, 1630-1732.
26. » VIII — » » » III, falta
27. » VIII — » » » IV, falta
28. » VIII — » » » V, falta
29. » VIII — » » » VI, falta
30. » VIII — » » » VII, 1762-1806
31. » VIII — » » » VIII, falta
32. » IX — Desaparecem todos os documentos.
33. » X — Recibos e contas diversas, impostos.
33. » X — » » » » »
34. » X — » » » » »
35. » X — » » » » »
36. » X — » » » » »
37. » XI — Documentos relativos à Província do Brasil.
38. » XI — Apêndice I: Documentos vários.
39. » XI — Apêndice II: Bulas.

INQUIRIÇÕES DE GENERE, VITA ET MORIBUS

40. Abades gerais da Congregação.
41. Série encadernada: Abades: Nomes de baptismo começados por A-E.
42. Série encadernada: Abades: Nomes de baptismo começados por E-J.
43. Série encadernada: Abades: Nomes de baptismo começados por J-S.
44. Série encadernada: Monges: Nomes de baptismo começados por A-B.

45. Série encadernada: Monges: Nomes de baptismo começados por C-H.
46. Série encadernada: Monges: Nomes de baptismo começados por J.
47. Série encadernada: Monges: Nomes de baptismo começados por J-L.
48. Série encadernada: Monges: Nomes de baptismo começados por M.
49. Série encadernada: Monges: Nomes de baptismo começados por M-V.
50. Série encadernada: Brasil: Nomes de baptismo começados por A.
51 Série encadernada: Brasil: Nomes de baptismo começados por B-E.
52. Série encadernada: Brasil: Nomes de baptismo começados por F-H.
53. Série encadernada: Brasil: Nomes de baptismo começados por J.
54. Série encadernada: Brasil: Nomes de baptismo começados por J-L.
55. Série encadernada: Brasil: Nomes de baptismo começados por M.
56. Série encadernada: Brasil: Nomes de baptismo começados por N-V.
57. Série das Inquirições de 1812.

Série em maços: Nomes de baptismo começados por A

58.	A — António (até 1680)	(56 docs.)
59.	António (1683-1757)	(37 »)
60.	António (1758-1782)	(23 »)
61	António (1783-1796)	(30 »)
62.	António (1801-1816)	(24 »)
63.	B — Bento	(36 »)
64.	Bernardino — Bruno	(29 »)
65.	C	(23 »)
66.	D	(44 »)
67.	E — Francisco (até 1726)	(53 »)
68.	Francisco (1728-1783)	(34 »)
69.	Francisco (1784 ss.) — Gregório	(39 »)
70.	Henrique — João (até 1668)	(49 »)
71.	João (1670-1713)	(40 »)
72.	João (1716-1784)	(35 »)
73.	João (1786-1816)	(26 »)
74.	Joaquim — Jorge	(35 »)
75.	José (1660-1744)	(43 »)

76. José (1746-1760) (25 »)
77. José (1761-1781) (21 »)
78. José (1782-1794) (24 »)
79. José (1795 ss.) — Justiniano (28 »)
80. L — Luís (até 1759) (33 »)
81. Luís (1782 ss.) — Manuel (até 1690) (69 »)
82. Manuel (1691-1739) (47 »)
83. Manuel (1746-1761) (26 »)
84. Manuel (1762-1793) (25 »)
85. Manuel (1794 ss.) — Miguel (38 »)
86. N — R (44 »)
87. S — V (35 »)

ESTADOS DOS MOSTEIROS

88. Estrela, 1632-1822 (faltam os de 1635-1644, 1662, 1674-1710, 1804, 1807 e 1813).
89. Ganfei, 1629-1758 (faltam os de 1638, 1647, 1662, 1674, 1677, 1680, 1686-1713, 1719 e 1737).
90. Ganfei, 1761-1822 (falta o de 1798).
91. Congregação, 1629-1822 (faltam os de 1632-1644, 1650-1656, 1662-1713, 1722, 1731, 1737, 1752, 1801-1813; NB: os de 1818-19 estão juntos com os de Tibães e da Arca Literária).
92. Santarém, 1629-1822 (faltam os de 1635, 1641-1647, 1653, 1656, 1662, 1671-1710, 1719).
93. Arnoia, 1629-1752 (faltam os de 1635, 1644, 1674-1710, 1719, 1737).
94. Arnoia, 1755-1822 (faltam os de 1774, 1777).
Igreja da Foz do Douro, 1662-1822 (faltam os de 1674, 1677, 1680, 1685-1710, 1719, 1725, 1759, 1780, 1786, 1810).
95. Hospício de Bra 64-1822 (faltam os de 1770, 1783, 1792, 1795, 1804, 1807).
Procuradoria de Lisboa, 1722-1822 (faltam os de 1725-1728, 1734-1745, 1758, 1764-1772, 1778-1810; há mais dois sem data).
96. Procuradoria do Porto, 1719-1822 (faltam os de 1722-1745, 1752-1761, 1767, 1775; há mais 6 sem data).
Procuradoria de Braga, 1731-1758 (faltam os de 1737, 1747, 1750, 1755; há 1 sem data).
97. Travanca, 1629-1761 (faltam os de 1635, 1644, 1653, 1668-1710, 1737).

98. Travanca, 1764-1822.
99. Paço de Sousa, 1629-1764 (faltam os de 1635, 1641, 1644, 1674--1710, 1716, 1737).
100. Paço de Sousa, 1767-1822.
101. Pendorada, 1629-1752 (faltam os de 1635, 1644, 1674-1713, 1737).
102. » 1755-1795.
103. » 1798-1822.
104. Porto, 1629-1761 (faltam os de 1635, 1641, 1644, 1674-1710, 1716, 1749, 1758).
105. Porto, 1764-1822 (falta o de 1807).
106. Lisboa, 1629-1743 (faltam os de 1644, 1653, 1665, 1674-1713, 1737).
107. Lisboa, 1746-1786 (faltam os de 1761, 1764, 1767, 1776).
108. » 1789-1822 (faltam os de 1804, 1807, 1810, 1816, 1822).
109. Santo Tirso, 1629-1742 (faltam os de 1641, 1644, 1674, 1677, 1680, 1686-1710, 1737).
110. Santo Tirso, 1746-1787.
111. » » 1789-1822 (falta o de 1798).
112. Tibães, 1632-1780 (faltam os de 1635, 1641, 1644, 1659, 1668-1674, 1680-1710, 1716, 1719, 1725, 1737, 1745, 1755).
113. Tibães, 1783-1822.
114. Cucujães, 1629-1770 (faltam os de 1635, 1644, 1674-1710, 1716, 1737).
115. Cucujães, 1773-1822.
116. Rendufe, 1629-1742 (faltam os de 1635, 1638, 1644, 1659, 1674-1710, 1716, 1737).
117. Rendufe, 1745-1783 (faltam os de 1749, 1758).
118. Rendufe, 1786-1822.
119. Palme, 1629-1764 (faltam os de 1635, 1641, 1644, 1674, 1677, 1680, 1686-1710, 1716, 1719, 1737).
120. Palme, 1767-1822 (faltam os de 1807, 1822).
121. Pombeiro, 1629-1761 (faltam os de 1635, 1641, 1644, 1674-1710, 1719, 1737, 1749).
122. Pombeiro, 1764-1822 (falta o de 1807).
123. Carvoeiro, 1629-1767 (faltam os de 1635, 1646, 1674-1710, 1719, 1722, 1734, 1737).
124. Carvoeiro, 1770-1822 (falta o de 1804).
125. Miranda, 1629-1822 (faltam os de 1635, 1644, 1674-1710, 1737)

126. Cabanas, 1629-1822 (faltam os de 1632, 1650?, 1675-1716, 1722, 1737, 1749, 1773).
127. Bostelo, 1629-1764 (faltam os de 1635, 1644, 1675-1710, 1716, 1719, 1737, 1755).
128. Bostelo, 1767-1822.
129. Coimbra, 1629-1748 (faltam os de 1635, 1644, 1674-1710, 1716, 1719, 1737).
130. Coimbra, 1752-1798.
131. » 1801-1822.
132. Refojos de Basto, 1629-1764 (faltam os de 1635, 1644, 1659, 1674, 1677, 1680, 1686-1710, 1737).
133. Refojos de Basto, 1767-1822 (falta o de 1810).
134. Rio de Janeiro I, 1623-1748.
135. » » » 1750-1793.
136. Baía, 1652-1740; Procuradoria do Brasil, 1716-1728; Embarque de açúcar, 1764-1766; Géneros mandados de Lisboa, 1767.
137. Baía II, 1764-1800.
138. Olinda I, 1657-1756.
139. Olinda, II, 1769-1799.
140. Santos, 1650-1792.
141. Paraíba, 1651-1793.
142. Nossa Senhora das Brotas, 1711-1789.
143. Nossa Senhora da Graça, 1717-1789.
144. São Paulo, 1730-1792.
145. Paranaíba, 1736-1789; Jundiaí, 1751-1783; Sorocaba, 1769-1783.

VISITAS DO GERAL

146. 1644-1647
147. 1648-1650
148. 1651-1653
149. 1653-1654
150. 1656-1659
151. 1665-1673
152. 1673-1680
153. 1680-1683
154. 1713-1719
155. 1719-1725
156. 1728-1731
157. 1734-1736
158. 1737-1740
159. 1740-1742
160. 1742-1748
161. 1749-1751
162. 1752-1755
163. 1755-1758
164. 1758-1760
165. 1761-1763
166. 1764-1767
167. 1767-1770

168. 1770-1773
169. 1777-1780
170. 1780-1785
171. 1785-1790
172. 1790-1795 (com as visitas dos visitadores)
173. 1793-1798
174. 1801-1804
175. 1804-1807
176. 1807-1810
177. 1811-1812
178. 1813-1815
179. 1816-1819
180. 1819-1821

VISITAS DOS VISITADORES

181. 1611-1624
182. 1633-1638
183. 1639-1643
184. 1657-1671
185. 1711-1721
186. 1726-1736
187. 1750-1755
188. 1756-1763
189. 1777-1789
190. 1790-1801
191. 1786-1821
192. 1611-1832
193. 1608-1813

VÁRIOS LIVROS

194. Cartas Pastorais, 1642-1780; vida e morte dos monges, 1731-1795
195. Cartas Pastorais, 1768-1780
196. Anúncios de morte dos monges, 1773-1783
197. » » » » » , 1773-1783 (30 docs.)
198. » » » » » , 1773-1783
199. Eleições dos abades: conformações, petições da confirmação, felicitações.

LIVROS DE DEPÓSITO

200. 1626-1628
201. 1629-1631
202. 1632-1635
203. 1655-1659
204. 1660-1661
205. 1662-1663
206. 1665-1666
207. 1666-1667
208. 1668-1671
209. 1671-1674
210. 1674-1677
211. 1677-1680
212. 1680-1683
213. 1683-1685
214. 1686-1689
215. 1689-1692
216. 1692-1695
217. 1695-1698
218. 1698-1701
219. 1701-1704
220. 1704-1707
221. 1707-1709
222. 1710-1713
223. 1713-1716

224. 1716-1719
225. 1719-1722
226. 1722-1725
227. 1725-1727
228. 1728-1730
229. 1731-1733
230. 1734-1736
231. 1737-1739
232. 1740-1742
233. 1746-1749
234. 1749-1751
235. 1752-1754
236. 1755-1757
237. 1758-1760
238. 1761-1763
239. 1764-1766
240. 1767-1769
241. 1770-1772
242. 1773-1775
243. 1776-1778
244. 1779-1783
245. 1783-1785
246. 1786-1788
247. 1789-1791
248. 1792
249. 1795-1797
250. 1798-1801
251. 1804-1806
252. 1807-1809
253. 1810-1812
254. 1813-1815
255. 1816-1818
256. 1819-1821
257. 1822-1825

LIVROS DO GASTO

258. 1635
259. 1638
260. 1641
261. 1644
262. 1650
263. 1653
264. 1654
265. 1656
266. 1659
267. 1680
268. 1683
269. 1695
270. 1698
271. 1701
272. 1707
273. 1711
274. Fragmentos de 1644-1673 (4 docs.)

LIVROS DE GASTO DA SECRETARIA DA CONGREGAÇÃO

275. 1674-1715
276. 1710-1731
277. 1737-1743
278. 1743-1752

LIVROS DO RECIBO

279. 1635
280. 1638
281. 1641
282. 1647
283. 1650
284. 1650-1651
285. 1652
286. 1653
287. 1656
288. 1664

LIVROS VÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

289. — Repartição do Subsídio Literário, 1789-1807
290. — » » » » 1807-1810
291. — » » » » 1813-1822
292. — Dinheiro que a Congregação tomou a juro por conta do Mosteiro de Lisboa, 1759-1767
293. — Dinheiro que a Congregação tomou a juro por conta do Mosteiro de Lisboa, 1767-1770
294. — Comércio de Macau, 1748-1752
295. — Demandas da Congregação, 1716-1766
296. — » » » 1767-1795
297. — Subsídio para o desempenho da Congregação, 1743-1752
298. — » » » » » » 1758-1763
299. — » » » » » » 1760-1763 (2 docs.).
300. — » » » » » » 1767-1769
301. — Hospício de Braga, 1716
302. — Procuradoria de Braga, 1736-1749
303. — Pagamento à Patriarcal e à Mitra de Braga, 1687-1739
304. — » » » » » » » » 1741-1771
305. — Livro do Quindénio de Roma, 1668-1721
306. — Procuradoria de Lisboa, 1731
307. — Obras de S. Bento da Vitória, 1819
308. — Arca da Congregação, 1784-1825
309. — » » » 1789-1805
310. — Subsídio dos mosteiros ao de Tibães, 1764-1773
311. — Repartição da terça das igrejas da Congregação, 1743-1745
312. — » » » » » » » 1752-1754
313. — » » » » » » » 1755-1758

OUTROS LIVROS E DOCUMENTOS

314. — Actas capitulares (cópias) 1635-1767
315. — » » » 1770-1789
316. — » » » 1795-1807
317. — » » » 1810-1822
318. — » » » 1752-1786
319. — » » » 1795-1822
320. — » » » 1758, 1764. 1767, 1770, 1801

321. — Sindicações da Província do Brasil, 1724-1761
322. — » » » » » 1764-1800
323. — Inventários dos mosteiros, 1776, 1783
— Certidões várias para confessar, pregar, etc., 1670-1799
324. — Documentos sobre os estudos: plano dos Estudos, 1776
325. — Livro que trata de excomunhão, indulgências e baptismo.

N. B. — Ver também, no Arquivo de Tibães, os n.os 377-407, Livro das fábricas das igrejas do Mosteiro e da Congregação; e os n.os 452-457, Livro dos extraordinários do mosteiro e Congregação; cf. n.os 408-410, Livro das Lutuosas e domínios.

TIBÃES

AUTOS DOS TOMBOS

1. 1528, vol. I
2. 1528, » II
3. 1555
4. 1676, vol. I
5. 1676, » II
6. 1654, » I
7. 1654, » II
8. 1759, » I
9. 1759, » II
10. 1760, » I
11. 1760, » II
12. Aditamentos ao Tombo do Carreço, 1760

SENTENÇAS

13. vol. 1. Igrejas
14. » 2. Id.
15. » 3. Id.
16. » 4. Jurisdição do Couto de Tibães
17. » 5. Id.
18. » 6. Id.
19. » 7. Sobre Prazos e outros documentos situados dentro do Couto

20. vol. 8. Id.
21. » 9. Id.
22. » 10. Id.
23. » 11. Id.
24. » 12. Id., nos termos de Braga e Guimarães
25. » 13. Id., no termo de Barcelos
26. » 14. Id, no termo de Esposende e da Estela
27. » 15. Id.
28. » 16. Id.
29. » 17. Id.
30. » 18. Sobre a jurisdição do couto da Estela
31. » 19. Id.
32. » 20. Sobre prazos, etc., situados nos termos de Viana e da Barca
33. » 21. Id.
34. » 22. Id.
35. » 23. Id., nos termos de Caminha e do Prado
36. » Índice das sentenças, feito pelo autor do índice das Gavetas, em borrão.
Cópia do mesmo. incompleta.
37. » — Sobre questões dentro do Couto de Tibães (22 docs.)
38. » — » » » » » » » (22 »)
39. » — Id., no termo de Braga (11 »)
40. » — Id., » » » » (1 »)
41. » — Id., no termo de Barcelos (5 »)
42. » — Id., » » » » (8 »)
43. » — Id., dentro do couto da Estela (9 »)
44. » — Id., » » » » » (11 »)
45. » — Id., » » » » » (4 »)
46. » — Id., » » » » » (13 »)
47. » — Id., nos termos de Viana e do Prado (17 »)
48. » — » » » » » » » (12 »)

TOMBOS

49. Tombo do Mosteiro de S. Cláudio, 1503 — falta.
50. Id., treslado de 1594
51. Tombo da Estela, 1718, vol. I
52. Tombo da Estela, 1727, vol. II
53. Tombo do Carreço, Areosa e Vila de Punhe, 1727

54. Tombo de S. Cláudio, 1676
55. Tombo de Tibães, 1715, vol. I
56. Tombo de Tibães, 1716, vol. II
57. Tombo do Carreço e Aereosa, 1759, vol. I
58. Tombo do Carreço e Areosa, 1759, vol. II
59. Tombo de fora do Couto, 1760, vol. I
60. Tombo de fora do Couto, 1761, vol. II
61. Tombo de Tibães, 1528
62. Tombo de Tibães, 1555
63. Aditamentos ao Tombo do Carreço, 1760

PRAZOS

64. vol. 1. 1561-1592
65. » 2. 1595-1599
66. » 3. 1598-1606, 1586
67. » 4 1553-1676
68. » 5. 1594-1611
69. » 6. 1608-1615, 1593-1597
70. » 7. falta
71. » 8. falta
72. » 9. falta
73. » 10. falta
74. » 11. falta
75. » 12. falta
76. » 13. falta
77. » 14. falta
78. » 15. 1615-1616, 1564, 1620
79. » 16. 1665-1666, 1615-1638
80. » 17. 1666-1669, 1553-1660
81. » 18. 1669-1671, 1623
82. » 19. 1671-1673, 1557-1641
83. » 20. 1674-1676, 1557-1671
84. » 21. 1676-1689
85. » 22. 1677-1699
86. » 23. 1666-1682
87. » 24. 1691-1695, 1561-1669
88. » 25. 1695-1697, 1616-1671
89. » 26. 1696-1698
90. vol. 27. 1697-1698
91. » 28. 1699-1704
92. » 29. 1704-1711
93. » 30. 1710-1712
94. » 31. 1710-1713
95. » 32. 1713
96. » 33. 1715-1716
97. » 34. 1699, 1716-1720
98. » 35. 1723-1724, 1627-1699
99. » 36. 1724-1728
100. » 37. 1728-1733
101. » 38. 1733-1735
102. » 39. 1737-1738
103. » 40. 1738-1739
104. » 41. 1738-1740, 1664-1720
105. » 42. 1738-1743, 1734
106. » 43. 1736-1750
107. » 44. 1752-1757, 1742
108. » 45. 1745-1761, 1586-1694
109. » 46. 1744-1761
110. » 47. 1762-1764
111. » 48. 1762-1764
112. » 49. 1745-1762
113. » 50. 1765-1767
114. » 51. 1765-1776, 1567-1651
115. » 52. 1768-1776, 1558-1627

116. vol. 1768-1774, 1592-1673
117. » 54. 1777-1783
118. » 55. 1783-1786
119. » 56. 1780-1786
120. » 57. 1784-1786
121. » 58. 1786-1788
122. » 59. 1787-1788
123. » 60. 1788-1792
124. » 61. 1784-1798
125. » 62. 1801-1802
126. » 63. 1797-1804
127. » 64. 1804-1806
128. vol. 65. 1804-1806
129. » 66. 1802-1805
130. » 67. 1804-1808
131. » 68. 1801-1809
132. » 69. 1806-1809
133. » 70. 1806-1813
134. » 71. 1807-1815
135. » 72. 1806-1815, 1794
136. » 73. 1808-1821
137. » 74. 1825-1827
138. » 75. 1830-1831
139. » — 1616-1830 (maço)

140. » — 1587-1669, S. Paio da Ponte e Merelim
141. » — 1575-1732, Termo de Monção e Requião
142. » — 1710-1748, 1599-1679, Estela
143. » — 1748-1749, Estela
144. » — 1747-1760, 1768, Estela
145. » — 1807-1810, Estela
146. » — 1818-1822, 1794, Estela
147. » — 1829-1831, Estela
148. » — 1829-1831, Estela
149. » — 1547-1662, Carreço
150. » — 1672-1674, 1696-1697, Carreço
151. » — (Prazos de Carreço, vol. III) falta
152. » — 1727-1733, Carreço
153. » — 1511-1663, S. Cláudio
154. » — 1669-1674, 1606-1672, S. Cláudio
155. » — 1564-1650, Padim e Parada
156. » — 1599-1728, Panóias e Parada
157. » — 1571-1661, Mire
158. » — 1540-1666, Termo de Braga
159. » — séc. XVI-XVII, Termo do Prado

VEDORIAS

160. vol. 1. 1583-1587
161. » 2. 1585-1586
162. » 3. 1577-1603
163. vol. 4. 1587-1611
164. » 5. 1606-1610
165. » 6. 1605-1645

166. vol. 7. 1618-1628, 1713
167. » 8. 1628-1632
168. » 9. 1634-1651
169. » 10. 1652-1666
170. » 11. falta
171. » 12. 1667-1675, 1602
172. » 13. 1669-1672
173. » 14. 1696, 1675-1693
174. » 15. 1694-1712
175. » 16. 1710-1713
176. » 17. 1713-1715
177. » 18. 1713-1716
177-A » 18. 1719-1735, 1625-1695
178. » 19. 1716-1720
178-A » 19A 1741-1755
179. vol. 20. 1559-1561, 1587-1750
180. » — 1697-1707
181. » — 1707-1710
182. » — 1739-1763
183. » — 1766-1781
184. » — 1767-1782
185. » — 1782-1786
186. » — 1799-1808
187. » — 1788-1804
188. » — 1528-1774 (26 docs.)
189. » — 1786-1794 (2 »)
190. » — 1801-1805 (11 »)
191. » — 1805-1808 (14 »)
192. » — 1808-1828 (20 »)
193. » — 1828-1832 (24 »)

LIVROS VÁRIOS RELATIVOS AO DOMÍNIO

194. «Livro que somente contem procurassoens de varios cazeiros para assignar e aceitar prazos. Tambem contem dezistencias que fizerão os moradores da Estella e petiçoens pedindo as terras por prazos», 1726-1765.
195. «Carreço. Varios papeis».
196. Tombo, 1555
197. Vedorias do Carreço e S. Cláudio
198. Vedorias do Carreço e S. Cláudio, 1760
199. Vedorias. Livro 1.ª da Estela, 1747-1753
200. Pareceres jurídicos sobre vários assuntos, requerimentos, etc., séc. XVIII.

LIVROS DO RECIBO

201. 1540, 1560, 1556-1567, 1574
202. 1575, 1579
203. 1581
204. 1586, 1587, 1588
205. 1589
206. 1590
207. 1591
208. 1592

209. 1593
210. 1596
211. 1597
212. 1601
213. 1602
214. 1604
215. 1605
216. 1606
217. 1607
218. 1608
219. 1609
220. 1611
221. 1613
222. 1614
223. 1615
224. 1616
225. 1617-1618
226. 1619
227. 1620
228. 1621, 1622, 1623
229. 1624
230. 1625
231. 1626-1627
232. 1628
233. 1629-1630
234. 1631
235. 1632
236. 1633
237. 1634
238. 1635
239. 1636-1637
240. 1638
241. 1639
242. 1640
243. 1641
244. 1642
245. 1643
246. 1644
247. 1645
248. 1646
249. 1647
250. 1649
251. 1650
252. 1651
253. 1652
254. 1654
255. 1655
256. 1656
257. 1657
258. 1658
259. 1659
260. 1660
261. 1661
262. 1662
263. 1663
264. 1664
265. 1665
266. 1666
267. 1667
268. 1668
269. 1669
270. 1670
271. 1671
272. 1672
273. 1673
274. 1674
275. 1675
276. 1676
277. 1677
278. 1678
279. 1679
280. 1680
281. 1681
282. 1682
283. 1683
284. 1684
285. 1685
286. 1686
287. 1687
288. 1688
289. 1689
290. 1690
291. 1691
292. 1692
293. 1693
294. 1694
295. 1695
296. 1696
297. 1697
298. 1698
299. 1699
300. 1700
301. 1701
302. 1702
303. 1703
304. 1704
305. 1705
306. 1706
307. 1707
308. 1708
309. 1709
310. 1710
311. 1711
312. 1712
313. 1713
314. 1714
315. 1715
316. 1716
317. 1717
318. 1718
319. 1719
320. 1721
321. 1722-1723
322. 1724
323. 1725
324. 1726
325. 1727-1728

326. 1729
327. 1730
328. 1731
329. 1732
330. 1733
331. 1734
332. 1735
333. 1736
334. 1737
335. 1738
336. 1739-1741
337. 1742-1743
338. 1743-1745
339. 1746-1748
340. 1749-1751
341. 1752-1754
342. 1755-1757
343. 1758-1760
344. 1761-1763
345. 1764-1766
346. 1767-1769
347. 1770-1772
348. 1773-1775
349. 1776-1779
350. 1780-1782
351. 1783-1785
352. 1786-1788
353. 1789-1791
354. 1792-1794
355. 1795-1797
356. 1798-1800
357. 1801-1803
358. 1804-1806
359. 1807-1809
360. 1810-1812
361. 1813-1815
362. 1816-1818
363. 1819-1824
364. 1825-1827
365. 1831-1833

RECIBO DO TERMO DE VIANA

366. 1801-1803
367. 1804-1806
368. 1807-1809
369. 1810-1812
370. 1813-1815
371. 1816-1818
372. 1819-1821
373. 1822-1824
373-A 1833

DÍVIDAS DOS CASEIROS

374. 1764-1778 (26 docs.)
375. 1779-1797
376. 1798-1824

LIVROS DAS FÁBRICAS DAS IGREJAS DO MOSTEIRO E DA CONGREGAÇÃO

377. 1632-1638 (só da Congregação)
378. 1674-1710
379. 1713-1716
380. 1716-1737 (só da Congregação)
381. 1716-1725 (só de Tibães)
382. 1737-1746 (só da Congregação)
383. 1746-1752 (só da Congregação)
384. 1750-1752 (só de Tibães)
385. 1752-1754
386. 1755-1757
387. 1758-1760
388. 1764-1766
389. 1767-1769
390. 1770-1772
391. 1773-1775
392. 1776-1778

393. 1780-1782
394. 1783-1785
395. 1786-1788
396. 1789-1791
397. 1792-1794
398. 1795-1797
399. 1798-1800
400. 1801-1803
401. 1804-1806
402. 1807-1809
403. 1810-1812
404. 1813-1815
405. 1816-1818
406. 1819-1821
407. 1822-1824

LIVROS DAS LUCTUOSAS E DOMíNIOS (cf. Livros dos Extraordinários)

408. Luctuosas e domínios, 1618-1719
409. Luctuosas, 1710-1783
410. Laudémios e Luctuosas, 1783-1810

LIVROS DAS FORNADAS

411. 1652
412. 1699
413. 1716
414. 1736
415. 1748
416. 1755
417. 1758
418. 1764
419. 1770
420. 1780
421. 1786
422. 1792
423. 1795
424. 1798
425. 1804
426. 1810
427. 1813
428. 1825

DESCARGO DO RECIBO DOS GÉNEROS DA DISPENSA

429. 1646
430. 1648
431. 1659 (?)
432. 1677
433. 1680
434. 1801
435. 1806
436. 1810
437. 1813
438. 1816
439. 1819
440. 1822

LIVROS DOS SALÁRIOS, PENSÕES, QUINDÉNIOS E DONATIVOS

441. 1629-1632
442. 1636
443. 1656
444. 1710
445. 1728
446. 1737
447. 1750

LIVROS DOS ACRÉSCIMOS DO CELEIRO

448. 1801
449. 1810
450. 1813
451. 1816

LIVROS DOS EXTRAORDINÁRIOS DO MOSTEIRO E DA CONGREGAÇÃO (cf. Livros das luctuosas e dos domínios)

452. 1798
453. 1801
454. 1804
455. 1807
456. 1810
457. 1813

LIVROS DAS OBRAS

458. 1645
459. 1661
460. 1695
461. 1731
462. 1737
463. 1751
464. 1761
465. 1767
466. 1776
467. 1789
468. 1798
469. 1813
470. 1752-1755 (capela-mor)

LIVROS DA ENFERMARIA, ROUPARIA, SACRISTIA, HOSPEDARIA, LIVRARIA, REFEITÓRIO

471. — Enfermaria, 1725
472. — » 1751
473. — Rouparia, 1653, 1673
474. — » 1695
475. — » 1707
476. — » 1728
477. — » 1743
478. — » 1764
479. — » 1801
480. — Sacristia, 1647
481. — » 1668
482. — » 1680
483. — » 1710
484. — » 1731

485. — Sacristia, 1758
486. — » 1761
487. — » 1767
488. — Hospedaria, 1719
489. — Livraria (Livro de receita e despesa), 1758-1795
490. — Refeitório, 1719
491. — Legado de Apolónia do Espírito Santo,, 1767
492. — Livro das demandas, 1734-1770

LIVRO DAS VISITAS E DOS CONSELHOS

493. — Visitas, 1644-1711
494. — » 1711-1748
495. — » 1748-1766
496. — » 1767-1807
497. — Conselhos, 1631-1644
498. — » 1707-1752
499. — » 1751-1783
500. — » 1783-1798
501. — » 1798-1814

LIVROS DO COUTO

502. — Couto de Tibães — Conselhos da câmara, 1668-1683
503. — » » » — » » » 1706-1715
504. — » » » — » » » 1716-1728
505. — » » » — » » » 1750-1759
506. — » » » — Correições, 1652-1703
507. — » » » — Notas do tabelião, 1673-1675
508. — » » » — » » » 1678-1681
509. — » » » — Condenações, 1726-1735
510. — Couto da Estela — Vários documentos (falta)

LIVROS DOS ARRENDAMENTOS

511. 1603-1617, 1622
512. 1616-1622
513. 1624-1645
514. 1628-1632
515. 1632-1638
516. 1636-1642
517. 1642-1677
518. 1665-1674

519. 1666-1684
520. 1673-1688
521. 1662-1683
522. falta
523. 1693-1708
524. 1709-1716
525. falta
526. 1708-1712
527. 1719-1748, 1625-1643
528. 1611-1783
529. 1611-1786
530. 1626-1786
531. 1659-1817
532. 1715-1756 (Carreço, livro IV)
533. 1612-1613
534. 1608

LIVROS DO DEPÓSITO (recibo de rendas a dinheiro)

535. 1614
536. 1617
537. 1623
538. 1626
539. 1629
540. 1632
541. 1635
542. 1638
543. 1641
544. 1644
545. 1647
546. 1648
547. 1650
548. 1652
549. 1653
550. 1654
551. 1655
552. 1656
553. 1659
554. 1661
555. 1662
556. 1663
557. 1664
558. 1665
559. 1666
560. 1667
561. 1668
562. 1669
563. 1670
564. 1671
565. 1672
566. 1673
567. 1675-1676
568. 1677-1679
569. 1680-1682
570. 1683-1685
571. 1686-1688
572. 1689-1691
573. 1692-1694
574. 1695-1697
575. 1698-1700
576. 1701-1703
577. 1704-1706
578. 1707-1709
579. 1710-1712
580. 1713-1715
581. 1716-1718
582. 1719-1721
583. 1722-1724
584. 1725-1727
585. 1728-1730
586. 1731-1733
587. 1737-1739
588. 1740-1742
589. 1743-1745
590. 1746-1748
591. 1749-1751
592. 1752-1754
593. 1755-1757
594. 1758-1760
595. 1761-1763
596. 1764-1766
597. 1767-1769
598. 1770-1772
599. 1773-1775
600. 1776-1778
601. 1780-1782
602. 1783-1785
603. 1786-1788
604. 1789-1791
605. 1792-1794
606. 1795-1797
607. 1798-1800
608. 1801-1803
609. 1804-1806
610. 1807-1809
611. 1810-1812
612. 1813-1815
613. 1816-1818
614. 1819-1821
615. 1822-1824

LIVROS DA GRANARIA (ou da Dispensa, ou do Descargo do recibo)

616. 1683
617. 1686
618. 1689
619. 1692
620. 1695
621. 1702
622. 1705
623. 1708
624. 1710
625. 1716
626. 1719
627. 1725, 1728
628. 1731
629. 1734
630. 1737
631. 1740
632. 1743
633. 1746
634. 1749
635. 1752
636. 1755
637. 1758
638. 1764
639. 1767
640. 1770
641. 1773
642. 1776
643. 1780
644. 1783
645. 1786
646. 1789
647. 1792
648. 1795
649. 1798
650. 1801
651. 1804
652. 1807
653. 1810
654. 1819

LIVROS DO GASTO DA CASA

655. 1614, 1623, 1644
656. 1656
657. 1663, 1675
658. 1695
659. 1703
660. 1704
661. 1716
662. 1718
663. 1722
664. 1733
665. 1734
666. 1737
667. 1740
668. 1743
669. 1750
670. 1752? falta
671. 1755
672. 1758
673. 1761
674. 1764
675. 1767
676. 1771
677. 1773
678. 1776
679. 1780
680. 1783
681. 1786
682. 1789
683. 1792
684. 1795
685. 1798
686. 1801
687. 1804
688. 1807
689. 1810
690. 1813
691. 1816
692. 1819
693. 1822

PAPÉIS DIVERSOS

694. Maço I: Rol do vinho, 1807-1818; Rol da marram, 1801-1815; contas diversas (apontamentos) (36 docs.)
695. Rol do vinho, 1807-1818; Rol da marram, 1801-1815; contas diversas (apontamentos) (32 docs.)

696. Maço II: Vários papéis sobre os coutos de Tibães e Estela (56 docs.)
697. Id. (28 docs.)

MOSTRADORES DAS PROPRIEDADES

698. 1614, Couto e fora do Couto
699. 1629, Couto
700. 1634, fora do Couto
701. 1716, Couto
702. s. d., Couto
703. s. d., Couto
704. 1751, Couto da Estela
705. 1829, Couto da Estela
706. Roteiro antigo da demarcação do Couto de Tibães
707. Borrão para o mostrador da Estela (1759) e outras propriedades.
708. Id.

GAVETAS (O índice das Gavetas está no Cartório da Congregação, n.º 1)

709. Gav. I — Igrejas do Mosteiro (8 docs.) (faltam os docs. 1, 4, 5, 7 a 70, 72 a 83, 86, 88, 89, 90, 91).
710. » II — Papéis das Igrejas (7 docs.) (faltam os docs. 3, 6, 8 a 15, 17).
711. » II — Papéis das Igrejas (9 docs.) (faltam os docs. 24, 25, 27 a 29, 31 a 36).
712. » III — Jurisdição e privilégios. Doc. 1-73. (faltam os docs. 1 a 12, 30 a 40, 43, 46, 50, 57, 59, 60, 61, 62, 65 a 69, 71 a 73).
713. » III — Jurisdição e privilégios (8 docs.) (faltam os docs. 76, 79, 80, 81, 82).
714. » IV — Freguesias do couto (Falta).
715. » V — » » termo de Braga (só há o n.º 30).
716. » VI — » » » » Guimarães (falta).
717. » VII — » dos termos de Barcelos e Esposende (falta).
718. » VIII — » do couto da Estela (falta).
719. » IX — » dos termos de Viana e Caminha (só o n.º 10).
720. » X — » dos termos de Monção e Barca (falta).

721. Gav. XI — » do termo do Prado (falta).
722. » XII — Doações, escambos e vendas (30 docs.).
723. » XII — » » » » (41 »).
724. » XIII — Miscelânea. Doc. 1-13 (faltam os docs. 1, 5, 6, 7, 9, 13).
725. » XIII — » » 14-58 (faltam os doc. 18 a 23, 26 a 34, 37 a 58).
» XIV — Sentenças do Mosteiro (ver mais acima, n. 13 a 48).
» XV — Id.
726. » XVI — Instruções (falta).
» XVII — Tombos e autos (ver mais acima, n. 1 a 12 e 49 a 63).
» XVIII — Livros de arrendamentos (ver mais acima, n. 511 a 534).
727. Rol dos monges falecidos na nossa Congregação de Portugal, 1754 ss.

LIVROS DE MONGES PARTICULARES

728. José de Santo António Vilaça.
729. António de Nossa Senhora do Rosário.
730. Manuel dos Prazeres.
731. Desconhecido.
732. José de S. Francisco de Sales.

SALVADOR DE BRAGA

Para este mosteiro passaram as monjas de Vitorino das Donas

1. — Documentos encadernados: vol. 1. 1554-1652
2. — » » » 2. 1541-1718
3. — » » » 3. 1662-1666
4. — » » » 4. 1539-1681
5. — » » » 5. 1509-1686
6. — » » » 6. 1691-1724
7. — » » » 7. 1536-1718
8. — » » » 8. 1635-1721
9. — » » » 9. 1609-1764
10. — » » » 10. 1604-1780
11. — Índice dos volumes anteriores, por António Francisco de Azevedo, 1756.
12. — Index do Cartório, 1682.
13. — Treslado de documentos antigos, 1682 (documentos do século XIII-XVI) (27 docs.).

14. — Livro com vários índices:
    — índices vários, sem título.
    — índice do Tombo de Vitorinho das Donas.
    — Mostrador das propriedades, bens, rendas e pensões, 1604 (completado em 1631).
    — Index e mostrador dos caseiros, 1604 (completado em 1631).
    — Index dos juros e fazenda das três igrejas anexas ao Mosteiro de Vitorinho, 1634.
    — Rol dos foros dos casais e outras propriedades de Vitorinho.
15. Inventário dos foros, séc. XIX, vol. I.
16. Id., vol. II.

MOSTRADORES

17. Index ou mostrador das propriedades e bens e rendas e pensões, desde 1604 (completado em 1631).
18. índice do tombo velho (1665).
19. índice dos foros e pensões, 1714.
20. índice da repartição das pensões.
21. «Livro das agoas. Escrituras de compra de agoas... e sentença que sobre ellas se ouve no anno de 1631.»

LIVROS E PAPÉIS VÁRIOS

22. Recibo das pensões, s. d.
23. » » » s. d.
24. » » » 1642
25. » » » 1794
26. Laudémios e luctuosas, 1839.
27. Livro das obras do mosteiro, 1634 e seguintes.
28. Livro das escrituras de dotes das religiosas, 1598-1613.
29. Livro das noviças que se aceitam, 1683-1807.
30. Maço de documentos vários: (26 docs.).
    — Inventário dos livros de prazos (incompleto).
    — Caderno de recibo de foros, 1864.
    — Rol de caseiros e pensões.
    — Tombo dos limites da freguesia de S. Tiago de Fontão, 1546.

TOMBOS

31. Tombo de Vitorinho das Donas, 1509.
32. Tombo de Vitorinho das Donas, 1595?
33. Autos do tombo de 1663-1665.
34. Autos do tombo de 1767, vol. I.
35. Id., vol. II.
36. Id., vol. III.
37. Tombo de 1767-1775, vol. I.
38. Id., vol. II.
39. Id., vol. III.
40. Tombo de 1665.
41. Maço de Pergaminhos de Vitorinho das Donas, 1277-1554 (34 docs.).
42. — Maço de documentos vários, 1-434.
43. — » » » » 435-845.
44. — » » » » 1482-1644/64 (13 docs.).
45. — » » » » 1654-1755 (16 »).
46. — » » » » 1757-1866 (15 »).

RENDUFE

ÍNDICES DO CARTÓRIO

1. — Índice das gavetas, séc. XVIII (a maior parte dos sumários não estão datados).
2. — Inventário do cartório, séc. XIX (i é, inventário dos prazos).

PRAZOS

3. vol. A-1
4. » A-2
5. » A-3
6. » A-4
7. » B-1
8. » B-2
9. » B-3
10. » B-4
11. » C-1
12. » C-2
13. vol. C-3
14. » C-4
15. » D-1
16. » D-2
17. » D-3 falta
18. » D-4
19. » E-1
20. » E-2
21. » E-3
22. » E-4
23. vol. F-1
24. » F-2
25. » F-3
26. » F-4
27. » G-1 falta
28. » G-2
29. » G-3
30. » G-4
31. » H-1
32. » H-2

33. vol. H-3
34. » J-1
35. » J-2
36. » J-3
37. » L-1
38. » L-2
39. » L-3
40. » M-1
41. » M-2
42. » M-3
43. » N-1
44. » N-2
45. vol. N-3
46. » O-1
47. » O-2
48. » P-1
49. » P-2
50. » P-3
51. » Q-1
52. » Q-2
53. » R-1
54. » R-2
55. » S-1
56. » S-2
57. vol. T-1
58. » T-2
59. » V-1
60. » Y-1
61. » Y-2
62. » X
63. » Z-1
64. » Z-2
65. Maço de prazos (25 docs.)
66. Maço de prazos (15 docs.)

VEDORIAS

67. 1510-1609
68. 1558-1746
69. 1570-1576
70. 1573
71. 1575
72. 1577
73. 1581-1641
74. 1599
75. 1612
76. 1622-1722
77. 1624
78. 1646-1692
79. 1651
80. 1660-1702
81. 1666-1720
82. 1678-1690
83. 1694-1696
84. 1696
85. 1700-1704
86. 1708-1725
87. 1738-1740
88. 1743-1757
89. 1752-1770
90. 1765-1774
91. 1771-1783
92. 1775-1777
93. 1778-1779
94. 1780-1782
95. 1785-1788
96. 1788
97. 1801, 1804-1806, 1818, 1819, 1825
98. 1826, 1826, 1828,1829-1831, 1832

LIVROS VÁRIOS

99. Sentenças, 1570-1672 (22 docs.)
100. » 1674-1807 (23 »)
101. Notas de prazos do tabelião do concelho, 1573
102. » » » » » » » 1641-1644

103. Notas de prazos do tabelião do concelho, 1671-1674
104. » » » » » » » 1674-1677
105. Livro de consentimento de prazos, 1583
106. Mostrador, 1630, vol. I
107. Id., vol. II
108. Id., vol. III
109. Id., vol. IV
110. Id., vol. V
111. Relação dos bens e rendimentos do mosteiro, 1770
112. Livro da granaria, 1807-1809
113. Livro do descargo do recibo, 1825
114. » » » » » 1828
115. Maço de documentos vários:
— Documentos originais e cópias, 1533-1820
— Livro do recibo, 1716-1725
— » » » 1823
— 22 cartas de profissão

LIVROS DO RECIBO

116.	1642	126.	1693	136.	1773
117.	1665	127.	1696	137.	1776
118.	1670	128.	1697	138.	1783
119.	1672	129.	1699	139.	1787
120.	1674	130.	1702	140.	1791
121.	1675	131.	1706	141.	1798
122.	1678	132.	1728	142.	1801
123.	1679	133.	1736	143.	1810
124.	1682	134.	1748	144.	1813
125.	1684	135.	1758	145.	1828

PALME

PRAZOS ANTIGOS

1.	1560-1656	3.	1659-1667
2.	1653-1670	4.	1674-1683

LIVROS DE PRAZOS

5. vol. 1. 1648-1703
6. » 2. 1703-1705
7. » 3. 1705
8. » 4. 1705-1706
9. » 5. 1706-1708
10. » 6. 1706
11. » 7. 1706-1707
12. » 8. 1711-1712
13. » 9. 1711-1713
14. » 10. 1708-1717
15. » 11. 1708-1716
16. » 12. 1708-1716
17. » 13. 1683-1719
18. » 14. 1705-1717
19. » 15. 1708-1709
20. » 16. 1705-1718
21. » 17. 1708-1715
22. » 18 1693-1717
23. » 19. 1709-1720
24. » 10. 1704-1719
25. » 21. 1708-1727
26. » 22. 1730-1745
27. » 23. 1745-1751
28. » 24. 1752-1758
29. vol. 25. 1756-1758
30. » 26. 1760-1761
31. » 27. 1754-1767
32. » 28. 1779-1783
33. » 29. 1706-1783
34. » 30. 1769-1783
35. » 31. 1769-1784
36. » 32. 1781-1790
37. » 33. 1784-1791
38. » 34. 1785-1789
39. » 35. 1781-1794
40. » 36. 1766-1797
41. » 37. 1771-1799
42. » 38. 1791-1819
43. » 39. 1791-1808
44. » 40. 1786-1810
45. » 41. 1809-1813
46. » 42. 1795-1817
47. » 43. 1816-1819
48. » 44. 1825-1826
49. » 45. 1826
50. » — 1827-1828
51. » — 1827-1828 (16 docs.)
52. » — 1828-1831

LIVRO DAS VEDORIAS

53. 1624-1656 (4 docs.)
54. 1667
55. 1674
56. 1701
57. 1704
58. 1705
59. 1705
60. 1706
61. 1706
62. 1706
63. 1709
64. 1710
65. 1711
66. 1713
67. 1716
68. 1727
69. 1742
70. 1744
71. 1751
72. 1756

73. 1760
74. 1789
75. 1792
76. 1810
77. 1811
78. 1813
79. 1814-1826
80. 1551-1716

LIVROS VÁRIOS E TOMBOS

81 Sentenças, 1624-1753 (17 docs.)
82. Sentenças, 1755-1830 (6 docs.)
83. Documentos vários, 1589-1807
84. Mostrador em borrão (séc. XVIII) e fragmentos de livros de recibo (34)
85. Mostrador,1665 (?)
86. Compêndio do tombo, s. d.
87. Mostrador, 1810-1812 (intitulado «Recibo»)
88. Livro dos gastos do tombo, 1780
89. Livro do recibo, 1810-1812
90. » » » 1813-1815
91. » » » 1819-1824
92. » » » 1825-1833
93. Tombo, 1551
94. Autos (?) do tombo de 1551
95. Tombo de 1590, vol. I (em péssimo estado de conservação)
96. Id., vol. II (id.)
97. Id., vol. III (id.)

S. BENTO DE BARCELOS

(Para este mosteiro foram transferidas as monjas de S. Bento de Monção)

DOCUMENTOS VÁRIOS

1. — (18 docs.) Documentos sobre as freguesias de Abadim, Alvelos e Barcelos.
2. — (26 docs.) Id. de Bela e Borrosa.
3. — (30 ») » » Cambeses, Friastelas, Galiza, Lara, Longos Vales, Lordelo e Luzio.
4. — (15 docs.) Id. de Mazedo e Monção.

5. — (3 docs.) Id. de Mazedo e Monção.
6. — (4 ») » » Moreira e Parada.
7. — (3 ») » » Portela.
8. — (14 ») » » Pias.
9. — (14 ») » » Pinheiros, Sago e Sandiães.
10. — (12 ») » » Torre e Troviscoso.
11. — » » Truite.
12. — (10 ») » » Valadares, Valença, Vila Fria, Vila Nova, Vilar e outras freguesias.
13. — (62 docs.):
    — Documentos sobre as igrejas anexas.
    — Arrendamentos.
    — Dotes das religiosas e testamentos.
14. — Dívidas activas e passivas (195 docs).
15. — Dívidas activas e passivas (47 docs.).
16. — (89 docs.) Certificados e celebrações de Missas; contas várias.
17. — (26 ») Mostradores das rendas e pensões.
18. — (15 ») Listas de recibo de rendas e pensões.
19. — (30 ») Recibos de juros, 1700-1717.
20. — (10 ») Sentenças, 1556-1726.
21. — (17 ») » 1729-1755.
22. — (47 » » » 1757-1832.
23. — Aforamentos, 1746-1826.
24. — Mostrador das rendas, 1746.
25. — Tombo, 1733.
26. — (142 docs.) Vária:
    — Licenças para os confessores.
    — Breves, licenças do ordinário e ordens régias.
    — Correspondência.
    — Cartas de profissão.
    — Licenças para admitir seculares.
27. — (54 docs.) — Documentos vários.
28. — Tombo de Monção, 1611, vol. I.
29. — Id., vol. II.
30. — Mostrador das propriedades de Monção, 1698.
31. — Livro do recibo, 1653
32. — » » » 1703
33. — » » » 1782-1800
34. — » » » 1820-1849

POMBEIRO

MOSTRADORES

1. Mostrador de 1767 (cópia de 1629), vol. I
2. Id., vol. II

LIVROS DE PRAZOS

3. vol. A, 1570-1578
4. » B, 1576-1591
5. » BEH, igual ao anterior, cópia
6. » E, 1537-1584
7. » A-1, igual ao de 1570-1578, cópia de 1776
8. » C-1, 1578-1688
9. » D-1, Prazos da mesa conventual, 1592-1608
10. » E, 1550-1608, cópia de 1640 (cf. o n.º 5)
11. » F-1, 1608-1616
12. » G-1, 1616-1626, (encadernado em 1760)
13. » H-1, 1626-1649 (encadernado em 1760)
14. » I-1, 1639-1645
15. » L-1, 1645-1655
16. » M-1, 1657-1667 (ncadernado em 1760)
17. » N-1, 1667-1670 (encadernado em 1760)
18. » O-1, 1654-1674
19. » P-1, 1674-1676
20. » Q-1, 1677-1682
21. » R-1, 1684-1705 (encadernado em 1760)
22. » S-1, T-1, 1692-1703; 1686-1715
23. » V-1, 1720-1730
24. » X , 1706-1767
25. » Z , 1733-1757
26. » A-2, 1753-1758
27. » C-2, 1743-1751
28. » D-2, Prazos da mesa conventual, 1758-1761
29. » F-2, 1730-1779
30. » G-2, cópia do tombo de 1724, prazos de 1802-1820
31. » H-2, 1781-1785
32. » I-2, 1675-1748

33. vol. L-2, 1718-1785
34. » M-2, 1794-1797
35. » N-2, 1775-1795
36. » 0-2, 1795-1796
37. » P-2, 1767-1804
38. » Q-2, 1805-1827
39. » R-2, 1807-1809
40. » S-2, 1805-1828
41. » T-2, 1666, 1670, 1806-1820
42. » V-2, 1826-1827

LIVROS DO RECIBO

43. 1816-1818
44. (7 docs.) Maço de documentos vários.

S. ANA DE VIANA DO CASTELO

TOMBOS

1. 1549
2. 1715-1718, vol. I
3. Id., vol. II
4. Id., vol. III
5. Id., vol. IV
6. 1719-1720, vol. I
7. Id., vol. II
8. 1611
9. 1715-1718, vol. I
10. Id., vol. II
11. Id., vol. III
12. Id., vol. IV
13. Id., vol. V (falta)
14. 1719, vol. VI (faltam os outros volumes)

LIVROS DA MADRE TESOUREIRA (trienais)

15. 1599
16. 1618, 1621
17. 1631
18. 1634
19. 1637
20. 1641

21. 1644
22. 1647
23. 1650
24. 1653
25. 1656
26. 1659
27. 1666
28. 1669
29. 1672
30. 1675
31. 1678
32. 1681
33. 1683
34. 1686
35. 1689
36. 1692
37. 1695
38. 1698
39. 1701
40. 1704
41. 1707
42. 1710
43. 1711
44. 1721
45. 1724

LIVROS DE RECEITA E DESPESA (trienais)

46. 1641
47. 1715-1721
48. 1730
49. 1733
50. 1735
51. 1738
52. 1741
53. 1744
54. 1747
55. 1750
56. 1753
57. 1756
58. 1765
59. 1771
60. 1774
61. 1777
62. 1780
63. 1783
64. 1786
65. 1789
66. 1792
67. 1795
68. 1804
69. 1810
70. 1813
71. 1816
72. 1819
73. 1822
74. 1825
75. 1828
76. 1831
77. 1834
78. 1836
79. 1840
80. 1843
81. 1846
82. 1849
83. 1855
84. 1861
85. 1864
86. 1867
87. 1870
88. 1873
89. 1876
90. 1884, 1885, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893

LIVROS DE DESPESA (Anuais)

91. 1739, 1745, 1746, 1750, 1754, 1755, 1759, 1761
92. 1763, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1778, 1779, 1780
93. 1781, 1782, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1792
94. 1793, 1794, 1795, 1796, 1798, 1799, 1800, 1801
95. 1802
96. 1803
97. 1804
98. 1805
99. 1806
100. 1807
101. 1808
102. 1809
103. 1810

104. 1811
105. 1812
106. 1813
107. 1814
108. 1815
109. 1816
110. 1817
111. 1818
112. 1825

LIVROS DA MADRE ESCRIVÃ (Trienais)

113. 1622
114. 1631
115. 1634
116. 1637
117. 1644
118. 1647
119. 1650
120. 1653
121. 1656
122. 1659
123. 1663
124. 1666
125. 1669
126. 1672
127. 1675
128. 1678
129. 1681
130. 1683
131. 1686
132. 1689
133. 1692
134. 1698
135. 1701
136. 1704
137. 1707
138. 1713
139. 1721

140. Despesa da obra dos dormitórios e do mirante, 1696-1699

LIVROS DO DINHEIRO (Recibo de rendimentos em dinheiro) (geralmente trienais)

141. 1634, 1662 (?)
142. 1715, 1721, 1723, 1727 (?), 1728, 1732 (?), 1734, 1735
143. 1738, 1741, 1744, 1747, 1750, 1753, 1753 (?), 1756
144. 1759, 1762, 1762 (?), 1765, 1768, 1771, 1774, 1777, 1780, 1786
145. 1789
146. 1792
147. 1795
148. 1798
149. 1801
150. 1804
151. 1807
152. 1810
153. 1813
154. 1816
155. 1819

LIVROS DOS CASEIROS E PÃO COMPRADO (os mais antigos são intitulados *LIVROS DO RECIBO;* outros *LIVROS DA MADRE SELEIREIRA*, constituindo estes, muitas vezes, duplicados dos livros dos caseiros; outros ainda têm o título *LIVRO DO... ANO DA MADRE ESCRIVÃ*, e constituem também duplicados; geralmente são anuais).

156. 1624, 1626, 1627, 1628, 1634, 1634
157. 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1642, 1645, 1646, 1647

158. 1648, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1654, 1655, 1656
159. 1658, 1660, 1661, 1662, 1663, 1663, 1664, 1666
160. 1667, 1668, 1669, 1671, 1672, 1673, 1675, 1676
161. 1677, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685
162. 1687, 1688 (?), 1689, 1690, 1691, 1691
163. 1692, 1693, 1694, 1695, 1699, 1700
164. 1701
165. 1701
166. 1702
167. 1702
168. 1703, 1704, 1706
169. 1707
170. 1708
171. 1709
172. 1713, 1716, 1717, 1719
173. 1720, 1720, 1721, 1722, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729
174. 1730, 1731, 1732, 1732, 1733, 1734, 1735, 1737, 1738
175. 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1745-1746, 1746
176. 1747, 1748, 1749, 1750, 1750, 1751, 1752, 1753, 1753
177. 1754, 1755, 1755, 1756, 1756, 1757, 1757, 1758, 1758
178. 1759, 1760, 1761, 1761, 1762, 1762, 1763, 1764, 1764, 1765, 1765
179. 1766, 1766, 1767, 1767, 1768, 1768, 1769, 1769, 1770, 1770, 1771, 1771
180. 1772, 1772, 1773, 1775, 1775, 1776, 1776, 1777, 1777

181. 1778
182. 1778
183. 1779
184. 1779
185. 1780
186. 1780
187. 1781
188. 1781
189. 1782
190. 1782
191. 1783
192. 1783
193. 1784
194. 1784
195. 1785
196. 1785
197. 1786
198. 1786
199. 1787
200. 1787
201. 1788
202. 1789
203. 1789
204. 1790
205. 1790
206. 1791
207. 1791
208. 1792
209. 1792
210. 1793
211. 1793
212. 1794
213. 1794
214. 1795
215. 1795
216. 1796
217. 1796 falta
218. 1797
219. 1798
220. 1798
221. 1799
222. 1799

223. 1800
224. 1800
225. 1801
226. 1801
227. 1802
228. 1804
229. 1804
230. 1805
231. 1805
232. 1806
233. 1806
234. 1807
235. 1807
236. 1808
237. 1808
238. 1809
239. 1810
240. 1811
241. 1812
242. 1813
243. 1813
244. 1816
245. 1819
246. 1819 falta
247. 1819-1821
248. 1835
249. 1834-1858
250. 1835

ROL DAS PESSOAS QUE PAGAM PENSÕES E OUTROS FOROS

251. 1634, 1636, 1637, 1638, 1640, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1656.

LIVROS VÁRIOS

252. — Eleições das abadessas.
253. — Livro das pagas de juros que deve o convento de Santa Ana.
254. — «Lembrança dos bens de raiz que couberão ao Convento de S. Anna desta villa na partilha que se fes por falecimento de Antonio de Abreu Soares, 1704».
255. — Assentos vários da madre escrivã; defuntas e profissões, 1622-1696.
256. — Livro das entradas das Noviças, Profissoēs e religiosas defuntas, 1697-1879.
257. — Tombo de Nogueira, 1680.
258. — Livro de prazos, séc. XVI.
259. — Livro de arrendamentos, 1628
260. — » » » 1716
261. — » » » 1680-1717
262. — » » » 1735
263. — Maço de partes de livros desmembrados (11 docs.)
264. — Id.
265. — Maço de pergaminhos, séc. XIII-XVI (38 docs.)

LIVROS SOBRE A QUINTA E MOSTEIRO DE LÓVEO E VALBOA

266. Tombo, 1549 (com capa de pergaminho em escritura do séc. XII)
267. Tombo, 1611 (?)
268. Extractos do tombo de 1719-1720
269. Id.
270. Mostrador
271. Mostrador

LIVROS DO RECIBO

272. 1617, 1618, 1619, 1636
273. 1637
274. 1638, 1639, 1640
275. 1641-1643
276. 1644-1646
277. 1647-1649
278. 1650-1651
279. 1653, 1654, 1655, 1656, 1660, 1661, 1662
280. 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668
281. 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674
282. 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680
283. 1681, 1683, 1684, 1686, 1687, 1688
284. 1694-1695
285. 1831-1832
286. 1836-1846
287. 1847-1858

S. ROMÃO DO NEIVA

RECIBO (Série in-folio)

1. 1679
2. 1681
3. 1683
4. 1684
5. 1686
6. 1688
7. 1689
8. 1690
9. 1691
10. 1693
11. 1777
12. 1782
13. s. d.
14. s. d.
15. s. d.

RECIBO (Série in-4.º)

16. 1601, 1610, 1612, 1614
17. 1617
18. 1624
19. 1626
20. 1627
21. 1628, 1629, 1631
22. 1632
23. 1633, 1636, 1640
24. 1641
25. 1644
26. 1645
27. 1647
28. 1648
29. 1649
30. 1650
31. 1652
32. 1653
33. 1654
34. 1656
35. 1658
36. 1659
37. 1662
38. 1663
39. 1664
40. 1665
41. 1666
42. 1668
43. 1671
44. 1687
45. 1695
46. 1697
47. 1698
48. 1699
49. 1701
50. 1704
51. 1705
52. 1712
53. 1713
54. 1715
55. 1716
56. 1717
57. 1719-1720
58. 1722
59. 1724
60. 1725
61. 1727
62. 1736-1738
63. 1738-1740
64. 1745
65. 1747
66. 1750
67. 1752-3
68. 1754-5
69. 1756-7
70. 1759-60
71. 1772
72. 1798
73. s. d.

LIVROS DE DESCARGO DO RECIBO (Trienais)

74. 1662
75. 1665
76. 1681
77. 1695
78. 1699
79. 1704
80. 1720
81. 1761
82. 1770
83. 1780
84. 1783
85. 1785
86. 1786
87. 1800, 1801, 1804, 1807, 1813, 1816
88. 1819
89. 1822
90. 1825

LIVROS DO DEPÓSITO (Trienais)

91. 1696
92. 1701
93. 1712
94. 1719
95. 1722
96. 1728
97. 1737
98. 1755
99. 1761
100. 1764
101. 1767
102. 1773
103. 1786
104. 1795
105. 1807, 1822

ROL DAS DÍVIDAS DOS CASEIROS

106. 1623-1631
107. 1635-1652
108. 1689, 1769, 1775, 1780, 1783, 1789, 1790
109. 1812
110. 1813
111. 1815
112. 1816
113. 1817
114. 1818
115. 1819

LIVROS DO GASTO

116. 1695, 1712-1719, 1747, 1752
117. 1755
118. 1758
119. 1761
120. 1764
121. 1767
122. 1783
123. 1790
124. 1792
125. 1798
126. 1804
127. 1809
128. 1812
129. 1814
130. 1828

LIVROS DAS FORNADAS

131. 1725
132. 1773, 1786, 1792, 1813, 1819, 1822, 1825

LIVROS VÁRIOS

133. — Maço de prazos (28 docs.)
134. — » » » (29 »)
135. — » » » (26 »)
136. — » » » (7 »)
137. — » » » (34 »)

138. — Maço de prazos (46 docs.)
139. — Prazos, livro I
140. — » » II
141. — » » III
142. — Livro das Ratas das Terras
143. — » » » » » Villa Cham, 1753
144. — » » » » » » » 1803
145. — Mostrador, s. d.
146. — » »
147. — Livro da rouparia, 1713
148. — » » » 1783, 1781-1818
149. — Livros dos extraordinários, 1798
150. — » » » 1804
151. — » » » 1810
152. — Livro da sacristia, 1707
153. — » » » 1719
154. — » » » 1767
155. — » » » 1807
156. — Livro das obras, 1710
157. — » » » 1719
158. — » » » 1749-1761
159. — Livro dos domínios e luctuosas, 1651
160. — » » » » » 1752
161. — Borrão para a repartição do finto
162. — Livro de razão, 1782
163. — Rol da cobrança de Vila Fria, 1816
164. — Livro das capelas, 1623-1625
165. — Foros a dinheiro, 1828
166. — Apontamentos de Teologia, séc. XVIII
167. — «Livro dos monges que se mudão e vêm conventuais para este Mosteiro de S. Romão...» 1761-1833.
168. — Dietário.
169. — Livro das autoridades, 1718
170. — » » » 1752
171. — Livro das visitas, 1683
172. — » » » 1712-1816
173. — » » » 1749
174. — » » » 1766
175. — » » » 1810

176. — Livro dos Conselhos, 1752
177. — » » » 1804
178. — Rol dos dívidas do mosteiro, 1635
179. — Sentenças (20 docs.)
180. — » (13 »)
181. — » (8 »)
182. — Apelações do juiz do tombo

PAPÉIS DIVERSOS

183. (50 docs.) Papéis diversos
184. (86 ») » »
185. (89 ») » »
186. (95 ») » »
187. (47 ») » »
188. (60 ») » »
189. (18 ») » »
190. (98 ») Recibos vários.

GAVETAS

191. Gav. I — falta
192. » II — (8 docs.)
193. » III — (29 »)
194. » III — (14 »)
195. » III — (5 »)
196. » IV — (10 »)
197. » V — (13 »)
198. » VI — (6 »)
» VII — (13 »)
199. » VIII — (8 »)
200. » IX — Doc. 1 a 9.
201. » IX — Doc. 10 a 16 (falta o n.º 11)
202. » IX — Doc. 17 a 32 (faltam os n.ºs 25 e 30) mais 10 sem número.
203. » X
204. » da Gândara (35 docs.)
205. » » » (10 »)
206. » » » (9 »)

207. Gav. de Alvarães (33 docs.)
208. Maço sem indicações do n.º da Gaveta.

CARVOEIRO

LIVROS DO RECIBO

1. 1583
2. 1589
3. 1590
4. 1604
5. 1611
6. 1614
7. 1617
8. 1619
9. 1621
10. 1622
11. 1624
12. 1626
13. 1628
14. 1630
15. 1632
16. 1633
17. 1634
18. 1636
19. 1637
20. 1639
21. 1645
22. 1646
23. 1648
24. 1649
25. 1652
26. 1654
27. 1657
28. 1658
29. 1659
30. 1660
31. 1664
32. 1665
33. 1666
34. 1672
35. 1674
36. 1676
37. 1678
38. 1679
39. 1683
40. 1684
41. 1686
42. 1687
43. 1689
44. 1691
45. 1695
46. 1696
47. 1698
48. 1699
49. 1700
50. 1701
51. 1703
52. 1704
53. 1709-10
54. 1712
55. 1713-14
56. 1715
57. 1720
58. 1722
59. 1726
60. 1727-28
61. 1732-32
62. 1737
63. 1746
64. 1748-49
65. 1752
66. 1754
67. 1755-56
68. 1757-60
69. 1762
70. 1765-69
71. 1776
72. 1780
73. 1781
74. 1787-97
75. 1798-02
76. 1803-08
77. 1808-15
78. 1816-21
79. 1828
80. 1832-33

TOMBOS

81. 1. s. d., vol. II

DEPÓSITO

82. 1632
83. 1641
84. 1683
85. 1731
86. 1740
87. 1752
88. 1758, 1767, 1780
89. 1789, 1795, 1799, 1801, 1807, 1813, 1816

LIVROS VÁRIOS

90. — Livro das visitas, 1731-1733
91. — Livro das audiências, 1756, 1777
92. — Livro do descargo do recibo, 1786-1788
93. — » » » » » 1795-1797
94. — » » » » » s. d.
95. — (14 docs.) Maço de papéis vários
96. — Maço de Sentenças
97. — (13 docs.) Maço com:
— índice dos prazos (séc. XIX)
— Fragmento do índice do cartório
— Fragmentos de índice dos livros de prazos
98. — (15 docs.) Maço de prazos (séc. XVII-XVIII).

GANFEI

LIVROS DAS FORNADAS

1. 1810-1812
1. 1822-1824
3. 1825-1828
4. 1828-1831
5. 1831-1834

LIVROS DO GASTO

6. 1776
7. 1789
8. 1810
9. 1816-1824
10. 1825
11. 1826-1830
12. 1831-1833

LIVROS DO DEPÓSITO

13. 1798-1804
14. 1804
15. 1810
16. 1813
17. 1818, 1819
18. 1822
19. 1828

LIVROS DO DESCARGO DO RECIBO

20. 1810
21. 1816
22. 1819
23. 1822
24. 1825
25. 1830
26. 1831
27. 1822 (receita e descarga do recibo)

LIVROS DO RECIBO (série in-8.º)

28. 1816-1818
29. 1819-1821

SENTENÇAS

30. Só há o vol. VII

LIVROS DO RECIBO

31. 1789-1791
32. 1804-1807
33. 1816-1818
34. 1819-1824
35. 1825-1831

LIVROS VÁRIOS

36. — Livro das demandas, 1810-1830
37. — » de extraordinários, 1798-1810
38. — » » » 1810-1816
39. — » » » 1816-1818
40. — » das obras, 1810
41. — » » » 1816-1833
42. — » da sacristia, 1780-1799
43. — » » » 1810

44. — Livro da sacristia 1816-1832
45. — » » rouparia, 1810-1830
46. — » » » 1830-1833
47. — » » enfermaria, 1810-1830
48. — » » » 1831-1833
49. — » » Monte da Piedade, 1799
50. — » » » » » 1801
51. — » das Autoridades, 1810-1827
52. — Vedorias, vol. I e II
53. — Papéis vários (6 docs.)
54. — Papéis vários
55. — Livro dos conselhos, 1828-1830
56. — » das visitas, 1810
57. — » » » 1828
58. — Dietário e costumeiro, 1728
59. — » » » 1800

MIRANDA

LIVROS VÁRIOS

1. — índice do cartório, 1816
2. — Livro dos estados, 1822
3. — Livro dos conselhos, 1727, 1764, 1780, 1828
4. — Costumeiro, 1780
5. — Livro da Sacristia, 1807
6. — » » » 1831-1833
7. — » » enfermaria, 1831-1833
8. — » » dispensa, 1801
9. — » » » 1831
10. — » do couto, 1720
11. — » das demandas, 1716
12. — » » » 1732-1818
13. — » dos domínios e autoridades, 1744
14. — Laudémios e luctuosas, 1819
15. — Rol das dívidas, 1772
16. — Livro dos extraordinários, 1798
17. — » » » 1807
18. — » » » 1816

19. — Aforamentos, 1714
20. — Livro das maquias, 1779-1804
21. — » da Livraria (receita e despesa), 1770 e ss.
22. — (6 docs.) Papéis vários, um maço.

LIVROS DO GASTO

23. 1698
24. 1713
25. 1716
25-A 1731
26. 1740
27. 1746
28. 1761
29. 1770
30. 1783-1798
31. 1819

LIVROS DO DEPÓSITO

32. 1686
33. 1728
34. 1731
35. 1734
36. 1743
37. 1749
38. 1752
39. 1764
40. 1776
41. 1780
42. 1786
43. 1813
44. 1816
45. 1828
46. 1831

LIVROS DO RECIBO

47. 1680
48. 1728
49. 1731
50. 1737
51. 1740
52. 1743
53. 1746, 1748
54. 1751
55. 1758
55-A 1764
56. 1767
57. 1773
58. 1783-1794
59. 1795-1800
60. 1801
61. 1806
62. 1816
63. 1813
64. 1819

LIVROS VÁRIOS

65. — Mostrador do recibo
66. — Livro da granaria, 1731
67. — » » » 1828
68. — » » » 1831

CABANAS

LIVROS VÁRIOS

1. — Livro das visitas, 1825
2. — » dos estados, 1801
3. — » da sacristia, 1813-1831
4. — » das obras, 1780-1801
5. — » dos extraordinários, 1816-1818
6. — » do gasto, 1831-1833
7. — » dos domínios e lutuosas, 1701, 1740-1748, 1752, 1758--1767, 1767-1794, 1831.

LIVROS DO DEPÓSITO

8. 1801
9. 1805
10. 1807
11. 1810
12. 1813
13. 1816
14. 1819
15. 1822
16. 1831

LIVROS DO RECIBO

17. 1668
18. 1669-1670
19. 1671-1674
20. 1675-1676
21. 1677-1679
22. 1680-1682
23. 1684
24. 1685
25. 1686
26. 1688
27. 1689
28. 1690
29. 1692
30. 1694
31. 1695
32. 1697-1699
33. 1700-1701
34. 1706
35. 1707
36. 1715, 1718
37. 1720-1721
38. 1722-1724
39. 1725-1727
40. 1728
41. 1731
42. 1732
43. 1734
44. 1735
45. 1736
46. 1737-1738
47. 1739
48. 1740
49. 1741-1742
50. 1743
51. 1746
52. 1752
53. 1756
54. 1757
55. 1761-1763
56. 1769-1771
57. 1776-1779
58. 1786-1788
59. 1789-1791
60. 1792-1794
61. 1798-1803
62. 1804-1809
63. 1810-1812
64. 1813-1815
65. 1816-1818
66. 1822-1824
67. 1825-1827
68. 1831-1833

S. BENTO DE VIANA

LIVROS DE JUROS

1.	1754	8.	1783	14.	1803
2.	1757	9.	1790	15.	1817
3.	1763	10.	1796	16.	1829
4.	1772	11.	1799	17.	1834
5.	1774	12.	1799	18.	1875
6.	1777	13.	1802	19.	1881
7.	1780				

LIVROS VÁRIOS

20. — «Foral do Celeiro, 1788» (Aliás, 1807-1833)
21. — Registo de Dívidas, 1858-1866
22. — Livro Mestre (Mostrador, séc. XVIII)
23. — Receita e despesa, 1693 ss.
24. — Livro das pensões e foros, 1828
25. — » » » » » 1870
26. — » » memórias perpétuas, 1732
27. — (41 docs.) — «Inventários do suprimido Convento de S. Bento» (séc. XIX)
— Autos de avaliação e prazos (séc. XVII-XIX)
28. — (35 docs.) — Prazos (séc. XVII-XIX)
29. — (21 ») — Sentenças, séc. XVII-XVIII
30. — (25 ») — » 1631-1794
31. — (10 ») — » 1807-1867
32. — (35 ») — Papéis vários, séc. XVII-XIX.

Um «Estrangeirado»

Por A. Álvaro Dória

> «... entre os vários sintomas da vida orgânica de uma sociedade está o respeito e a admiração pelos seus grandes homens».
>
> *Oliveira Martins*

Todos aqueles que se debruçaram sobre o século XVIII, ainda que pouco se demorassem na sua apreciação geral e não o fizessem sob o impulso de preconceitos deformadores da visão, sempre se sentiram impressionados pelo levedar assombroso das ideias que transformaram a centúria de Setecentos em vasto cadinho onde se caldeou o mundo moderno.

De facto, se nos cem anos decorridos entre os meados do século XV e os do século imediato surgiu uma pleiade de espíritos como jamais se vira antes em tempo algum, homens dotados de curiosidade universal e insaciável e simultâneamente com capacidades multímodas para serem geniais em todos os aspectos das suas actividades, como esse admirável Leonardo da Vinci, foi no século XVIII que em toda a Europa pulularam os grandes agitadores e clarificadores de ideias, embora raros chegassem a ser homens de curiosidade universal como os filhos do Renascimento.

É que na época em que viveram os grandes Renascentistas, os olhos humanos, cansados de terem passado os dez séculos da Idade Média no esforço sobrehumano de tentar penetrar os arcanos da Divindade, ao pousarem na Terra descobriram, de repente, uma realidade maravilhosa — o Homem — e isto deslumbrou-os, primeiro, espantou-os, depois. Daí essa curiosidade acima assinalada, que os fez tumultuosamente dispersar-se em todos os sentidos, numa tentativa angustiante de abarcar a Ciência inteira na ilusão de ela poder levá-los a compreender em toda a sua amplitude a realidade maravilhosa que a Meia Idade ignorara ou esquecera e os maravilhara pelo inédito.

É que no período que *grosso modo* vai da invenção da Imprensa à abdicação de Carlos V, as estruturas básicas da civilização medieval eram ainda suficientemente fortes para resistirem aos primeiros embates das novas ideias brotadas dessa curiosidade pelo mundo antigo, e a fé encontrava-se tão fundamente enraizada na alma do homem, que ao dar-se a primeira grande fractura no sólido edifício católico com a rebeldia de Lutero, seguida das de Calvino e de Zuínglio, a agitação deu-se no seio da Cristandade, sem que nenhum dos grandes heresiarcas pensasse sequer que, rebelando-se contra a autoridade de Roma, estava a abrir o caminho à indiferença religiosa e, assim, à descrença.

O espaço de tempo decorrido desde o fim das guerras de religião até à publicação do *Discurso do Método* foi um período de transição em que se preparou lentamente o terreno para a aceitação das novas ideias cuja semente Descartes lançou à terra e de que brotaria a vasta seara que os nossos olhos ainda hoje contemplam.

De facto, os fins do século XV e todo o século XVI testemunharam violentas lutas entre homens da mesma fé. O século XVII anuncia a cisão que vai operar-se no imediato e elevaria a Razão a alturas tais que, nos fins do século, chegariam os homens a erguê-la aos altares como se se tratasse de nova Revelação. Efectivamente a centúria de Setecentos foi a Idade da Razão, porque os homens, já sem confiança na fé secular que os guiara desde a conversão de Constantino Magno, haviam chegado à conclusão de que o Universo não era o que durante tantos séculos lhes haviam dito ser, e, por efeito dos descobrimentos marítimos e das descobertas científicas, os seus limites ultrapassavam de forma assombrosa os que uma física toda teórica, exposta 1 500 antes por Aristóteles, traçara e Ptolomeu reduziria a dogma com a sua *Geographia*.

Como há mais de 30 anos escreveu esse curioso espírito que foi Paul Hazard:

> «Entrava em cena a Razão agressiva; queria examinar, não só Aristóteles mas todo aquele que tivesse pensado, todo aquele que tivesse escrito; pretendia fazer tábua rasa de todos os erros passados e recomeçar a vida. Não era uma desconhecida, visto que em todos os tempos a tinham sempre invocado; mas apresentava-se com um aspecto novo» (1).

---

(1) *Crise da Consciência Europeia*. Trad. port. Lisboa. s/d [1949], pág. 99.

Assim como os Renascentistas, com o ardor habitual nos neófitos, se lançaram *à tête éperdue* na Antiguidade, que admiraram, copiaram e beberam até à saciedade, os homens de Setecentos tudo quiseram explicar pela Razão, até mesmo aquilo que lhe é inacessível. O fenómeno tornou-se geral e em toda a Europa surgiram espíritos especulativos que se lançaram na busca do «porquê» de todas as coisas, quer pelo simples raciocínio dedutivo, quer pelo recurso a experiências físicas, daqui resultando um tal delírio racionalista, por muito paradoxal que isto nos possa parecer, que nos países da Europa ocidental até as damas das cortes de Paris e de Londres se davam ao desenfado de se dedicarem ao culto da Filosofia e das Ciências, poucas por amor do saber, quase todas por snobismo pretencioso. Entre as damas estudar Filosofia e fazer experiências de Física recreativa tornou-se moda como moda eram as monstruosas cabeleiras empoadas e os sinais a pintalgar os rostos. Havia então uma grande sede de saber, positiva ou casual, que breve se transformou no desejo de ir mais além do que simplesmente constatar a verdade dos princípios ou a causa dos fenómenos antes ignorados, por se tornar no desejo, aliás compreensível, de pôr a Ciência ao serviço do Homem contribuindo para a sua felicidade neste mundo. Abalada ou perdida a fé dos antepassados e, assim, a crença numa felicidade extraterrena, os homens quiseram ser felizes nesta vida. A dúvida metódica ultrapassou os limites das ideias e invadiu, sob o impulso cândido de Espinosa, o transcendente e levou à descrença pura e simples, que provocaria as diatribes de Voltaire contra a Igreja e o ateísmo extreme do barão d'Holbach.

Guiados tão-sòmente pela Razão,

> «uma Razão divinizada e infalível, como quase único meio para devassar e reconstruir, crítica e autònomamente, uma a uma, todas as realidades desse mundo depois de dissecado pela análise, do qual o homem se tornara de novo, como no tempo de Protágoras, a medida única» (2),

os espíritos superiores de Setecentos sentiram a necessidade imperiosa de «iluminar» todos os homens, que consideravam mergulhados ainda em densa escuridão, para os fazer felizes... à força. Daí o apodo de «iluministas» dado àqueles que se propunham transformar a sociedade levando

(2) L. Cabral de Moncada, *Um «iluminista» português do século XVIII: Luiz António Verney*. Coimbra, 1941, pág. 9.

as «luzes» da Ciência a todos os homens, no esforço, aliás meritório, de os elevar socialmente e, assim, contribuírem para o nivelamento social. E o século XVIII ficou, desde então, conhecido pelo «Século das Luzes», «época por excelência da Razão e do racionalismo» (3).

Nascido, como geralmente se admite, na Inglaterra seiscentista, talvez, como opina o Prof. Cabral de Moncada (4) «com a corrente dos deístas», breve se espalhou por toda a Europa ocidental, onde acabou por se tornar a atitude mental típica das classes cultas, embora, pela idiossincrasia dos povos por onde se disseminou, o Iluminismo adquirisse caracteres distintivos de país para país.

Portugal, apesar da decadência profunda em que a sua cultura caíra desde a morte de D. João III e se arrastou por todo esse triste século XVII, a mais sáfara época intelectual de toda a nossa história (apesar de António Vieira e de D. Francisco Manuel de Melo), Portugal, ia eu dizendo, recebeu também o influxo do Iluminismo, transmitido por homens que haviam vivido, ou viviam ainda, no estrangeiro, ou, residentes no país, não se mostravam hostis à renovação ideológica operada para além dos Pirenéus e do Canal da Mancha. Salvantes os dois nomes gloriosos acima indicados, os mais conspícuos dos nossos escritores seiscentistas foram meros discursadores que, se por um lado, elevaram a língua a um estado de pureza e perfeição de que o P.e Manuel Bernardes foi paradigma, pelo outro mostraram incapacidade total para discutir ideias e agitar problemas, continuando-se no campo da Filosofia a glosar Aristóteles e São Tomás, repetindo-se, de forma cada vez mais subtil e enigmática, tudo aquilo que se escrevera no século anterior. Inútil procurar entre os intelectuais de Seiscentos em Portugal quem pudesse, ainda que de longe, ombrear com um Descartes, um Leibnitz, um Fontenelle, um Bayle, um Muratori, um Locke, para me referir sòmente e ao correr da pena a alguns dos maiores nomes dessa grande centúria. Lamentável foi, de facto, a nossa queda neste século, se nos lembrarmos de que no anterior, com D. João de Castro, Pedro Nunes e Garcia de Orta havíamos criado «a *atitude científica* e o *espírito crítico* da moderna Idade», como lùcidamente o reconheceu e assinalou António Sérgio (5), enquanto Francisco Sanches preparava o caminho a Descartes e à sua dúvida metódica.

O início do século XVIII constituiu, pois, para nós uma espécie de

---

(3) *Ob. cit.*, pág. 8.
(4) *Ob. cit.*, pág. 11.
(5) *O Seiscentismo*. Lisboa, 1926, pág. 26.

acordar de longo letargo a que nos deixáramos sucumbir, embora os resultados posteriores ficassem muito aquém daquilo que esperavam os nossos «iluministas». Pouco, muito pouco dotados para a especulação mental, o que tem sido reconhecido e apontado por tantos estudiosos e ensaístas, portugueses e estrangeiros, o nosso esforço de pensar parece cansar-nos bem depressa, o que explica, assim se me afigura, a pobreza franciscana da nossa Filosofia, não daquela espécie que se compraz no simples comentário, mas essa persistente Filosofia que procura explicar acima de tudo o Homem, que é, afinal, o seu único escopo. Como com lucidez escreveu o Prof. Hernâni Cidade,

> «somos um pequeno povo, segundo parece, mais propensos ao *laissez aller* da emotividade e da imaginação do que à persistência, exigente de vontade forte e ordenadora, do pensamento crítico e especulativo» (6).

E esse acordar para a vida do espírito deveu-se a uma plêiade de homens de diversa origem e educação, de diferente formação mental mesmo, mas irmanados em desejo semelhante de arrancar o país ao marasmo intelectual em que caíra e confrangia os poucos que se curvavam sobre o fenómeno para o analisarem.

O dealbar dessa nova era na história da cultura portuguesa (7) dá-se com D. João V, que, com todos os seus defeitos de rei e de homem, parece ter-se interessado deveras pela leitura e pelas descobertas científicas que se vinham fazendo desde o século anterior, o que o levou, por um lado, a fomentar a criação de bibliotecas, como a da Universidade e a de Mafra, além da do próprio Paço, tão vasta no tempo da Academia Portuguesa da História, que, nos dizeres de D. António Caetano de Sousa, «se compõe de muitos mil volumes, que quase não cabem no grande edifício chamado o Forte», enquanto pelo outro subsidiava a ida ao estrangeiro de bolseiros para estudarem os progressos da Ciência e das descobertas científicas.

É então que se notabiliza essa plêidade acima referida, que, por terem estado longos anos em países estrangeiros e aí haurido o saber que se

---

(6) *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, 2.º vol. 3.ª ed. Coimbra, 1948, pág. 9.

(7) É de lamentar deveras que a *História da Cultura em Portugal* de António José Saraiva se detivesse no fim do século XVI, deixando por estudar exactamente o período mais curioso e importante constituído pelos séculos XVIII e XIX.

respirava com o próprio ar, passaram a ser conhecidos por «estrangeirados». Impõe-se uma obra de conjunto em que se estude e analise a acção desses homens na clarificação do pensamento português e no esforço de elevar Portugal a nação pensante, pelo agitar das ideias, embora violento. Tais foram Manuel de Azevedo Fortes, João Jacinto de Magalhães, José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos, Luís António Verney, o Dr. Jacob de Castro Sarmento, Jacob Rodrigues Pereira e o Dr. António Nunes Ribeiro Sanches, nomes a que deveremos acrescentar o de D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º conde da Ericeira, o brasileiro Alexandre de Gusmão, e ainda o do célebre e ilustre diplomata D. Luís da Cunha, que, segundo Verney, seu amigo, lhe dissera que

> «quando saíra de Portugal e ouvira falar outra gente, o maior trabalho que tivera fora procurar esquecer-se de tudo o que tinha aprendido em Portugal, para poder entender as coisas bem e falar com propósito» (8).

O conde da Ericeira foi uma das figuras mais curiosas desse grupo, espírito enciclopédico, verdadeira *avis rara* entre os portugueses do seu tempo, poliglota que se correspondeu com numerosos estrangeiros, alguns dos quais recebeu no seu palácio, como o ilustre botânico Jussieu, que o visitou em 1717. Nos princípios do século fundou em sua casa uma academia, frequentada pelos espíritos mais eminentes da época. Investigador-amador profundamente interessado pelas Ciências físico-naturais (a *marotte* dos homens e de algumas mulheres de Setecentos), montou um gabinete de Física e de Astronomia, que podia ser visitado por qualquer interessado. Membro da célebre «Arcádia» de Roma, também o foi da não menos célebre *Royal Society* de Londres, nascida no século anterior. Cientista e literato, se por um lado escreveu uma *Concordância da lógica moderna com a antiga*, talvez perdida no incêndio do palácio em 1755, pelo outro traduziu a famosa *Art Poétique* de Boileau para verso português (9). Espírito ávido de saber e de aprender, conheceu a obra de Descartes, do «subtilíssimo Renato Descartes» como escreveu, e a de Newton,

---

(8) *O Verdadeiro Método de Estudar*. Ed. organizada pelo Prof. António Salgado Júnior. Vol. IV, Lisboa, 1952, pág. 127.

(9) Fiel à oitava-rima quinhentista, em que se vazaram os numerosos poemas épicos de Quinhentos e de Seiscentos, foi neste metro que o conde verteu os majestosos alexandrinos do francês.

«o maior filósofo dos ingleses». E o seu palácio do Bairro Alto, a «casa do Cunhal das Bolas»,

> «de janelas já francamente abertas, por seus pais, ao sol e ao ar do amanhecer, transformara-a a sua inteligência erudita e o seu mecenatismo no primeiro foco do *Século das Luzes*, ou seja, no primeiro posto de recepção e irradiação da cultura europeia» (10).

Dos outros «estrangeirados» salientou-se o médico Dr. Jacob de Castro Sarmento, graduado em Artes pela Universidade de Évora e em Medicina pela de Coimbra, que em 1731, com 30 anos, deixa Portugal parece que pelo receio de ser judeu, esse temor ao Santo Ofício que, no decurso do século, fizera sair do país tantos suspeitos, alguns dos quais, como o ilustre «Filinto Elísio», jamais aqui voltaram. Fixado em Inglaterra, doutorou-se na Universidade escocesa de Aberdeen, de cujo Corpo Docente fez parte e pertenceu ao «Real Colégio dos Médicos» de Londres e também à *Royal Society*. Entusiasta das doutrinas de Newton, veio a publicar uma *Teórica verdadeira das Marés, conforme à Filosofia do incomparável cavalheiro Isaac Newton*, precedida de uma «breve relação da vida e descobrimentos deste Imortal e Ilustre Filósofo».

Apesar de judeu e emigrado, era tal o seu prestígio de médico, que D. João V, por sugestão do conde da Ericeira, o mandou consultar e pedir conselho relativamente à reforma do ensino da Medicina em Portugal. E como o ilustre médico fosse de opinião que se começasse por traduzir o *Novum Organum* de Bacon, recebeu depois comissão do rei para efectuar a tradução do livro famoso (11). Sinceramente desejoso de ver o seu país integrado na nova corrente ideológica espalhada pela Europa ocidental e, assim, poder alcançar nível mais elevado entre as nações civilizadas, o Dr. Sarmento mandou à Academia Portuguesa da História uma versão da sua autoria de uma geografia universal, *Nova Descrição do Globo* (cujo MS ainda existe na Biblioteca Nacional), sugerindo ao mesmo tempo que se criasse um Jardim Botânico, para o que o Presidente da *Royal Society* e alguns sócios prometiam mandar exemplares de todas as espécies existentes no jardim de Londres. E como a Academia não aceitasse a oferta

(10) H. Cidade, *ob. cit.*, pág. 53.

(11) O Dr. Sarmento chegou a traduzir as primeiras folhas, que enviou ao monarca, mas este desinteressou-se, sugerindo o Dr. H. Cidade que a interrupção se devesse talvez «às intrigas da pedagogia ameaçada». *Ob. cit.*, pág. 35.

sob a alegação de os Académicos não se mostrarem interessados na alteração dos estatutos, o médico não desanimou e escreveu ao Reitor da Universidade de Coimbra repetindo a oferta e mandando-lhe o plano para a criação do jardim e a respectiva planta, acrescentando à oferta a de um microscópio destinado aos lentes.

Numa época em que a Medicina ainda se não desenvencilhara das faixas de um empirismo com muito de supersticioso, e a Farmacopeia utilizava simples e drogas manipulados à maneira do que as chamadas «mulheres de virtude» ainda hoje utilizam à margem da Lei, quando o próprio médico do Paço, Curvo Semedo, apesar de possuir uma intuição profética que dele fez o precursor de algumas das modernas teorias médicas, na célebre *Polyanthea* faz estendal de um receituário abundante em mezinhas repugnantes, o Dr. Sarmento esforçou-se por abrir novos caminhos à Farmacopeia, sendo «em grande parte por seu saber que a Farmácia começa revestindo o aspecto químico», destacando-se «a classificação que fez dos medicamentos, nesse sentido». O seu livro *Materia medica Physico-Historico-Mechanica*, editado em 1735, é considerado pelo Prof. Luís de Pina «admirável obra» (12), o que explica a admiração que lhe votou o ilustre Ribeiro Sanches, seu compatriota judeu e português.

João José Soares Barros e Vasconcelos foi outro desses «estrangeirados» e como eles se esforçou por dar ao seu país as «luzes» de que o seu século se orgulhava de ser o detentor e dispensador. Também ele viajou pela Inglaterra e pela França como bolseiro de D. João V, tendo sido «o primeiro e único demografista português até há bem pouco tempo», na opinião autorizada do ilustre Prof. Ricardo Jorge.

O cónego João Jacinto de Magalhães recebeu do rei o encargo de, como bolseiro, ir ao estrangeiro estudar Física e Matemática, tendo feito em Inglaterra a sua educação científica. Físico e astrónomo, escreveu um trabalho acerca dos satélites de Júpiter publicado nas *Memórias da Academia de Berlim*. E como o jesuíta italiano Ximene contestasse a prioridade dos Portugueses na descoberta do caminho das Índias, o cónego Magalhães saiu-lhe à estacada com um artigo que o célebre *Journal des Sçavants* publicou. Pelo seu saber ascendeu a membro da *Royal Society* e correspondente da Academia Francesa, tendo a esta apresentado uma nova maneira, de sua invenção, de construir um oitante e um sextante.

---

(12) Dr. Luís de Pina, in — *História de Portugal*. Ed. de Barcelos. Vol. VI, pág. 529, nota 1.

(12a) *Ob. cit.*, pág. 527.

Amigo de homens como Bezout, o matemático, Volta, o físico, Lavoisier, o químico, e Rousseau, o filósofo, assistiu à morte deste em casa do marquês de Girardin, e acerca do acontecimento publicou uma «memória».

Luís António Verney é bem conhecido pelo ruído levantado à volta do *Verdadeiro Método de Estudar*, obra mais citada do que conhecida, mais conhecida do que lida, mais lida do que compreendida, e sobretudo combatida e malsinada por muitos daqueles cujos processos imutáveis de ensino o arcediago de Évora atacou impiedosamente, e de que há poucos anos se fez uma edição crítica devida ao Dr. António Salgado Júnior, a quem a história da Cultura portuguesa ficou a dever serviço notável.

Muito se escreveu até hoje a respito desta figura de primeira plana do nosso Iluminismo e ao já citado Prof. Cabral de Moncada estamos os estudiosos devedores do livro fundamental, acima referido. Mas, como infelizmente, em Portugal ainda é hábito «da paixão política o armar pugilato no arraial da História» ([13]), acontece que Verney não tem sido compreendido na sua verdadeira dimensão histórica, pelo que os panegiristas do ensino inaciano o têm quase unânimemente condenado *in limine* enquanto os adversários da Companhia de Jesus o têm elevado às nuvens... *et pour cause*.

Como judiciosamente escreveu o Prof. J. V. de Pina Martins, um dos poucos portugueses do nosso tempo de espírito verdadeiramente europeu e humanista da boa linhagem dos da era de Quinhentos,

> «A crítica de Verney ao ensino português não foi apenas de ordem negativa. O *Verdadeiro Método* foi a bomba explosiva e destruidora, mas sobre as ruinas acumuladas um edifício grandioso deveria erguer-se. O 'Barbadinho da Congregação de Itália', que tão violentamente vibrara as suas iras contra o velho sistema, não foi apenas, como muitos estudiosos têm afirmado ou pretendido insinuar, o iconoplasta implacável. Se o velho sistema em ruínas merecia uma tão indignada reprovação, é que ele sabia o que deveria substituí-lo. A sua experiência europeia, e especialmente italiana; a sua adequação ao novo endereço científico e filosófico; a nova orientação que aprendera em contacto com os novos mestres — tudo isso se tornara ideia construtiva e orgânica no seu espírito. Ele tinha destruído, sim, mas sabia

([13]) António Sérgio, *ob. cit.*, pág. 18.

> o que devia substituir os velhos ídolos. E ei-lo, não só a propor soluções, mas a querer aplicá-las: a escrever planos, compêndios, tratados» (14).

Isto explica que o célebre D. Frei Fortunato de São Boaventura, na pena de quem bem parcos eram os elogios, o considerasse «porventura o maior sábio português do século XVIII», e o grande Menéndez y Pelayo citasse «*tratadistas tan elegantes, lúcidos y perspícuos como el famoso arcediano de Évora, Luis Antonio de Verney*» (15). O prof. Moncada, vendo nele não só «um filósofo puro, mas também um político doutrinário e como tal acentuadamente *realista*», considera-o, com toda a justiça, «o ponto mais elevado de articulação de Portugal com a Europa culta na época do Iluminismo» e «ele próprio o mais insigne iluminista português desse século» (16).

Seria que a costela paterna de Verney, filho de francês, lhe predispusesse o espírito para aquele realismo que existe no fundo de tantos pensadores da pátria de Descartes e, assim, o levasse, muito cedo, a criticar expontâneamente o ensino que recebera dos inacianos de Santo Antão antes de passar ao dos congregados do Oratório? Parece ser esta a ideia do citado autor ao escrever que o espírito de Verney «era já propenso a abraçar essa atitude filosófica, dada a sua oposição aos jesuítas, ainda antes de sair de Portugal» (17).

Como quer que seja, a verdade é que, se todos os «estrangeirados», com maior ou menor veemência, com desassombro ou cautelosa prudência, se bateram pela integração de Portugal no grande movimento europeu do Iluminismo, nenhum atingiu as alturas a que se elevou o autor do *Verdadeiro Método*, obra «que tanto honra o pensamento pátrio» (18) e não pode ignorar, acima de tudo, o historiador da nossa Pedagogia, porque até hoje nenhum plano tão vasto de reforma do Ensino foi preconizado com tão largas vistas.

---

(14) *A Epístola de Luís António Verney ao marquês de Valença*. Figueira da Foz, 1961, pág. 7, col. 1.ª.

(15) *Historia de las Ideas Estéticas en España*. 2.ª ed. Santander, MCMXLVII, vol. III, pág. 135.

(16) *Ob. cit.*, pág. 125, 130.

(17) *Ob. cit.*, pág. 21.

(18) *Ob. cit.*, pág. 14.

E porque era homem de espírito realista e não simples demolidor e iconoclasta, como quer a crítica acintosa, com o *Apparatus Philosophico-Theologicus*, o *De Re Logica*, o *De Re metaphysica* e o *De Re Physica* começou a erguer das ruínas o grandioso edifício que a morte de D. João V (19) e a falta de meios vieram interromper deixando-o incompleto e levando ao coração do autor o desalento expresso na tocante carta, escrita já no fim da vida, ao P.e Joaquim de Foyos, da Congregação do Oratório, na qual Verney, queixando-se das perseguições que lhe fizeram e da falta de saúde e de meios que o assaltaram, desabafa:

> «Enfim Deus não quis que eu iluminasse a nossa nação e eu me conformo com a sua vontade» (20).

Mas o «estrangeirado» que maior projecção teve na Europa de Setecentos, por ele percorrida de lés-a-lés, e que levou a toda a parte consigo o nome de Portugal, foi o célebre Dr. António Nunes Ribeiro Sanches, o único português que teve a honra de colaborar na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert e na de Pancoucke, e na Rússia foi médico de Ana Leopoldovna, regente na menoridade de seu filho o imperador Ivan VI, e, quando os dois foram desterrados, da imperatriz Isabel Petrovna.

Numerosa é a bibliografia relativa a este cripto-judeu, que nasceu católico, se converteu à fé dos seus antepassados, para mais tarde, desiludido, a renegar sem, contudo, ao que parece, voltar a abraçar o Catolicismo. Entre esses autores destaca-se, à frente de todos, o Dr. Maximiano de Lemos, que publicou a sua obra monumental, a mais exaustiva até hoje escrita acerca do notável médico (21).

Nascido em Penamacor no mesmo ano que o futuro marquês de Pombal (1699), morreu em Paris em 1783, ano em que também faleceu D'Alembert, que parece conheceu pessoalmente. Médico eminente, um dos

---

(19) «Entre nós, foi o próprio Paço que abriu brecha na armadura que a Escolástica, a pedagogia jesuítica, as mesas censórias e a Inquisição haviam forjado para nos preservar de contactos e influências de dúbia ortodoxia. Data de 1708 o 1.º dos decretos que puseram termo ao monopólio do ensino secundário pelos padres da Companhia. Tímida, embora, sente-se, em várias das medidas tomadas, a ânsia de renovação que estremecia o mundo». H. Cidade, *História de Portugal*. Ed. de Barcelos. Vol. cit., pág. 469.

(20) In-Moncada, *ob. cit.* Apêndice II, pág. 148.

(21) *Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra*, Porto. 1911.

grandes nomes a fixar ao percorrer-se essa galeria imensa que se inicia com Hipócrates, foi, também, um dos grandes precursores da moderna higiene, numa época em que até nas mais elevadas classes sociais o horror à água, ao ar e à luz eram dogmas tão impenetráveis à crítica como os que a Igreja impunha às consciências. Como escreveu o Prof. Hernâni Cidade, a obra de Ribeiro Sanches,

> «é a obra dum sábio a quem todas as curiosidades do especialista e todos os nobres interesses do homem incitam a um trabalho incessante. Ele realiza o tipo do *uomo universale*, à maneira dum italiano de Quatrocentos» ([22]).

E o Prof. Luís de Pina considera-o

> «Naturalista, historiador, pedagogo, filósofo, psicólogo, etc., além de invulgar clínico, higienista e sifilígrafo» ([23]).

Foi inegàvelmente um dos grandes nomes de que Portugal se deve orgulhar, porque na realidade levou a cabo obra válida com que contribuiu para melhorar as condições da vida dos homens; isto, segundo creio, constitui exactamente a sua maior glória. Tenho para mim que os homens só são verdadeiramente grandes e deles se devem realmente sentir orgulhosos os seus compatriotas na medida em que serviram o Homem, sem quaisquer preconceitos a limitar-lhes a acção. A uma Florence Nightingale, a um Pasteur, a uma Marie Curie devem todos os homens gratidão eterna pelo muito que contribuíram para o bem dos seus semelhantes, independentemente do facto de se tratar de uma inglesa, de um francês e de uma polaca. Acima dos preconceitos nacionalistas está a Humanidade e foi com os olhos nela que, por exemplo, um Henri Dunant criou a benemérita Cruz Vermelha, e um David Livingstone se embrenhou pelas florestas e sertões centro-africanos para arrancar os negros à escravidão e ao bárbaro feiticismo ancestral.

Numa época em que ainda imperava o empirismo em medicina e em que as cruéis sátiras de Molière perseguiam implacáveis os médicos, Ribeiro Sanches, como discípulo eminente do grande Boerhaave, soube impor-se

---

([22]) *Ob. cit.*, pág. 40.
([23]) *História de Portugal*, ed. cit. vol. cit., pág. 544.

pelo perfeito desinteresse das suas acções e pela dignidade que imprimiu à profissão que escolhera.

A biografia deste ilustre português está feita e deve-se, como salientei acima, ao Dr. Maximiano de Lemos a obra mais exaustiva acerca do grande médico. E depois da publicação deste livro alguns outros estudiosos se lhe têm referido, focando qualquer dos aspectos da actividade multímoda de Sanches, em que se salienta, além da Medicina, a Pedagogia. Porque reconhecendo, como Verney, que a necessidade mais instante de Portugal no seu tempo era a reforma da Educação, embora em plano menos vasto do que a do arcediago de Évora, mas mais profundo por visar apenas um sector desse campo, Sanches votou-se também à missão de dar a sua achega para a renovação da educação dos Portugueses, a que nesse tempo se votava o ministro de D. José. António José Saraiva e Óscar Lopes vão mesmo ao ponto de asseverar que o

> «seu esquema de ensino universitário é mais revolucionário que o de Verney ou o de Pombal e pode considerar-se, em certos pontos, precursor da reforma que só a República viria a fazer em 1911» ([24]).

É inegável, porém, que foi Sanches o inspirador do Colégio dos Nobres criado por Pombal em 1761 para substituir o ensino dos Jesuítas expulsos dois anos antes, e que pode considerar-se o precursor do ensino secundário oficial no nosso país ([25]). E as suas famosas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* são obra que veio ao encontro dos desejos do ministro todo-poderoso proporcionando-lhe os meios de gizar com solidez o edifício que depois construiu. Dois anos depois completa o médico ilustre o seu pensamento pedagógico publicando o seu *Método para aprender e estudar a Medicina, ilustrado com os Apontamentos para estabelecer-se uma Universidade Real na qual deviam aprender-se as Ciências humanas de que necessita o Estado Civil e Político.*

Num país, como o nosso, em que a Pedagogia havia três séculos se tornara monopólio da Companhia de Jesus e no qual o Estado não inter-

---

([24]) *História da Literatura Portuguesa*. 3.ª ed. corrigida, Porto, s./d., pág. 550.

([25]) Embora o Ensino Secundário oficial nascesse, como se sabe, com o Colégio das Artes de Coimbra, instituído por D. João III, poucos anos depois a sua entrega à Companhia de Jesus tirou-lhe esse carácter, assim se interrompendo durante quase dois séculos a linha iniciada então.

feria, ou não podia interferir na preparação dos seus funcionários para o exercício das suas actividades, compreende-se porque a obra revolucionária levantou a enorme celeuma que se conhece. E se as duas obras de Sanches passaram incólumes à crítica, quer-me parecer que o facto se deveu a estar então no Poder o férreo ministro de D. José e os adversários do ensino laico se encontrarem expulsos do país ou encerrados nas prisões.

Mas a gratidão do marquês de Pombal por esse homem que tão bem compreendeu o alto alcance da sua obra e o quis nela auxiliar com as luzes do seu saber e da sua experiência, pelo profundo desejo que tinha de servir a sua pátria, embora se encontrasse «ainda tão distante e por tantos anos longe de Portugal» ([26]), essa gratidão não se manifestou na medida em que seria de esperar, tão certo é que o reconhecimento dos serviços dos seus colaboradores é moeda desconhecida dos que retém fèrreamente as rédeas do Poder. Por isso Camilo, numa das suas horas de mau-humor ácido, quando se propôs apear o marquês do pedestal a que o haviam elevado os Jacobinos centenaristas, escreveu que ele

> «consentia que o seu inspirador, nos derradeiros anos, aceitasse, com o júbilo da miséria socorrida, a esmola que lhe mandava a imperatriz» [da Rússia] ([27]).

Como é que este homem, filho de um cristão-novo de Penamacor e de quem muito pouco se sabe, se encontrou um dia a viver na corte mais despótica do seu tempo, como médico de um imperador e de uma imperatriz, tendo ainda curado outra em idade em que ela não pensava vir a sê-lo?

Não vou refazer aqui a biografia do célebre médico, feita a primeira vez no próprio ano da sua morte pelo seu amigo Dr. C.-L.-F. Andry ([28]) e, já no nosso século, pelo Dr. Maximiano de Lemos.

Terei, porém, de me referir à sua partida precipitada de Portugal, levado pelos mesmos escrúpulos religiosos que no século anterior haviam forçado o seu desgraçado correligionário Uriel da Costa a fugir do país para abraçar em toda a liberdade a fé dos seus maiores. Mais feliz, porém, que o autor do *Exemplar Humanae Vitae*, Sanches não considerou a per-

---

([26]) *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Nova edição, Coimbra, 1922, pág. 3.

([27]) *Perfil do Marquez de Pombal*. 2.ª ed., Porto, 1900, pág. 106.

([28]) *Précis historique sur la Vie de M. de Sanchès*. In «Catalogue les Livres de feu M. Ant. Nuñés-Ribeiro-Sanchès». À Paris, Chez de Bure, Fils Aîné, MDCCLXXXIII.

seguição religiosa dos judeus seus irmãos de crença de modo tão trágico como Uriel, felizmente para a Ciência que conservou por muitos anos o seu ilustre servidor. Tendo deambulado pela Inglaterra e pela Itália, encontrava-se em Bordéus quando resolveu, em 1730, acompanhar um seu discípulo a Leida, nos Países Baixos, para ouvir as lições do mundialmente famoso Dr. Herman Boerhaave. Este acto iria ter na sua vida influência decisiva.

Este médico celebérrimo no seu tempo, além de professor da Universidade de Leida, era autor de vários livros da sua especialidade, entre que se destacam umas *Institutiones medicae*, editadas em 1734, um *Libellus de Materia medica*, editado em 1727, e um *Methodus studii Medici*, publicado em 1751. O entusiasmo que em Sanches despertou este médico notável justifica-se pelo facto de Boerhaave ser o primeiro que se dedicou à investigação científica das doenças, e da sua clínica saíram alguns discípulos que, honrando o mestre, honraram as suas terras de origem, como o alemão Alberto Haller, o austríaco Gerard van Swieten e o português Ribeiro Sanches. Segundo um dos biógrafos do médico português ([29]), as ideias de Boerhaave

> «*provoquèrent une révolution dans les esprits des médecins du monde entier. Sa clinique de Leyde se transforma en centre du nouveau mouvement intellectuel. Les élèves de Boerhaave, comme des apôtres, en se dispersant devinrent dans leurs patries des fondateurs du nouvel enseignement médical*».

Quando Verney, no seu livro célebre, abordou o ensino da Medicina e preconizou os seus futuros rumos, foi a Boerhaave e ao seu *Methodus studii Medici* que se encostou como a autoridade de peso e no tempo acatada com respeito.

A Boerhaave se dedicou Sanches desde então, consagrando-lhe uma amizade que transcendeu a própria morte, e, todas as vezes que se lhe referiu por escrito, bem expressa deixou a verdadeira dedicação que por ele nutria e a admiração que lhe mereceu o seu talento. Anos mais tarde, referindo-se-lhe no seu *Método para aprender e estudar a Medicina*, escreveu:

> «Mas este grande homem em tudo foi assombro, em forças, em Sciencia, e no amor do trabalho, que he o mesmo da virtude.

([29]) O Dr. S. Gruzenberg, na revista *Voschod*.

Mas estes genios saõ raros; e poucos poderaõ pretender a tanta celebridade» ([30]).

Para ele, o ilustre médico era «o grande Boerhaave» ([31]), e este, por seu turno, estimava o discípulo português e tinha pelo seu saber profissional tal consideração que, quando o Governo russo se lhe dirigiu a pedir a indicação de três médicos capazes de irem para a Rússia exercer a sua actividade «para funções de grande responsabilidade no campo da medicina», o ilustre médico holandês incluiu, entre esses três candidatos, o nome de Ribeiro Sanches.

Chegado a Moscovo, foi ele nomeado *fizikus* da chancelaria de Medicina, depois de ter firmado em Amsterdão, a 13 de Julho de 1731, um contrato pelo qual iria para a Rússia «*en sa dite qualité de Medecin au service de sa Majesté Imperiale de toute la Russie*», com o vencimento anual de 600 rublos.

Boerhaave fora, anos antes, devido à fama de que gozava, consultado pelos médicos da corte moscovita por ocasião da doença de Pedro *o Grande* e da sua irmã Natália Alexeievna, o que lhe confirmou o prestígio e explica o pedido acima referido.

Depois de instalado na velha cidade imperial, Sanches recebeu o encargo de ensinar os barbeiros-cirurgiões, as parteiras e os farmacêuticos. Mas transferido pouco depois para os serviços médicos do exército, passou a seguir à nova capital de Sampetersburgo, como médico do Corpo de Cadetes do exército de terra, altura em que ele disfrutava já de prestígio e de autoridade que a todos o impunham, a ponto de em Março de 1740 ser nomeado médico da corte e, a seguir, segundo médico da regente Ana Leopoldovna na menoridade do imperador Ivan VI, depois destronado. A regente depositava no médico português confiança tal que, quando se ausentava da capital e os médicos do seu séquito lhe passavam receitas, mandava-as ao Dr. Sanches para ele as verificar e se pronunciar a seu respeito. Quando a futura grande Catarina era apenas uma jovem de 15 anos e estava noiva do príncipe Pedro Feodorovitch, adoeceu de grave doença, tendo estado «entre a vida e a morte durante 27 dias, durante os quais me sangraram dezasseis vezes, e às vezes quatro vezes em um só dia», devido a um perigoso abcesso lateral, declara ela nas suas *Memórias* que o abcesso «rebentou pelos cuidados do médico San-

([30]) António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*. Vol. I, Coimbra, 1959, pág. 67.
([31]) *Ob. cit.*, pág. 69.

ches, português». Mas três anos depois deste acontecimento, ele adoeceu por sua vez, sofrendo de vertigens e de cólicas que lhe tiravam o sono, vendo-se obrigado a demitir-se das suas funções, retirando para França, sendo-lhe entregue, antes da partida, um certificado de serviços, assinado pela imperatriz Isabel, por meio do qual ele foi também nomeado «*auprès de Notre Personne Impériale second médecin avec le rang de Conseiller d'État actuel*».

Nessa mesma ocasião a Academia Imperial das Ciências de Sampetersburgo elegeu-o membro honorário da secção de Física, com o vencimento anual de 200 rublos. E a Biblioteca Imperial comprou-lhe a livraria, que o historiador da medicina russa W. M. von Richter classificou de «grande», e foi incorporada naquela biblioteca.

Homem de tão grande valor intelectual e profissional, deixou Sanches na Rússia fundas recordações, sendo ali mais lembrado e considerado do que na sua pátria de origem, onde apenas o conhecem os eruditos e estudiosos especializados.

Assim se explica que um eslavista holandês, o Dr. David Willemse, fosse atraído por esta notável figura e a escolhesse para centro de estudo na preparação da sua tese de doutoramento.

O Dr. David Willemse, natural de Roterdão, é actualmente colaborador especializado do Instituto Hispano-Português da Universidade de Amsterdão, e pertence à mesma estirpe de lusófilos holandeses, amigos de Portugal e da cultura portuguesa, em que se destaca como figura primacial o Prof. M. de Jong, mestre daquela Universidade e historiador das relações literárias luso-holandesas, e o não menos ilustre Prof. Houwens Post, com quem há anos tive o prazer de conversar nesta cidade. Interessado pela nossa Língua pelos contactos comerciais que teve com o Brasil, veio a licenciar-se em Filologia Românica em 1963 pela Universidade em que agora se doutorou, teve o Dr. Willemse de preparar a sua referida tese, para o que consultou várias bibliotecas e arquivos na sua pátria, na Áustria, na Espanha, em Portugal e na U. R. S. S., conseguindo reunir muito material relativo a Sanches, e estudou os seus MSS autógrafos, entre os quais os que se encontram na Biblioteca Pública de Braga, tendo também sido nesta cidade que tive o gosto de o conhecer e de o acompanhar, fortalecendo-se então uma amizade iniciada antes no trato epistolar.

Subsidiado por várias instituições culturais, entre que se deve destacar a benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, o operoso estudioso neerlandês não se poupou a esforços para obter todo o material que reputou necessário para levar a cabo o seu trabalho, tendo conseguido, como

última etapa do caminho a percorrer, ir à U. R. S. S., de onde trouxe abundantes elementos mal conhecidos ou absolutamente inéditos, que esclarecem por completo a acção do nosso compatriota no antigo império dos Czares.

E assim foi que, no começo do verão do ano passado, tive o gosto de receber o volume da sua tese, apresentada à Universidade de Amsterdão e ali discutida em 26 de Abril, com o título de ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES — ÉLÈVE DE BOERHAAVE — ET SON IMPORTANCE POUR LA RUSSIE ([32]), dedicada, num preito de profunda gratidão, *«à la Fundação Calouste Gulbenkian, cette noble Institution qui fait tant de bien, en témoignage de mon grand respect pour les Portugais de mes amis et de ma sincère gratitude pour la sympathie qu'ils m'ont toujours montrée»*.

No desejo de tornar mais vasto o conhecimento dos resultados das suas investigações acerca de Sanches, o distinto A. entendeu redigir a sua tese em francês, o que lhe deve ter duplicado o trabalho, sabido como é sempre custosa a redacção em língua diferente da língua-mãe, ainda que nos sintamos absolutamente capazes de a dominar, pois todos os mestres de línguas sabem muito bem que só domina uma língua estrangeira quem chegou a tornar-se capaz de *nela pensar* e não na sua.

O Dr. D. W. saiu-se galhardamente da tentativa, podendo considerar-se perfeito o seu trabalho de redacção, muito me aprazendo felicitá-lo por ter conseguido vencer por completo as dificuldades que lhe eriçavam o caminho.

O A. admira Sanches extraordinàriamente, e, conforme escreve, se o preferiu a outros escritores portugueses de importância,

> *«c'est parce que, dès le début, il nous a été sympathique, qu'il a étudié à l'Université de Leyde et finalement, parce qu'il a vécu pendant de longues années en Russie, pays sur lequel il nous a laissé bon nombre d'écrits»* (pág. XI).

Efectivamente,

> *«Sanches, en Russie, a réussi à acquérir une réputation excellente, non seulement comme médecin, mais aussi comme auteur de plusieurs dissertations sur des thèmes variés» (loc. cit.).*

([32]) Leiden, E. J. Brill, 1966, XIII-188, págs. Ilustr.

Curioso é que foi precisamente na Rússia que, no século passado, apareceu a biografia mais desenvolvida do ilustre médico escrita pelo Dr. S. Gruzenberg e publicada no *Voschod Jurnal* sob o título de «O Doutor Sanches médico da imperatriz Isabel Petrovna», e era nada menos do que o texto do discurso pronunciado em 5 de Novembro de 1897 pelo autor na Comissão histórico-etnográfica da Associação para a Propagação da Instrução Cultural entre os Judeus, e que o Dr. D. W. traduziu directamente do russo e publicou por sua vez *in extenso* na sua tese. Depois das biografias setecentistas de Sanches da autoria de Andry e de Félix Vicq-d'Azyr, as mais desenvolvidas, embora não isentas de erros de interpretação, publicadas no estrangeiro, são precisamente a de Guzenberg ([33]) e a de Max Rosenthal publicada no tomo XI de *The Jewish Encyclopedia*.

No entanto e apesar de tudo, continua a ser trabalho fundamental o do Dr. Maximiano de Lemos, a quem o A. presta justiça plena ao escrever:

> «*Dans le cours de nos études nous avons pu constater que Lemos en composant la biographie de Sanches, s'est donné beaucoup de peine pour ériger un monument digne de la mémoire de son collègue du XVIII^e siècle et, à mesure que nous avons pu consulter les textes conservés, notre respect pour la diligence de ce biographe n'a cessé de grandir. Pour autant que nous sommes capable d'en juger, il nous semble que ses conclusions sont en majorité bien fondées et que, pour l'exécution de son projet, il s'est scrupuleusement informé de tout ce qu'il avait à sa disposition. Cependant, la documentation étant si complexe et présentant nombre d'aspects qui n'ont rien à voir avec la médecine, Lemos n'a pas manqué de se rendre compte du caractère quelque peu unilatéral de son approche*» (pág. 29).

De facto, Lemos não pudera consultar muita documentação referente a Sanches, existente no estrangeiro, em particular na Biblioteca Nacional Austríaca, e também os cinco volumes de obras várias do grande médico, que se encontram na Biblioteca Nacional de Madrid, pelo que de agora em diante o livro do Dr. D. W., pelas fontes a que recorreu, em grande parte inéditas, passará a constituir com a obra do Dr. Lemos elemento fundamental, imprescindível, portanto, a todos os estudiosos da vida e da obra de Ribeiro Sanches.

([33]) Baseada, segundo o A., nas duas anteriores (pág. 35, nota 12).

Abre o livro com uma longa «Introdução», de carácter biobibliográfico, em que traduz uma parte extensa da carta endereçada por Sanches, de Sampetersburgo, em 1735, ao seu amigo Dr. Manuel Pacheco de Sampayo Valladares e existente na Biblioteca Pública de Évora, que nos revela quais as razões determinantes da sua precipitada saída de Portugal. Conforme já acima referi, tal como Uriel da Costa, também Ribeiro Sanches se sentiu preza de escrúpulos de consciência, tendo resolvido fugir para o Norte da Europa a fim de poder praticar a religião hebraica em toda a liberdade, sendo a causa imediata da sua resolução, por paradoxal que isso pareça, a leitura do *De Civitate Dei* de Santo Agostinho, na qual ao que parece ouviu pela primeira vez falar do aspecto místico da circuncisão, pelo que «fezme tal terror o naõ estar Circumcidado, que melevantei Como doudo (...) e logo me determinei de passar ao Norte, adonde me imaginava que acharia os Iudeus & a ley Iudaica a Couza mais Santa que havia no mundo».

Esta é a confissão do próprio Sanches, aliás corroborada por Maximiano de Lemos na sua obra monumental, ao apontar o nome de Sanches como compreendido numa denúncia feita em 1726 à Inquisição de Lisboa, na qual ele era acusado de judaizante. Mas os seus primeiros biógrafos insistem no seu desejo de aperfeiçoar os conhecimentos de medicina no estrangeiro com mestres da mais alta reputação. O «enigmático Dr. Álvares», que fora amigo de Sanches, escrevendo ao Dr. Andry em Janeiro de 1784, fala em «*une affaire très-délicate*» que sobreviera ao cristão-novo e que então os amigos não ignoravam, «*puisqu'il nous en parloit beaucoup à Paris*», e teria sido a determinante da sua saída de Portugal ([34]).

Ninguém sabe que espécie de «*affaire très-délicate*» teria sido esse, opinando o A. que «*l'énigme de son départ précipité de sa patrie reste encore à résoudre*» ([35]). Se bem vejo no meio destas perplexidades, não me parece haver razão de peso para pôr de lado o depoimento do próprio Sanches expresso no MS de Évora, escrito em anos ainda juvenis, o qual não deixa admitir lapso de memória devido à idade.

Que o jovem cristão-novo tomasse esta resolução não pode causar-nos surpresa, sabido como, até ao célebre decreto pombalino, as práticas de Judaísmo eram rigorosamente proíbidas e os infractores condenados a penas que poderiam ir até à queima em auto público, como aconteceu ao pobre António José da Silva. Que no século XVIII, o «Século das

([34]) Pág. 15.
([35]) Pág. 16.

Luzes», ainda se queimassem seres humanos em holocaustos a Cristo, constituía para Portugal um descrédito no conceito das nações civilizadas, tendo Verney, já na segunda metade da centúria, em carta a Francisco de Almada e Mendonça, declarado ter visto

> «*una Carta Geografica di Portogallo stampata, in cui per distintivo della Nazione, vi era un Atto della Fede, ed un* Ebreo, che si bruciaua» ([36]).

O medo do Santo Ofício explica, assim, por um lado que os cripto-judeus emigrassem para paragens mais tranquilas, por outro que os espíritos mais tolerantes procurassem afastar-se de um país onde em religião o que importava era o formalismo exterior, não se considerando a sinceridade da crença daqueles que se afastavam do ritual católico. E Sanches, cujo pai estivera nos cárceres da Inquisição e que, ao recordá-lo, se tornava «furioso», tomou a precaução de se pôr ao largo, abandonando a pátria e a família, embora pela vida fora jamais esquecesse aquela, que sempre lembrou com saudade e serviu o melhor que pôde, honrando-a como médico eminente que foi.

Judiciosamente escreve o A.:

> «*Nous sommes convaincu que Sanches, malgré tout, a vraiment aimé sa patrie, qu'il a toujours voulu l'aider à se mettre au niveau des nations européennes les plus avancées, dont il connaissait les progrès sur plusieurs terrains en dehors de celui de la médecine*» ([37]).

A longa permanência de Sanches no estrangeiro, tendo para ali partido em idade juvenil, contribuiu, ao que se me afigura, para lhe abrir o espírito às novas ideias que sopravam do quadrante do Iluminismo, e apesar de não poder considerar-se um iluminista tão radical como Verney ([38]), a despeito do que escreveram António José Saraiva e Óscar Lopes e citei atrás, a verdade é que do seu espírito se haviam varrido todos os miasmas que o poderiam ter infectado em Portugal. Percorrendo catálogo

---

([36]) Moncada, *ob. cit.*, pág. 165.

([37]) Pág. X.

([38]) *O Verdadeiro Método de Estudar*, ed. de 1746, figura entre as obras da sua biblioteca, no catálogo publicado em 1783.

da sua livraria, vendida depois da sua morte (que legara ao irmão, também médico, mas mais interessado pelo dinheiro do que pelos livros), e de que o Dr. D. W. publica a edição facsimilada como apêndice da sua tese, verifica-se como Sanches era grande leitor e grande estudioso, cujos interesses intelectuais se não confinavam nos limites da Medicina, que praticava, mas iam da Teologia às Belas-Letras, da Jurisprudência à Política, da Metafísica à História Natural, da Matemática à Retórica, da História à Geografia.

De facto, ali encontramos autores como Espinosa, Montesquieu, Grócio, Puffendorf, o Abade de Fleury, Platão, Aristóteles, Séneca «o Filósofo», Hobbes, Epitecto, Mirabeu, Plínio «o Velho» e o seu sobrinho, Buffon, etc., etc., etc., para só citar estes ao correr da pena. É verdadeiramente avultado, òbviamente, o número de obras de Medicina, desde os dicionários à história da ciência, desde os tratados de Fisiologia aos de Matéria Médica, Medicina prática e numerosas obras de especialidades, bem como bastantes de cirurgia. Possuía nada menos de 19 volumes de farmacopeia, mas todos de autores estrangeiros. Ao espírito esclarecido de Sanches deveria ter repugnado o que por cá havia nesse capítulo e que, com ser pouco, era, além disso, indigno das atenções de um médico como ele. Ali encontramos representados os maiores poetas latinos, em edições seiscentistas e setecentistas, na língua original, em que Sanches era versado, poetas franceses, italianos, o *Ensaio sobre o Homem* de Pope em versão francesa, as obras de Camões em várias edições (uma delas, a de Paris de 1759, com introdução do próprio Sanches) e uma tradução italiana d'*Os Lusíadas*, bem como a tradução espanhola das obras de Sá de Miranda datada de 1677.

Numerosas são as obras de crítica, e entre as poligráficas deparam-se os nomes de Montaigne, D'Alembert, Maquiavel, Quevedo, Hume, Erasmo, as famosas *Cartas* do Conde de Chesterfield, as *Epístolas* de Filipe Melanchton, e os historiadores da Antiguidade estão representados nada menos que por Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Diodoro Sículo, Arriano, Dinis de Halicarnasso, Tito Lívio, Salústio, César, Tácito, Suetónio, Veleio Patérculo, Políbio, Amiano Marcelino, quer dizer a fina flor dos latinos da idade de ouro e da decadência, estando os historiadores gregos em versão latina, e os modernos contemporâneos de Sanches, Robertson, Gibbon e Mably.

Os portugueses estão ali dignamente representados por João de Barros, Diogo do Couto, João Baptista Lavanha, Afonso de Albuquerque

filho, Francisco de Brito Freire, Magalhães de Gandavo, Contador de Argote e Cândido do Lusitano, este com a *Vida do Infante D. Henrique.*

Folhear o catálogo da livraria de um estudioso é penetrar no seu espírito e percorrê-lo em todos os sentidos, tomar muitas vezes até conhecimento dos mais íntimos segredos da alma de um homem, que assim melhor se fica a conhecer do que no próprio trato diário e meramente exterior. De facto, todo aquele que ama os livros e os adquire para deles retirar a parcela de verdade que, mais ou menos, todos encerram, vai escolhendo pela vida fora consoante as suas preocupações intelectuais do momento, assim constituindo a sua livraria uma história viva do seu espírito e da evolução sofrida no decurso dos anos. Pelo velho catálogo da livraria de Ribeiro Sanches fica-se sabendo que, com ser médico, e ao contrário de tantos que limitam as suas leituras (quando as têm) aos livros da especialidade, Sanches gostava de olhar para além da muralha erguida à sua volta pela ciência que cultivava. E ao percorrer a sua obra, quer a publicada, quer a inédita, compreender-se-á imediatamente que ela só poderia ter-se devido a um indivíduo com vastas leituras sobre que exercera profunda reflexão.

Espanta é que com a vida agitada que teve desde que deixou os Países Baixos até se fixar em Paris, chegando, como médico militar, a acompanhar as tropas imperiais nas suas campanhas do Sul, pudesse ter acumulado tantos instrumentos do saber e que os lesse apesar de tudo.

Uma faceta curiosa e significativa da personalidade deste homem, dá-no-la o seu amigo e biógrafo Andry, com dizer que o facto de Sanches jamais se ter casado não se deveu «*par indifférence pour les femmes, mais par amour pour la liberté*» ([39]). Ao contrário dos seus compatriotas, geralmente predispostos à disputa sempre que contraditados, velho vezo de todo o português, Sanches «*se prêtoit avec plaisir à la discussion & citoit toujours à propos des faits intéressants pour appuyer un raisonnement solide*» ([40]). E

> «*comme son caractère le portoit plus à l'indulgence qu'à la sévérité; & comme sa prévenance venoit moins du désir que de l'habitude de plaire à ses amis, son commerce étoit facile, douce, égal. Il étoit sujet dans sa vie domestique à des accès d'impatience & de vivacité; mais il ne manquoit jamais de corriger*

([39]) Pág. 13.
([40]) *Loc. cit.*

sur-le-champ l'amertume d'un reproche injuste ou peu mérité, par un accueil plus doux qui laissoit voir ses regrets» (41).

Homem deste temperamento não poderia deixar de ser sensível às faltas de delicadeza, que chocam todos os que consideram as relações humanas em plano inacessível àqueles que as equiparam às dos simples animais.

E, pelo testemunho de J. Stehlin, em carta ao citado Andry, foi *«un choc assez facheux & sensible par la grossiereté et malice d'un medecin anglois»* que *«lui* [a Sanches] *reprochoit publiquement qu'il étoit un Juif portugais»*, o que obrigou o ilustre médico a deixar a Rússia, embora ninguém na Corte desse crédito ao caluniador, que *«fut congédié quelq tems apres, par une autre indiscretion & mauvaise conduite»* (42).

Como já escrevi antes, Sanches deixou na Rússia boa recordação, tendo-se-lhe referido alguns autores, que lhe escreveram a biografia: o Dr. S. Gruzenberg e M. F. Shugurov. O estudo do primeiro foi publicado, como já assinalei, na revista literária *Voschod Jurnal* (43), o do segundo na *Istorija Evreev v Rossii* (44), mas encontram-se agora ao alcance dos estudiosos ocidentais porque o A. os traduziu para francês incluindo-os no seu volume precioso. Apesar de conterem algumas inexactidões, erros e deficiências de informação, que aliás o A. rectifica nos lugares próprios, a verdade é que esses dois estudos dão um conspecto muito apreciável da vida e acção de Ribeiro Sanches durante a sua permanência na Rússia, e em ambos se assinala como causa da sua saída para França e da sua demissão da Academia Imperial o facto de ser judeu. A perseguição aos Judeus na Rússia dos séculos XVIII e, sobretudo, do XIX, com os seus bárbaros *pogroms*, repetidos à escala monstruosa pela Alemanha nazi, foi espectáculo que supera em muito o barbarismo da conversão forçada dos hebreus vindos da Espanha no tempo do nosso D. João II, e só se pode visionar recordando a célebre matança de Lisboa em 1502. Embora os *Sefardim* peninsulares, sobretudo a partir dos Reis Católicos, tivessem de suportar sofrimentos inenarráveis, filhos de uma crueldade resultante da intolerância vesga dos povos, os *Eskenazim* da Europa central ultrapassaram em muito essa epopeia do sofrimento, na Rússia causado pela bruteza do povo ignorante, pelas leis devidas à intolerância dos Czares.

---

(41) Pág. 14.
(42) Págs. 16, 17.
(43) N.° de Julho de 1898.
(44) *História dos Judeus na Rússia*, in — «Ruaakij Archiv», 1894.

Apesar desse ódio dos Russos pelos Judeus, o grande português, já depois de ter deixado a Rússia e de ter sofrido o vexame da sua demissão compulsiva da Academia Imperial, prestou àquele país serviços desinteressados correspondendo aos pedidos do general Ivan Ivanovitch Beckoj, um dos numerosos favoritos de Catarina II, que, apesar de sueco, alcançou o favor da imperatriz, chegando a director-geral da Chancelaria da construção, presidente da Academia das Belas-Artes e director do Corpo Imperial de Cadetes, de que Sanches, como se viu, fora médico.

Como todos os homens alçados ao Poder mercê das simpatias de um soberano, teve Beckoj detractores e inimigos, que chegam ao ponto de o considerarem nada menos que um bobo ou simplesmente um doido.

O A., porém, eslavista esclarecido e, portanto, versado suficientemente na língua russa, pôde consultar obras em que os serviços do favorito são indicados em pormenor, o que lhe permitiu emitir a opinião de que

> «*Beckoj n'était ni fou ni stupide, comme voulaient suggérer ses détracteurs et, même si nous ne disposons pas d'une lettre de sa main par laquelle il se présente à nous comme un homme non moins réaliste que Sanches, nous serions tenté de défendre le point de vue de Majkov* (45) *qui, en revanche, le considérait comme bienfaiteur du genre humain. Nous aussi, nous sommes d'avis que — dans le cadre de son temps et dans la mesure de ses possibilités, d'ailleurs limitées — Beckoj s'est entièrement consacré à la propagation de l'instruction publique et cela d'une manière désintéressée, digne d'être louée. Pour le reste, nous soulignons que le caractère de Sanches nous est suffisamment connu pour savoir que notre auteur ne se serait jamais mêlé, jusqu'à sa mort, des affaires d'une espèce de bouffon et, moins encore, donné la peine d'écrire toute une série de projets pour un homme insensé et arrogant*» (46).

Entre este Beckoj, que se esforçava por introduzir na Rússia alguns elementos da civilização ocidental, numa época em que Catarina II procurava, antes de tudo o mais, fortalecer a autocracia imperial, enfraquecida pelas conspirações e revoltas que haviam abalado o império desde a morte de Pedro *o Grande*, entre Beckoj, ia eu dizendo, e Sanches tro-

(45) Autor de uma biografia de Beckoj publicada em Sampetersburgo em 1904.
(46) Pág. 119.

cou-se amistosa correspondência, de que resultaram alguns trabalhos do ilustre médico, pràticamente inéditos, embora se lhes conheça o nome.

Um deles existe na rica Biblioteca Pública de Braga entre uma colecção de MSS em que se encontram alguns autógrafos de Sanches, e o Dr. D. W. publica-o na íntegra no seu livro. É o que figura em 7.º lugar nessa colecção, com o título de *Sur la Culture des Sciences et des Beaux arts dans l'Empire de Russie*. Muito extenso, ocupa no volume do investigador holandês 40 páginas, em corpo 8, e embora não seja autógrafo do médico ilustre, segundo o A. são-no as corecções ([47]).

De tudo aquilo que Sanches escreveu, publicado ou inédito, nada me parece tão perfeito para se conhecer em extensão e profundidade o pensamento enciclopédico de Sanches (no espírito iluminista do seu tempo), como esta «memória», para me expressar como na época era costume entre nós. Se, por um lado, dela se podem colher esses ensinamentos e, assim, demonstrar perfeitamente como o pensamento sanchiano se integrava no de todos os nossos «estrangeirados», pelo outro ela tem ainda a vantagem de nos revelar como Sanches pôde, embora em pequena escala, contribuir para a integração da Rússia setecentista na civilização europeia, de que até Pedro *o Grande* andou sempre afastada. Este imperador, que sucedeu ao irmão Ivan V, autócrata à velha maneira eslava, melhor tártara, em contacto com o Ocidente sentiu a inferioridade da Rússia, mais tártara do

([47]) Além deste ensaio, o MS 640 da Biblioteca de Braga, que pertenceu ao espólio do conde da Barca, contém mais 25, nem todos de interesse histórico ou biográfico, entre os quais devo destacar: *Mémoire sur les bains de vapeur de Russie — Difficuldades q̃ tem hum Reyno velho para emendar-se — Origem da denominaçaõ de Chistaõ Velho, e Christaõ Novo no Reino de Portugal — Meyos que Pedro Primeiro Emperador de Russia tomou para regrar os Ecclesiasticos do seu Imperio, e estabelecer a sua subsistencia — Algumas causas da perda da Agricultura de Portugal depois do anno 1640, — Sobre as Lavouras e Fabricas do Tabaco do Brasil — Consideracoens sobre o Governo do Brasil desde o seu Estabelecimento ate o presente tempo.* Este precioso volume, cujo conteúdo esclarece bem as preocupações de economista de Sanches, deveria ter pertencido ao Dr. Andry e mais tarde sido vendido quando o espólio de Sanches se dispersou, sendo então adquirido por António de Araújo de Azevedo, talvez quando era nosso ministro em Paris, entrando mais tarde na posse do Dr. Manuel de Oliveira e a seguir na da Biblioteca onde se encontra. O 1.º dos MSS acima indicados, um dos enviados a Beckoj, foi publicado em versão russa em Sampetersburgo em 1779, com reedição de Moscovo em 1791, e no original francês na *Histoire de la Société Royale de Médecine* em Paris em 1782. O 2.º parece-me, por breve exame que dele fiz, o original português das *Réflections* (sic) de Sanches existentes na Biblioteca da Faculdade de Medicina de Paris, que I. S. Révah, o historiador dos «Marranos», estudou e de que o Dr. D. W. dá breve excerto a pág. 11 do seu livro.

que eslava, perante as nações que no seu tempo seguiam na vanguarda do progresso, pelo que decidiu civilizar o seu império de modo análogo ao do nosso marquês de Pombal, à força de *ukases*, isto é de decretos de carácter ditatorial e despótico. Trabalhador incansável, *il payait de sa personne* não se poupando a esforços nem a canseiras para fazer despertar o povo russo do sono da ignorância mais crassa e da obediência mais abjecta em que o haviam mergulhado czares e boiardos desde os tempos de Rurik.

Mas não é com decretos que um Governo, por muito bem intencionado que seja, consegue transformar a índole de um povo, obra ingente que requer uma reforma evolutiva da educação e o tempo necessário para as sementes germinarem. Embora com elevadas ideias civilizadoras e apesar do contacto que tivera com os ocidentais, Pedro I, no fundo, não passava de um homem de instintos brutais, como tantos imperadores antes dele haviam sido, pelo que, a despeito do medo que infundia a todos, até pela sua estatura imponente de gigante, viu-se a braços com várias conspirações de elementos reaccionários da corte e da nobreza, que se julgavam lesados nos seus interesses pelas reformas do czar. E quando este morreu, os seus sucessores até Catarina II (que aliás era alemã) esforçaram-se por fazer voltar o império ao *statu quo ante*, sem, no entanto, o conseguirem totalmente. Apesar de se manter nas classes elevadas um fundo de grossaria e brutalidade, de que a história da Rússia nos séculos XVI, XVII e XVIII nos oferece o triste quadro repugnante, a verdade é que a obra de Pedro *o Grande* fez abrir uma larga janela sobre a Europa, levando ao espírito dos boiardos uma noção de vida totalmente diferente da tradicional. E se a servidão escrava se manteve ainda até passados os meados do século XIX, a verdade é que foi então que começou a processar-se a entrada da civilização na Rússia, embora a oposição das classes privilegiadas, por um lado, e a profunda ignorância do povo, pelo outro, entravassem por mais de um século essa marcha.

Como escreveu o A.,

> «*Sanches nourrissait un grand respect pour la personne de Pierre le Grand. L'effort infatigable, l'esprit de sacrifice du fondateur de l'État russe, son talent organisateur, sa façon méthodique de travailler jour après jour, les soins qu'il prenait pour établir dans son pays les sciences et les arts, tout cela*

le faisait paraître aux yeux de Sanches comme le monarque énergique dont une nation avait surtout besoin» ([48]).

A mais de dois séculos de distância talvez impressione desfavoràvelmente que um homem de espírito esclarecido como Sanches pudesse ter admirado os processos empregados pelo czar para levar a cabo as suas reformas, processos dentro dos antiquíssimos costumes da corte russa para os czares fazerem cumprir a sua vontade: a violência, o *knout*, o desterro, a morte.

Não se esqueça, porém, que é no «Século das Luzes» e por obra dos Iluministas que começou o ressurgimento da doutrina do endeusamento do Estado, em que a vontade dos monarcas, servidores desse mesmo Estado e simultâneamente sua perfiguração, se cristaliza na fórmula do «Despotismo esclarecido», de que foram exemplares típicos Frederico II da Prússia, José II da Áustria, Luís XV de França, Carlos III de Espanha, D. José I de Portugal e, de certo modo, Catarina II da Rússia.

«malgré ses caractéristiques individuelles [Sanches] *n'en restait pas moins un produit de son temps, d'où la nécessité, aussi, de le juger dans le cadre général de la pensée telle qu'elle avait évolué au cours du Siècle des lumières»* ([49]).

Nesse século aos grandes pensadores preocupou-os o problema da Educação por ser ele o ponto de partida para a reforma social e política por que então se almejava. Desde Locke até Rousseau todos os filósofos expuseram as suas vistas acerca da Educação, e há poucos anos, na sua bela edição de *O Verdadeiro Método de Estudar*, o Dr. António Salgado Júnior demonstrou como o pensamento pedagógico de Verney era subsidiário do do filósofo inglês.

Sanches, que a elite intelectual do seu tempo *«avait reconnu, sans réserves, comme un savant de première ordre»* ([50]), e que, homem da sua época, entendia ser o rei quem, personificando o Estado, devia servir o seu povo dando-lhe as «luzes» que o ajudassem a subir na escala dos povos civilizados, mostrou-se profundamente interessado pelos problemas educa-

---

([48]) Pág. 111.
([49]) Pág. 115.
([50]) Pág. 116.

tivos, publicara em 1760 as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (51), dirigidas a Monsenhor Pedro de Almeida Salema, então ministro de Portugal em Paris, às quais o ministro todo-poderoso foi buscar as linhas mestras para a fundação do Colégio dos Nobres. Três anos depois voltou a ocupar-se de pedagogia, desta vez limitando-se à Medicina com a publicação do *Método para aprender e estudar a Medicina* (52). Ambas estas obras obedeceram ao plano de contribuir para elevar o nível educativo dos seus compatriotas, pois,

> «*Sanches savait, par expérience, qu'aucun progrès général n'est possible sinon à travers des individus susceptibles de digérer l'enseignement qu'on leur donne, et, en outre, matériellement capables de s'en servir dans leur vie ultérieure*» (53).

Impressionado pela obra de Pedro *o Grande*, que se lançara na grande empresa de levar à Rússia as luzes da civilização ocidental, Sanches quis

> «*mettre toute son énergie, toute son expérience tous ses talents au service du relèvement politique et économique de sa propre patrie et, ne l'oublions pas, également de ce pays auquel il devait presque tout, sa richesse et une bonne partie de ses amertumes, la Russie*» (54).

Como o A. assinala logo no início da sua Introdução (55), havia no século XVIII semelhança entre a situação político-social da Rússia e a de Portugal, guardadas as distâncias emergentes de duas histórias que haviam seguido rumo diferente, constituindo a da Rússia uma penosíssima marcha do mais estreme obscurantismo e ignorância para uma tentativa, em parte falhada, de ocidentalização imposta por um czar despótico com lampejos de «iluminista», ao passo que entre nós a situação traduzia-se em decadência profunda depois do estádio de euforia que tivera o seu auge no século XVI.

---

(51) Reeditado pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1922 e no tomo I das *Obras* de Sanches em 1959.

(52) Reeditado no vol. I das *Obras* cit.

(53) Pág. 116.

(54) Pág. 112.

(55) Pág. 1 a 3.

E se em Portugal o fortalecimento do poder real resultara da germinação de ideias disseminadas desde os fins da Idade Média por obra dos legistas, mas que só com D. Pedro II começaram a produzir o seu fruto, na Rússia a ilimitação do poder dos czares tinha raízes fundas que vinham dum passado remoto e se reforçaram sob a influência do domínio tártaro, de que o país só muito tarde se libertou. E não se esqueça que já em pleno século XIX a luta, tantas vezes violenta, dos niilistas contra os czares resultava da necessidade que se impusera aos espíritos esclarecidos de fazer implantar enfim no país um conjunto de ideias tendentes a pôr termo a tudo aquilo que lá ainda contribuía para fazer ignorar às classes elevadas a dignidade e o respeito a que todo o homem, exactamente porque o é, tem jus.

Por isso Sanches, tendo dado o seu contributo para a renovação do seu país preconizando uma educação que sem ser laica deixasse de estar profundamente imbuída de Teologia, procurou, através de Beckoj, levar à Rússia a aplicação dos seus ideais. Tendo escrito umas *Instructions pour le Professeur de chirurgie qui enseignerá* (sic) *la chirurgie aux Disciples des deux Hopiteaux de St. Peterburg* (56), lançou-se depois na empresa mais vasta do ensaio *Sur la Culture des Sciences et des Beaux arts* acima citado.

Não vou aqui referir-me em pormenor, por incomportável com o espaço de que disponho, a esse magnífico ensaio, em que se reproduzem, *ad usum Slavorum*, muitas das ideias antes expressas na *Carta sobre a Educação da Mocidade*, pelo que me limitarei a salientar alguns dos pontos em que as ideias de Sanches são a expressão do pensamento «iluminista» do tempo, ou que revelam oposição a esse ideário.

Antes de mais convém ter presente que a mocidade, a cuja educação Sanches dedicara as suas célebres *Cartas*, não é constituída por *todos* os jovens em idade escolar, mas apenas os «meninos nobres» para quem, anos antes, Martinho de Mendonça de Pina e Proença escrevera uns *Apontamentos* orientadores da sua educação. Sanches defende a existência de classes sociais compartimentadas e, de certo modo, estanques, pelo que a instrução não deve ser nem geral, nem gratuíta. E censurando os autores que «querem e persuadem que a classe dos Subditos referidos aprendaõ todos a ler e a escrever», pergunta:

---

(56) Editado modernamente nas *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*, vol. XXXI (1956), pág. 1 a 11.

> «*Que filho de Pastor quererá ter aquelle officio de seu pay, se á idade de doze annos soubesse ler e escrever? Que filhos de Jornaleyro, de Pescador, de Tambor, e outros officios vis e mui penozos, sem os quaes naõ pode subsistir a Republica, quereraõ ficar no officio de seos pais, se souberem ganhar a vida em outro mais honrado e menos trabalhoso?*» ([57]).

No citado ensaio ele é mais claro, pois escreve

> «*que la Morale et les droits doivent etre les sciences dans lesquelles seulement la jeune Noblesse en doit être élevée; et que les Roturiers ne devroient s'appliquer qu'aux sciences* utiles».

E mais abaixo precisa o seu pensamento dizendo:

> «*Et seulement la Noblesse est celle qui en doit etre élevée, puis qu'elle est destinée a servir l'Etat pendant la guerre dans le Militaire, et pendant la paix dans la Magistrature.*
>
> «*L'Empire ne doit faire la moindre depense avec les Roturiers pour apprendre les sciences civiles; cette classe de sujets est destinée seulement pour servir l'Empire dans les* Sciences utiles *et dans* les arts, *et seulement dans ces connoissances est que l'Empire doit faire des depenses*» ([58]).

Sem liberdade e sem a posse de bens, confirmada pelas leis, «*les sujets sont incapables d'apprendre les sciences*». Ora na Rússia a nobreza

> «*a la propriété des biens: elle en peut disposer par testament; elle peut acquerir et contracter, elle a par droit une certaine liberté en même tems, l'Empire l'a destinée a servir dans les emplois militares, et civiles.*
>
> «*Il faut donc que les Roturiers y soient par droit exclus d'apprendre les sciences; il n'ont* la propriété *des biens ni la* liberté *assurées par la loi* ([59]). *L'Empire les destine seulement a être simple soldats et bas officiers et marchands, artisans, et*

([57]) *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Coimbra, 1922, pág. 110, 111.

([58]) Pág. 129.

([59]) A servidão só foi abolida na Rússia por *ukase* do imperador Alexandre II de 3 de Março de 1861. A percentagem de servos sobre a população total era então de mais de 80 %.

laboureurs, et dans la supposition qu'ils deviendront instruits dans les sciences, ils ne seroient pas employes dans les emplois civiles et militaires» ([60]).

Estas ideias, por muito chocantes que se nos afigurem, a nós, homens do século XX, são afins das que o autor expôs nas *Cartas* quando escreveu:

«Todo o rapaz ou rapariga que aprendeo a ler e a escrever, se ha de ganhar o seu sustento com o seu trabalho, perde muito da sua força em quanto aprende; e adquire um habito de perguiça e de liberdade deshonesta» ([61]).

No entanto, não vá imaginar-se que Sanches, por paradoxal que se nos afigure ao ler-se o que transcrevi, defenda a escravidão, que considera «pernicioza ao Estado», manifestando a sua estranheza porque

«os Ecclesiasticos naõ teem remorsos de consciencia em permitirem que fique escravo o menino que naceo de Pay ou May escrava, no meyo do Reyno e da Religião Catholica. Que o adulto que foi captivo, ou comprado na Affrica, ou na Isla de S. Lourenço, fique escravo depois que foi bautizado, passe por razoens politicas, e naõ por aquellas do Evangelho; mas que o mesmo se uze com seu filho nacido nos Dominios Portuguezes, e bautizados nos braços da May Christaã, isto he para mim incomprehensivel! (...) porque consentem os Ecclesiasticos esta desigualdade de Escravo e Homem livre entre os mesmos Christãos; porque não estendem fora da Igreja esta igualdade, e fazem entrar os Escravos Christaõs na classe do Subdito livre, e cidadaõ? Esta contradiçaõ he notoria; e indigna de conservar-se na Christandade, pela honra, pela Santidade, e pela veneraçaõ que devemos ter para a Religiaõ Christaã» ([62]).

É por isso que Sanches reconhece, com satisfação, que depois da morte de Pedro *o Grande*, na Rússia,

---

([60]) Pág. 131-2.
([61]) Ed. cit., pág. 112.
([62]) *Ob. cit.*, pág. 89.

> «*on a commencé a faire quelque cas de la* liberté, *du* savoir *et du* merite: *la Noblesse a acquis une espece de* liberté, *qui a deja eté une fois averée et soutenûe par une loi: on a fondé* l'academie des sciences *le* corps de Cadets, *l'*academie de la Marine *l'*universié de Mosco, *le* college des Beaux arts, *ces establissements apportent avec soi la* liberté *des* Roturiers *et la* propriété».

E, recordando os benefícios que os nobres haviam recebido do czar reformador, entre os quais o direito à propriedade, Sanches conclui:

> «*il faut qu'a leur tour ils accordent des pareils bien faits a leurs esclaves paysans*» ([63]).

Já nas *Cartas*, recordando a triste condição de todos os homens na Rússia dos czares autócratas, escrevera:

> «*Eu vivi muitos annos em terras adonde a escravidaõ dos Subditos he geral, e vi e observei que nellas naõ se concebe idea da* humanidade, *e coraçaõ maviozo, capas de obrar acçoens de justiça, de ordem, com aquelle amor para a especie humana*» ([64]).

Todo este ensaio, muito mais do que as *Cartas*, é revelador da profunda erudição humanística de Sanches, o que aliás se verifica, como já referi, percorrendo o *facsimile* da edição do catálogo dos seus livros apenso à obra do Dr. D. W. Na verdade, só um homem profundamente versado em assuntos educativos e pedagógicos poderia, por um lado esquematizar, de forma superior, a organização da Escola Militar e do Colégio dos Nobres que apresenta nos parágrafos finais das *Cartas*, e pelo outro lado os planos que sugere a Beckoj para reorganizar o Corpo de Cadetes, de que ele próprio fora médico, o da Marinha e das mesmas escolas eclesiásticas, que também deveriam ficar sujeitas à jurisdição imperial, para o que propõe a instituição de uma Secretaria de Estado ou Direcção-Geral dos Estudos, cujo presidente

---

([63]) Pág. 140, 141.
([64]) *Cartas*, pág. 90.

> «*recevroit les Ordres immediatement de sa Majesté Imperiale, comme le Chancelier et le Vice chancelier de l'Empire*» ([65]).

Mas, como salienta o A., eram prematuras estas ideias, pois que a criação de um Ministério da Instrução Pública «*doit avoir été, pour sensée que fût cette conception, trop audacieux aux yeux de Catherine II*» ([66]). De facto, só no reinado de Alexandre I, no primeiro quartel do século XIX, tal Ministério se criou.

Iluminista convicto, embora, como já acentuei, não concordasse totalmente com todos os postulados dessa corrente ideológica, Sanches queria, por um lado, que a educação passasse inteiramente para o Estado, pois que o

> «*que deve pretender o Legislador dos estudos da Mocidade, he que sayaõ das escolas com o conhecimento das primeyras noçoens de couzas naturais, e das couzas civis; com o juizo taõbem formado que saibaõ o que he* util *a si e a sua patria, o que he* licito, *o que he decente*» ([67]).

Pelo outro lado, entendia ele, como todos os que defendiam no Século das Luzes o «Despotismo esclarecido», que era o rei, quem« tem em si vinculadas todas as jurisdiçoens», de que resulta «que toda a distinçaõ, subordinaçaõ, preeminencia que houver os Subditos, provem somente do *Jus* da Magestade» ([68]).

Não estamos, portanto, em presença de um «libertino» da escola de Rousseau, que Sanches não admirava e de quem dizia, como salienta o A., «*qu'il sapait, comme éducateur, toutes les lois fondamentales*» ([69]), mas dum homem que, admirador da obra de Luís XIV e de Pedro *o Grande*, entendia que o progresso dum Estado deve depender apenas do rei, dispensador de benesses, mas primeiro servidor desse mesmo Estado. Sanches, tanto quanto é possível concluir dos seus trabalhos citados e mais importância têm para o conhecimento da sua ética social, era um «iluminista» católico que queria o Estado governado por um rei de quem estariam dependentes os cidadãos (compartimentados em classes sociais) e a pró-

---

([65]) Pág. 128.
([66]) *Loc. cit.*, nota 51.
([67]) *Cartas*, pág. 69.
([68]) *Ob. cit.*, pág. 19 e 22.
([69]) Pág. 121.

pria Igreja. Embora tivesse vivido na sua pátria menos de 30 anos e a maior parte da vida a passasse no estrangeiro, a breve experiência do Judaísmo parece tê-lo marcado profundamente (sem no entanto o fazer de novo abraçar abertamente o Catolicismo) ([70]), e apesar de leitor atento das obras dos filósofos iluministas do seu tempo, Sanches, que fora educado dentro do Catolicismo, não pôde libertar-se por completo de ideias e noções de que se lhe impregnara o subconsciente. E é isto que, segundo pendo a crer, o impediu de aceitar totalmente o ideário iluminista tal como Verney antes dele.

Mas como os iluministas seus contemporâneos, visava Sanches ao revigoramento da autoridade real, porque só dessa maneira a sociedade poderia ser reformada completamente. O exemplo de Pedro *o Grande* na Rússia e o do marquês de Pombal em Portugal, ambos eles apenas preocupados em atingir um objectivo que se lhes afigurava justo e racional indiferentes aos meios para lá chegarem, esses exemplos calaram fundo no espírito deste homem que, afinal, apesar de ter sido obreiro, embora à distância, das reformas pombalinas, jamais pôde regressar à pátria. Que no seu espírito pairava sempre o espectro da Inquisição como querem alguns, não me parece de aceitar, porquanto Sanches deixou a Rússia em 1747, reinava ainda D. João V, é certo, mas poucos anos depois subia ao trono D. José, em cujo reinado o nefando tribunal receberia o primeiro golpe de morte que dele faria uma sombra até ser abolido definitivamente em 1821. Ser-lhe-ia então lícito regressar, certo de poder viver vida tranquila e continuar a dedicar-se à sua profissão de médico ilustre e de estudioso de invulgar capacidade de trabalho.

Razões ainda hoje ignoradas o devem ter impedido de voltar a Portugal, resolução que por diversas vezes manifestou de forma insofismável. Ao redigir em Paris em Dezembro de 1766 o seu ensaio *Sobre a Inhibibiçaõ de se tomarem gràos na Faculdade de Canones em Coimbra*, escreveu:

> «*Posto que tenha feito proposito de naõ pensar jamais em Portugal, Como amo ainda os Portuguezes, quero deixar neste papel o que me occorre nas Circunstancias que se acha aquelle Reyno*» ([71]).

([70]) Nas *Cartas* refere-se, pouco benèvolamente, à «superstição judaica», ed. cit., pág. 141.

([71]) MS. 640.

Talvez contribuísse para lhe firmar a resolução tomada o facto de conhecer como era então mesquinho o ambiente do país, onde, a despeito da sacudidela violenta do ministro omnipotente, o meio era por demais provinciano e sorna, incapaz de estimular e de compreender um homem que vivera em duas das grandes cidades pensantes da Europa, Londres e Paris, estudara na Itália e na Holanda, convivera com homens como Boerhaave, Buffon, os colaboradores da *Enciclopédia* e tantos outros com quem no Portugal do tempo não havia quem pudesse ombrear.

Talvez isso o levasse a dedicar à Rússia todos os seus cuidados depois de lá ter saído, prestando-se a auxiliar Beckoj na sua experiência de dotar o império com estabelecimentos de ensino que viessem a contribuir para acelerar o advento da civilização do país.

De resto, como informa o A.,

> «*il y a pourtant encore une autre affaire, inconnue jusqu'ici, dans laquelle Sanches, toujours du temps de sou séjour en Russie, a rendu à cet empire un insigne service, grâce auquel l'Union Soviétique dispose aujourd'hui d'un trésor qu'on pourrait lui envier. Nous pensons aux manuscrits du professeur Herman Boerhaave, retrouvés, dans la quatrième décennie de notre siècle à Leningrad, où, condamnés a l'oubli, ils avaient dormi pendant de longues années*» ([72]).

Após a morte de Boerhaave, Sanches, então médico do jovem e infeliz imperador Ivan VI, escreve ao Dr. Van Swieten a pedir três médicos holandeses para servirem na Rússia, seguindo então para ali dois sobrinhos do famoso médico, que levaram consigo os MSS do tio. Após numerosas vicissitudes, entre as quais se contam os esforços baldados de Sanches para publicar alguns deles, acabaram por ser comprados pelo imperador Paulo I, e o seu rasto perdeu-se até que em anos adiantados deste século se lhes descobriu o esconderijo.

Creio que, apesar da obra monumental de Maximiano de Lemos e dos esforços dos falecidos e ilustres Profs. Joaquim de Carvalho e Ricardo Jorge e de poucos mais, à grande figura de Ribeiro Sanches não foi ainda prestada a homenagem a que tem jus pelo seu alto valor intelectual e moral e pelo papel de relevo que ocupa na história da Medicina. Confinado

([72]) Pág. 63.

ao campo restrito dos especialistas, os próprios meios culturais conhecem-no mal, desconhecendo até o alcance da sua obra pedagógica, ainda por estudar à luz das ideias correntes no seu tempo. Apenas conhecido vagamente durante quase um século como autor vago dumas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, inacessíveis aos estudiosos pela escassez de exemplares da 1.ª edição, só em 1882 e por iniciativa da Sociedade de Instrução do Porto elas começaram a ser publicadas na *Revista* da mesma Sociedade, aliás sem se completarem. E só 162 anos depois da 1.ª edição, pelos esforços conjugados dos Drs. Joaquim de Carvalho e Maximiano de Lemos se conseguiu a primeira reedição completa do livro famoso.

Elevado por Camilo a «oráculo do Marquês de Pombal», sempre se considerou, desde então, que a fundação dos Colégio dos Nobres se deveu a Ribeiro Sanches cujas *Cartas* para isso haviam contribuído. Nada mais, porém, se sabia acerca dele, salvo os especialistas da história da Medicina, que vêem no médico ilustre, se não o criador da Sifiligrafia, pelo menos o homem que primeiro diagnosticou com rigor a etiologia do *morbus gallicus*, acerca do qual escreveu um artigo para a *Enciclopédia* de D'Alembert ([73]).

O MS *Sur la Culture des Sciences* jazia na Biblioteca Pública de Braga ignorado, e o próprio Maximiano de Lemos, que o cita, não lhe deu o relevo suficiente que trouxesse à verdadeira luz as ideias do autor, localizando-o dentro do grande movimento renovador do «Século das Luzes». Algo de estranho contribuía para afastar Sanches do convívio dos estudiosos, como se ainda os Portugueses vivessem no terror do Santo Ofício, e no Terreiro do Paço continuassem a queimar-se judaizantes e cristãos-novos relapsos.

Embora hebreu de sangue, Sanches nunca se mostrou orgulhoso da estirpe, procurando até ocultá-la. Apesar de tudo sabe-se, como já salientei acima, que foi ela exactamente a causa da sua exclusão da Academia Imperial de Sampetersburgo, aliás injustamente, pois, ao contrário daquilo que o conde Razumovskij lhe escreveu depois de deixar a Rússia, Sanches não abandonara «*l'Entendart de Jesus Christ* [*et*] *s'etoit laissé entrainer de combattre sous celuy de Moyse et des Prophètes du vieux Testament*» ([74]). Se um dia escreveu que achava «a ley Iudaica a Couza mais Santa que havia no mundo», a verdade é que breve se desenganou, e se não voltou a abraçar o Catolicismo ao ponto de se tornar praticante, nem por isso deixou de preconizar «o méthodo para se extinguir em poucos annos esta differença

([73]) Tomo XVI.
([74]) Pág. 43.

entre os mesmos subditos [a de Cristãos Novos e Cristãos Velhos], e cegueira judaica», acrescentando que tudo era «para augmento da Religião Catholica, e utilidade do Estado» ([75]).

À tenacidade e entusiasmo do Dr. D. W. se deve não só a publicação do já célebre ensaio *Sur la Culture des Sciences*, com notas elucidativas, como também o ter trazido numerosas achegas para o esclarecimento da biografia de Sanches, em particular no período da sua permanência na Rússia.

Compatriota do ilustre Boerhaave, talvez fosse este facto que o levasse a debruçar-se sobre a vida e a obra do discípulo português, não se poupando a esforços para alcançar vista dos MSS de Sanches dispersos pelos vários arquivos e bibliotecas europeias indicados acima. O seu conhecimento da língua russa permitiu-lhe efectuar buscas em Leninegrado e traduzir algumas referências ao seu biografado, enquanto o facto de ter apensado à sua tese o *fac simile do Catalogue des livres de feu M. Ant. Nuñés-Ribeiro-Sanches* permitiu que os estudiosos ficassem agora a dispor de um meio precioso para fazerem ideia da variedade de interesses intelectuais de Sanches, sendo apenas para lamentar que não se incluísse ali a biografia devida ao Dr. Andry.

Os portugueses devemos estar gratos a este devotado admirador de Sanches pelo monumento que ergueu à memória do autor das *Cartas*, mormente tendo-o redigido na língua francesa, desta forma contribuindo para levar a todo o mundo culto o resultado das suas investigações e as conclusões a que chegou.

Livro sério, de investigação honesta e de crítica esclarecida, rigorosa e percuciente, de ora avante não o podem ignorar todos quantos pretenderem estudar qualquer das facetas da acção do célebre médico. E tendo ficado interrompida em 1959, com o I tomo, a edição das *Obras* de Ribeiro Sanches, é de desejar que essa edição continue, coroada por um estudo completo acerca do autor considerado dentro do ambiente sócio-cultural do seu tempo, bem como o da repercussão das suas doutrinas educativas e pedagógicas, quer na Rússia, quer em Portugal.

Sanches é figura cimeira do «Século das Luzes»; não honra a Cultura portuguesa quem ignorar ou minimizar aquele que «*l'élite intellectuelle de son temps l'avait reconnu, sans réserves, comme un savant de première ordre*».

([75]) Do título do opúsculo *Origem da denominação de Cristão-Velho e Cristão-Novo em Portugal*, MS da Biblioteca Pública de Braga e editado em 1956 por Raul Rego, e em 1956 no vol. II do «Arquivo de Bibliografia Portuguesa».



D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo e Senhor de Braga.
Primaz das Espanhas

A posse solene de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas

Porque a posse de um Arcebispo e Senhor de Braga é necessàriamente um acontecimento de grande relevância, entendeu a Redacção da Revista «Bracara Augusta», embora se tenha oportunamente referido ao facto em «Efemérides Bracarenses», dever agora levar ao conhecimento dos seus leitores um mais circunstanciado relato de tão memorável acontecimento.

★

Havia muito já que Braga não assistia à posse solene de um arcebispo, e há mais ainda que se não revestia de tão grandes galas, como agora, para festejar o soleníssimo acto da investidura do Senhor D. Francisco Maria da Silva no governo da Arquidiocese Primaz.

As simpatias que conquistou durante os anos de apostolado como Bispo Auxiliar desta vetusta Arquidiocese, o interesse despertado entre as entidades oficiais, que sempre encontraram no Venerando Prelado o mais aberto espírito de colaboração em todos os actos que, de algum modo, promoviam um maior prestígio da Cidade, ou da Província, aliados à sua brilhante inteligência e piedade, tudo contribuiu para que Braga vivesse, nesse dia, uma hora alta de entusiasmo que jámais se apagará da memória daqueles que puderam assistir a tão significativas solenidades.

Assim, no dia 2 de Fevereiro de 1964, desde manhã cedo que a cidade regorgitava de gentes vindas de todos os recantos da Arquidiocese, aqui presentes no desejo de se associarem à posse do Primaz das Espanhas. Mais que um sentimento de dever era a expontaneidade da sua crença, o amor aos princípios religiosos e ao seu Venerando Pastor, que as movia.

Às 15 horas principiavam a chegar à Sé Primacial individualidades da mais alta representação. Destacaremos, dentre elas, os Senhores Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, Ministro de Estado Adjunto à Presidência do

Conselho, Monsenhor Rotoli, em representação da Nunciatura, Administrador Apostólico do Porto, Bispos de Bragança, Vila Real, Aveiro, D. Abade de Singeverga, Prof. Doutor João de Matos Antunes Varela, Ministro da Justiça, Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa, Ministro das Finanças, Dr. José Luís Esteves da Fonseca, Subsecretário de Estado da Indústria, Prof. Engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto, antigo Ministro da Educação Nacional, Prof. Engenheiro Daniel Vieira Barbosa, antigo Ministro da Economia, Prof. Engenheiro Ferreira Dias, antigo Ministro da Economia, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, antigo Subsecretário de Estado da Educação Nacional, que representava o Conselheiro de Estado Prof. Doutor Marcelo Caetano, Dr. João Mota de Campos, antigo Secretário de Estado da Agricultura, Professores Doutores Guilherme Braga da Cruz, Elísio de Moura, Sebastião Cruz, Pacheco de Amorim, Providência e Costa, Ferreira da Silva, Sérgio da Silva Pinto, etc., o Provincial da Companhia de Jesus, Reitor e Professores da Faculdade Pontifícia de Filosofia, representantes consulares acreditados no Porto, Comendadores da Ordem Pontifícia de S. Gregório Magno, autoridades civis, militares e judiciais, deputados, procuradores à Câmara Corporativa, Comissários Nacionais da Mocidade Portuguesa, Governadores Civis de Évora e de Setúbal, etc., etc.

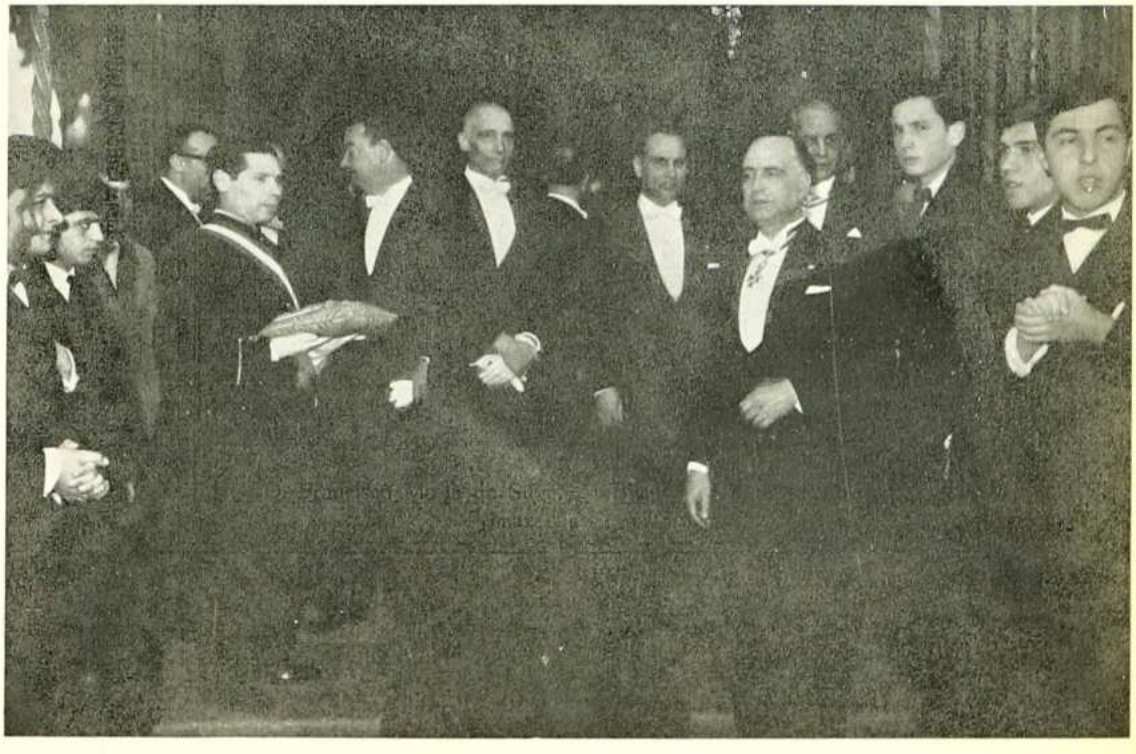
Entretanto, ao longo da Rua de D. Gonçalo Pereira, alinhavam os diversos organismos da Acção Católica, Escuteiros, filiados e filiadas da Mocidade Portuguesa, com os seus estandartes, enquanto à Igreja do Seminário, onde o novo Arcebispo se iria paramentar, chegavam os membros do Cabido, os Cavaleiros da Soberana e Militar Ordem de Malta e da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, todos com os seus hábitos, os Governadores Civis de Braga, Porto e Viana do Castelo, o General Comandante da 1.ª Região Militar e os Presidentes das Câmaras de toda a Arquidiocese.

Cerca das 15 horas organizou-se a procissão. O Venerando Arcebispo seguia sob o pálio a cujas varas pegavam os presidentes das câmaras municipais de Viana do Castelo, Guimarães, Ponte de Lima, Famalicão, Valença, Póvoa de Varzim, Amares e Vieira do Minho, precedido pelo ilustríssimo Cabido, Arcipreste de Braga e de outros concelhos, cavaleiros das Ordens de Malta e do Santo Sepulcro, insígnias da Sacrossanta Basílica Primacial Bracarense e Cruz Arcebispal. No couce incorporaram-se todas as demais entidades aqui mencionadas.

À porta da Sé, aguardavam o Antístite o Presidente do Cabido e a Câmara Municipal de Braga, tendo o seu Presidente, Senhor Dr. Francisco



Na Igreja do Seminário, o Senhor D. Francisco Maria da Silva aguarda que se organize a procissão que o acompanhará até à Catedral



A Câmara Municipal de Braga espera, à porta da Sé Primacial, a chegada do Senhor Arcebispo Primaz



Um aspecto da procissão

de Araújo Malheiro, procedido à entrega das chaves da cidade, enquanto que, do terraço da galilé, eram lançadas flores sobre o ilustre empossando.

Seguiu-se, no interior da Sé, completamente cheia e rebrilhante de fardas de gala, trajes académicos, casacas e condecorações, e a que a presença de numerosas e distintas senhoras da melhor sociedade imprimia um ambiente de rara elegância, o acto de posse do novo Arcebispo, com a pompa dos grandes acontecimentos litúrgicos. Na devida altura foram lidas as Bulas que passamos a transcrever:

PAULUS EPISCOPUS SERVUS SERVORUM DEI

Venerabili fratri FRANCISCO MARIA DA SILVA, *hactenus Episcopo titulo Telmissensi, qui ad Metropolitanam Sedem Bracharensem promotus est Archiepiscopus salutem et apostolicam benedictionem.*

De Ecclesiarum omnium maxime solliciti deque christifidelium bono, e praecipuis censemus Nobis impositis muneribus singulas dioeceses Sedesque cathedrales dignis Pastoribus instruere, qui non tantum (collata auctoritate regant, verum etiam christianum populum evangelicis disciplinis erudiant. Volentes ideo id quamprimum praestare archiepiscopali Ecclesiae cathedrali Bracharensi, vacanti postquam Antonius Bento Martins Junior bo. me. vita functus est, eidemque sacrorum assignare Antistitem, putavimus Te esse, venerabilis frater, huiusmodi suscipiendo officio peraptum, ob tuas nempe quibus nites animi virtutes rerumque pastoralium peritiam.

De suprema igitur et apostolica Nostra potestate Te vinculo volvimus Sedis titulo Telmissensis et ad Metropolitam *Bracharensem* Ecclesiam transferimus, omnia simul iura dantes atque obligationes imponentes quæ dignitatem munusque tuum consequuntur.

Habebis, uti congruum, omnem curam, regimen et administrationem sive rerum religiosarum sive temporalium bonorum quæ eadem Sedes habet. Antequam tamen in archidiocesis possessionem venias, tuum erit ius iurandum dare fidelitatis erga Nos et Successores Nostros, teste quolibet sacro Praesule, qui Nobiscum sit sinceris fidei caritatisque vinculis conjunctus, formulamque juxta quam iuraveris ad Sacram Congregationem Consistorialem cito mittere, tuo nomine eiusque qui Tibi iuranti affuit signatam atque sigillo impressam. Ab iteranda autem ad normam legum ecclesiasticarum catholicae fidei professione Te eximimus, contrariis quibuslibet non obstantibus.

Ceterum, vererabilis frater, hortamur ut, aucta apud chistifidelium coetus dignitate atque officio, nulli pastorali labori parcas, Christo Jesu eiusque Sanctissimæ Matri unice confisus.

Datum Romae, apud S. Petrum, die duodecimo mensis Decembris, anno Domini millesimo nongentesimo sexagesimo tertio, Pontificatus Nostri primo.

JACOBUS ALOIZIUS Cardial Copello
S. R. Cancellarius

† JOSEPH ROSSI, Epis. tit. Talmyrens., Prot. Apost.

FRANCISCUS TINELLO, *Regens*

CAESAR FREDERICI, Prot. Ap.
Expedita die XX Dec. anno Pontif. MARIUS OMINI
Plumbator

In Canc, Ap. Tav. Vol. CXIV N. 33

PAULUS EPISCOPUS SERVUS SERVORUM DEI

Venerabilibus fratribus suffraganeis Archiepiscopi Metropilitae Bracharensis, *salutem et apostolicam benedictionem.*

Nuntiamus vobis, venerabiles fratres, hodie Nos, apostolica usi potestate, rebus consuluisse archidioecesis Bracharensis, eidem assignato sacrorum Antistite. Est, quem delegimus cuique tamquam suffraganei abnoxii eritis, venerabilis frater *Franciscus Maria da Silva,* hactenus Episcopus titulo Telmissensis, vobis notissimus et carissimus. Quae postquam de more vobiscum communicavimus, hortamur, venerabiles fratres, ut hunc sacrum Praesulem, Metropolitam vestrum, non solum qua estis in Nos inque Sanctam Sedem reverentia et obsequio laeto corde excipiatis, verum etiam ei faveatis, cum aliquid in totius provinciae bonum agere censuerit. Nihil enim magis christiano populo prodest quam unanimus inter Episcopus consensus, mutuum auxilium. Quod cum pro certo habeamus, et vobis, venerabiles fratres, et curis vestris commissis fidelibus omnia a Deo bona, omnia prospera optamus.

Datum Romae, apud S. Petrum, die duodecimo mensis Decembris, anno Domini millesimo nongentesimo sexagesimo tertio, Pontificatus Nostri primo.

JACABUS ALCIZIUS Card. Copello
S. A. E. Cancellarius

† JOSEPH ROSSI, Epis. tit. Talmyrens., Prot. Apost.

FRANCISCUS TINELLO, *Regens*

CAESAR FREDERICI, *Prot. Ap.*

Expedita die XX Dec. anno Pontif. MARIUS ONINI

Plumbator

In Canc. Ap. Tab. Vol. CXIV N. 33

PAULUS EPISCOPUS SERVUS SERVORUM DEI

Dilectis filiis e Canonicorum Collegio, e clero populoque civitatis et archidioecesis Bracharensis, *salutem et apostolicam benedictionem.*

Censemus nuntium hoc Nostrum vobis maximo esse gaudio, quo certiores vos facimus hodie Nos Archiepiscopum nominavisse archidioecesis Sedis Bracharensis, quem expectabatis ex quo Antonius Bento Martins Junior bo. me. pia morte obiit. Est autem, quem de suprema et apostolica auctoritate Nostra elegimus, venerabilis frater *Franciscus Maria da Silva*, hactenus, uti nostis, Episcopus titulo Telmissensis.

Hortamur ergo vos, dilecti filii, ut novum hunc animorum vestrorum Pastorem, meritis de causis vobis carissimum, non solum laeto reverentique animo accipiatis, sed etiam ei pareatis, ut patri filii, discipuli magistro. Non est enim dubium quin hoc facientibus magna vobis obveniat utilitas, Archiepiscopo vestro laetitia.

Volumus autem ut hae litterae Nostrae et Canonicorum Collegio legantur, in proximo post eas acceptas eorum conventu, et clero atque populo in cathedrali templo diem festum de praecepto agentibus.

Datum Romae, apud S. Petrum, die duodecimo mensis Decembris, anno Domini milesimo nongentesimo sexagesimo tertio, Pontificatus Nostri primo.

JACOBUS ALOISIUS Card. Copello
S. R. E. Cancellarius

† JOSEPH ROSSI, Epis. tit. Talmyrens., Prot. Apost.

FRANCISCUS TINELLO, *Regens*

CAESAR FREDERICI, Prot. Ap.

Expedita die XX Dec. anno Pontif. MARIUS OMINI
Plumbator

In Canc. Ap. Tab. Vol. CXIV N. 38

A seguir, o Senhor D. Francisco Maria da Silva, pronunciou o seguinte discurso:

IN TE, DOMINE, SPERAVI, NON CONFUNDAR IN AETERNUM

Em vós, Senhor, coloquei toda a minha esperança.
Não *serei confundido na eternidade.*

Acaba de ser lida, perante V. Ex.as e o Il.mo e Rev.mo Cabido, que é quem de direito, a Bula que me acredita como Arcebispo de Braga, documento autêntico exarado por ordem de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

E bem eloquente ele é, nos seus termos e no seú significado, para que possam não ser redundantes quaisquer palavras que, posteriormente, viessem a ser pronunciadas.

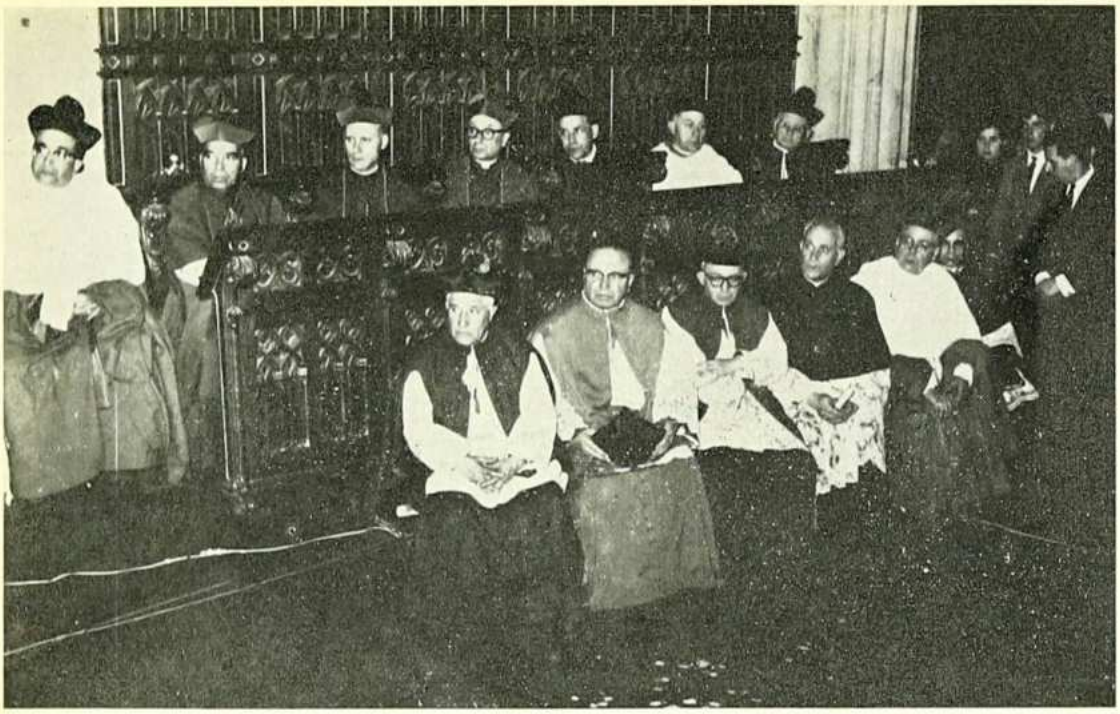
Mas a vossa presença aqui, — Ex.mo e Rev.mo Cabido e Rev.mo Clero da Arquidiocese, Ex.mas Autoridades de Braga, de Viana e do Porto, amigos que viestes de perto e de longe, — a vossa presença, se não impõe que a minha inteligência discorra, exige no entanto que o meu coração se vos abra. E faça-o com emoção e alegria, numa hora que vós quisestes tornar extraordinàriamente solene.



O Senhor Dr. Francisco de Araújo Malheiro, Presidente do Município Bracarense, faz a entrega das chaves da Cidade ao novo Arcebispo e Senhor de Braga



Um aspecto da assistência à cerimónia da posse do Metropolita Bracarense



Um aspecto dos cadeirais da Capela-Mor



A procissão atravessa a nave central da Sé

Era para vós um desconhecido

1.º — Liames ténues me prendiam aos Pastores da Arquidiocese e a esta Terra.

Conhecia de nome, quase só de nome, os dois últimos Prelados.

A D. Manuel Vieira de Matos, só vira uma vez: — numa tarde longínqua de 1928, quando, no Colégio Português em Roma, lhe havia de fazer chegar às mãos uma carta do meu saudoso Prelado de Évora, seu colaborador antigo, a pedir-lhe um padre, graça que Sua Ex.ª Rev.ma lhe não negou, mas dizendo: — «Será o último favor que lhe presto, a ele que tantos favores me fez».

Algo pressentiria.

Nesse gesto tão simples e singelo, de entregar uma carta com o pedido dum padre para uma diocese pobre de clero, eu descubro agora, à distância de tantos anos, um liame, não já ténue mas forte, a prender-me a consciência, e uma indicação clara, segura, premente, de rumo a seguir em apostolado futuro.

Quem for Arcebispo de Braga, não poderá esquecer, em seu programa de acção, que é também bispo da Igreja; e que, portanto, haverá de acalentar em seu coração aspirações universais ou ecuménicas de acção apostólica.

Ao Senhor D. António, conscientemente, havia-o visto duas vezes: uma em Vila Viçosa, a pagar o tributo de ouro à Padroeira; outra no Sameiro, presidindo ele à peregrinação de Agosto, sendo eu o pregador. Porém nunca lhe falara, antes daquele dia em que aqui chegava — 29 de Março de 1957 — para, por Sua Ex.ª Rev.ma, ser sagrado bispo, dois dias depois, nesta vetusta Catedral de Santa Maria de Braga.

Missões que na vida houve de desempenhar levaram-me a escrever-lhe algumas vezes e a receber resposta. Mas nada mais. Liames por certo muito débeis estes.

Concluo pois lògicamente que, se em tempos posteriores me venho a encontrar vinculado à acção e à vida de Sua Ex.ª Rev.ma, andava aí o dedo de Deus, a mão da Providência. Assim ao menos eu quero ler, interpretando os acontecimentos.

A esta nobre cidade de Braga e à velha Diocese de que é sede ligavam-me sòmente a amizade de condiscípulos ou contemporâneos a cinco dos seus padres, o conhecimento com um ou outro membro do clero adquirido nas lides do apostolado, e a honra de esporàdicamente ter subido a alguns dos seus púlpitos. Por sinal, até uma vez, em dia de S. Bartolomeu,

no terceiro dia da novena do Sameiro, tive de descer, derrotado, do alto daquele... (o da Catedral).

Era para vós um desconhecido.

Trâmites da Providência

2.º — Mas quem era eu? e quem sou eu?

Sacerdote de Cristo, por misericórdia do Senhor, bem se me poderiam aplicar as palavras da Escritura «*sine patre, sine matre, sine genealogia...*», já que sacerdote «secundum ordinem Melchisedec».

De próprio nada tendo, além da boa vontade e da recta intenção, da fé em Deus e na Virgem, o Senhor me fez primeiro padre da sua Igreja, depois membro do Colégio Apostólico, e agora vosso Arcebispo.

É honra, sim; mas que tremenda responsabilidade ao mesmo tempo!

Neste momento, em que desvendo segredos do meu coração — razões, na frase de Pascal, que a inteligência nem sempre entende — seja-me lícito, ainda uma vez, prestar homenagem de gratidão à memória daqueles varões que me guiaram na vida, quais outros anjos ao jovem Tobias. Já o Senhor lhes deu o prémio: um, estudou até no Seminário de Braga, onde tenho vivido, e sua piedosa Mãe o apresentava como miraculado da Senhora do Sameiro. Levou-me, pela mão, para o Seminário e a ele devo ser padre. O outro, era um santo, um santo Arcebispo, a quem fui dedicado e a quem servi, pretendendo dessa maneira servir a Deus. São figuras protectoras que me acompanham sempre.

Não sabeis, nem isso vos interessa saber; eu, porém, não o esquecerei jamais: — na mesma hora exacta em que nesta Sé, a 30 de Março de 1957, o Senhor D. António punha sobre a minha fronte a Mitra de Bispo, fazia precisamente dois anos que eu, doridamente, encerrava na urna funerária a Mitra do meu Arcebispo de Évora.

Contingência e coincidência de datas!... Providência!...

Permita então o Senhor, iluminem-me os meus bons anjos, para que a Mitra do actual e bem humilde e apagado Arcebispo de Braga possa ter um brilho tal que nem mesmo as suas deficiências pessoais consigam torná-la indigna de aparecer ao lado da do Arcebispo que o ordenou e da do Arcebispo que o sagrou. Seria vantagem para todos, glória para a Arquidiocese e honra para a Igreja.

Reminiscências da sagração

3.º — Comecei, pois, a fazer parte da família bracarense e da Arquidiocese Primaz, naquele dia, 30 de Março, já um tanto longínquo e saudoso, quando, por mandato Apostólico, o vosso querido Prelado Senhor D. António, impondo-me as suas mãos bentas, me comunicava a plenitude do Espírito Santo, associando-me a Si, qual cireneu, para o ajudar na intensificação da vida cristã desta sua e nossa tão querida Arquidiocese.

Presentes, nesse acto solene, éreis vós, quase todos.

(A quantos passaram já, porque o Senhor os chamou, eu quero, nesta hora, recordar com saudade e viva emoção!).

Mas eu para vós, e vós para mim, éramos então, repito, uns desconhecidos.

No vosso coração pairava a esperança de que eu seria o «báculo da senectude» e portanto amparo do saudoso e querido Arcebispo, Senhor D. António. Por isso, e porque sois bons, me rodeastes de simpatia, de carinho, de afecto, como se eu, seu modesto Auxiliar, fora ele próprio, o grande Arcebispo. E assim se me manifestava, na sua faceta mais terna, a alma desta tão boa gente da Arquidiocese, para onde o Senhor me enviava como seu servo.

Em mim,, porém, naquela hora, dominava, não a desesperança, mas sim o temor, o temor de não servir, convenientemente, tão apostólico Prelado, tão grande e notável Arquidiocese.

Mas este mesmo receio se desvaneceu, ainda antes da cerimónia da minha sagração ter atingido o seu termo.

Como é grato recordá-lo!

Revestido das vestes solenes de bispo, de mitra e báculo, desci pela nave central desta Sé, a abençoar pais e irmãos, humildes mas crentes e dignos; parentes amigos, tantos vindos de longe; e a todos vós, que, em espírito, eu via, na minha presença, qual multidão ingente que me acompanhava já, e que em breve eu visitaria, em cada uma das suas igrejas, para a todos abençoar directamente e por todos rezar ao Senhor. Reboavam então pelas naves vetustas desta Catedral os acordes solenes do *Te Deum laudamus*. Ensimesmado, como era de compreender, não acompanhava o canto litúrgico. Quando, porém, regressado ao altar-mor, me fazem sentar solenemente, como Pontífice, no faldistório, colocado neste mesmo lugar em que ora me encontro, abrem-se-me os ouvidos de par em par, e em minha alma e de todo o meu ser toma posse uma vibração que ainda se repercute

no dia de hoje. O coro, solene, majestoso, cantava em uníssono vibrante — *In te Domine, speravi;* — Em Ti, confio, Senhor!

Era tudo!

Evocação do Senhor D. António

4.º — Não posso, agora, embora adiante o faça ainda de novo, deixar de evocar e de fixar os meus olhos nessa veneranda figura de santo Arcebispo que presidia à cerimónia, a qual, nos desígnios de Deus, era a da sagração do seu próprio sucessor. Fiz votos, como a liturgia me mandava — mas fi-los de alma enternecida — fiz votos para que o Senhor o conservasse *ad multos annos*. Foram sòmente sete e incompletos!

Mas quantas lições, quantos exemplos dele não recebi! A sua humildade tão austera, o seu talento superior, a sua caridade inesgotável, o amor aos seus padres, ao seu povo, à sua Pátria, ficarão como modelo e paradigma de virtudes a imitar.

Já tive ensejo, neste mesmo lugar, de fazer a descrição dos dotes, das prendas, dos talentos, com que o Senhor exornou a alma do querido Antístete Bracarense, e de descrever a sua acção fecunda em todos os ramos do apostolado, enriquecendo assim sobremaneira o património religioso desta tão querida Arquidiocese.

Dispensado embora de repetir o que então disse, não me sofre a alma deixar no olvido um último testemunho, homenagem sincera e sentida dum dos seus padres, à bondade, nunca desmentida, do Senhor D. António.

«O Senhor Arcebispo já está no Céu» — dizia-me ele.

— Como o sabe?

— É que o Senhor Arcebispo só teve um defeito, era muito bom. E por ser muito bom Deus não castiga ninguém.

Saiba eu, Senhores, imitar tão nobre exemplo, ser digno de tão excelso Prelado. Rezai por mim. Ele, junto de Deus, não me esquecerá; espero-o confiadamente.

Glórias históricas da Arquidiocese

5.º — No mesmo dia em que a unção sagrada me vinculava à pessoa do Senhor D. António, ligado me achei também pelo coração, ainda antes de o ser pela missão ou pelos laços jurídicos, a esta velha Catedral, cujas pedras carcomidas sintetizam e recordam páginas gloriosas de história pátria e da Igreja.

Enquanto a ladainha dos Santos era entoada, eu, prostrado sobre o lagedo como que a beijar o chão sagrado, ia deixando perpassar pela minha mente, como um filme colorido, século após século, pessoas e coisas, vitórias ou revezes. É que a religião católica em Portugal é mais antiga que a própria pátria. E o seu primeiro pergaminho é datado de Braga.

Com efeito, no período romano, pontifica, nesta cidade, o bispo Paterno, e sofre o martírio S. Vítor; Paulo Orósio e os Irmãos Avitos são glórias bracarenses, numa altura em que «o apostolado cristão, depois de ter conquistado as cidades e as classes altas, se exercia activa e ordenadamente entre a gente humilde dos campos» e era a religião universal da Península.

Sobrevêm as invasões dos bárbaros. Tremenda calamidade!

Avito escrevia de Jerusalém «que chorava a dilaceração da sua pátria e pedia a Deus a libertação dos oprimidos ou a mansidão dos opressores». Era ouvido: Requiário é baptizado, S. Martinho de Dume surge como grande evangelizador, reunem-se concílios em Braga, enquanto S. Frutuoso funda mosteiros.

No período muçulmânico, corre por aqui o sangue dos mártires, que vão clamando, em prenúncio de vitória, como Pelágio a Opas, bispo traidor: — «Não me alio aos árabes nem me sujeito ao seu império. Não sabes que a Igreja se compara à lua que por algum tempo parece diminuída e depois volta ao antigo esplendor? Confiados na misericória do Senhor, esperamos que deste pequenino monte nasça a salvação das Espanhas».

E o milagre veio a realizar-se.

Com a restauração do cristianismo, surge a restauração da diocese de Braga, que já fora realidade no século III, e a sua elevação a Metrópole, ainda antes da de Toledo.

As pedras velhinhas desta Catedral são testemunho ainda da aliança dos seus arcebispos com o Conde D. Henrique e o nosso primeiro rei. D. João Peculiar, S. Geraldo, são nomes gloriosos dessa epopeia.

Não admira pois que, em 1112, fosse confiado a D. Maurício, por doação, o couto da cidade.

E até D. Frei Caetano Brandão, quase em nossos dias, os arcebispos foram senhores de Braga, datando, no entanto, de um período mais tardio a denominação de Primazes das Espanhas.

A própria cidade, com os monumentos de que hoje se pode ufanar, é argumento eloquente da acção benéfica dos seus arcebispos, que não olhavam só ao espiritual.

A propósito de D. Diogo de Sousa, por exemplo, escreve um historiador: — «Braga deve aos seus Arcebispos não só os melhoramentos que noutras épocas a notabilizaram, mas também os elementos que tornaram possível o seu actual engrandecimento, pois quase todos os Prelados tinham por timbre deixar de si, nesta cidade, memórias que lhe eternizassem o nome e assinalassem o arquiepiscopado.

Não só o aspecto material, como ainda sob o aspecto intelectual, pois fundou os Estudos Públicos sob o patrocínio de S. Paulo, Estudos que chegaram a ter 3 000 alunos. D. Diogo de Sousa é, como todos afirmam, o maior benfeitor de Braga».

Bem digno pois do monumento que ainda se lhe está a dever.

Muitos outros nomes constelam a galeria ilustre dos Arcebispos-Mecenas desta cidade: — o Infante D. Henrique, que o historiador Shaeffer assim retrata: «Possuía numerosas e sólidas virtudes; os seus defeitos eram restritos e leves; todavia estes contrabalançavam aquelas, porquanto as suas qualidades eram as de padre, e os seus defeitos os de príncipe», é decerto um dos maiores, seguido logo do venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires, de D. Veríssimo de Lencastre, dos dois Braganças, de D. Frei Caetano Brandão, etc., etc.

É Braga, desde sempre, uma cidade mariana, não só pelos templos dedicados a Nossa Senhora como pela devoção terna e sentida, dos seus habitantes para com a Mãe de Deus. Isso obriga-nos a uma citação expressa a D. Sebastião de Matos Noronha e ao Sínodo que então se reuniu.

Na sua última sessão foi assim redigido o juramento do clero: — «Prometemos e juramos todos os que neste Sínodo estamos congregados, em nossos nomes e de nossos sucessores, de sempre termos e guardarmos e de defendermos que a Virgem Maria Nossa Senhora foi concebida sem mácula de pecado original, na forma das Constituições e Breves Apostólicos passados sobre esta matéria».

E Braga, que desde longa data prestava homenagem à Imaculada Conceição de Nossa Senhora, no dia 24 de Fevereiro de 1647, pelos seus órgãos representativos, Cabido, Câmara, Cleresia, Nobreza e Povo, prometeu e jurou também confessar e defender que Nossa Senhora foi concebida sem mácula de pecado original. Louvado Deus, que a devoção a Maria é ainda hoje timbre e glória desta cidade.

No campo do benfazer, quanto não deve igualmente Braga aos seus Arcebispos, ainda mesmo depois deles deixarem de ser de facto os senhores da cidade!

Basta recordar a figura de D. Frei Caetano Brandão, Arcebispo apostólico, émulo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. É deste teor o retrato que da sua acção no Brasil traça certo historiador: — Era dotado duma caridade imensa, pois não só dava tudo quanto era seu, mas ainda ia pedir pelas casas dos outros esmolas para os pobres.

Em Braga fundou este Arcebispo o Seminário dos Órfãos e Expostos, o Conservatório das Órfãs, o Asilo dos Inválidos, escolas de Meninos Pobres, Escola Cirúrgica e de Anatomia, uma Farmácia, nos baixos do Seminário, e um hospício para Cavalheiros.

Toda esta gama de feitos notáveis me perpassa pelo espírito quando eu, prostrado no lagedo, era motivo da Ladainha dos Santos. Autênticas páginas de oiro da história dos Arcebispos de Braga!

Recordá-las, em circunstâncias como esta, não é sòmente viver um passado, porque a sua meditação tem poder para traçar, obrigatòriamente, o rumo duma vida. Que quem não possua história olhe só ao presente e deduza por si, partindo de princípios abstratos e apriorísticos, o caminho..., passe. Mas que uma diocese rica de Santos, de mártires, de confessores, de doutores, de missionários, não dê relevo ao seu passado e não seja fiel à sua tradicional linha de rumo, não é tão compreensível, nem honroso.

Eis, Senhores, porque eu tremia durante a cerimónia da sagração, e só serenei ao ouvir a estrofe citada do Te-Deum: — «confiei em Ti, Senhor». E eis também porque não vacilei quando a Santa Sé me designou para vosso pastor definitivo. Confiava ainda, como confiarei, sempre no Senhor.

Não é, porém, falsa humildade reconhecer-me débil, receoso, perante a visão da cruz dos Arcebispos de Braga, que é histórica, e é velhinha mas gloriosa, que é aurifulgente, que não está carcomida, e exige virtude, santidade, zelo, sapiência, caridade, para ser levada de modo condigno por aquele a quem for confiada.

O que as pedras velhas desta Catedral hoje nos evocam! Como são enormes as responsabilidades daquela Cátedra!

Que me há-de valer é a certeza de que, assim como a este altar-mor preside «a Virgem de mais nobre estilo que em Portugal existe», também aos humildes labores e esforços deste vosso servo presidirá, inspirando-os e iluminando-os, a Santa Mãe de Deus cujo trono brilhante assenta na montanha do Sameiro.

6.º — São enormes as responsabilidades apostólicas da cruz dos Arcebispos de Braga, concluirá quem quer que atenda às lições da história;

mas bastaria reflectir, por instantes que fora, na vida e obras dos dois últimos Arcebispos, para se chegar a idêntica conclusão.

Não é necessário, porém, fazê-lo, pois se trata de factos por todos vós vividos e nos quais, porventura, até alguns dos presentes participaram como agentes e impulsionadores.

No entanto, creio não ser ocioso recordar que D. Manuel Vieira de Matos, ao entrar em Braga, «via em volta de si o campo juncado de ruínas».

Olhando, por exemplo, para o seu Paço — ainda hoje privado do seu natural e primitivo destino — pronuncia do púlpito desta Catedral aquela frase de Cícero em *De oficiis: — ó Domus antiqua, quam dispari Domino dominaris!*

Cheio de ânimo, lança mãos ao arado da evangelização e em tudo pensa: na disciplina do Clero, nos Seminários, na catequese, nos Congressos, nos Escutas, de que é fundador, etc. E tem a alegria de ver as suas iniciativas coroadas de êxito. É que o povo, este bom povo do Minho, compreendera o seu Arcebispo, e ao seu lado estava sempre, por dolorosas que fossem as circunstâncias, vivendo com ele todas as vicissitudes do seu apostolado. Quase seria lícito recordar a frase de Talleirand a Napoleão, ao saber dos infortúnios que este impusera a Pio VII: — «Se lhe arrancais a cruz de ouro, os povos hão-de ajoelhar mais reverentes diante da sua cruz de pau»!

E em Braga, com D. Manuel Vieira de Matos, os povos ajoelharam de facto, diante da sua cruz de madeira, pobrezinha. E com a colaboração de todos, este Arcebispo realizou maravilhas.

O Senhor D. António, porém, ao regressar a Braga, depois de um episcopado relâmpago em Bragança, encontra as ruas juncadas de flores.

Como já eram diferentes os tempos!

Toma para seu lema: — «*Ecce nova facio omnia*», e consegue pôr coroa de ouro na monumental obra emprendida pelo seu antecessor. E porque era grande na humildade, nem consente que o seu medalhão fique ao lado do de D. Manuel Vieira de Matos, no frontespício do edifício por ele acabado. Fez obra notável, que o tempo se encarregará de engrandecer, até porque parece lei geral a sentença de Gustavo Le Bon: «É, sobretudo, depois de destruídos os deuses, que se reconhece a utilidade deles». O Senhor D. António ficará na história dos Arcebispos sobretudo como protótipo da bondade e da caridade.

Como terceiro elo, na actual fase da cadeia de Arcebispos de Braga, encontra-se o modesto Prelado que ora vos fala.

Ao apresentar-nos a vós, em documento de há sete anos, o Senhor D. António desenhava o programa da actividade do seu Auxiliar nestas palavras: — «Permitir-nos-á, como esperamos, imprimir ainda maior e sempre renovado sopro de vida às instituições religiosas diocesanas, renovado estímulo aos nossos cooperadores de sempre e renovada confiança a todos os nossos queridos diocesanos».

Não sei se o decepcionamos; sei, porém, que só procurei cumprir. E ele, em sua bondade esquesita ainda me quis ser agradecido, em palavras ternissimas pronunciadas à hora da morte, que guardo quais pérolas de finíssimo quilate e incalculável valor.

O mistério do episcopado

7.º — Suceder a dois autênticos gigantes do episcopado bracarense, é, como já afirmamos, grande honra, mas enorme responsabilidade; ter de esmaltar com feitos, virtudes e letras, esta cátedra de Braga, onde se sentaram autênticos luminares, é empresa, diríamos, sobrehumana.

Mas o que mais faz tremer, é o mistério do próprio episcopado, que em nós, prelados, vai de longada, desde os Apóstolos até ao fim dos séculos.

Não vou recordar a Teologia — estão bem vivas as lições da segunda sessão do Concílio Vaticano II —, mas atrevo-me a transcrever uma página já noutro lugar por mim exarada, e é de autor de renome:

«Vede bem os bispos, cada um em sua Igreja.

São os pais, os esposos, o germen e a forma das suas Igrejas respectivas, como todo o episcopado representa a grande paternidade da Igreja universal e é como a sua forma.

O bispo está sempre na Igreja em lugar mais alto, a exemplo de Deus que também subiu para a transfiguração no Tabor e para o monte no Calvário. Mais alto para ver melhor, mais alto para dar mais luz, mais alto para ter mais honras, mais alto para sofrer mais. Mas esta elevação, que é, ao mesmo tempo, um direito e um dever, uma honra e um holocausto, obriga-o mais estritamente a responder pelo seu ministério, a dar conta do seu episcopado ao Bispo eterno das almas.

Ratio periculosa, lhe chama justamente um santo. Razão, conta de si próprio, porque deve ser, como ensina S. Paulo, exemplo de boas obras; razão, conta das almas que lhe foram confiadas pelo mesmo sangue de Cristo, todo oferecido e derramado por elas.

Attendite vobis et universo gregi...

Posto pelo Espírito Santo na regência da Igreja, compreende-se bem que a investidura divina implique necessàriamente uma responsabilidade tremenda. Para acentuar bem a função do Bispo na sua orgânica divina, a Igreja sagra-o, veste-o de sedas, de rendas, de arminhos, de brocados, de gemas preciosas, e entroniza-o. Mas põe-lhe sobre o peito uma cruz que se lhe crava sempre, fundamente, dolorosamente, na alma e no coração. O Bispo manda servindo, no dizer de Santo Agostinho, com uma humildade que o põe debaixo dos pés de todos os seus diocesanos.

A missão do Bispo é um prolongamento da paixão e da morte de Cristo.

Reparai só nisto. No silêncio do Bispo, resignado e triste, que, apesar de muito discutido e agravado, não quer ou não pode defender-se... que tortura íntima, que martírio obscuro, que conhecimento profundo, detalhado e até às vezes nauseante, dos prazeres e misérias humanas!

Tornai o meu ministério frutuoso, diz um santo bispo dirigindo-se aos seus diocesanos, orando e obedecendo.

Quem sofre tanto por eles, tem direito a pedir isto e muito mais».

Talvez haja exageração retórica na página transcrita; mas certo é ser altamente oportuna a frase do Cardeal Saliége: — «Torna-se necessário fazer nascer de novo, no clero e nos fiéis, a verdadeira devoção ao bispo».

De facto, qualquer Prelado da Igreja é pai dos seus padres ainda antes de ser pastor do seu rebanho.

E a serem reais e fortes os liames entre o bispo e os seus sacerdotes, acaba por ser da mesma natureza o elo que une clero e fiéis. Ter-se-á então realizada a unidade que Jesus rogou ao Pai: — *ut omnes unum sint.*

Aos ouvidos do Bispo soam, de contínuo, as intimativas do Mestre: — *Ego elegi vos; sicut misit me Pater, ego mitto vos; euntes docete omnes gentes; ego vobiscum sum.* E assim lhe nasce a consciência de que, conforme escreve S. Cipriano: — «*episcopum in Ecclesia esse et Ecclesiam in Epicopo*», isto é, bispo e Igreja identificam-se. Não haverá pois, programas de acção, preocupações, sofrimentos numa diocese, que não estejam primeiro no coração do bispo, o qual, por vezes, terá ainda de expiar, pela penitência, as culpas da própria comunidade e de cada um dos seus membros. *Dilexit Ecclesiam et tradidit seipsum pro ea, ut illam sanctificaret* — é o seu programa, do qual não se exclui, se necessário, o derramamento do próprio sangue. Já S. Gregório Magno escrevia: — «Antes queria morrer que ver decair em minha vida a Igreja de S. Pedro Apóstolo». E em nossos dias, no tempo da perseguição de Calles, um bispo mexicano

ao Presidente da República: — «Prometo hoje solenemente diante de todos os habiantes da República e do mundo inteiro, onde esta mensagem chegar, que me apresentarei diante de vós pessoalmente, para me mandardes executar, com a condição de em troca vos comprometerdes a deixar ao meu povo católico o exercício da sua liberdade e a não derramar o sangue dos meus queridos padres».

A citação destas palavras é por si suficiente, creio-o, para vos anunciar qual seja o programa de acção do vosso novo bispo: — viver, orar, trabalhar, penar, pensar, combater para que a Igreja bracarense continui a refulgir como noutras eras; e, se possível, entre as suas pares retome, no presente, o ardor missionário e seja fiel à vocação ecuménica que, no passado, foi sua glória.

Se daqui partiu o movimento da recristianização de Portugal, com a luta contra a moirama, porque não há-de partir nos nossos dias um novo movimento de recristianização que ultrapasse os limites da Arquidiocese, se estenda ao longe e ao largo, à África e ao Brasil?

Os nossos Cireneus, os Sacerdotes

8.º — É grandioso o programa que sintèticamente fica enunciado. Mas quem há-de realizá-lo? O Bispo sòzinho pouco pode. Já, na oração fúnebre do Senhor D. António, me dirigia aos queridos padres da Arquidiocese, perguntando: — «Que pode o bispo sem os padres, e que são os padres sem o Bispo?». Também um Prelado, glória desta histórica Província Eclesiástica, ao tomar posse da sua sede, exclamou em palavras que faço minhas: — «Que poderá fazer um bispo sem a colaboração dos seus padres? Traz o bispo uma cruz ao peito. Uma parte há-de levá-la ele — e espera não abdicar da porção que lhe coube. Mas a outra pertence aos seus padres. Eles são por natureza os cireneus do seu Prelado. É assim que desejo considerá-los».

Um outro prelado, que teve berço e é glória desta Cidade, em circunstâncias idênticas, dirige-se ao seu clero nestes termos que perfilho: — «O bispo tem sempre no coração os seus sacerdotes e balbucia com fervor a palavra amiga do Apóstolo quando se dirige aos seus colaboradores: — Vós sois, irmãos, a minha alegria e a minha coroa».

No desempenho da sua árdua missão, conta o bispo com a oração sacerdotal dos seus presbíteros, que o tornam presente em toda a parte, no meio dos fiéis, através de dificuldades, sacrifícios e incompreensões sem conta. Alegrias e tristezas, triunfos e derrotas, aplausos e vitupérios,

constituem a traça das actividades apostólicas dos sacerdotes, reflectem-se necessàriamente na pessoa do Prelado que os tem como o seu prolongamento, a formar parte integrante e insubstituível do seu múnus pastoral. Com eles se alegra e rejubila, ou entristece e chora; com eles sofre as calúnias e as difamações, que almas sem fé e sem escrúpulos se permitem atirar, em última análise, às vestes imaculadas da Esposa de Cristo, a Santa Igreja. Com autoridade pode o Bispo advertir a comunidade cristã, repetindo as palavras das Páginas Sagradas: — *Nolite tangere christos meos:* não toqueis nos meus Ungidos, não vos deixeis contaminar por esse turvo e satânico espírito de ódio que procura visar o sacerdócio de Nosso Senhor Jesus Cristo, quando malsina intenções e emprega meios de ataque, inadmissíveis entre povos civilizados, para denegrir a reputação dos ministros do Altar.

«Podem os sacerdotes da Arquidiocese contar com o seu Prelado, que os ama como às pupilas dos seus olhos».

Não esquecerei jamais, igualmente, as palavras que me dirigiu o Senhor D. António: — «Os padres bons sabe onde estão e quem são. Para os mais débeis peço a sua ajuda para que se robusteçam».

Pensarei, pois, em vós, caríssimos sacerdotes, que sois a herança mais preciosa recebida do Senhor D. António, para que nada vos falte, tanto no espiritual como no material, enquanto tendes saúde e quanto estiverdes enfermos, agora que sois jovens, (os que ainda o sois), e quando tiverdes encanecido e já não puderdes estar à frente das vossas paróquias. Só uma coisa vos pede o vosso Bispo nesta hora: — que sejais amigos da nossa Mãe, a Santa Igreja, que sigais na prática os seus conselhos de carinho, as suas normas de vida exaradas em seus cânones doutrinais ou disciplinares. A ser assim, sereis a alegria também do vosso Prelado que, como Jesus no Jardim das Oliveiras, pode carecer do reconforto dos seus discípulos. Este pensamento já o evoca Santo Inácio de Antioquia, na Epístola aos *Tralienses.* — «É necessário que cada um de vós, mas principalmente os presbíteros, sejam a alegria e o conforto do seu bispo».

Conto, pois, convosco, queridos sacerdotes da Arquidiocese: com os humildes párocos, coadjutores e capelães, dispersos por montes e vales, vivendo, só por amor de Deus e das almas, em condições inóspitas e difíceis; com os Reverendíssimos Arciprestes, nossos representantes nas respectivas vigararias, cuja missão é delicada e ingrata, pois, sendo iguais aos outros, têm de ser conselheiros, guias, e, até, superiores dos seus irmãos, em missão de pura caridade, mas nem sempre bem apreciada; conto ainda com os Professores e Superiores dos Seminários, a quem é

confiada a esperança da Santa Igreja no presente e no dia de amanhã; conto sobretudo com o Ex.mo e Rev.mo Cabido, com a sua colaboração sempre leal, como é apanágio seu ao longo duma história que se conta pelos séculos da história de Portugal.

Todos juntos, queridos padres, trabalhando em uníssono, conservaremos gloriosa esta Arquidiocese, e poderemos ainda oferecer à Santa Igreja legião de apóstolos, como ela instantemente nos está a pedir.

O vosso bispo põe em vós as suas esperanças, que são esperanças e votos da Santa Igreja, manifestados pelo próprio Santo Padre.

Aos sacerdotes do Clero Religioso, tão benemérito até da Pátria pela sua vocação missionária, cujas casas de formação se encontram na Arquidiocese, eu quero dizer nesta hora que conto com todos, e também que podem contar, dentro do possível, com a minha modesta colaboração, na linha traçada pelos meus ilustres e venerandos Antecessores que sempre timbraram em favorecer e defender e proteger as congregações religiosas.

A esperança da Igreja, os seminaristas

9.º — Se no presente dia de hoje a acção do bispo atinge os fiéis pela palavra e pelo zelo dos seus padres, amanhã atingi-lo-á pelos que agora são os seus seminaristas. Para eles, uma singela palavra, saída do coração de Pai: — Sêde generosos com o Senhor que vos chamou para uma missão tão bela. Cultivai as virtudes naturais e sobrenaturais: a lealdade, o respeito da palavra dada, a limpeza de gestos e atitudes, o carácter, numa palavra; a fé, a esperança, a caridade. Tomai como lema vir a ser sacerdotes virtuosos, santos e cultos. Oferecei a Deus, generosamente, a vossa juventude — a alguém agradaram já os presentes de coisas velhas?! — e não temais lançar-vos na santa aventura do serviço de Deus. Vêde como é grande o campo de trabalho que o Senhor vos reserva, aqui, ao longe — não tereis vós coração ecuménico? —, talvez até para lá das fronteiras da Pátria, para além das Províncias Ultramarinas, onde houver portugueses, até aos confins do mundo, que nós, outrora, descobrimos.

A formação que vos é necessária há-de ter em consideração o mundo hodierno. Para já, ainda parece bastar, no geral, a cultura recebida nos moldes clássicos. Mas a face sociológica da Diocese está a mudar-se dia a dia. Há novas doenças a tornar enfermas as almas. Veículos do mal são certos instrumentos modernos de comunicação, é porventura a emigração, etc.

Tendes, pois, de estar em dia, e de adaptar a vossa cultura pastoral às novas necessidades. Conseguir isso será missão dos vossos mestres, agora que viveis no seminário, e, porventura, amanhã, quando sacerdotes, num possível post-Seminário.

Por toda a parte, se erguem chaminés de fábricas, linhas condutoras de energia, símbolo evidente de melhor nível de vida, que desejamos seja uma realidade depressa para a nossa gente empobrecida.

Mas qual será o teor desse melhor nível de vida, se lhe faltar a religião?

Se vós, padres de amanhã, vos deixardes embeber de Deus, de amor à sua Igreja, de piedade, de virtude e de ciência, à vossa renúncia pessoal, os homens, vossos irmãos, hão-de ficar a dever o serem felizes e não terem morrido afogados na matéria. Será essa a glória da nova geração dos padres de amanhã.

Avante, pois, queridos seminaristas.

O auxílio dos leigos organizados

10.º — Para a realização do programa apostólico que o vosso bispo se impõe como dever, ele conta, sim, primeiro com o clero, mas também com os leigos católicos, nomeadamente com as Associações de piedade, caritativas, movimentos de apostolado de todo o género, e com a tão benemérita Acção Católica, sempre útil e mesmo necessária, desde que seja realizada com objectivos definidos, e lhe não falte o método adequado.

Bem é que se radique, mais e mais, a convicção de que todos, bispo, clero e leigos, vamos na mesma barca de Pedro, e que todos, em conjunto, é que somos a Igreja de Cristo. É timbre da Acção Católica, «*sentire cum ecclesia*», nada sem a Igreja, nada sem a hierarquia, que, em cada diocese, tem uma figura visível, o próprio prelado. Feito norma universal este sinal característico, teremos as associações a trabalhar em ritmo combinado e harmónico, e a realizar os planos apostólicos que foram idealizados, quando não estabelecidos pelo seu responsável autêntico que é o Anjo da Diocese.

É de louvar e de agradecer quanto as associações caritativas, de piedade, as Confrarias, as Irmandades, os respectivos Secretariados de obras especializadas, vêm realizando, quer as confiadas ao clero religioso, quer as dirigidas ou assistidas pelo clero diocesano. A todos abençoamos e a todos pedimos que estejam alerta no seu campo próprio de acção, espalhando o bem, a caridade e o amor, numa palavra, dando testemunho, pela vida ordenada e santa, da mensagem de salvação que, por incumbência da Igreja, patenteiam diante do mundo.

O povo de Deus

11.º — Não posso dispensar-me de dirigir uma palavra muito afectuosa ao povo de Deus, causa final do nosso existir e a cujo serviço está a Hierarquia e a própria Acção Católica.

No povo de Deus, contemplo sobretudo os que sofrem, no corpo ou no espírito, vítimas de injustiças sociais, e os pobres. Lembro as gentes do trabalho, rude e pesado, pois sei quanto custa ganhar o pão de cada dia. Aprendi-o em criança, e não esqueci a lição. De resto, a repetição quotidiana dessa página, da parte dos meus, não mo deixaria esquecer. Lacordaire, um dia exclama: — «Ó povo, ó meu povo, eu amo-te!, eu amo-te profundamente, porque vejo nos teus sofrimentos uma imagem inspirativa e tocante dos sofrimentos de Cristo». Sem pretender imitar o grande dominicano, procurarei fazer pelos pobres quanto ao meu alcance estiver, e fá-lo-ei alegremente, pois bem sei que amando o próximo, sobretudo o mais pobre, se serve e ama a Cristo e adora a Deus, não por palavras, mas em espírito e em verdade, conforme as exigências do Evangelho.

Percorri as terras todas do Minho, sei como sente o povo, e do que precisa. O povo, o nosso bom e santo povo, a gente humilde, precisa tanto de pão como de Deus. A mim, bispo, compete tudo fazer, em primeiro lugar, para dar Deus ao povo, instruí-lo na religião, enriquecê-lo de bons costumes e incutir-lhes na alma a graça do alto, que é fonte de paz e de alegria.

Se de mim dependera, também nada lhe faltaria de quanto na ordem moterial se apresenta como necessário para o bem estar de todos.

Mas quando ao povo não faltar o pão, por viver já na abundância, terei ainda de lhe pregar, para ele ser feliz, a frase do Evangelho: — «que vale ao homem ganhar o mundo inteiro se vier a perder a sua alma?» É que a fascinação da matéria, a tentação da terra fizeram as suas vítimas também entre esta boa gente, até agora, tão crente e morigerada. Se a fé decrescer no povo, ou se ao povo se tirar a fé, com que se preenche o vácuo que fica? Com os suicídios e com as mais repugnantes aberrações morais, como sucede nalguns países em que só à matéria se presta culto?!

Defendamos o povo, por amor do mesmo povo, de tantos males modernos.

Saudação às Ex.mas autoridades

12.º — Resta-me ainda dizer uma palavra de saudação amiga às Ex.mas Autoridades Civis, Académicas, Militares e Judiciais, de Braga e seu Termo, da Arquidiocese toda, que todas aqui estão ou em pessoa ou dignamente representadas.

De há sete anos que convivemos, e sempre em inteira harmonia. As nossas esferas de acção são paralelas e não opostas. Só nos podem dividir ou opor sentimentalismos nascidos do nosso egoísmo. Mas a própria educação recebida nos leva a superar o nosso «eu». Une-nos o ideal da Pátria, de Deus, da família; une-nos o esforço pelo bem do próximo, na luta contra os males sociais de qualquer género, e contra o ódio. Como não nos havíamos de entender? E até de colaborar!

Às Ex.mas Autoridades, a quem neste momento compete a missão grave de manter a Pátria unida, tanto aquém como além mar, tão nobremente representadas nas pessoas de VV. Ex.as, Senhores Ministros. quero dizer que o Arcebispo de Braga as acompanha, já que não lhe é dado doutra maneira, com a sua oração dirigida ao Senhor de Ourique, e à Virgem Senhora da Oliveira, da Batalha, de Belém, de VilaViçosa e do Sameiro, à Senhora de Portugal.

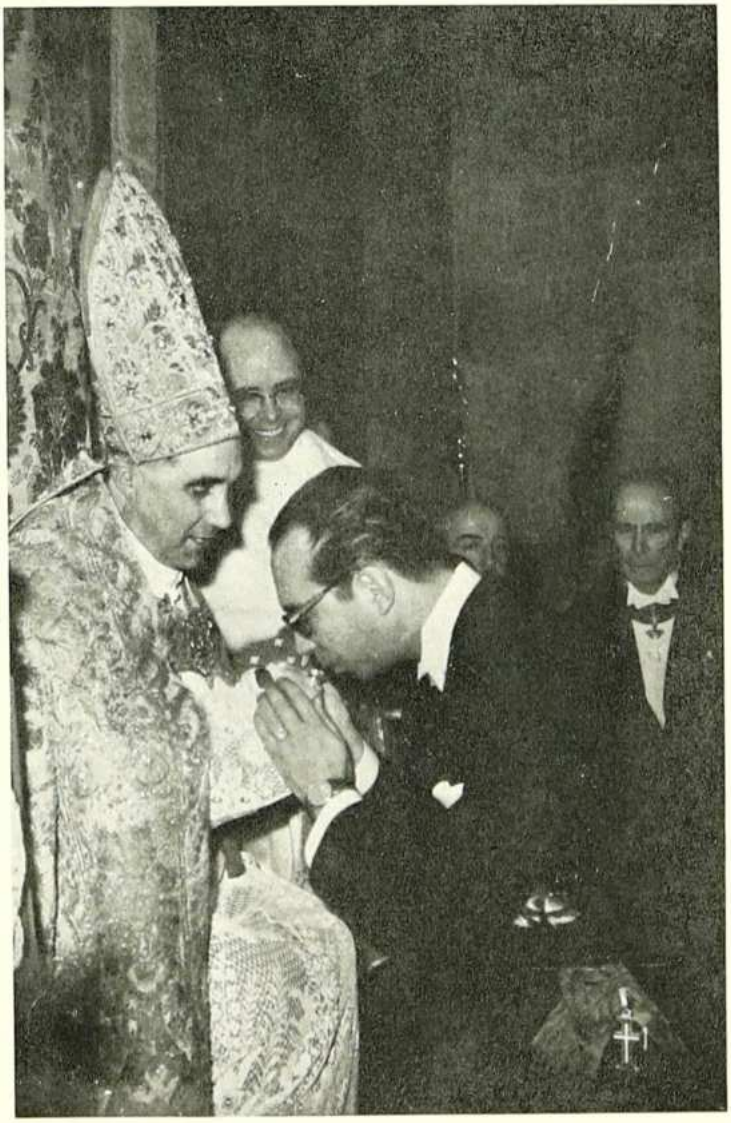
Enquanto nos nortearem os mesmos ideais, puros e desinteressados, de Deus, Pátria e Povo, como não nos havemos de respeitar? de compreender? e até de colaborar cada um embora na sua esfera?

E é este respeito, já por si colaboração muito preciosa, que eu quero agradecer às Ex.mas Autoridades.

Autoridades são igualmente, ao menos de algum modo, os representantes das estruturas sociais e das artes liberais: médicos, advogados, magistrados, jornalistas, etc.

A todos o preito da mais profunda gratidão pela sua presença neste acto, com os votos mais fervorosos pelas suas prosperidades pessoais e familiares, e a promessa da mais leal colaboração, sempre que o ofício no-lo exija, ou o coração no-lo imponha ou a caridade no-lo suplique.

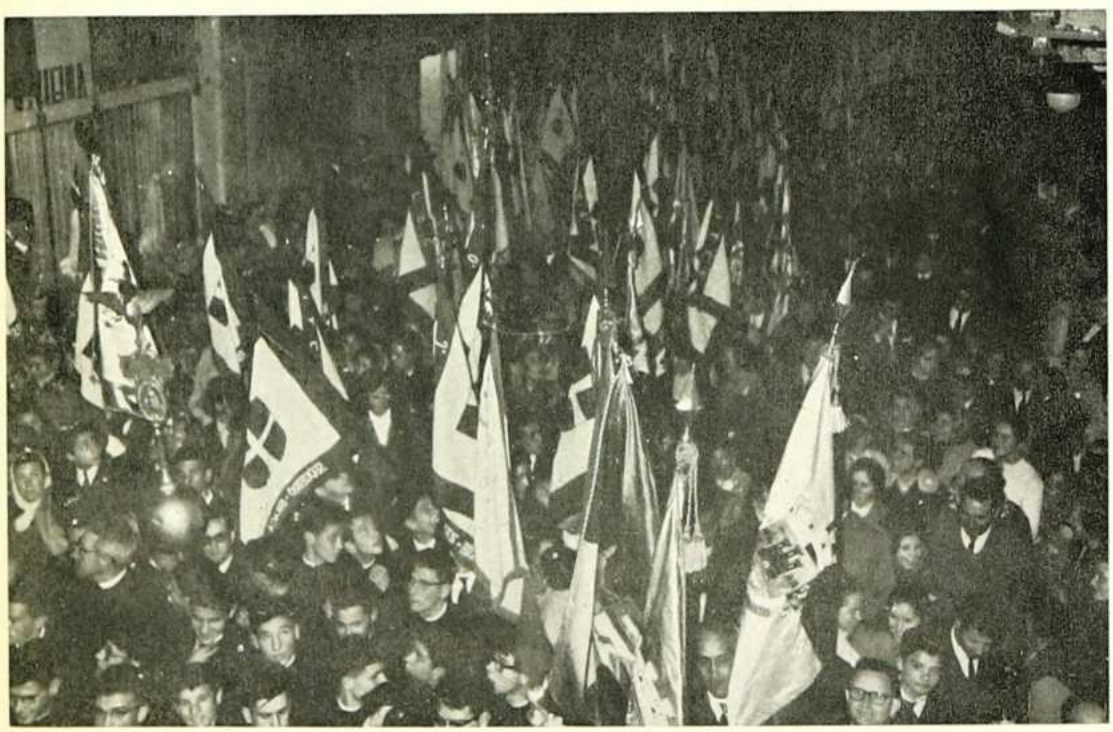
As queridos amigos, que de longe vieram, trazidos pela saudade que trabalhos comuns fizeram nascer na separação que a vida impôs, à nobre representação dos Prelados de Évora, do seu Cabido e do seu Distrito, à Edilidade e às Gentes da minha Terra, a certeza de que sempre os terei presentes, e em cada dia, na celebração dos augustíssimos mistérios do altar.



O Senhor Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, Ministro de Estado Adjunto à Presidência do Conselho, cumprimenta o Senhor Arcebispo Primaz



Um aspecto do cortejo automóvel a caminho do Paço Arquiepiscopal



Um aspecto da Rua do Souto depois da passagem do cortejo

Aos Ex.mos Prelados da nossa Província Eclesiástica, todos tão beneméritos da Igreja pelo seu zelo apostólico e pelo exemplo das suas virtudes, aqui tão dignamente representados, eu quero prestar a mais rendida homenagem e pedir o favor dos seus conselhos, pois que já conto com a lição das suas vidas de apóstolos totalmente doados às suas Igrejas.

A Vossa Excelência Reverendíssima Monsenhor Rotoli, ilustre auditor da Nunciatura Apostólica, cuja nobre presença me torna mais viva a figura do Sumo Pontífice Paulo VI, e mais forte os liames sagrados que a ele me prendem, o preito da minha mais profunda veneração e estima e agradecimento. Na pessoa veneranda de Vossa Excelência Reverendíssima quero também saudar, com muita devoção, a transcendente figura de Mons. Fuerstenberg, Núncio Apostólico em Lisboa, junto de quem me sentei quando jovem, como condiscípulo, na Universidade Gregoriana, para ouvir dos lábios dos mesmos eminentes professores o curso da Sagrada Teologia.

Invocação do auxílio de Deus e de Nossa Senhora

13.º — Urge que termine, pois demais abusei já da vossa benévola atenção.

Não o farei, porém, sem primeiro me encomendar às orações das Comunidades Religiosas da Arquidiocese, sobretudo dos Conventos de Clausura, pois, sem esquecer as que levam vida activa, orando assim, estas escolheram a melhor parte. Urge que termine, e para o fazer usarei de palavras emprestadas, mas que traduzem plenamente o meu sentir.

Recordei atrás que me reconfortaram, no dia da minha sagração, os acordes da última estrofe do Te Deum: — *In Te, Domine, speravi, non confundar in æternum:* — não serei confundido, Senhor, porque em Ti esperei.

É que «são tão débeis as minhas forças, e tão tremenda a missão de que sou encarregado, que, se um alento divino me não acompanhasse, eu deveria sucumbir de desânimo. É que, às obrigações inerentes ao múnus episcopal, já de si tão momentoso, acrescem as apreensões da hora que passa, tão carregada de prenúncias sinistros, tão cheia de incertezas.

Mas eu confiei em Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei imortal dos séculos. É Deus que me envia, por Ele venho para vos pregar o Santo Evangelho.

Não queirais ver em mim a pobre criatura que nada vale, mas sim o ministro de Deus, o pastor que, insignificante em si, incarna uma grande

ideia e um grande poder, representa uma instituição bimilenária, contra a qual os ataques dos inimigos, as fúrias do inferno nada podem.

Sou no meio de vós, o transmissor, o eco fiel dos oráculos divinos, o executor fiel dos ditames da Igreja, o servo dedicado de todos vós. Sim, é para vós que eu quero viver, a vós eu quero consagrar toda a minha actividade e toda a existência. *Libentissime impendam et superimpendar ipse pro animabus vestris:* gostosamente me dedicarei e me sacrificarei pela santificação das vossas almas. Só me considerarei feliz quando trabalhar para o vosso bem. A vossa felicidade será a minha felicidade.

Confiei, em Ti, Senhor, por isso não serei confundido».

Confiei também em vós, Senhora, que sois a Mãe da Santa Igreja, por isso não serei confundido.

A Virgem Imaculada é a Padroeira de Portugal, é a nossa Padroeira, a Padroeira da Arquidiocese de Braga, «para ela foram sempre as nossas súplicas confiantes, para ela os nossos suspiros de ansiedade, os nossos gemidos de dor. Maria Virgem é a estrela dulcíssima que desde pequenino nos acostumamos a ver brilhar no Céu da nossa existência e que invocamos nas horas de angústia com uma ternura que só o nome de Mãe inspira e justifica. E ela é de facto a nossa Mãe e ama-nos com um carinho suave e delicado que nós sentimos, mas não sabemos explicar. Vós bem o compreendeis como o demonstra o culto filial que lhe tendes sob a invocação de Nossa Senhora do Sameiro.

À Virgem Maria eu dedico e consagro o meu apostolado no meio de vós, seja Ela a estrela a guiar-me através das dificuldades que possam eriçar-me o caminho, e possa eu ser sempre filho dócil e servo fiel de tão bondosa Mãe, de tão potente Senhora.

Sim, ó Virgem, celeste Rainha e doce protectora, a ti consagro esta grei que me foi confiada, a ti entrego estas almas que tenho de conduzir ao eterno aprisco. Sê tu a guia, sê tu a pastora, a fim de que nem uma só ovelha se tresmalhe mas todas cheguem à almejada pátria. Podem ser tristes os tempos, grandes as calamidades, sinistras as apreensões, graves a discórdias, pungentes as amarguras; mas tu, ó Mãe, és compassiva e bondosa, tu nos levarás ao coração ardente do teu Filho, tu farás descer dali sobre nós uma onda de bálsamo refrigerante e doce, que suavizará as nossas energias.

Oh, intercede por todos, pelos sacerdotes e pelos simples fiéis, pelos que sofrem, e pelos que mourejam, pelos crentes e pelos infelizes que não têm fé, pelos abastados e pelos pobres, por todos aqueles que carecem de amparo e suspiram na adversidade».

Implora a luz de Deus para este pobre pastor que sempre te invocou e à porfia procurou a tua glória em terras do Alentejo, e ainda neste ano quer tornar a comemoração centenária do teu Santuário do Sameiro, e sorri lá do Céu a esta Arquidiocese, porção querida do rebanho do teu Filho, que nesta hora solene e neste ano jubilar mais uma vez invoca o teu maternal carinho e a ti se consagra!

Com Jesus e com Maria, *non confundar in æternum...*

Findas as cerimónias religiosas, o novo Arcebispo recebeu os cumprimentos das altas entidades presentes, após o que se dirigiu processionalmente, e com grande acompanhamento, para a porta da Sé, onde se organizou o cortejo automóvel que o conduziria até ao Paço de Santa Margarida.

O cortejo abria com batedores da Polícia de Viação e Trânsito, seguindo-se o carro do Protocolo em que tomaram lugar os Senhores Cónego Manuel Rodrigues de Azevedo, do protocolo religioso, e Alberto Jorge de Carvalho Moreira de Matos, do protocolo civil. No segundo carro seguiam os comendadores da Ordem de S. Gregório Magno, Senhores Conselheiro José Maria Braga da Cruz e Comendador António Maria Santos da Cunha. No terceiro os cavaleiros da Ordem do Santo Sepulcro, Senhores Comendador António Augusto Nogueira da Silva e D. Gonçalo de Guilhomil. No quarto carro seguiam os cavaleiros da mesma Ordem, Senhores Conde de Riba d'Ave e Raul Ferreira de Riba d'Ave. No quinto o Bailio da Ordem de Malta, Senhor Conde d'Aurora e o cavaleiro da mesma Ordem, Senhor D. Sebastião Calheiros de Lancastre. No sexto carro tomaram lugar o Bailio e Vice-Presidente da Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros de Malta, Senhor Conde de Campo Bello (D. Henrique), e o cavaleiro, Senhor D. Luís Calheiros de Lancastre. No sétimo o Presidente do Cabido, Senhor Cónego Dr. José Martins Gonçalves, com o Arcipreste de Braga, Senhor Padre João Manuel de Barros. Por último, em carro aberto, seguia o Senhor Arcebispo Primaz, acompanhado pelo Senhor Dr. Francisco de Araújo Malheiro, Presidente da Câmara Municipal de Braga, tendo ainda tomado lugar neste automóvel o secretário do Venerando Prelado, Senhor Padre Domingos Coutinho da Silva.

O cortejo percorreu o seguinte itinerário: Rua D. Paio Mendes, Avenida S. Miguel-o-Anjo, Arco da Porta Nova, Rua D. Diogo de Sousa, Largo

do Paço, Rua do Souto, Largo do Barão de S. Martinho, Avenida Central (lado sul), Largo da Senhora-a-Branca e Rua de Santa Margarida.

Em todo o percurso o novo Prelado foi delirantemente aclamado, com destaque para o grupo de alunas da Escola do Magistério Primário que, em frente do seu estabelecimento de ensino, prodigalizaram ao glorioso Antístite a mais espontânea e vibrante manifestação de simpatia.

No Paço de Santa Margarida seguiu-se a cerimónia de cumprimentos, tendo usado da palavra os senhores Presidente do Cabido, Presidente da Câmara Municipal de Braga e Ministro de Estado Adjunto à Presidência do Conselho. Por último agradeceu o Senhor Arcebispo Primaz.

Finda esta cerimónia o novo Arcebispo ofereceu, no Paço, um jantar íntimo.

★

Os Senhores Dr. Francisco Leandro Pessoa Monteiro, Governador Civil de Braga, e Dr. Agostinho Guimarães Pestana, Delegado do Instituto Nacional do Trabalho, representavam, nas cerimónias, os Senhores Ministros do Interior e das Corporações, respectivamente.



Livros do Registo

18.º livro

(Continuação da página 467 do Volume XVI-XVII)

«Este Livro he para servir de Registro dos privilegios, e Cartas de Eximinação, e mais documentos q. Se mandarem registar na Camera desta Cid.ª Braga de Mayo 7. de 1762 a.

Francisco Pedro Scotto»

Instrumento de justificação de Custodio da Cunha, da Rua Direita da Cruz de Pedra. sobre haver servido o cargo de procurador e almotacé no Couto de Pedralva. — fl. 2.

Privilegio do SS. Sacramento da Santa Sé desta cidade a favor de Hilario de Almeida, da rua dos Pelames ou Campo de Santiago, — fls. 2, v.

Privilegio da Bula a favor de Antonio Ferreira, da freguesia de Santiago de Santa Lucrécia — fl. 2.

Identico de Baltasar Gomes, da freguesia de S. João de Semelhe, — fl. 3, v.

Privilegio de Santo Antonio de Lisboa, a favor de José Rodrigues, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 4.

Privilegio das Taboas vermelhas a favor do Ldo. Ricardo Antonio da Costa e Silva, advogado nesta cidade — fl. 4, v.

Ano de 1762

Privilegio da Santissima Trindade a favor de Manuel de Araujo, da rua da Ponte de Guimarães — fl. 5.

Privilegio do Santíssimo Sacramento da Santa Sé a favor de Pedro Antonio Pereira, da fonte da Carcova — fl. 5, v.

Privilegio dos captivos a favor de Mateus de Araujo, da freguesia de S. Pedro d'Este — fl. 6.

Identico a favor de João da Silva, da freguesia de S. Mamede d'Este — fl. 6, v.

Privilegio da Santíssima Trindade a favor de Domingos Rodrigues, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 7.

Privilegio do Santíssimo Sacramento da Santa Sé desta cidade a favor de António José, sapateiro da Rua de Maximinos — fl. 7, v.

Privilegio da Santa Casa da Misericordia a favor de João Francisco dos Anjos, dos Chãos de Baixo — fl. 8.

Privilegio da Bula da Santa Cruzada a favor de Manuel Tinoco, da freguesia de Santa Eulalia de Crespos — fl. 8.

Identico a favor de Antonio Dias, da freguesia de S. Lourenço de Navarra — fl. 9.

Decreto do Sereníssimo Snr. D. Gaspar, petições, informações e mais despachos a favor de Paulo da Costa, guarda mor do Senado da Camara desta corte — fl. 9, v (a).

Privilegio do Santíssimo Sacramento da Santa Sé, a favor de João Marques Antonio, ourives de ouro, dos Chãos de Baixo — fl. 10, v.

Identico a favor de Constantino da Silva Cerqueira, dos Chãos de Baixo — fl. 11.

Privilegio da Santíssima Trindade a favor de Antonio Francisco, de Santa Lucrecia — fl. 11, v.

Identico de Miguel Alvares, da freguesia de S. Vicente de Penso—fl. 12.

Privilegio dos engeitados do Senado da Camara a favor de Domingos Lopes, do Bairro, Santa Lucrecia — fl. 12, v.

Identico de Antonio Ferreira, da freguesia de Adaufe — fl. 13.

Identico de João Ferreira, de Adaufe — fl. 13, v.

Privilegio da Bula a favor de Manuel Alvares, da freguesia de S. José de S. Lazaro — fl. 14.

(a) Representando a exiguidade dos seus salários foi-lhe elevado o vencimento de 14$00 a 20$00 anuais, com prejuízo dos restantes emolumentos.

Privilegio das Taboas Vermelhas a favor de Francisco de Matos Vieira, da rua dos Chãos de Cima — fl. 14, v.

Privilegio da Santíssima Trindade a favor de Bernardo Pereira, de Santo Estevão de Penso — fl. 15.

Privilegio dos engeitados a favor do capitão Antonio Rodrigues Ferreira, de S. Vicente de Penso — fl. 15, v.

Privilegio das Taboas Vermelhas a favor de João Manuel da Costa Pereira, da freguesia de Santiago da Faia (a), concelho de [Cabeceiras de] Basto — fl. 16.

Privilegio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Custodio Gomes de Araujo, da freguesia de Nogueira — fl. 16, v.

Identico de Bento Ferreira, de Trandeiras — fl. 17.

Identico de Antonio Vieira da Silva, de S. Pedro d'Este — fl. 17, v.

Identico de Custodio Fernandes, de Nogueira — fl. 18.

Privilegio da Santissima Trindade a favor de José Alvares de Araujo, da freguesia de S. Maria de Lamações — fl. 18, v.

Privilegio da Bula da Santa Cruzada a favor de João Rodrigues Ferreira, de S. Estevão de Penso — fl. 19.

Identico de Antonio Duarte da freguesia de S. Miguel de Vila Cova — fl. 19, v.

Identico de João Duarte, da freguesia de Santiago de Fraião — fl. 20.

Privilegio da Santa Casa da Misericordia a favor de Domingos da Silva Ferreira, da rua da Regoa de S. Victor — fl. 20, v.

Identico de Manuel Felix, sombreireiro, da rua da Lousa — fl. 21.

Privilegio do Tabaco a favor de José Alvares, da freguesia de Adaufe — fl. 21, v.

Privilegio da Misericordia a favor de Domingos Ferreira Couto, da Senhora-a-Branca — fl. 22.

Identico de Luís da Silva, da rua do Sameiro — fls. 22, v.

Provimento da ocupação de cabo de esquadra da ordenança da Companhia do capitão Afonso Brandão Leite, a favor de Manuel de Araujo, da freguesia de Lamações — fl. 23.

Privilegio da Santa Casa da Misericordia, a favor de Manuel José tamanqueiro, da fonte da Carcova — fl. 23, v.

Identico a favor de Carlos Ribeiro, da mesma rua — fl. 24.

Privilegio do Santíssimo Sacramento, da Santa Sé, a favor de Manuel de Araujo, da freguesia de Santa Eulalia de Tenões — fl. 24, v.

(a) O privilégio, porém, respeitava ao casal de Bouçó, freguesia de S. Paio da Morreira.

Ano de 1763

Privilegio da Santa Casa da Misericordia a favor de Cipriano Fernandes, da freguesia de S. Victor, fl. 25.

Privilegio da Bula a favor de Lourenço Rodrigues, da freguesia do Salvador de Dadim e Nogueiró — fl. 25, v.

Privilegio da Santa Casa da Misericordia a favor de Henrique José de Azevedo, da rua de S. Marcos — fl. 26.

Identico de Marcos Antonio, da freguesia de Adaufe — fl. 26, v.

Privilegio de Santo Antonio de Lisboa, a favor de Miguel Rodrigues, da freguesia de S. Mamede d'Este — fl. 27.

Privilegio da Santa Casa da Misericordia a favor de Antonio José Martins, da rua de S. Marcos — fl. 27, v.

Privilegio do Santíssimo Sacramento a favor de José de Oliveira, da freguesia de Santiago de Esporões — fl. 28.

Carta de examinação do oficio de ourives, a favor de Manuel José da Costa, da vila de Guimarães — fl. 28, v.

Identica do capitão José Pereira Machado, da vila de Guimarães — fl. 29.

Identica de Francisco José de Araujo, morador à Galeria — fl. 29, v.

Marca (a) de ensaiador de ourives de ouro de António de Afonseca — fl. 30.

Privilegio do Santissimo Sacramento da Santa Sé, a favor de Domingos Gonçalves, morador atrás os acougues — fl. 30.

Marca de ourives de ouro (b) de Boaventura José Rodrigues — fl. 30, v.

Privilegio da Santa Casa da Misericordia, a favor de Manuel José Martins, de S. Maria de Palmeira — fl. 31.

Marca de ourives de ouro (c) de Domingos Vieira, da rua dos Gatos — fl. 31, v.

Carta de examinação de ourives de ouro a favor de Domingos Vieira — fl. 31, v.

Privilegio da Bula a favor de Antonio Francisco, da freguesia de Fraião — fl. 32.

(a) Consistia na letra R aberto num rectângulo, para sair em relevo ao aplicar o punção.

(b) Consistia na letra V aberta sobre um triângulo.

(c) Consistia na letra D aberta num rectângulo.

Privilegio da Santa Casa da Misericordia a favor de Lourenço Gonçalves, do lugar de Santa Tecla — fls 32, v.

Identico de Custodio Ferreira, do Campo das Hortas — fl. 33.

Identico de Manuel da Silva, da Porta do Souto, para a freguesia de Airó — fl. 33, v.

Identico de Francisco Dias, da rua Nova da Seara — fl. 34.

Identico de Manuel Vieira, do campo de Santiago, para a igreja da Cividade — fl. 34, v.

Identico de Bento Gonçalves, da rua nova da Seara, — fl. 35.

Identico de Francisco da Mota, da freguesia de Palmeira — fl. 35, v.

Identico de Antonio Ferreira Guimarães, dos Chãos de Baixo — fl. 36.

Identico de José Carvalho, do Campo da Vinha — fl. 36, v.

Carta de examinação a favor de António José Pereira Guedes, ourives de ouro [das Grades de S. Geraldo] — fl. 37.

Carta de examinação a favor de Manuel José de Faria, ourives de prata, [da rua nova de Senra] — fl. 37, v.

Carta de examinação de José Tomás da Rocha, ourives de ouro, da rua do Souto — fl. 38.

Carta de examinação de Manuel António da Cunha, ourives de ouro, da rua dos Chãos de Baixo — fl. 38, v.

Certidão de Vicente Pinheiro Lobo, da vila de Guimarães a respeito da tença que se lhe paga de seu hábito (a) — fl. 39.

Carta de examinação de Manuel Marques da Silva, ourives de ouro, da rua de Gatos — fl. 39, v.

Carta de examinação de José Antonio Francisco Basto, ourives de ouro, da fonte da Carcova — fl. 40.

Carta de examinação de João Antunes de Sousa, ourives de ouro, da rua de Gatos — fl. 40 v (*).

Carta de examinação a favor de Antonio Fernandes Rodrigues, ourives de prata, da rua do Souto — fl. 42.

Carta de examinação a favor de João Marcos de Freitas Guimarães [de ourives de ouro e sua marca (b)] da Rua Nova — fl. 42.

Carta de examinação e Manuel José de Sousa Pereira, ourives de ouro [e sua marca (c)] da rua Nova — fl. 43.

(a) Era professo da Ordem de Cristo; a certidão foi-lhe passada na Alfândega de Peniche, onde cobrava essa tença.

(*) Ao numerar o livro houve lapso da série, que saltou de 40 a 42: o erro está ressalvado no encerramento.

(b) Consistia em um V vasado para ressaltar em relevo do seu fundo.

(c) Consistia em um S aberto no punção rectangular.

Carta de examinação de Leandro José de Freitas, ourives de ouro [e sua marca (a)] — fl. 43, v.

Carta de examinação de Matias de Oliveira Rebelo ourives de ouro [e sua marca (b)] da rua de Gatos — fl. 44.

Carta de examinação de Manuel José Vilaça, ourives de ouro [e sua marca (c)] — fl. 44, v.

Carta de examinação a favor de Sanches Ferreira, ourives de ouro [e sua marca (d) da rua Nova — fl. 45.

Carta de examinação a favor de João Alvares de Azevedo [e sua marca (e) da rua Nova — fl. 45, v.

Carta de examinação a favor de Miguel Vieira, [ourives de ouro, e sua marca (f) defronte dos Paços Arcebispais — fl. 46.

Carta de examinação a favor de Bento José Teixeira, ourives de ouro [e sua marca (g)] dos Chãos de Baixo — fl. 46, v.

Carta de examinação a favor de Francisco Ribeiro Pereira, ourives de ouro (h) morador a S. Lázaro — fl. 47.

Carta de examinação a favor de António José Pereira, ourives de ouro (i) da rua Nova — fl. 47, v.

Carta de examinação a favor de José Lopes Pacheco, morador na Rua de S. Lázaro, ourives de prata (j) — fl. 48.

Carta de examinação a favor de António Francisco, da rua do Souto, ourives de prata (l) — fl. 48, v.

Carta de examinação a favor de Manuel Rodrigues ourives de ouro (m) — fl. 49.

Carta de examinação a favor de José Manuel, ourives de ouro (n) — fl. 49, v.

(a) Imperfeitamente aposta: parece ter sido a letra L em punção oval.

(b) Consistia na letra M, como punção.

(c) Consistia em um V sobre punção triangular.

(d) Consistia na letra S servindo de punção.

(e) Consistia num círculo ou letra O aberta em punção redonda.

(f) Consistia na letra V servindo de punção.

(g) Consistia na letra B de elegante desenho, que servia de punção.

(h) A marca era um P aberto e recortado no punção.

(i) A marca era um A a servir de punção.

(j) A marca, aberta em punção rectangular, formava um monograma com as iniciais.

(l) A marca, aberta em punção rectangular a fundo estriado, formava monograma com as iniciais A F.

(m) A marca consistia num pequeno ângulo, em punção quadrado.

(n) A marca era um ∧ assim impresso no livro.

Carta de examinação a favor de José Pereira [ourives de ouro (a) da rua dos Pelames — fl. 50.

Carta de examinação a favor de Simão Gonçalves Coelho, ourives de ouro (b) — fl. 50, v.

Carta de examinação a favor de Félix Francisco Braga, ourives de ouro (c) — fl. 51.

Carta de examinação a favor de Carlos Luís, ourives de prata, da rua do Souto (d) — fl. 51, v.

Carta de examinação a favor de Manuel José da Silva, ourives de ouro, da rua de S. Marcos (e) — fl. 52.

Carta de examinação a favor de Pedro da Silva, ourives de ouro, da rua de Gatos (f) — fl. 52, v.

Carta de examinação a favor de José da Silva Gomes, ourives de ouro, da Rua Nova (g) — fl. 53.

Carta de xaminação a favor de Manuel José da Costa, ourives de ouro, da Rua da Cónega (h) — fl. 53, v.

Carta de examinação a favor de João Silvestre de Abreu, ourives de ouro (i) — fl. 54.

Carta de examinação a favor de José Sousa Ferreira, ourives de prata (j), da rua do Souto — fl. 54, v.

Carta de examinação a favor de José Martins de Azevedo [ourives de ouro] desta cidade (l) — fl. 55.

Carta de examinação a favor de José Antonio de Azevedo, ourives e ensaiador de diamantes, da rua d'Agua (m) — fl. 55, v.

Carta de examinação a favor de Francisco Xavier Ferreira, ourives de prata, morador na Violinha (n) — fl. 56.

(a) A marca era um V.
(b) A marca era a letra G aberta em punção quase triangular.
(c) A marca era a letra B.
(d) A marca era a letra P aberta em punção rectangular.
(e) A marca era a letra M.
(f) A marca era a letra P.
(g) A marca era um G de desenho quadrado aberto em punção rectangular.
(h) A marca era a letra C.
(i) A marca era a letra A aberta em punção rectangular.
(j) A marca era formada pelas iniciais ISF abertas em punção rectangular.
(l) A marca era formada pelas iniciais IM.
(m) A marca consiste num N invertido.
(n) A marca era a letra F.

Carta de examinação a favor de Salvador Luis Pereira, ourives de ouro, da rua d'Agua (a) — fl. 56, v.

Acordão dos regedores do Senado da Camara sobre os Almotacés não aliviarem as pessoas que condenam depois de serem lançadas no protocolo as condenações, salvo mostrando-o por direito — fl. 57.

Privilégio do Santíssimo Sacramento da Santa Sé, a favor de Cipriano de Oliveira — fl. 58.

(a) A marca era um S aberto em punção, recortado.

Livro das Vereações

(Continuado da página 474 do Volume XVI-XVII)

Vreaçoens revogadas & outras de Nouo acrescentadas. pellos regedores

tl.º 255

Acordo que não Andasse A Bandeira de São João ne' ouuesse Porco Pretto no dito dia (a).

Quarta fr.ª dezoito dias do mes de junho de mil e seis centos e quatorze Annos. forão iuntos em Camara Bras dias Campello. E o licençeado Ioseph. machado juizes E Guaspar de medr.ºs, Feliciano de Carvalho Barreto E Manoel falcão cotta Vreadores. na dita Camara mandarão elles regedores. chamar os Cidadoens nobres della ao diante assinados, E acordarão elles regedores cõ os Cidadoens que costumão andar no gouerno desta Cidade que presentes forão que não convinha nem era authoridade para os regedores do presente anno e que ao diante forem levarem a bandeira de Nossa Snõra na Vespora E dia de São João e iuntam^te o porco como tee agora se costumava o que era muito indecente e geral m^te reprovado em todo este reino E per o t'po ir apurando. as cousas E a experiencia mostrar por cazos que succederão des authorizarem os regedores como succedeo na Meza de São Sebastião hu' dos Annos passados e que não convinha aver taes acompanhamentos. ne' sair a bandeira de Nossa Senõra do lugar aonde está se não pera ir nas procissõens da Ordenação, e quando os Prelados assistirem em q' hem lugar do tal acompanhamento se mandasse dizer huã Missa. cantada na Igreja de São João do Souto desta Cidade indo cõ todas as mais festas custumadas saindo. Mas regedores cõ suas varas da Caza da Camara onde teraõ seus Assentos assim nas Vesporas como no dia que fará a Cidade a sua Custa cõ toda a solemnidade. E assinarão todos aqui Fran.co peixotto. Escrivão da Camara, o Escrevi,

(a) Nota de Ms. III: «voltouse».

Campello, Machado, Gaspar de medeiros, Barretto, Cotta, Diogo de Barros, Manoel de faria, Antonio Alz Tinoco, Manuel da Silva, Franc.co miz homem, franc.co vaz., Pedro ribeiro ferrejra, geraldo da foncequa coutinho, Antonio affonso da Gamma, Pimenta, Heitor Brges perejra, Miguel perejra. do lago. Francisco Viejra dandrade, o qual traslado eu Francisco peixotto Escrivaõ da Camara fiz trasladar da propria a que me reporto aqui assinei oie vinte e dous dias do mes de Outubro de mil E seis centos e quatorze annos. Franc.copeixotto: —

tl.º 256

Vreaçoens que se revogarão no anno de mil e seiscentos e quatorze Annos.

E logo no sobredito dia pellos sobreditos regedores e Cidadoens acima foi acordado. e mandado. que por m.tos inconvenientes. que avia revogação. as vreações que obrigavão os lavradores desta Cidade e termo que puzessem. Carvalhos e semeassem: Cevada pera malhar e que os moleiros não fossem. obrigados a ter gatos nos moinhos que as avião por revogadas. E que os Almotaces não vão pello termo dar varejos as azenhas. e moinhos senão quatro uezes. no Anno. E que possão as regateiras por Si ou por suas Criadas vender toda a fruita e mantimentos pellas ruas da Cidade e seus arrabaldes. se' incorrerem em pna alguã e que estas vreacoens se não executarão ne' guardarão se não do primeiro dia do mes de Janeiro do Anno que vem de mil seiscentos e quinze Annos cõ declaração que avendo requerimentos de partes ou do rendeiro do Concelho. sobre os foles dos Moleiros virem mal aproueitados e não terem as medidas e machiejros afilados como são obrigados fiquem as taes vreacoens em pee e em qualquer tempo os Almotaçes os poderão castigar sem irem por correição E assi o disserão e assinarão todos. Francisco peixotto Escrivão da Camara o escrevi. E declararão mais que não fossem obrigados os lavradores deste termo. a terem rede de tombo ficando em pee a vreação. de pagarem os pardais. E outro sim declararão que todos os mantimentos de qualquer quali[da]de que seião se possão vender pellas ruas. desta Cidade sem serem accuzados pello rendejro. E assim o disserão E assinarão aqui E eu franco peixoto Escrivão o Escrevi digo Escrivão da Camara o escrevi — Campello, Machado, Medr.os Barretto, Cotta, Diogo de Barros, Ant.º alz tinoco, Manoel de faria Pero rib.º fer.a fr.co miz home' Manoel da Silva,

Geraldo da fousca Coutinho Franc.co vaz., Pimenta, Heitor Borges. pereira, Antonio Affonso da Gamma., Miguel perejra do lago., Franc.co Vieira dandrade. O qual Acordo todo atras. escrito eu Franc.co peixotto Escrivão da Camara. desta Cidade de Braga pello Arcebispo Primas 1.a // fiz trasladar do proprio liuro dos Acordos onde foi feito pellos regedores. e Cidadoens a que me reporto e aqui assinei aos vinte e dous dias do mes de Outubro. de mil E seiscentos e quatorze *Annos*. Franc.co peixoto (*).

tl.o 257

Acordo porque se revogou a vreação que prohibia andarem nesta Cidade embucados de Noite — //.

Aos vinte e oito dias do mes de Março deste Anno de mil e seis centos e vinte e seis annos Acordarão que por quanto a Ordenação E lej do reino disponha sobre andavão embuçados de Noite, e parecia rigor demaziado darem as Vreaçoens mais pena que a que dava a dita lej do Reino major mente em preiuizo dos homeñs pobres. desta Cidade contra quem se custumauão executar as ditas Vreaçoens, que pella presente reuogauão todas as Vreaçoens que estauão feitas. cõtra os que andassem embuçados de Noite E que daqui em diante não tenhão mais pena que a que lhes desse a lei do Reino.

tl.o 258

Acordo porque se reuogou a Vreação que prohibia falarem de noite homeñs cõ molheres.—

Acordarão também que vistos os muitos incõuenientes que avia em se prohibir falarem homeñs de Noite cõ molheres e porlhes por isso majores penas. das que lhes dava as leis do reino, e Constituiçoens que avião por reuogadas todas as Vreacoens, feitas sobre este particular e que não tivessem mais pena. quem nesta Cidade e termo falasse de Noite cõ molheres que aquella. que lhes davão as leis e Constituicoens do reino. e Arcebispado pois do Contrario se seguião tantos absurdos e preiuizos aos moradores desta Cidade e seu termo.

(*) Incompleta, por falta de uma folha, em Ms. II.

tl.º 259

Acordo perque se revogou a Vreação que prohibia terem os moradores. desta Cidade as portas abertas de Noite: —

+ Acordarão no mesmo dia que porquanto. tinha experiencia mostrado. ser contra o bem politico prohibirse aos moradores desta Cidade terem de Noite as suas portas abertas. quando tiuessem disso neçessidade pois os Estalaiadejros. erão obrigados a abrilas aos hospedes. que viessem pousar a suas. Estalaieñs e os particulares era razão serem senhores de suas Casas. pera abrirem suas portas quando disso tivessem necessidade e do contrario se seguião m.tas uexaçoens em que pello discurso do tempo. se exprimentarão cõ o que ouue m.tos requerimentos aos Ouvidores que se desculparão sempre cõ as ditas Vreaçoens que por este Acordo ficassem revogadas. todas as que tratassem das portas abertas. de Noite e que liure mte as podessem ter abertas os moradores desta Cidade e termo sem por isso terem pena alguã — //.

tl.º 260

Acordo perque se revogão as Vreaçõens que dão pena a quem tras Espada nua de Noite e que só tenhão a pena que lhe dá a lei do Reino —.

+ Acordarão também que porquanto a lei do Reino dispoem o Castigo que se ha de dar a quem de Noite trouxer Espada nua. e não parece insto ser a Vreação da Cidade mais riguroza que a lei do reino q' pella presente avião por reuogadas. as vreaçoens que falarem. em Espada nua de Noite e que quem a trouxer não tenha mais pena. que a que lhe dá a Ordenação.

tl.º 261

Vreação que os Carreteiros dos Moleiros tenhão a mesma pena q' os moleiros quando lhe acharem os foles moles —.

Acordarão porquanto os Carreteiros dos moleiros se achavão m.tas vezes cõ os foles. taleigas e sacos das farinhas mal cheos. e aproveitados

e se os condenavão se desculpavão cõ dizer que a Vreação que anda no liuro as pª 25 não dá pena se não aos Moleiros cõ o q' na relação. desta Corte absolvião os Carreteiros o q' parecia grande desgouerno e injustiça pois os Carreteiros erão os que de ordinario trazião os carros das farinhas e levavão grão e podião no Caminho furtar sem castigo que toda a pessoa, que se achasse cõ carro de folles. taleigos e sacos de farinhas ou na cabeça que viessem mal cheos ou aproveitados tivessem a mesma pena que esta taxada aos moleiros, por cada fole taleiga, ou saco que se achar mal cheio e aproveitado: — //.

tl.º 262

Vreação que a Condenação que se fizer sobre os pardaes não passe de cincoenta rs E que aia juiz de Officio de Ourives: —

Porque na Condenação dos Almotaces sobre os pardaos parecia excesso dar a vreação das folhas. 239 (ª) cinco tostoens Acordarão que não passasse a dita Condenação de cincoenta rs. E dahi pera baixo podesse o Almotacel arbitrar o que lhe pareçesse por quanto os lavradores deste termo são muito pobres. e he necessario favorecellos pois nos grangeão os Cazaes. e servem a republica cõ cultivarem e criarem os gados e mais mantimentos E assentarão outro Si que a Vreacão da fol. deste livro que esta feita sobre os Ourives desta Cidade terem marca se dee logo a execução e fação juiz do officio que toque as peças que se fizerem pera se saber se levam mais liga da Necessaria pellos inconvenientes que do contrario tenha mostrado a experiencia e que da Condenação dos pardaos se não appelle ne' aggrave do Almotacel.

tl.º 263

Vreação que toda a Pessoa que entrar em cerrado ou diveza e furtar lenha latos tojos ou matto pague por cada ves cinco tostoens prª engeitados.

Por quanto nesta Cidade e seu termo. ha grande deuassidão em Cortar as divezas e furtar o Arjão das vinhas, latos das latas. tojo e Matto dos

(a) Aliás do *fl.º 239*, como bem emenda Ms. II. pois a folha não corresponde.

tojaes e Erva dos prados sem aver modo de Castigo conveniente E o que se considerando aver de Sua Magestade prouizão da formiga pareceo demaziadamente rigorozo. acordarão que toda a pessoa que cortar em deveza alhea. lenha e levar de vinha ou lata arião ou latos ou tojo ou matto alheio ou Erva pague por cada uez. cinco tostoens. pera os engeitados, E que os donos das divezas. vinhas, tojaes mattos e prados possão iustificar como lhe levarão o sobredito por huã só testemunha cõ iuramento seu diante hu' dos juizes. Ordinarios os quaes condenarão os reos. na dita pena de cinco tostoens. pera engeitados pella justificação feita pella sobredita maneira. Eu, Christovão de proença da fonseca Escrivão da Camara fiz tirar as Vreaçoens atras do livro dos Acordos a que me reporto. Cristovão de proença da fonseca o Escrevi // E assinei de meu sinal razo custumado. Christovão de proença da fonseca.

tl.º 264

Ampliação da Vreação 16, que nhuã pessoa va esperar mercadorias que vem p^ra esta Cidade as estradas ne' as comprem p^ra as tornarem a vender.

Aos dous dias do mes de Outubro na Caza da Camara acordarão os mesmos regedores e cidadoens acordarão que a Vreação 16. se estendesse em todo o genero de cousa, que viesse a vender a esta Cidade, e que a pena fosse de mil rs. p^ra accuzador e Concelho. e vinte dias do Castello, o q' se entenderá nas pessoas que forem esperar as ditas mercadorias pera as tornar a vender de que mandarão fazer este termo, que assinarão Diogo de Magalhães escrivão da Camara o escrvi. Maja. perejra Pimenta rego, freitas, Abreu, Silvestre de Miranda, Sotto mayor, Franc.^co teixr.^a Guaspar correa barreto, P.^o ribr.^o ferr.^a Manoel lopes ferr.^a Antonio de madurejra Aleixo pacheco da fonseca, Paulo pinto da Silva, P.^o godinho. Valente, o l^do Manoel Carnr^o.

Efemérides Bracarenses*

Ano de 1965

Janeiro, 6 — O senhor Arcebispo Primaz, D. Francisco Maria da Silva, deu hoje posse ao novo Deão da Sacrossanta Basílica Primacial, cónego dr. José Martins Gonçalves, bem como ao novo capitular, cónego dr. Álvaro Dias, recentemente nomeados. A cerimónia realizou-se na Capela-Mor da Sé, com a presença de autoridades civis e militares e muitos fiéis.

— Em reunião de trabalhos, que se realizou no Paço Arquiepiscopal de Santa Margarida, presidida pelo senhor Arcebispo Primaz, assentou-se numa comparticipação da Arquidiocese no Ano Santo de Compostela, que se traduzirá por uma peregrinação ao santuário apostólico da vizinha cidade galega.

Janeiro, 7 — Em ordem de serviço do Comando Geral da Legião Portuguesa, é galardoado com a medalha de «Dedicação» da classe de «Oiro» deste patriótico Organismo o dr. Francisco Pessoa Monteiro, Governador Civil do distrito.

Janeiro, 8 — O senhor Augusto Taxa, bracarense muito considerado no meio social e funcionário superior da Caixa de Previdência de Braga, foi homenageado com um jantar de despedida, por motivo da sua transferência para o Porto.

Janeiro, 15 — O dr. António Rodrigues Pinto Ferreira, pessoa há muito radicado no meio bracarense, toma posse do cargo recentemente criado de subdirector da Escola Industrial e Comercial.

Janeiro, 21 — É nomeado Bispo titular de Obi e Auxiliar de Braga o Pro-Vigário Geral da Diocese do Funchal, D. Manuel Ferreira Cabral.

Janeiro, 22 — Na sua reunião de hoje, a Junta Distrital de Braga aprova a criação duma Comissão de Desenvolvimento Regional.

Janeiro, 29 — Na missa comemorativa da festa litúrgica de S. Francisco de Sales, padroeiro dos escritores e jornalistas católicos, celebrada na Capela da Faculdade de Filosofia de Braga, na presença das autoridades civis, militares e religiosas e das mais destacadas individualidades culturais bracarenses, Sua Ex.ª Rev.ma o sr. Arcebispo Primaz, proferiu uma importante homília. Nela pôs em destaque a necessidade da criação dum instrumento cultural adequado à doutrinação, em grande escala, de uma região de perto de um milhão de católicos, problema que deverá ser encarado objectivamente. Enalteceu a acção da Faculdade Pontifícia de Filosofia de

---

* Notas do Arquivo Municipal.

Braga, cujo âmbito das actividades desejaria ver alargado, bem como o da Sociedade Mariológica, que muito poderia fazer na divulgação dos problemas religiosos no domínio da Teologia. Incentivou a ideia, já tentada, da fundação do Instituto Superior de Religião, em Braga, que, com este ou outro nome, constituirá mais um elemento de formação católica na Arquidiocese.

Interessa fixar devidamente o valor dos argumentos e afirmações produzidas por S. Ex.ª Rev.ma, na medida em que corroboram uma justa aspiração da gente do distrito no domínio da cultura — a criação de Estudos Superiores em Braga.

Fevereiro, 2 — No primeiro aniversário da posse do senhor D. Francisco Maria da Silva, como Arcebispo Primaz, a Arquidiocese festeja jubliosamente esta data. Por tal razão estiveram no Paço de Santa Margarida a apresentar cumprimentos, além do Cabido e associações religiosas, individualidades oficiais do distrito e muitos admiradores do venerando prelado.

Fevereiro, 7 — As jornadas de confraternização dos Bibliotecários Arquivistas Portuguesas tiveram o seu epílogo em Braga. Uma categorizada representação desta embaixada cultural chegou cerca das onze horas à Praça do Município. Nos Paços do Concelho foi recebida pela Vereação e funcionários superiores da Câmara. Apresentou-lhe cumprimentos de boas-vindas, por delegação do Presidente, ausente por motivo de doença, o Vereador dr. Américo Forte Rodrigues Barbosa. Em nome dos bibliotecários-arquivistas presentes agradeceu o Prof. Doutor Sérgio da Silva Pinto. Finda esta sessão, os ilustres visitantes fizeram uma visita de estudo à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, onde examinaram documentos de rara valia, alusivos à fundação da Nacionalidade. Seguiu-se um almoço oferecido pela Câmara Municipal e um passeio pelo triângulo turístico de Braga.

Fevereiro, 18 — Na Faculdade Pontifícia de Filosofia, o Rev. P.e Dr. João Pereira Gomes proferiu uma conferência sobre a identificação do autor da «Arte de Furtar».

Fevereiro, 19 — No Governo Civil, teve lugar uma sessão de cumprimentos ao Chefe do Distrito pelo 3.º aniversário da sua posse.

Fevereiro, 26 — A Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos presta sentido preito à memória do saudoso Arcebispo D. António Bento Martins Júnior. Presidiu à sessão, que para tal se realizou, o actual prelado, D. Francisco Maria da Silva. Estiveram presentes, além da Mesa regedora da Santa Casa e muitos irmãos, as autoridades mais representativas da cidade. Seguiu-se a esta cerimónia a inauguração de importantes beneficiações no Laboratório de Análises Clínicas e na Farmácia da Instituição.

Março, 9 — Para apreciar em definitivo a construção do prolongamento da Rodovia até ao Bom Jesus, esteve em Braga o sr. Ministro das Obras Públicas. Este importante melhoramento ficará a assinalar a passagem do 40.º aniversário da Revolução Nacional.

Março, 10 — O dr. Felicíssimo do Vale Rego Campos viu consagrada a sua acção como Presidente da Junta de Província do Minho e Presidente da Junta Distrital de Braga, com a homenagem que hoje lhe foi prestada pelos membros da Junta actual. Presidiu a esta cerimónia o Chefe do Distrito, e associaram-se as mais destacadas individualidades e muitos dos seus numerosos amigos.

Março, 13 — Atingiu grande brilho a celebração do 25.º Curso de Cristandade de Homens da Arquidiocese de Braga, que hoje encerrou nesta cidade.

Março, 18 — A imprensa local noticia ter sido admitido como Cavaleiro da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém o ilustre bracarense e deputado pelo círculo de Braga, comendador António Maria Santos da Cunha.

Março, 21 — Sob a presidência do sr. Arcebispo Primaz, realizou-se na Faculdade de Filosofia uma sessão comemorativa da proclamação, feita por Sua Santidade Paulo VI, de S. Bento como padroeiro da Europa. Foi conferencista o investigador beneditino D. José Matoso, do mosteiro de Singeverga, que desenvolveu o tema «S. Bento, Pai da Europa».

Março, 22 — Faleceu hoje nesta cidade o senhor José Sá Esteves Aguiar que foi um dos sócios fundadores do Aero Clube de Braga, e exercera o cargo de director do Aeródromo de Palmeira. Pioneiro da aviação civil, José Esteves Aguiar foi um batalhador pelo prestígio da cidade.

Março, 23 — Para assistir à sagração do sr. Bispo Auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral, seguiu para o Funchal uma graduada embaixada bracarense.

Março, 25 — O sr. Núncio Apostólico, Monsenhor Maximiliano Furstenberg, sagra no Funchal o Bispo de Obi e Auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral. Foram prelados consagrantes os srs. Arcebispo Primaz e o Bispo do Funchal.

Março, 31 — o P.e dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. J., pronunciou hoje, na Faculdade de Filosofia, uma conferência que subordinou ao tema «Contribuições para a História da Filosofia e do Humanismo Português».

Abril, 1 — O mesmo orador realizou hoje, na mesma Faculdade de Filosofia, uma conferência sobre «Os Jesuítas e o ensino em Portugal de 1542 a 1759».

Abril, 21 — O Teatro Circo completa 50 anos que foi inaugurado. Erguido por um grupo de bairristas que quiseram dotar Braga com uma casa de espectáculos à altura das exigências desta terra, de tal forma o conseguiram que, ainda hoje o Teatro Circo honra a cidade.

Abril, 22 — A embaixada, artística coimbrã, que é a Tuna Académica de Coimbra, exibiu-se hoje no Teatro Circo num espectáculo de beneficência. O Presidente da Comissão Municipal de Turismo, sr. António Leitão de Carvalho, apresentou os cumprimentos aos componentes da Tuna, na sede do Turismo.

Abril, 29 — O sr. Francisco Cruz é homenageado pela Mesa e irmãos do Hospital de S. Marcos, no dia do seu 80.º aniversário, em atenção aos altos serviços prestados à Instituição, como um dos seus elementos mais dedicados.

— O Posto Agrário de Braga foi visitado por um adido oficial à Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte e por um técnico do departamento da Agricultura do mesmo país. A visita relaciona-se com a aquisição, por parte de agricultores portugueses, de gado Hereford.

Abril, 30 — O sr. cónego António Luís Vaz é empossado pelo Chefe do Distrito no cargo de Presidente da Comissão Municipal de Assistência. À cerimónia estiveram presentes individualidades do maior destaque e numerosos amigos do empossado.

Maio, 1 — Constituiu um autêntico acontecimento cultural a conferência que o prof. doutor Adriano Moreira, antigo Ministro do Ultramar, proferiu no Salão nobre da Biblioteca Pública. O ilustre Prof. dissertou sobre «Internacionalismo e missão nacional», integrando-se o seu trabalho no Ciclo de Estudos sobre o Ultramar Português, de iniciativa da Câmara Municipal de Braga e da Delegação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Maio, 3 — O sr. Bispo de Obi e Auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral, faz a sua entrada solene na cidade. É acompanhado por luzido cortejo desde o limite do Distrito. Em Braga é-lhe dispensada grandiosa recepção pela população citadina, que na sua parte mais representativa, quis estar presente. Na Sé Primacial celebrou-se solene Te-Deum de acção de graças, a que assistiram os chefes de distrito de Braga, Funchal, Viana do Castelo, presidentes das Câmaras de Braga, Funchal e Viana do Castelo, etc. e numerosos fiéis que enchiam por completo o majestoso templo.

Maio, 7 — No Comando Militar de Braga e Sede do Distrito de Recrutamento n.º 8, integrada nas Comemorações da Semana do Ultramar, o Tenente Meira Godinho proferiu uma conferência sobre «Migrações e Povoamento».

Maio, 8 — No Salão de Conferências do Seminário de Filosofia, sob a presidência do sr. Arcebispo Primaz, realizou-se a cerimónia da imposição das insígnias da Comenda de S. Gregório Magno aos drs. Eugénio Bacelar Ferreira e Loureiro de Amorim, com que Sua Santidade os galardoou pelos serviços prestados à Igreja, como dirigentes da Acção Católica. Seguiu-se a cerimónia inaugural das Comemorações do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, tendo proferido uma magistral lição sobre «S. Frutuoso de Braga e a sua influência histórica e religiosa» o Abade do Vale dos Caídos, D. Justo Perez de Urbel.

— O eng.º Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, inspecciona, em Braga, as obras em curso para prolongamento da rodovia até ao Bom Jesus. O ilustre membro do Governo estuda, *in loco*, o projecto de urbanização do Largo do Rechicho e a abertura da futura rua de ligação da Avenida Marechal Gomes da Costa com Maximinos. No Governo Civil presidiu a uma reunião de trabalhos com os srs. Presidente da Câmara Municipal de Braga, deputado Comendador Santos da Cunha e técnicos da sua comitiva.

Maio, 9 — Terminam, no Aeródromo de Palmeira, as provas aeronáuticas comemorativas do 30.º aniversário da fundação do Aero-Clube de Braga.

Maio, 15 — Em homenagem ao P.e Prof. dr. Cassiano Abranches, S. J., e integrada nas comemorações das bodas de ouro sacerdotais deste ilustre sacerdote, realizou-se hoje, na Faculdade de Filosofia, uma sessão cultural. A ela assistiram várias individualidades de Braga, Porto, Salamanca e Albacete, tendo terminado com um colóquio em que foi debatido o tema «O homem como pessoa, indivíduo e princípio de relações sociais».

Maio, 16 — O Cardeal Fernando Cento, que foi Núncio Apostólico em Lisboa, veio hoje ao Sameiro, onde foi homenageado pela respectiva Confraria. Ao acto, que se revestiu de grande solenidade, assistiram muitos convidados e admiradores do ilustre purpurado. Procedeu-se ao descerramento do seu retrato, foram-lhe oferecidas medalhas de ouro e prata do I Centenário do Sameiro e outras recordações.

Seguiu-se a celebração da missa pelo homenageado que, à homilia, dirigiu paternal exortação aos fiéis.

Maio, 22 — Promovida pela Câmara Municipal de Braga, de colaboração com a Delegação Bracarense da S. H. I. P., realizou-se uma conferência no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Foi orador o dr. Vitorino Pina Martins que desenvolveu o tema «Sá de Miranda e a Cultura do Renascimento».

Junho, 6 — Para encerramento do mês de Maio e da Campanha da Família, realizou-se hoje, dia de Pentecostes, uma peregrinação ao Sameiro. Presidiu às cerimónias litúrgicas o sr. Arcebispo Primaz, e celebrou o santo sacrifício da missa o sr. Bispo Auxiliar de Braga.

Junho, 12 — O Comandante Geral da Legião Portuguesa, General Barbieri Cardoso, visitou nesta cidade a sede do Comando Distrital e a sede social desta patriótica Organização.

Junho, 13 — O dr. Leandro Pessoa Monteiro, Governador Civil de Braga, é condecorado com a Medalha de Ouro da Legião Portuguesa.

Junho, 19 — O Ministro das Corporações, dr. Gonçalves de Proença, veio a Braga em visita de trabalhos. É recebido no I. N. T., onde se realiza uma sessão de boas vindas.

Junho, 20 — A nova sede do Grémio do Comércio é solenemente inaugurado pelo Ministro das Corporações. A este acto seguiu-se a abertura ao público duma exposição de artesanato e uma sessão solene de homenagem ao Ministro Gonçalves de Proença. As cerimónias prosseguiram com uma conferência pelo prof. dr. João Ruiz Almeida Garrett que dissertou sobre «Reflexões sobre direcção da economia». Finda a sessão solene, noutra dependência do mesmo Grémio, foi prestada homenagem aos três presidentes do Organismo: Adolfo de Azevedo, Casimiro da Cunha e Silva (já falecido) e Adolfo Santos da Cunha.

Junho, 21 — Na sede do Turismo foi inaugurada uma exposição de pintura e desenho do Curso de Artes Plásticas do «Convivium Sá Miranda».

Junho, 22 — Nos salões da Biblioteca Pública foi inaugurado o «Salão de Arte e Antiguidades». Segiu-se uma sessão solene na qual o dr. Russel Cortez proferiu uma conferência sobre «Arte e Antiguidades».

Junho, 23 — O dia de hoje foi consagrado como «Dia de Espanha» pela Comissão de Festas da Cidade. O Governador Civil e Alcaíde de Orense são festivamente recebidos nos Paços do Concelho pelo Presidente do Município Bracarense, dr. Viriato José Amaral Nunes.

Junho, 28 — Teve início hoje, nesta cidade, o Seminário para avaliação dos resultados da acção do desenvolvimento comunitário, em curso no distrito de Braga.

Julho, 1 — A Câmara aprova, na sua reunião de hoje, dar o nome de Sá de Miranda ao novo arruamento entre o Hospital de S. Marcos e a Rodovia.

Julho, 17 — Reunem-se no Posto Agrário de Braga representantes dos Serviços da Agricultura do Minho, com vista ao estudo de aspectos da agricultura regional.

Julho, 21 — A Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos presta

homenagem de saudade e apreço ao grande benemérito que foi Calouste Gulbenkian, cujo nome foi dado à Escola de Enfermagem anexa a este estabelecimento hospitalar.

— A Câmara Municipal de Braga manda celebrar, na Sé Catedral, uma missa por alma do dr. Francisco de Araújo Malheiro, no primeiro aniversário do falecimento deste seu saudoso Presidente.

— Na Casa da Mocidade Portuguesa, a Santa Margarida, o dr. Amândio César proferiu uma conferência sobre «Alda Lara — poetisa angolana — na moderna poesia portuguesa». O artista angolano Eleutério Sanches ilustrou o trabalho do conferente com a recitação de algumas poesias da poetisa Alda Lara.

Julho, 24 — A Direcção da Casa da Mocidade Portuguesa da Ala de Braga, de colaboração com a Comissão Municipal de Turismo, promoveu a inauguração duma exposição de pinturas do artista angolano Eleutério Sanches, na sede deste departamento municipal.

Julho, 28 — Os alunos finalistas da Escola do Magistério Primário de Malange chegam a esta cidade, e são recebidos pelos seus colegas, director e professores da Escola do Magistério de Braga com manifestações de hospitalidade e simpatia.

Julho, 31 — Tomou posse a Comissão Distrital da União Nacional de Braga, presidida pelo coronel Augusto Leonardo Neves. A cerimónia realizou-se no Governo Civil, e foi presidida pelo conselheiro Armando Cândido Medeiros, da Comissão Executiva deste Organismo Político.

Agosto, 11 — Em visita de trabalhos relativos ao desenvolvimento agrícola e pecuário da região, estiveram em Braga o Ministro da Economia, dr. Gonçalo Correia de Oliveira, e o Secretário de Estado da Agricultura, eng.º Vitória Pires. Na sede do Posto Agrário, onde se realizou uma sessão de boas-vindas presidida pelo Ministro da Economia, o seu director, eng.º João de Vasconcelos, saudou os ilustres membros do Governo.

Agosto, 15 — Procedeu-se ao lançamento da primeira pedra das novas instalações da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga. A cerimónia teve a presença dos srs. Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Arcebispo Primaz, Governador Civil, dr. Egídio Guimarães, em representação da Câmara Municipal e outras individualidades. Foi precedida duma missa celebrada pelo Provincial da Companhia de Jesus em honra de Nossa Senhora da Assunção, ao qual se seguiu um jantar volante na Biblioteca da Faculdade.

Agosto, 18 — Uma numerosa representação de várias centenas de turistas franceses chegam com suas viaturas a esta cidade. O departamento do Turismo local recebe-os festivamente e prodigaliza-lhes várias diversões.

Agosto, 19 — Os professores primários dos cursos de 1928-1950 da antiga Escola Normal de Braga reuniram-se no Sameiro em reunião de confraternização.

Agosto, 21 — Como hóspedes da Delegação Distrital da Mocidade Portuguesa chegam a Braga os estudantes ultramarinos do IV Curso de Férias.

Agosto, 23 — Cerca de uma centena de alunos da Escola Rural de Cuima, que a convite do Ministério do Ultramar visitam a Metrópole, chegam a esta cidade. À noite exibiram-se, no Largo do Paço,

em cantares e danças folclóricas da sua região.

Agosto, 24 — Na praia da Apúlia, onde se encontrava em gozo de férias, faleceu inesperadamente o coronel José Baptista Barreiros. Radicado em Braga há vários anos, o coronel Barreiros era figura de grande relevo no meio bracarense, deixando uma notável obra no domínio da cultura. Era presidente da Junta Distrital de Braga e da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, cargos que exerceu com grande brilho e competência. Deixa o seu nome ligado a empreendimentos culturais realizados em Braga, como o Congresso Histórico de Portugal Medievo, de que foi um dos principais obreiros, e que tanto prestigiou a cidade e o próprio País. Jornalista distinto e investigador conscienciosо, a sua morte abre uma lacuna difícil de preencher. *Bracara Augusta*, em seu vol. XVIII-XIX, referiu-se detidamente à triste ocorrência, prestando sentida homenagem a um dos colaboradores mais directos do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga.

Agosto, 29 — Muitos milhares de fiéis tomam parte na grande peregrinação de Agosto ao Sameiro, onde pela primeira vez se assiste na Arquidiocese a uma concelebração da santa missa. Presidiu às cerimónias religiosas o sr. Arcebispo Primaz, D. Francisco Maria da Silva. Findas estas, realizou-se uma visita às obras do Centro Apostólico, no sétimo mês do início da sua construção, que se espera seja inaugurado em 1967, e ficará a constituir um padrão do Centenário do Sameiro.

Setembro, 5 — O sr. Comendador António Augusto Nogueira da Silva ofereceu ao Conselho Particular das Conferências de S. Vicente de Paulo, a construção dum bairro para pobres que compreende 50 moradias, capela, escola primária, centro de assistência e cozinha económica. O bairro será construído nos terrenos oferecidos pelo sr. Arcebispo Primaz para tal fim, conhecidos por Mata dos Arcebispos, na encosta do Monte do Picoto.

— Vários milhares de fiéis incorporaram-se na peregrinação do Ano Santo da Arquidiocese Bracarense a Santiago de Compostela. Preside o venerando Arcebispo Primaz, que se faz acompanhar dos srs. Bispo Auxiliar, Governadores Civis de Braga e Viana do Castelo, Vereação da Edilidade Bracarense e numerosas representações municipais.

Setembro, 8 — Os membros da IV Semana de Estudos Missionários, que estiveram reunidos no Porto, visitaram a cidade de Braga, depois de no Sameiro terem assistido a uma missa celebrada pelo sr. Bispo Auxiliar. Às 17 horas foram recebidos nos Paços do Concelho pela vereação e funcionários superiores do Município, tendo-lhes apresentado cumprimentos de boas-vindas em nome da Edilidade o vereador dr. Américo Forte Rodrigues Barbosa.

Setembro, 11 — O Ministro das Obras Públicas, eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, acompanhado de técnicos do seu Ministério, visitou o local onde pensa erigir-se o monumento ao Marechal Gomes da Costa. Foram ainda objecto de apreciação dos ilustres visitantes as obras da Faculdade Pontifícia de Filosofia e as do prolongamento da Rodovia até ao Bom Jesus. Ficou assente nesta visita o arranjo da Praça Conde de Agrolongo, onde será implantado o monumento referido.

Setembro, 23 — Em sua sessão de hoje deliberou a Câmara exarar um voto de pesar pelo falecimento do venerando Arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro, ocorrido em 20 do corrente.

Outubro, 15 — O Santuário do Sameiro é visitado por grande número de peregrinos, nomeadamente da Ilha da Madeira e espanhóis.

Outubro, 31 — A Orquestra Pitti de Florença, que dentre os seus elementos conta o grande violinista Accardo, sob a regência do maestro Toffolo, deu um concerto no salão medieval da Biblioteca Pública. Promoveu este espectáculo musical a Delegação de Braga da Juventude Musical Portuguesa.

Novembro, 5 — A fim de tomar parte nos trabalhos do Concílio Ecuménico Vaticano II, seguiu para Roma o sr. Bispo de Obi e Auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral, que ali foi juntar-se ao sr. Arcebispo Primaz, há tempos na cidade Eterna para o mesmo fim.

Novembro, 11 — O Chefe do Distrito deslocou-se aos Paços do Concelho para proceder à entrega duma oferta da Casa do Minho do Rio de Janeiro — um exemplar do livro «Minho — Dossel de Portugal», da autoria do escritor minhoto Armindo de Faria — à Elidilidade Bracarense.

Novembro, 17 — Em cerimónia muito concorrida, foi hoje empossado no cargo de Comandante Distrital da Legião Portuguesa o coronel Augusto Leonardo Neves.

Novembro, 18 — Entre a Câmara Municipal de Braga e o proprietário da Quinta do Pópulo foi assinado o contrato que permite a utilização desta para feira semanal, a partir desta data. O terreno tem uma área de 40 mil metros quadrados, e fica situado perto do novo Mercado Municipal.

Novembro, 20 — Realizou-se hoje a abertura solene da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga. Proferiu a lição de sapiência o Prof. dr. Arnaldo Casimiro Miranda Barbosa, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, que desenvolveu o tema «Unidade e Pluralidade nos processos metódicos da Filosofia».

Novembro, 23 — Visita obras em curso nesta cidade o sr. Ministro das Obras Públicas, Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira.

Novembro, 24 — Na sede da F. N. A. T., à Avenida Central desta cidade, teve início o Seminário do Desenvolvimento Comunitário, cujas sessões de trabalho se prolongarão por três dias.

Novembro, 30 — No salão nobre dos Paços do Concelho teve lugar uma brilhante sessão solene comemorativa da data histórica da Restauração da Independência. Nesta sessão, promovida pela Câmara Municipal, de colaboração com a Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, foi conferente o dr. Alberto Iria, que versou o tema «A Restauração de Angola e a Unidade Nacional».

Dezembro, 1 — Prosseguem as cerimónias comemorativas da data do 1.º de Dezembro, promovidas pela Delegação Bracarense da S. H. I. P., de colaboração com a Câmara Municipal e os diversos estabelecimentos de ensino da cidade.

Dezembro, 2 — Abre em Braga uma repartição dependente da Inspecção Geral de Actividades Económicas, com a designação de Zona de Fiscalização e Investigação, que tem a cargo os serviços de prevenção e repressão das infracções anti-económicas e contra a saúde do abastecimento público.

Dezembro, 9 — O dr. António Gama Ochôa proferiu no salão nobre do Grémio do Comércio uma conferência subordinada ao tema «Perspectivas do Sistema Corporativo Português».

Dezembro, 11 — No salão medieval da Biblioteca Pública, a Delegação de Braga do Círculo de Cultura Musical promoveu a realização dum concerto em que actuou a Orquestra de Câmara da Radio-Televisão Francesa.

Dezembro, 17 — A Faculdade Pontifícia de Filosofia, de colaboração com a Associação Jurídica, promoveu a realização duma conferência cultural. Foi orador o catedrático brasileiro doutor Silvino Lopes Neto, que dissertou sobre «O Direito como Ciência».

Dezembro, 29. — É oficialmente inaugurado o Bairro dos C. T. T., na Rua Pedro de Magalhães Gandavo, em Maximinos, mandado construir pelas Obras Sociais dos C. T. T. e pela Câmara Municipal de Braga.

Ciclos de Conferências Culturais

No vol. IX-X de «Bracara Augusta», 1958-1959, págs. 361, demos a primeira relação dos ciclos de conferências culturais do Município, iniciados em 1950. Publica-se agora, em continuação, uma segunda relação, que abrange os ciclos posteriores ao 8.º (1959-1960).

1961-62 — 9.º Ciclo:

Prof. Doutor Luís de Pina, «Lições da História de Portugal na História das Lições do Mundo»; — Escritor Costa Brocadodo, «Teoria da Unidade Nacional e Realidades da África Portuguesa» (*); — Prof. Doutor Délio Nobre dos Santos, «Pluridimensionalidade da Cultura Portuguesa»; — Dr. Luís António de Oliveira Ramos, «Perspectivas Históricas sobre a Revolução de 1640» (*).

1963-64 — 10.º Ciclo:

Ten. Coronel Hélio Felgas, «A Nova África e a Organização das N. U.» (*); — Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, «Problemas actuais da África Negra» (*); — Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut, «O Significado Nacional da Expansão Portuguesa» (*); — Prof. Doutor José Júlio Gonçalves, «O protestantismo em Angola»; — Prof. Doutor José Ferreira de Almeida, «Heróis e Ideais do século XVII» (*).

1965 — 11.º Ciclo:

Dr. Joaquim Alberto Iria, «A restauração de Angola e a unidade Nacional» (*); — Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho, «D. Diogo de Sousa e o introdutor do Humanismo em Portugal» (*); — Prof. Doutor Victor Buescu, «Ovídio, primeiro poeta romeno» (*); — Prof. Doutor Robert Smith, «Fr. José de Santo António Vilaça escultor bracarense do séc. XVIII» (*).

(*) Todas as conferências marcadas com * foram de colaboração com a Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

ÍNDICE

do volume XX

Sumário do Fascículo 45-46 (57-58)

JULHO - DEZEMBRO DE 1966

A Restauração de Angola e a Unidade Nacional	Alberto Iria	211
O Castelo de Penafiel de Bastuço. A freguesia de Vilaça	Manuel Braga da Cruz	234
João Penha — Anti-«Metrificador do Ai!»	Cruz Malpique	237
Frei Francisco de S. Luís no Minho	Luís A. de Oliveira Ramos	274
Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo	Domingos de Araújo Affonso	283
La Batalla de Aguioncha: Una guerra civil galaico-portuguesa del siglo X	M. Rubén Garcia Álvarez	307
Vocabulário Minhoto	Manuel de Boaventura	343
Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga	Fr. José Mattoso	358
Um «Estrangeirado»	A. Álvaro Dória	413
A posse solene de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas	Da Redacção	451
Arquivo Municipal	Da Redacção	477
Efemérides Bracarenses	Da Redacção	491
Ciclos de Conferências Culturais	Da Redacção	501

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente tomo (2 fascículos) alcança já 56 números, repartidos em 20 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal**.

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13) já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, — com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** hoje sob a direcção do Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães, Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 19 volumes, ou sejam: — o II, o III, o IV, o V, o VI-VII, o VIII, o IX-X, o XI-XII, o XIII, o XIV-XV, XVI-XVII, o XVIII XIX e o XX do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais de papel, reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Quatro Ventos — Revista Lusíada de Arte e de Literatura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Theologica — Revista de Estudos Eclesiásticos.
O Distrito de Braga — Boletim Cultural de Etnografia e História da Junta Distrital.